





ANÍSIO MARINHO NETO
ORGANIZADOR

PATRONOS, FUNDADORES E SUCESSORES
DA ACADEMIA DE LETRAS JURÍDICAS
DO RIO GRANDE DO NORTE

ALEJURN

EDIÇÃO ESPECIAL DA REVISTA DA ALEJURN

Offset
Editora

Natal/RN – 2023



Esta é uma publicação da Academia de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte – ALEJURN

Idealizador da ALEJURN
Jurandyr Navarro

Patrono da ALEJURN
Amaro Cavalcanti

Quadro de Honra

Tomás Xavier Garcia de Almeida
Luiz Gonzaga de Brito Guerra
Luiz José de Sampaio
João Batista de V. Chaves
João Manuel de Carvalho Santos
Miguel Seabra Fagundes

Ficha Técnica

Organizador:
Anísio Marinho Neto

Revisão:
Libny Freire

Design editorial e capa:
Waldelino Duarte

Tiragem: 300 exemplares
Gráfica: Offset Gráfica

DIRETORIA DA ALEJURN

PRESIDENTE
Lúcio Teixeira dos Santos

VICE-PRESIDENTE
Anísio Marinho Neto

SECRETÁRIO GERAL
Maria Lúcia Jales Cavalcanti Soares

SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO
Francisco de Sales Matos

TESOUREIRO
Francisco Barros Dias

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE
Zélia Madruga

MEMBROS
Arthunio Da Silva Maux
Luiz Antônio Marinho da Silva

SUPLENTE
Carlos Roberto e Miranda Gomes

Catálogo na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

P314

Patronos, fundadores e sucessores da Academia de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte - ALEJURN / Anísio Marinho Neto (Organizador). – Natal: Offset, 2023.

424 p., fotos.; 15 X 22 cm

ISBN 978-85-5508-472-0

1. Biografia. 2. Academia de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte. I. Marinho Neto, Anísio (Organizador). II. Título.

CDD 920

Índice para catálogo sistemático

I. Biografia

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	15
PREFÁCIO.....	17
ACADEMIA DE LETRAS JURÍDICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – ALEJURN – POSSE DOS PRIMEIROS ACADÊMICOS – 08/12/2008.....	19
COMPOSIÇÃO ATUAL DA ALEJURN.....	22
CADEIRA 01 PATRONO: MÚCIO VILAR RIBEIRO DANTAS.....	27
CADEIRA 01 ACADÊMICO FUNDADOR: MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS.....	30
CADEIRA 02 PATRONO: AMARO CAVALCANTI.....	35
CADEIRA 02 ACADÊMICO FUNDADOR: JOSÉ AUGUSTO DELGADO.....	38
CADEIRA 02 ACADÊMICA E PRIMEIRA SUCESSORA: CIBELE BENEVIDES GUEDES DA FONSECA.....	41

CADEIRA 03	
PATRONO: ALVAMAR FURTADO DE MENDONÇA.....	50
CADEIRA 03	
ACADÊMICO FUNDADOR:	
FRANCISCO FAUSTO PAULA DE MEDEIROS.....	53
CADEIRA 03	
ACADÊMICA E PRIMEIRA SUCESSORA:	
ISABEL HELENA MEIRA E	
SILVA CAVALCANTI MARINHO	55
CADEIRA 04	
PATRONO: AMÉRICO DE OLIVEIRA COSTA.....	66
CADEIRA 04	
ACADÊMICA FUNDADORA:	
MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO	
WANDERLEY DE CASTRO	70
CADEIRA 05	
PATRONO:	
FLORIANO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE.....	76
CADEIRA 05	
ACADÊMICO FUNDADOR:	
ARMANDO ROBERTO HOLANDA LEITE.....	78
CADEIRA 06	
PATRONO: EDGAR FERREIRA BARBOSA.....	81
CADEIRA 06	
ACADÊMICO FUNDADOR: PAULO LOPO SARAIVA.....	87
CADEIRA 07	
PATRONO: MÁRIO MOACYR PORTO.....	92

CADEIRA 07	
ACADÊMICO FUNDADOR:	
JOSÉ ADALBERTO TARGINO DE ARAÚJO	95
CADEIRA 08	
PATRONO: NESTOR DOS SANTOS LIMA	102
CADEIRA 08	
ACADÊMICO FUNDADOR:	
ENÉLIO LIMA PETROVICH	106
CADEIRA 08	
ACADÊMICO E PRIMEIRO SUCESSOR:	
LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA	110
CADEIRA 09	
PATRONO: FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA	112
CADEIRA 09	
ACADÊMICO FUNDADOR:	
FRANCISCO DE ASSIS CÂMARA	115
CADEIRA 10	
PATRONO: NILO DE OLIVEIRA PEREIRA	120
CADEIRA 10	
ACADÊMICO FUNDADOR:	
JURANDYR NAVARRO COSTA	124
CADEIRA 11	
PATRONO: DJALMA ARANHA MARINHO	128
CADEIRA 11	
ACADÊMICO FUNDADOR:	
DIÓGENES DA CUNHA LIMA FILHO	131

CADEIRA 12	
PATRONO: JOSÉ CORTEZ PEREIRA DE ARAÚJO.....	136
CADEIRA 12	
ACADÊMICA FUNDADORA: ZÉLIA MADRUGA.....	143
CADEIRA 13	
PATRONO: DIOCLÉCIO DANTAS DUARTE.....	154
CADEIRA 13	
ACADÊMICO FUNDADOR:	
ADILSON GURGEL DE CASTRO.....	157
CADEIRA 14	
PATRONO: JOSÉ GOMES DA COSTA.....	160
CADEIRA 14	
ACADÊMICO FUNDADOR:	
CARLOS ROBERTO DE MIRANDA GOMES.....	166
CADEIRA 15	
PATRONO: PAULO PEREIRA DA LUZ.....	177
CADEIRA 15	
ACADÊMICO FUNDADOR:	
ERICK WILSON PEREIRA.....	179
CADEIRA 16	
PATRONO: MIGUEL SEABRA FAGUNDES.....	181
CADEIRA 16	
ACADÊMICO FUNDADOR:	
RAIMUNDO NONATO FERNANDES.....	192
CADEIRA 16	
ACADÊMICO E PRIMEIRO SUCESSOR:	
EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR.....	198

CADEIRA 17	
PATRONO: ALMINO ÁLVARES AFFONSO	201
CADEIRA 17	
ACADÊMICO FUNDADOR:	
IVAN LIRA DE CARVALHO	203
CADEIRA 18	
PATRONO: FRANCISCO IVO CAVALCANTI	207
CADEIRA 18	
ACADÊMICO FUNDADOR:	
EIDER FURTADO DE MENDONÇA E MENEZES	211
CADEIRA 18	
ACADÊMICO E PRIMEIRO SUCESSOR:	
MARCO BRUNO MIRANDA CLEMENTINO	214
CADEIRA 19	
PATRONO:	
CLAUDIONOR TELÓGIO DE ANDRADE	218
CADEIRA 19	
ACADÊMICO FUNDADOR:	
MIGUEL JOSINO NETO	224
CADEIRA 19	
ACADÊMICO E PRIMEIRO SUCESSOR:	
JOÃO BATISTA RODRIGUES REBOUÇAS	226
CADEIRA 20	
PATRONO: MANOEL VARELA DE ALBUQUERQUE	230
CADEIRA 20	
ACADÊMICO FUNDADOR:	
VALÉRIO DJALMA CAVALCANTI MARINHO	232

CADEIRA 21	
PATRONO: JOSÉ FERREIRA DE SOUZA.....	234
CADEIRA 21	
ACADÊMICO FUNDADOR:	
ANÍSIO MARINHO NETO	237
CADEIRA 22	
PATRONO: JOÃO MEDEIROS FILHO	251
CADEIRA 22	
ACADÊMICO FUNDADOR:	
ODÚLIO BOTELHO MEDEIROS.....	253
CADEIRA 23	
PATRONO: OCTACÍLIO ALECRIM.....	259
CADEIRA 23	
ACADÊMICO FUNDADOR:	
IVAN MACIEL DE ANDRADE.....	262
CADEIRA 24	
PATRONO: LUÍS DA CÂMARA CASCUDO	265
CADEIRA 24	
ACADÊMICA FUNDADORA:	
ANNA MARIA CASCUDO BARRETO	280
CADEIRA 24	
ACADÊMICO E PRIMEIRO SUCESSOR:	
FRANCISCO BARROS DIAS.....	283
CADEIRA 25	
PATRONO: ALUÍZIO ALVES.....	290
CADEIRA 25	
ACADÊMICO FUNDADOR: JOSÉ DANIEL DINIZ.....	293

CADEIRA 26	
PATRONO: VERÍSSIMO DE MELO	296
CADEIRA 26	
ACADÊMICO FUNDADOR:	
MANOEL BENÍCIO DE MELO SOBRINHO	298
CADEIRA 26	
ACADÊMICO E PRIMEIRO SUCESSOR:	
ARTUR CORTEZ BONIFÁCIO	299
CADEIRA 27	
PATRONO:	
JOSÉ GONÇALVES PIRES DE MEDEIROS	308
CADEIRA 27	
ACADÊMICO FUNDADOR:	
JOANILO DE PAULA REGO	312
CADEIRA 27	
ACADÊMICA E PRIMEIRA SUCESSORA:	
MARIA LÚCIA CAVALCANTI JALES SOARES	315
CADEIRA 28	
PATRONO: HÉLIO MAMEDE DE FREITAS GALVÃO	317
CADEIRA 28	
ACADÊMICO FUNDADOR: JOSÉ ARNO GALVÃO	323
CADEIRA 28	
ACADÊMICO E PRIMEIRO SUCESSOR:	
MARCELO ALVES DIAS DE SOUZA	326
CADEIRA 29	
PATRONO:	
JOSÉ AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS	329

CADEIRA 29	
ACADÊMICO FUNDADOR:	
JOAQUIM SÍLVIO CALDAS	332
CADEIRA 29	
ACADÊMICO E PRIMEIRO SUCESSOR:	
WALTER NUNES DA SILVA JÚNIOR	336
CADEIRA 30	
PATRONO: FRANCISCO BRUNO PEREIRA	344
CADEIRA 30	
ACADÊMICO FUNDADOR:	
FRANCISCO SALES DE MATOS	346
CADEIRA 31	
PATRONO: ODILON RIBEIRO COUTINHO	349
CADEIRA 31	
ACADÊMICO FUNDADOR:	
JOSONIEL FONSÊCA DA SILVA	352
CADEIRA 32	
PATRONO:	
KERGINALDO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE	362
CADEIRA 32	
ACADÊMICO FUNDADOR:	
JOANILSON DE PAULA REGO	365
CADEIRA 33	
PATRONO: CARLOS ANTÔNIO VARELA BARCA	370
CADEIRA 33	
ACADÊMICO FUNDADOR:	
ROBERTO BRANDÃO FURTADO	372

CADEIRA 34	
PATRONO: RAIMUNDO SOARES.....	374
CADEIRA 34	
ACADÊMICO FUNDADOR:	
LUIZ ANTÔNIO MARINHO DA SILVA.....	376
CADEIRA 35	
PATRONO: OTTO DE BRITO GUERRA.....	379
CADEIRA 35	
ACADÊMICO FUNDADOR:	
LUCIANO ALVES DA NÓBREGA.....	384
CADEIRA 35	
ACADÊMICO E PRIMEIRO SUCESSOR:	
ANTENOR PEREIRA MADRUGA FILHO.....	386
CADEIRA 36	
PATRONO: PAULO PINHEIRO DE VIVEIROS.....	390
CADEIRA 36	
ACADÊMICA FUNDADORA:	
ESTEFÂNIA FERREIRA DE SOUZA VIVEIROS.....	395
CADEIRA 37	
PATRONO: FERNANDO DE MIRANDA GOMES.....	397
CADEIRA 37	
ACADÊMICO FUNDADOR:	
JOSÉ DE RIBAMAR DE AGUIAR.....	400
CADEIRA 37	
ACADÊMICO E PRIMEIRO SUCESSOR:	
RICARDO TINOCO DE GÓES.....	402

CADEIRA 38	
PATRONO: MANOEL RODRIGUES DE MELO.....	404
CADEIRA 38	
ACADÊMICO FUNDADOR:	
FRANCISCO DE SOUZA NUNES.....	407
CADEIRA 39	
PATRONO: ALBERTO FREDERICO	
DE ALBUQUERQUE MARANHÃO	409
CADEIRA 39	
ACADÊMICO FUNDADOR:	
LÚCIO TEIXEIRA DOS SANTOS.....	414
CADEIRA 40	
PATRONO: VÉSCIO BARRETO DE PAIVA.....	418
CADEIRA 40	
ACADÊMICO FUNDADOR:	
ARTHUNIO DA SILVA MAUX.....	422

APRESENTAÇÃO

Ao apresentar os Imortais – patronos, fundadores e sucessores da Academia de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte – ALEJURN, autênticos guardiões da nossa literatura jurídica potiguar, rejubila-se a identidade Norte-rio-grandense pela memória dos grandes juristas do Rio Grande do Norte em toda sua história até os dias contemporâneos, e que seguramente seguirá no rumo da eternidade.

Cada um dos patronos foi escolhido pelos membros fundadores da ALEJURN, exaltado não só pelo mérito científico e profissional de suas realizações e de suas ações, mas principalmente pela aura de humanismo e probidade com que exerceram a nobre missão de jurista.

A história do Direito potiguar está impregnada até mesmo na imagem da capa da obra que saúda trajetórias pessoais de juristas destacados na profissão, inspirando gerações posteriores de colegas e ascendendo à dimensão de fundadores da Academia de Letras Jurídicas do Rio Grande Norte – ALEJURN, instalada há 15 anos, ungindo 36 homens e 04 mulheres.

A missão que me foi confiada pelo nosso confrade Presidente Lúcio Teixeira, exigiu uma extensa pesquisa e o resgate de um material precioso, encoberto pela pátina do tempo. Recebi prontamente de todos os nossos confrades e de todas as nossas confreriras, excepcional contribuição necessária para abrilhantar

esta obra, que é coletiva, e que lega a toda a sociedade, um extraordinário campo histórico e científico.

Assim, o objetivo primordial deste livro é dar conhecimento de um pouco mais das significativas personalidades que registraram os seus nomes em nossa história jurídica potiguar com suas trajetórias, incomensuráveis obras jurídicas, magistério, discursos, conferências e atuações aqui e alhures. Homens e mulheres marcantes, verdadeiros ícones do Direito potiguar, que tanto contribuíram e contribuem para talharem a alma do Direito Positivo e para a idealização de sonhos que se materializaram com o tempo, e ainda hoje impulsiona tantos outros ainda por se concretizar.

Natal/RN, dezembro de 2023.

Anísio Marinho Neto

Vice-presidente da ALEJURN e Fundador da Cadeira nº21

PREFÁCIO

*Um povo sem memória é um povo sem história.
E um povo sem história está fadado a cometer,
no presente e no futuro, os mesmos erros do passado.*

(Danille Fonseca, empresária).

Seguindo o bom exemplo da Academia Brasileira de Letras e da Academia Norte-rio-grandense de Letras, a presidência da Academia de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte – ALE-JURN, tem a satisfação de registrar que, neste ano, a sequência na publicação de duas revistas semestrais foi enriquecida com este documento histórico, em que os perfis biográficos dos membros desta Academia Jurídica (patronos, fundadores, acadêmicos) vão permitir a perenização da memória de destacados juristas, os quais marcaram, com seu saber e capacidade de criação, a vida pública e cultural do Rio Grande do Norte.

Apraz-me agradecer, de modo especial, ao confrade Anísio Marinho Neto pela ideia de organizar este livro. Agradeço, ainda, e com ampliado destaque, a todos os confrades e congreiras que se dignaram de enriquecer esta iniciativa através da disponibilidade de seus perfis culturais e profissionais. Por vezes, detalhes curiosos de sua história de vida.

Ao tornar públicos esses perfis, mais substanciais que simples currículos, temos a sensação de que estamos escrevendo História, tal como nos ensinou o escritor português Alexandre Herculano: “Sem memória, não existimos”.

Natal/RN, dezembro de 2023

Lucio Teixeira dos Santos
Presidente da ALEJURN/RN

ACADEMIA DE LETRAS JURÍDICAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
– ALEJURN –
POSSE DOS PRIMEIROS ACADÊMICOS
– 08/12/2008 –

A Academia de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte deu posse a seus membros fundadores. Com o lema *Recta Ratio* (reta razão), a Academia de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte (ALEJURN) empossou, na segunda-feira do dia 8 de dezembro de 2008, seus 40 membros vitalícios-fundadores.

O evento foi realizado às 19h, no Centro de Convenções de Natal. De acordo com o presidente Adalberto Targino, a ALEJURN é uma associação civil, fundada em 11 de abril de 2007, com sede e foro na cidade de Natal/RN. Composta totalmente por bacharéis em Direito, os membros da Academia são de *notável saber jurídico e ilibada idoneidade moral*, destaca.

Ainda conforme Adalberto Targino, a ALEJURN tem por finalidade o estudo do direito, e, sobretudo, o aperfeiçoamento das letras jurídicas. *Nós também buscamos incentivar a publicação de livros de Direito e resgatar a memória de grandes autores que marcaram a história do Direito potiguar*, acrescenta. Cada um dos membros possui o título de acadêmico, com caráter vitalício, ou

seja, para a vida toda. Futuramente, a ALEJURN pretende conceder títulos de honorário e correspondente.

A solenidade contou com a participação da banda de música da Polícia Militar, da cantora Lucinha Lira, do quarteto de cordas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e a guarda de honra foi realizada pelos guardiões da PM. Entre os membros fundadores da Academia destacam-se José Augusto Delgado (ministro do Superior Tribunal de Justiça), Fausto Medeiros (ministro do Superior Tribunal do Trabalho), Marcelo Navarro (desembargador federal e professor universitário), Maria do Perpétuo Socorro de Castro (desembargadora do TRT/RN), Enélio Petrovich (presidente do Instituto Histórico e Geográfico do RN), Diógenes da Cunha Lima Filho (presidente da Academia de Letras do RN), Raimundo Nonato (maior autoridade do Direito Administrativo do Brasil).

A Academia elegeu, patronos: Aluísio Alves, Amaro Cavalcanti, Mário Moacir Porto, Djalma Marinho e Seabra Fagundes.

CADEIRA	PATRONOS	SÓCIOS-FUNDADORES
Nº 01	Múcio Vilar Ribeiro Dantas	Marcelo Navarro Ribeiro Dantas
Nº 02	Amaro Cavalcanti	José Augusto Delgado
Nº 03	Alvamar Furtado de Mendonça	Francisco Fausto Paula de Medeiros
Nº 04	Américo de Oliveira Costa	Maria do Perpétuo Socorro de Castro
Nº 05	Floriano Cavalcanti de Albuquerque	Armando Roberto Holanda Leite
Nº 06	Edgar Ferreira Barbosa	Paulo Lopo Saraiva
Nº 07	Mário Moacyr Porto	José Adalberto Targino de Araújo
Nº 08	Nestor Lima	Enélio Lima Petrovich

CADEIRA	PATRONOS	SÓCIOS-FUNDADORES
Nº 09	Francisco das Chagas Pereira	Francisco de Assis Câmara
Nº 10	Nilo Pereira	Jurandir Navarro Costa
Nº 11	Djalma Aranha Marinho	Diógenes da Cunha Lima Filho
Nº 12	Cortez Pereira de Araújo	Zélia Madruga
Nº 13	Dioclécio Dantas Duarte	Adilson Gurgel de Castro
Nº 14	José Gomes da Costa	Carlos Roberto de Miranda Gomes
Nº 15	Paulo Pereira da Luz	Erick Wilson Pereira
Nº 16	Miguel Seabra Fagundes	Raimundo Nonato Fernandes
Nº 17	Almino Álvares Affonso	Ivan Lira de Carvalho
Nº 18	Francisco Ivo Cavalcanti	Eider Furtado de Mendonça e Menezes
Nº 19	Claudionor Telógio de Andrade	Miguel Josino Neto
Nº 20	Manoel Varela de Albuquerque	Valério Djalma Marinho
Nº 21	José Ferreira de Souza	Anísio Marinho Neto
Nº 22	João Medeiros Filho	Odúlio Botelho Medeiros
Nº 23	Octacílio Alecrim	Ivan Maciel de Andrade
Nº 24	Luís da Câmara Cascudo	Anna Maria Cascudo Barreto
Nº 25	Aluizio Alves	José Daniel Diniz
Nº 26	Veríssimo de Melo	Manoel Benício de Melo Sobrinho
Nº 27	José Gonçalves de Medeiros	Joanilo de Paula Rego
Nº 28	Hélio Galvão	José Arno Galvão

CADEIRA	PATRONOS	SÓCIOS-FUNDADORES
Nº 29	José Augusto Bezerra de Medeiros	Joaquim Silvio Caldas
Nº 30	Bruno Pereira	Francisco de Sales Matos
Nº 31	Odilon Ribeiro Coutinho	Josoniel Fonseca da Silva
Nº 32	Kerginaldo Cavalcanti	Joanilson de Paula Rego
Nº 33	Carlos Antônio Varela Barca	Roberto Brandão Furtado
Nº 34	Raimundo Soares	Luiz Antônio Marinho da Silva
Nº 35	Otto de Brito Guerra	Luciano Alves da Nóbrega
Nº 36	Paulo Pinheiro de Viveiros	Estefânia Ferreira de Souza Viveiros
Nº 37	Fernando de Miranda Gomes	José Ribamar de Aguiar
Nº 38	Manoel Rodrigues de Melo	Francisco de Souza Nunes
Nº 39	Alberto Maranhão	Lúcio Teixeira dos Santos
Nº 40	Vécio Barreto	Arthúnio da Silva Maux

COMPOSIÇÃO ATUAL DA ALEJURN

CADEIRA	PATRONOS	SÓCIOS-FUNDADORES E SUCESSORES
Nº 01	Múcio Vilar Ribeiro Dantas	Marcelo Navarro Ribeiro Dantas
Nº 02	Amaro Cavalcanti	José Augusto Delgado (T 08/09/2021) 1ª Sucessora – Cibele Benevides Guedes da Fonseca

CADEIRA	PATRONOS	SÓCIOS-FUNDADORES E SUCESSORES
Nº 03	Alvamar Furtado de Mendonça	Francisco F. P de M. (T 30/072016) 1ª Sucessora – Isabel Helena Meira e Silva Cavalcanti Marinho
Nº 04	Américo de Oliveira Costa	Maria do Pérpetuo Socorro de Castro
Nº 05	Floriano Cavalcanti de Albuquerque	Armando Roberto Holanda Leite
Nº 06	Edgar Ferreira Barbosa	Paulo Lopo Saraiva
Nº 07	Mário Moacyr Porto	José Adalberto Targino de Araújo
Nº 08	Nestor Lima	Enélio Lima Petrovich (T 06/01/2012) 1º Sucessor – Luiz Alberto Gurgel de Faria
Nº 09	Francisco das Chagas Pereira	Francisco de Assis Câmara
Nº 10	Nilo Pereira	Jurandir Navarro Costa
Nº 11	Djalma Aranha Marinho	Diógenes da Cunha Lima Filho
Nº 12	Cortez Pereira de Araújo	Zélia Madruga
Nº 13	Dioclécio Dantas Duarte	Adilson Gurgel de Castro
Nº 14	José Gomes da Costa	Carlos Roberto de Miranda Gomes
Nº 15	Paulo Pereira da Luz	Erick Wilson Pereira

CADEIRA	PATRONOS	SÓCIOS-FUNDADORES E SUCESSORES
Nº 16	Miguel Seabra Fagundes	Raimundo Nonato Fernandes (T 03/07/2012) 1º Sucessor – Edilson Pereira Nobre Júnior
Nº 17	Almino Álvares Affonso	Ivan Lira de Carvalho
Nº 18	Francisco Ivo Cavalcanti	Eider Furtado de Mendonça e Menezes (T 06/11/2019) 1º Sucessor – Marco Bruno Miranda Clementino
Nº 19	Claudionor Telórgio de Andrade	Miguel Josino Neto (T 19/05/2014) 1º Sucessor – João Batista Rodrigues Rebouças
Nº 20	Manoel Varela de Albuquerque	Valério Djalma Cavalcanti Marinho
Nº 21	José Ferreira de Souza	Anísio Marinho Neto
Nº 22	João Medeiros Filho	Odúlio Botelho Medeiros
Nº 23	Octacílio Alecrim	Ivan Maciel de Andrade
Nº 24	Luís da Câmara Cascudo	Anna Maria Cascudo Barreto (T 15/01/2015) 1º Sucessor – Francisco Barros Dias
Nº 25	Aluízio Alves	José Daniel Diniz

CADEIRA	PATRONOS	SÓCIOS-FUNDADORES E SUCESSORES
Nº 26	Veríssimo de Melo	Manoel Benício de Melo Sobrinho (T 13/11/2011) 1º Sucessor – Artur Cortez Bonifácio
Nº 27	José Gonçalves de Medeiros	Joanilo de Paula Rego (T 05/04/2016) 1ª Sucessora – Maria Lúcia Cavalcanti Jales Soares
Nº 28	Hélio Galvão	José Arno Galvão (T 05/11/2013) 1º Sucessor – Marcelo Alves Dias de Souza
Nº 29	José Augusto Bezerra de Medeiros	Joaquim Silvio Caldas (T 06/03/2015) 1º Sucessor – Walter Nunes da Silva Júnior
Nº 30	Bruno Pereira	Francisco de Sales Matos
Nº 31	Odilon Ribeiro Coutinho	Josoniel Fonseca da Silva
Nº 32	Kerginaldo Cavalcanti	Joanilson de Paula Rego
Nº 33	Carlos A. Varela Barca	Roberto Brandão Furtado
Nº 34	Raimundo Soares	Luiz Antônio Marinho da Silva
Nº 35	Otto de Brito Guerra	Luciano A. da Nóbrega (T 31/01/2013) 1º Sucessor – Antenor Pereira Madruga Filho
Nº 36	Paulo Pinheiro de Viveiros	Estefânia Ferreira de Souza Viveiros

CADEIRA	PATRONOS	SÓCIOS-FUNDADORES E SUCESSORES
Nº 37	Fernando de Miranda Gomes	José Ribamar de Aguiar (T 08/07/2021) 1º Sucessor – Ricardo Tinoco de Góes
Nº 38	Manoel Rodrigues de Melo	Francisco de Souza Nunes
Nº 39	Alberto Maranhão	Lúcio Teixeira dos Santos
Nº 40	Vécio Barreto	Arthúnio da Silva Maux



CADEIRA 01

PATRONO: MÚCIO VILAR RIBEIRO DANTAS

Patrono Múcio Vilar Ribeiro Dantas nasceu aos 30 de agosto de 1925, em Mossoró/RN, sendo filho de José Ribeiro Dantas e Helena Vilar Ribeiro Dantas. Estudou no Colégio Santo Antônio, Marista de Natal/RN, e no Atheneu Norte-rio-grandense, no qual depois seria professor. Falava *algum* inglês tendo sido seu primeiro emprego no *Parnamirim Field*, com os americanos, na época da II Guerra.

Fez o Curso de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR), sendo aprovado em primeiro lugar, em 1946, e concluiu como laureado de sua turma, recebendo a espada de 2º Tenente (R/2).

Prestou vestibular para a tradicional Faculdade de Direito do Recife, sendo aprovado em um dos primeiros lugares, e colou grau na turma de 1951.

Também concluiu o Curso de Ciências Contábeis, em 1946. Em sua carreira se destacou em diversas áreas, como o Direito, a política, o magistério e a atividade agropecuária. Exerceu a advocacia desde que se bacharelou, tornando-se um dos mais importantes e requisitados causídicos do Rio Grande do Norte.

Submeteu-se a concurso público para Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, tendo sido aprovado em primeiro lugar, e exercido a promotoria de justiça em Natal/RN, em 1952. Na política, se elegeu para o mandato de Deputado Estadual, entre 1955 e 1959, no qual teve destacada atuação.

Em 1961, foi nomeado, pelo Governador Dinarte de Me-deiros Mariz, para Procurador-Geral do Ministério Público junto ao então recém-criado Tribunal de Contas do Estado. Em 1970, fora Consultor-Geral do Estado do Rio Grande do Norte, durante o Governo Cortez Pereira.

Foi professor catedrático de Teoria Geral do Estado da Faculdade de Direito da UFRN, da qual só se aposentou em 1986. Nela formou gerações de bacharéis, advogados, promotores e juizes, ensinando, além de Direito Constitucional, Introdução à Ciência do Direito, Direito Financeiro, Finanças e diversas outras disciplinas.

A UFRN reconheceu sua brilhante contribuição e concedeu-lhe o título de Professor Emérito em 1997. Em virtude da sua destacada atuação, o prédio-sede do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte leva seu nome.

Dentre os trabalhos que trouxe a lume destacam-se:

- Aspectos Jurídicos do Vale como Título de Crédito Inespecífico, de 1962.

- Formas de Governo e Formas de Estado – Regimes Políticos, sua tese de concurso, Edição da UFRN, 1964.

- Desenvolvimento e Segurança, discurso de paraninfo para os bacharéis em Direito, Edição da UFRN, 1972.

- O Novo Direito Constitucional, Edição da UFRN, 1974.

- O Ministério Público junto aos Tribunais de Contas, Edição da Revista do Tribunal de Contas do Distrito Federal – Separata, 1979.

- Constituição do Estado – Organização do Estado – Presidencialismo, Parlamentarismo e Alternativas, na Antologia Luso-Brasileira de Direito Constitucional, coordenada pelo Professor Paulo Lopo Saraiva.

Seu último livro foi Introdução ao Direito – Aspectos e Reflexões sobre o Estudo do Direito.



CADEIRA 01

ACADÊMICO FUNDADOR: MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS

Acadêmico Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, nasceu em Natal/RN, aos 20 de janeiro de 1963. Sendo filho de Múcio Vilar Ribeiro Dantas e Cleide Navarro Ribeiro Dantas (falecidos). Formou-se em direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em 1985. Pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), tornou-se mestre em 1992 e doutor em 1999.

É professor associado do curso de direito da UFRN desde 1993. Foi também professor da Universidade Potiguar (UnP) no

período entre 1993 e 2003. Atualmente é professor colaborador na Universidade de Brasília (UnB).

Foi promotor de justiça do Ministério Público do Rio Grande do Norte de 1986 a 1987, procurador do Serviço Social da Indústria do Rio Grande do Norte (SESI-RN) de 1987 a 1991 e procurador-geral da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte de 1989 a 1991, quando ingressou no Ministério Público Federal como procurador da República.

Em 2003, tornou-se desembargador federal do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5) através do quinto constitucional, em vaga destinada a membro do Ministério Público.

Em 2015, foi escolhido para o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, a partir de lista tríplice elaborada pelos membros da própria corte. Tomou posse no dia 30 de setembro.

A defesa de tese do Curso de Mestrado se deu em 5/1992: – DANTAS, Marcelo Navarro Ribeiro. *Legitimação ativa em mandado de segurança coletivo*. 1992. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

A defesa de tese do Curso de Doutorado se deu em 9/1999: – DANTAS, Marcelo Navarro Ribeiro. *Da reclamação constitucional*. 1999. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999. 2 v. 654 p.

No Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5):

Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, e, como tal, Membro Efetivo Titular do CJF – Conselho da Justiça Federal, de 4/2015 a 9/2015;

Diretor da Escola da Magistratura Federal da 5ª Região (ESMAFE), entre 5/2013 e 4/2015;

Presidente da 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, entre 5/2013 e 4/2015;

Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região entre 4/2009 e 3/2011;

Coordenador-Regional dos Juizados Especiais Federais da 5ª Região, de 4/2006 a 3/2009;

Vice-Diretor da ESMAFE – Escola da Magistratura Federal da 5ª Região, entre 5/2005 e 4/2007;

Membro efetivo do Conselho de Administração do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, entre 5/2005 e 4/2007, entre 4/2009 e 3/2011, e de 5/2013 até 9/2015;

Presidente da 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, entre 5/2005 e 4/2007;

Membro efetivo da Comissão de Regimento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, de 12/2007 a 3/2015;

Membro efetivo da Comissão de Informática do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, de 5/2005 a 3/2015;

Juiz do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (Desembargador Federal), de 12/2003 a 9/2015.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO (TRE-PE), Desembargador Eleitoral Substituto, 6/2013 a 4/2015. Desembargador Eleitoral de Propaganda, eleições de 2014.

ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES FEDERAIS (AJUFE), Diretor de Relações Interacionais, 2008-2010.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO Rio Grande do Norte, PGR/RN.

Procurador-Chefe, 12/2000 a 12/2003;

Procurador Regional Eleitoral Substituto, 1/1995 a 12/2000;

Procurador Eleitoral junto ao Juízo Auxiliar do TRE-RN, eleições de 1998;

Presidente do Conselho Penitenciário do Rio Grande do Norte, 7/1994 a 7/1998.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO Estado do Rio Grande do Norte (ALERN), Procurador-Geral, 7/1989-1/1991.

Ordem dos Advogados do Brasil, SEÇÃO DO Rio Grande do Norte (OAB/RN), Membro Titular da Comissão de Exame de Ordem, 1989 a 1991.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO Estado do Rio Grande do Norte (MP/RN), Promotor, 8/1986 a 7/1987.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DO Rio Grande do Norte (SESI/RN), Procurador e Chefe do Setor Jurídico, 1986 a 1991.

ADVOGADO MILITANTE, 2/1985 a 1/1991 (com interrupções).

Atividade docente:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO Rio Grande do Norte (UFRN), Professor, desde 1993, prestando colaboração à UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB) desde 3/2016.

UNIVERSIDADE 9 DE JULHO (UniNove), professor, desde 2019.

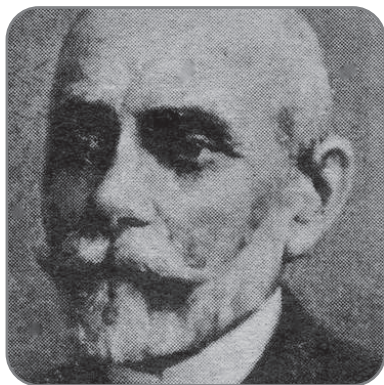
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO Rio Grande do Norte (Uni-RN), Palestrante em seminários e eventos especiais no Curso de Pós-graduação em Direito, 2012 a 2018.

UNIVERSIDADE POTIGUAR (UnP), professor, 2006 a 2010. Professor nos cursos de Economia e Administração de Empresas, 1987-1988.

UNIVERSIDADE DO Estado do Rio Grande do Norte, Professor visitante do Curso de Especialização, 1987.

Membro de Corpo Editorial.

Revista da Procuradoria-Geral da República, 1992-1997.



CADEIRA 02

PATRONO: AMARO CAVALCANTI

Patrono Amaro Cavalcanti Soares de Brito, por vezes registrado como Amaro Bezerra Cavalcanti ou Amaro Bezerra Cavalcanti de Albuquerque, nasceu em Caicó/RN, aos 15 de agosto de 1849, e faleceu no Rio de Janeiro/RJ, aos 28 de janeiro de 1922. Foi um jurista e político brasileiro.

Nasceu no sítio Logradouro, no que viria a ser o distrito (e futuro município) de Jardim de Piranhas, pertencente a Caicó, em 15 de agosto de 1849, o décimo dos treze filhos de Ana de Barros Cavalcanti e de Amaro Soares de Brito.

Entre seus irmãos, destaca-se o padre João Maria Cavalcanti de Brito. Foi casado em primeiras núpcias com Henriqueta

Ferreira Catão, com quem teve a filha Luzia Linhares, ex-primeira-dama do Brasil. Viúvo, casou-se pela segunda vez com Eponina de Sousa Ferreira em 30 de outubro de 1890, na Igreja de São Francisco de Paula, resultando em duas filhas: Vera e Arminda.

Estudou com seu genitor, tendo aprendido as primeiras letras e o latim em sua cidade natal. Em busca de melhores perspectivas, foi trabalhar como caixeiro em Itabaiana/PB e em atividades de comércio no Recife/PE. Conseguiu instalar-se no Maranhão, concluindo seus estudos preparatórios e sendo admitido como professor em colégios particulares.

Passou em primeiro lugar em concurso para lecionar Retórica no Maranhão. Depois de ter acompanhado seu irmão, Padre João Maria, em Fortaleza/CE, descobriu que havia um concurso aberto para o Magistério na cidade de Baturité/CE. Desse modo, inscrevendo-se nesse concurso para a cadeira de Latim, também obteve o primeiro lugar.

Na época em que lecionava Latim no Ceará, passou a ganhar prestígio no meio político, contribuindo com a criação de diferentes jornais e com a publicação de vários artigos. Tempos depois, foi convidado pelo Presidente do Ceará (equivalente hoje ao cargo de Governador) Leão Veloso para integrar uma Comissão em 1881 que iria analisar e estudar a organização do ensino primário nos Estados Unidos da América.

Durante os trabalhos da Comissão nos Estados Unidos da América, Amaro Cavalcanti também se matriculou na Albany Law School, em Nova Iorque, tendo sido agraciado com láurea acadêmica em seu curso para obter o título superior na área jurídica naquela Universidade, elaborou e defendeu a tese *É a Educação uma Obrigação Legal?* (ou, em outra tradução: *É a Educação uma Obrigação Jurídica?*), pela qual conquistou o primeiro lugar na turma.

Ao retornar dos Estados Unidos da América, tornou-se Professor e diretor em colégios famosos no Ceará e na Capital da República (Liceu do Ceará em Fortaleza; e o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro).

Além disso, foi advogado, jornalista, parlamentar e diplomata. Foi escolhido Senador Constituinte em 1890, pelo Estado do Rio Grande do Norte, exercendo essa função até 1893. No Parlamento, também esteve como Deputado Federal pelo mesmo Estado no ano de 1897.

Passou a atuar em cargos jurídicos, retornando à política como Prefeito nomeado da Capital Federal em 1917. Foi membro da Corte Permanente de Arbitragem na Haia, Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, e um dos autores da Constituição Brasileira de 1891 (na condição de Senador Constituinte).

Foi ministro do Supremo Tribunal Federal a partir de 11 de maio de 1906, aposentando-se em 31 de dezembro de 1914. Em 12 de janeiro de 1917, foi nomeado prefeito do então Distrito Federal, de 15 de janeiro de 1917 a 15 de novembro de 1918, data em que foi nomeado ministro de estado da Fazenda pelo então presidente Delfim Moreira.

Foi sepultado no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro/RJ.



CADEIRA 02

ACADÊMICO FUNDADOR: JOSÉ AUGUSTO DELGADO

Acadêmico José Augusto Delgado nasceu em Nova Cruz/RN, aos 7 de junho de 1938 e faleceu em Brasília/DF, aos 8 de setembro de 2021. Foi um advogado, professor universitário e magistrado brasileiro, Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Era filho de João Batista Delgado e Neuza Barbosa, casou-se com Maria José Costa, tendo como filhos Magnus Augusto, juiz federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, Liane Maria e Ângelo Augusto. Iniciou os estudos primários em Santo Antônio e o ginásial na capital potiguar, ali cursando a Faculdade

de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde bacharelou-se em 1964.

Concluiu especialização em direito civil e comercial, pela mesma universidade, em convênio com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1979.

Em 1964, trabalhou como advogado, prestando assessoria jurídica a empresas, ao Sindicato do Comércio Varejista e à Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte. Ingressou na magistratura como juiz de Direito do Rio Grande do Norte em 1965, tendo atuado como juiz eleitoral entre 1965 e 1976, quando se tornou juiz federal.

Integrou o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio Grande do Norte, onde também foi corregedor (1978-1987). Em 1989, foi promovido para o cargo de desembargador do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5), exercendo os cargos de vice-presidente e corregedor regional (1991-1992) e presidente (1992-1993).

Atuou como Ministro substituto do extinto Tribunal Federal de Recursos (TFR), nos períodos de março de 1986 a fevereiro de 1987, novembro a dezembro de 1987 e outubro a dezembro de 1989.

Em 1995, foi nomeado para o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em vaga destinada a membro de Tribunal Regional Federal. Admitido à Ordem do Mérito Militar em 1997 no grau de Comendador especial pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, Delgado foi promovido em 2003 a Grande-Oficial pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Compôs também o Tribunal Superior Eleitoral, tanto na qualidade de ministro substituto como efetivo. Aposentou-se em 2008. No magistério, foi professor colaborador (Direito Penal) e professor assistente (Direito Administrativo, Direito Processual

Civil e Direito Tributário) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, professor da Universidade Católica de Pernambuco (1992-1993) e professor da pós-graduação do Centro de Ensino Unificado de Brasília (UNICEUB).

Dentre as obras jurídicas publicadas por Delgado tem-se:

Como autor:

- Comentários ao Novo Código Civil, vol. XI, tomos I e II (Contratos), Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2004.
- Leasing: doutrina e jurisprudência. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2001.
- Coautor:
- Efeitos da Coisa Julgada e os Princípios Constitucionais. In: Coisa Julgada Inconstitucional. Carlos Valder do Nascimento (coord.). 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. América Jurídica, 2004.
- Aspectos Constitucionais do Direito Ambiental. In: As Vertentes do Direito Constitucional Contemporâneo (Estudos em Homenagem a Manoel Gonçalves Ferreira Filho). Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002.
- O Contrato de Seguro e o Princípio da Boa-Fé. In: Questões Controvertidas no Novo Código Civil. Mário Luiz Delgado, Jones Figueiredo Alves (coord. Rio de Janeiro: Ed. Método, 2004.
- Reflexões Sobre Abuso do Poder no Ordenamento Jurídico Brasileiro. In: O Abuso de Poder do Estado (Mauro Roberto Gomes de Mattos, coord.). Rio de Janeiro: América Jurídica, 2005.



CADEIRA 02

ACADÊMICA E PRIMEIRA SUCESSORA: CIBELE BENEVIDES GUEDES DA FONSECA

Cibele Benevides Guedes da Fonseca é brasileira, casada, nascida em São Paulo/SP, em 27 de março de 1974. Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em Recife/PE, desde 23/11/2022. Ocupa o cargo oriundo do Quinto Constitucional do Ministério Público Federal, onde figurou em primeiro lugar em lista sêxtupla e em lista tríplice. Compõe a Quinta Turma e a Terceira Seção.

Foi Procuradora da República (aprovada em primeiro lugar nacional) por 20 (vinte) anos, de 2002 a 2022. Lotada dois anos

na PRMG-Belo Horizonte/MG, no Núcleo Criminal, e em Natal/RN, onde foi Procuradora-Chefe por três mandatos. Na atividade-fim, foi titular do 6º Ofício, com atribuições criminais e de improbidade administrativa (Núcleo de Combate à Corrupção e Outros Ilícitos - NCC).

No Ministério Público Federal:

- Primeira Procuradora-Chefe (mulher) da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, e exerceu a chefia, eleita à unanimidade por seus pares, por três mandatos (2006-2008, 2019-2021 e 2021-2023).
- Primeira Procuradora Regional Eleitoral (mulher) no RN (2017-2019). Foi Procuradora Regional Eleitoral Substituta (2014-2016).
- Primeira e única mulher Presidente do Conselho Penitenciário do RN (2014-2016).
- Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão – PRDC na PR/RN (2005-2006). PRDC Substituta (2006-2008).
- Membro do Conselho Deliberativo do PROVITA – Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas do RN (2012-2014).
- Membro do Grupo de Controle Externo da Atividade Policial da PR/RN 2007-2009; 2017-2023).
- Coordenadora do Núcleo Criminal da PR/RN (2005) e Coordenadora Substituta do Núcleo de Combate à Corrupção e outros ilícitos da PR/RN (2020-2023).
- Foi Membro da Comissão Permanente de Assessoramento para Acordos de Leniência e Colaboração Pre-

miada da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

- Foi Membro do Grupo de Trabalho do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, destinado à elaboração de estudos visando ao desenvolvimento de programas de integridade e *compliance* no âmbito do Ministério Público brasileiro (*GT Compliance do CNMP*).
- Foi *ponto de contato* do Brasil, representando o Ministério Público Federal, no Grupo de Trabalho de Extinção de Domínio e Confisco da Associação Ibero-americana de Ministérios Públicos (AIAMP).
- Foi Membro do Grupo de Trabalho Intercameral sobre Utilidade, eficiência e efetividade da persecução penal, da 2ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.
- Foi Membro do Grupo de Trabalho sobre Fundo Penitenciário (GT FUNPEN) da 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.
- Foi Membro da Comissão de Juristas da Câmara dos Deputados que trabalhou na modernização da Lei de Entorpecentes e do Sistema Nacional de Políticas Públicas, sob a Presidência do Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Marcelo Navarro Ribeiro Dantas.
- Foi Membro do Grupo de Apoio e Gerenciamento de Crises na Procuradoria da República no Rio Grande do Norte.
- Foi Membro do Subcomitê Temático do Sistema Integrado de Gestão Estratégica e Governança – SIGE do Ministério Público Federal, indicada pelo Comitê

de Gestão Estratégica da Procuradoria Geral da República.

- Foi Membro do Grupo de Trabalho Estadual de acompanhamento das medidas governamentais e privadas relacionadas ao Coronavírus no âmbito da Procuradoria da República no RN.
- Foi Membro da Comissão de Resgate da Memória da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte.

Na área acadêmica:

- Graduiu-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN (aluna laureada).
- Mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília – UCB (Orientador: Prof. Dr. Néfi Cordeiro. Dissertação: Colaboração Premiada: Procedimento e Análise Econômica).
- Atualmente cursa Doutorado em Direito pela *Universidad de Salamanca*, Espanha (Orientador: Prof. Dr. Lorenzo Mateo Bujosa Vadell).
- Membro do Corpo Editorial do periódico *Economic Analysis of Law Review* (2015-2016).
- Foi Professora do Curso de Especialização em Direito Penal e Processo Penal da ESMARN (Escola Superior da Magistratura do RN).
- Foi Professora Substituta de Teoria Geral do Processo e Direito Processual Civil da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

- Foi Professora de Direito Penal, Processo Penal e Direitos Humanos na Fundação Escola Superior do Ministério Público do RN (FESMP/RN).
- Autora do livro *Colaboração Premiada*, lançado em 2017 pela Editora Del Rey, com sua terceira (3ª) edição, revista e atualizada, lançada em 2022. O livro é resultado da dissertação de mestrado.
- É Membro da Academia de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte – ALEJURN, desde 2022, ocupando a Cadeira 02, cujo patrono é o ex-Ministro do STF, o potiguar Amaro Cavalcanti, e que foi ocupada anteriormente unicamente pelo Ministro do STJ, o potiguar José Augusto Delgado.

Possui vários artigos publicados, bem como capítulos em livros:

1. FONSECA, CIBELE/ B. G. DA. *Colaboración con la Justicia (Delación Premiada) en Brasil y en España*. In: VADELL, Lorenzo Bujosa. (Org.). *Administración, Hacienda y Justicia en el Estado Social*. 1 ed. Valencia: Tirant Lo Blanch, 2021, v. 1.

2. FONSECA, CIBELE B. G. DA. *Colaboração Premiada na Lei Anticrime*. In: CHOERI, Cecília; KRUEGER, Guilherme; PANOEIRO, José Maria. (Org.). *Criminalidade Econômica e Empresarial: Escritos em homenagem ao professor Artur Gueiros*. 1 ed. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2021, v. 1, p. 1-1264.

3. FONSECA, CIBELE B. G. DA. *Gravação das tratativas do acordo de colaboração premiada no Brasil*. In: FONSECA, Isabel Celeste M.; BUJOSA VADELL, Lorenzo. (Org.). *Sociedade, direitos e transição digital*. 1 ed. Braga, Portugal: Escola de

Direito da Universidade do Minho, Portugal, 2021, v. 1, p. 377-402.

4. FONSECA, CIBELE B. G. DA.; SIQUEIRA, Lia de Souza ; DUARTE, Antonio Pereira ; TABAK, B. M.; AGUIAR, J. C. Análise Comportamental da aplicação do princípio da insignificância ao crime de descaminho. In: TABAK, Benjamin Miranda; AGUIAR, Julio Cesar de. (Org.). *Direito, economia e comportamento humano*. 1 ed. Curitiba: Editora CRV, 2016, v. 1, p. 313-330.

5. FONSECA, CIBELE B. G. DA.; SIQUEIRA, LIA de Souza; RIBEIRO, Diaulas Costa. Ministério Público dos Estados Unidos da América: uma análise das atuações federal e estadual. In: RIBEIRO, Diaulas Costa; SANTOS, Julio Edstron S. (Org.). *Direito Constitucional no Estado de Crise*. 1 ed. Brasília, DF: KI-RON, 2016, v. 1, p. 295-330.

6. FONSECA, CIBELE B. G. DA. Colaboração Premiada na Itália. In: VITORELLI, Edilson. (Org.). *Temas atuais do Ministério Público Federal*. 1 ed. Salvador, Bahia: JusPodium, 2016, v. 1, p. 1133-1150.

7. FONSECA, CIBELE B. G. DA; TABAK, B. M.; AGUIAR, J. C. A colaboração premiada compensa? In: TABAK, Benjamin Miranda; AGUIAR, Julio Cesar de.. (Org.). *O Ministério Público e os desafios do século XXI: uma abordagem juseconômica*. 1 ed. Curitiba - Paraná: EDITORA CRV, 2015, v. 1, p. 19-54.

8. FONSECA, CIBELE B. G. DA. Transporte interestadual. In: NAIDE MARIA PINHEIRO. (Org.). *Estatuto do idoso comentado*. 1 ed. Campinas/SP: Servanda, 2008, v. 1, p. 297-305.

Antes do MPF:

- Foi Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte de 1997 a 2002 (aprovada em primeiro lugar), onde atuou nas Comarcas de Nísia Floresta, São Rafael e Natal. Em Nísia Floresta e Natal foi agraciada com os respectivos Títulos de Cidadã, por sua atuação no MPRN.
- Foi Procuradora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, de 1996-1997 (também aprovada em primeiro lugar), atuando como Procuradora-Geral Substituta da UFRN em várias ocasiões.

Prêmios e títulos:

- Prêmio Margarida de Boas Práticas em Equidade de Gênero, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (2022).
- Medalha de Mérito Social Maria do Céu Fernandes, em homenagem ao dia internacional da mulher. Assembleia Legislativa do Estado do Rio grande do Norte (2020).
- Diploma Capitão PM Marina Régia Galhardo Rocha Leôncio, da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, pelo reconhecimento em razão da atuação como Procuradora Regional Eleitoral nas Eleições 2018 (2019).
- VII Prêmio República - 3º lugar na categoria “Eleitoral” com a iniciativa “Operação Sufrágio 2018” - Parceria entre PRE/RN e o GAECO/MPRN no combate à corrupção eleitoral. Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR (2019).

- Diploma de reconhecimento de êxito na defesa do regime democrático nas Eleições 2018, como PRE RN. Procuradoria-Geral da República (2019).
- V Prêmio República - 3º lugar na categoria Criminal “Grupo de Trabalho Utilidade, Eficiência e Efetividade da Persecução Penal”. ANPR - Associação Nacional dos Procuradores da República (2017).
- IV Prêmio República - 1º lugar na categoria “Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional” com a iniciativa “Emergência Fabricada”. ANPR - Associação Nacional dos Procuradores da República (2016).
- IV Prêmio República - 3º lugar na categoria “Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional” com a iniciativa “Audiência de Custódia”. ANPR - Associação Nacional dos Procuradores da República (2016).
- Voto de Congratulação pela atuação como Procuradora Regional Eleitoral Auxiliar nas eleições 2014, Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (2014).
- Medalha de Mérito Nísia Floresta - Homenagem ao Dia Internacional da Mulher, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e das Minorias - Prefeitura do Natal (2009).
- Título de Cidadã do Estado do Rio Grande do Norte, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (2008).
- Homenagem dos Servidores da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte - PRRN (2008).
- Honra ao Mérito - Professora homenageada, Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (2007).

- Honra ao Mérito - Professora homenageada, Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (2007).
- Honra ao Mérito - Professora homenageada, Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (2006).
- Título de Cidadã do Município de Natal/RN, Câmara Municipal do Município de Natal/RN (2004).
- Paraninfa, Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (2001).
- Professora homenageada, Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (2001).
- Homenagem da Associação dos membros do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – AM-PERN (2001).
- Professora homenageada, Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (1999).
- Título de Cidadã do Município de Nísia Floresta/RN, Câmara Municipal de Nísia Floresta/RN (1999).
- Medalha de Mérito Estudantil (Láurea), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1996).



CADEIRA 03

PATRONO: ALVAMAR FURTADO DE MENDONÇA

Patrono Alvamar Furtado de Mendonça, natural de Natal/RN, nascido aos 13 de abril de 1915 e falecido em 18 de abril de 2002. Escritor, conferencista e orador. Primeiro Juiz concursado do Rio Grande do Norte. Consagrado intelectual potiguar, espelha a sua presença cultural através da oratória principalmente.

Palestrante e conferencista notável, eletrizava a plateia com seu brilho verbal. Igualmente elevava o talento quando era interpelado em entrevistas. Não há dúvida que a oralidade é o grau mais elevado da sua manifestação cultural. Todavia, quando es-

crevia o fazia com a elegância dos prosadores franceses pela “clareza de mentalidade e flexibilidade da inteligência”.

E não há dúvida ser o Ensaio a forma literária por ele mais usada. No plano cultural sempre foi distinguido por sua autoridade reconhecida nas pátrias letras e na literatura universal. Presidiu o Conselho Estadual de Cultura na sua composição inicial, sendo Membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras e representaria muito bem, o Estado, na área cultural, se alçado fosse à Academia Brasileira.

Foi orador oficial do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. A ele se aplicava o perfil oratório de Joaquim Nabuco, externado por Tobias Monteiro: “voz poderosa, límpida e sonora, o gesto sóbrio, o orador das tribunas latinas, a imaginação exaltada dos meridionais”.

Foi destacado esportista tendo predileção pelo remo, recebendo aclamações e medalhas por muitos anos de competição no poético estuário do Potengi, envergando as cores do Centro Náutico. Como ele mesmo conta, teve uma mocidade difícil na idade escolar, encontrando dificuldades ao longo da jornada.

Sabia que na vida não se caminha em tapetes de rosas, e que, segundo Homero, somente aos deuses é reservado o riso, contentando-se os homens com as lágrimas. Aos vinte e oito anos de idade, em 1943, sendo Diretor do Atheneu, promoveu um Curso de Conferências que ficou célebre pela agitação cultural que causou e pelo aproveitamento alcançado; tendo, também, preparado os espíritos para o centenário de nascimento de Anatole France, que se daria no ano seguinte.

Exerceu o Magistério no citado Colégio e em outros desta Capital. Foi professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Magistrado com assento no Plenário do Tribunal Federal do Trabalho.

Pertenceu ao Rotary Clube Internacional tendo sido Governador pelo consenso unânime de seus ilustres pares. No reinado de um dos Imperadores Romanos pontificava, em suas Palestras, tal anagnosta, ao lado do erudito Sêneca, outro pensador de rara sabedoria: Petrônio, o Árbitro da Elegância. Integrou o Conselho Estadual de Cultura do Estado do Rio Grande do Norte e foi o nosso Árbitro da Elegância Oratória – Alvar Furtado, o intelectual de cultura humanística.



CADEIRA 03

ACADÊMICO FUNDADOR: FRANCISCO FAUSTO PAULA DE MEDEIROS

Acadêmico Francisco Fausto Paula de Medeiros nasceu em Areia Branca/RN, no dia 13 de maio de 1935 e faleceu no dia 30 de julho de 2016. Graduou-se como Bacharel na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Trabalhou na Administração do município de Natal como Assessor Técnico da Secretaria de Estado de Educação e Cultura e da Secretaria de Estado de Finanças.

Em agosto de 1961, foi nomeado para o cargo de Suplente de Juiz do Trabalho da 6ª Região. De 1968 a 1978, atuou como

Presidente das Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJ) de Natal (RN), Mossoró (RN), Recife (PE), Escada (PE) e Jaboatão (PE).

Em março de 1978, foi nomeado para o cargo de Juiz Togado do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, mediante promoção por merecimento. Nessa condição, representou o Tribunal em eventos como o Congresso Iberoamericano de Direito do Trabalho, em Fortaleza (1979); Congresso Latino-Americano de Direito do Trabalho, em Passo Fundo (RS); 1º Simpósio Nacional de Reforma da Consolidação das Leis do Trabalho, também em Passo Fundo (RS); Congresso Internacional de Direito do Trabalho, na Bahia; Congresso Nacional Pós-Constituinte, em Recife.

Foi condecorado com a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região; com a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Tribunal Superior do Trabalho, no Grau Comendador; Medalha do Mérito Epitácio Pessoa, do TRT da 13ª Região; e com a Medalha do Mérito Judiciário Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Em março de 1987, foi eleito Vice-Presidente do TRT. Dois anos depois, foi nomeado Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Sua posse ocorreu em 30 de novembro de 1989. Foi Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, no período de agosto de 2000 a junho de 2001, e Vice-Presidente de 2001 a 2002.

Exerceu a Presidência do TST de março a abril de 2002, em mandato complementar, cumulativo com as funções na Vice-Presidência. Na sequência, foi eleito Presidente do TST no período de 2002 a 2004. Aposentou-se no dia 04 de junho de 2004, dois meses após o término de seu mandato como Presidente do TST.



CADEIRA 03

ACADÊMICA E PRIMEIRA SUCESSORA:
ISABEL HELENA MEIRA E SILVA
CAVALCANTI MARINHO

Acadêmica Isabel Helena Meira e Silva Cavalcanti Marinho, brasileira, casada, graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, advogada militante, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio Grande do Norte, mestra em Direito Público pela Universidade Federal do Ceará, com área de concentração em Direito Constitucional.

Concluinte da 1ª Turma da Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte (27/08/1995) e Concluinte da 1ª Turma da

Escola da Magistratura do Trabalho da 21ª Região – ESMAT – 21/12/1999.

Foi coordenadora do Curso de Direito da Faculdade Câmara Cascudo, em Natal, setembro de 2005. Professora Universitária, nos Cursos de Administração, Marketing, Turismo e Hotelaria na Faculdade Câmara Cascudo, em Natal/RN, desde agosto de 2003. Professora Universitária, na Faculdade de Direito Mater Christi, Mossoró/RN, desde agosto de 2005. Professora Universitária da Faculdade Direito de Natal (FAL).

- Membro das bancas examinadoras para a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, nas disciplinas de Filosofia e História do Direito do concurso de provas e títulos para docentes e técnicos especializados, realizado pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, UERN, no período de 18 a 21 de setembro de 2005, em Mossoró/RN;
- Membro das bancas examinadoras da Faculdade Câmara Cascudo de Direito Privado, disciplina Direito Comercial para o curso de Administração, para o concurso de provas e títulos;
- Presidente do Conselho Estadual da Mulher do Rio Grande do Norte, empossada em 08 de março de 2004;
- Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no curso de Direito, disciplina Prática Jurídica;
- Professora de Introdução ao Estudo do Direito, na Faculdade Maurício de Nassau, entre os anos de 2013 a 2016;
- Professora da disciplina de Ética Profissional, décimo período de Direito da Faculdade Maurício de Nassau, 2016/1;

- Professora das disciplinas, Estatuto do idoso e Estatuto da criança e adolescente no sétimo período de Direito da Faculdade Maurício de Nassau, 2016/1;
- Professora da disciplina Tópicos integradores, no terceiro período de Direito, 2016/1, Faculdade Maurício de Nassau;
- Presidente da comissão de estágio e exame de ordem, da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Rio Grande do Norte, para o primeiro exame de ordem no ano de 2004, onde elaborou as provas de Direito penal e Processo penal, para o primeiro exame unificado para a região Nordeste.
- Defensora pública temporária, no RN, entre os anos de 2005 e 2008;
- Voluntária no Hospital do Câncer/RN;
- Homenageada na Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do RN, pelos relevantes serviços prestados à instituição, ano de 2015;
- Aprovada por unanimidade para receber o título de Cidadã Natalense, propositura do vereador Júlio Protásio, 2016;
- Elaborou o manual “os direitos da mulher a partir da Constituição”, cujo lançamento se deu em 08 de março de 2005.
- Participou do I Encontro Estadual de Ensino Jurídico do RN, realizado entre os dias 24 e 25 de novembro de 2005;
- Participou do curso de Direito Eleitoral, promovido pela escola do TRE/RN no período de maio de 2013.

- Participou, como palestrante, da mesa-redonda, *a mulher e o corpo, várias visões, um só olhar*, em 05 de março de 2015, promovido pela Sociedade de Odontologia do Estado do Rio Grande do Norte e Federação Internacional de Odontologia, como representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RN;
- Participou, como palestrante, da III Semana Brasileira de Enfermagem Maurício de Nassau, maio/2016, onde também foi homenageada;

Atividades atuais:

- Militando na advocacia, com ações em andamento nas varas da Justiça Federal (família, trabalhista, sucessões e juizado especial), nesta capital e em municípios do Grande Natal, atuante no tribunal do júri.
- Leciona na Faculdade Maurício de Nassau, Natal/RN, no primeiro, terceiro, sétimo e décimo períodos (disciplinas: Introdução ao Estudo do Direito, Ética, Estatuto da Criança e do Adolescente e Tópicos integradores;
- Palestrante em seminários sobre violência e Lei Maria da Penha;
- Consoante portaria de número 101/2013, assinada pelo sr. Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Estado do Rio Grande do Norte passa a ser membro da *comissão de defesa das prerrogativas e valorização da advocacia desta seccional*;
- Consoante portaria de número 148/2013, emitida pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, foi designada e empossada em data de 28 de maio,

como membro da *comissão especial da mulher advogada* do Conselho Federal. Brasília, 28 de maio de 2013.

- Membro da comissão de acesso à justiça da Ordem dos Advogados do Brasil, no Conselho Federal da OAB;
- Designada para a secretaria do Instituto Teotônio Vilela, órgão ligado ao partido da social-democracia brasileira (PSDB), maio de 2013;
- Designada para atuar como conciliadora na justiça estadual do Rio Grande do Norte, em portaria publicada no Diário Oficial (maio/2016);
- Designada para presidente do Instituto Teotônio Vilela, ligado ao partido da social-democracia (PSDB/RN, maio de 2015), onde permanece.

Atividades exercidas:

- Advogada voluntária na assistência jurídica da OAB/RN, em Natal/RN, no período de 1998 até os dias atuais;
- Secretária-geral adjunta da Ordem dos Advogados do Brasil, Natal/RN, conforme ata de posse datada de 01/01/2001, registrada no 2º (segundo) ofício de notas, RTD – Natal/RN;
- Em 19 de julho de 2002, passou a responder pela secretaria geral da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Rio Grande do Norte, através da portaria nº 084/2002 – GP/OAB;
- Primeira presidente da Comissão da Mulher Advogada OAB/RN, designada através da portaria de nº 067/2001;

- Coordenadora do departamento de serviços administrativos da escola superior de advocacia da OAB/RN, conforme portaria nº 032/2001;
- Membro da Comissão da Criança e do Adolescente da OAB/RN – portaria nº 051/2001;
- Membro titular do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor – CEDE, consoante publicação no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, datado de 31/07/2001 (processo nº 274080/2001- GAC. Empossada em 25/10/01);
- Membro do Conselho Estadual da Mulher, como representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/RN, biênio 2001/2003;
- Membro do Conselho de Defesa do Consumidor do Estado do Rio Grande do Norte;
- Membro do Conselho Penitenciário do Estado do Rio Grande do Norte;
- Convidada pela OAB Federal a permanecer no cargo de secretária-geral no período da intervenção federal, em dezembro de 2003;
- Agraciada com o diploma de mérito *amiga da academia*, pela Academia Feminina de Letras do Rio Grande do Norte, em 18 de outubro de 2005;
- Presidiu a reunião ampliada regional de políticas públicas para mulheres polo Caicó em 14 de maio de 2004;
- Presidiu a *reunião regional de políticas públicas* para mulheres, em Natal (21 de maio de 2004);

- Coordenadora da assistência judiciária da OAB/RN, conforme portaria de nº 041, datada de 02 de agosto de 2004;
- Participou do I Seminário Jurídico de Direitos Humanos realizado na OAB/RN, em data de 17 de junho de 2004;
- Participou do seminário *Construindo uma rede de cidadania na região metropolitana: um esforço comum na prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher* (09 de março de 2005);
- Cadastrada no CNPQ – Conselho Nacional de Pesquisa, em data de 13 de março de 2005;
- Proferiu palestra sobre *reconhecimento do profissional do turismo*, alusivo à I SEMTUR (31 de maio de 2005);
- Participou do *I Seminário sobre questões atuais do Direito Civil*, produção da Escola Superior da Advocacia juntamente com a OAB e o PRAETORIUM/SAT/Natal;
- Palestrante no II Simpósio de Direito Internacional, conflitos internacionais, mercado exterior, direitos humanos e mar territorial, promovido pela UNP/RN, de 09 a 10 de junho de 2005;
- Participou do seminário *O que a programação neurolinguística pode fazer por você* – Faculdade Câmara Cascudo (15 de julho de 2005);
- Participou do VIII Encontro pedagógico da Faculdade Mater Christi em Mossoró (28 a 30 de julho de 2005);
- Estágio na Justiça Federal do Rio Grande do Norte, sob a supervisão do Dr. José Augusto Delgado, então juiz federal (maio/novembro 1977);

- Estágio no Palácio da Justiça, sob supervisão do desembargador José Gosson (janeiro a dezembro de 1976);
- Advogada desde 10/08/79;
- Estágio curricular, durante trezentos e quinze horas (UFRN);
- Seminário sobre “Reforma do Código de Processo Civil” (maio/1995);
- Aprovada em concurso público do Tribunal de Justiça/RN (Diário Oficial do Estado, 18/09/96);
- Aprovada em concurso público do Tribunal de Justiça/RN, para o cargo de oficial de justiça (Diário Oficial do Estado, 30/08/96);
- Exerceu o cargo de assessora no Tribunal de Justiça em Natal/RN, no período de 19/01/88 a 30/05/97;
- Aprovada em segundo lugar em concurso na Defensoria Pública do RN;
- Convocada como conciliadora para a Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (abril de 2016);
- Voluntária nas eleições de 1996, exercendo a função de presidente;
- Advogada militante, nas varas cíveis (família, sucessões e tribunal do júri);

Possui Aperfeiçoamento Técnico:

- Seminário sobre Direito Tributário, realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1977);
- Seminário sobre a *reforma do Código de Processo Civil*, realizado entre 15 e 19/05/95;

- I Curso sobre *rotinas trabalhistas*, promovido pelo SAI-TERN (25 a 28/05/98);
- Participou do curso sobre Direito de Família, promovido pela OAB/RN (novembro de 1999);
- Curso sobre *responsabilidade civil – novas perspectivas*, realizado pelo Instituto de Estudos Jurídicos do Rio Grande do Norte (04/08/2000);
- *Encontro Nacional de Direito Constitucional*, promovido pela Fundação Escola Superior do Ministério Público (FESMP), em novembro de 2000;
- Encontro Nacional dos Advogados do Nordeste, promovido pela OAB/RN, através da Escola Superior de Advocacia do Rio Grande do Norte (março/2001);
- I Seminário Norte-rio-grandense de Direito de Família e matérias afins, realizado pela AMARN (Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte) e IBDFAM Instituto Brasileiro de Direito de Família (maio/2001);
- *Encontro sobre saúde reprodutiva*, realizado em Natal/RN (28 a 30 de outubro de 2001);
- Participou do I Seminário de Direitos Humanos e Cidadania, promovido pela comissão de direitos humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (12 a 14 de novembro de 2002);
- Participou do curso de Direito Ambiental Urbanístico do Rio Grande do Norte (14 a 16 de junho de 2002);
- Participou do PHD jurídico, curso de Direito Constitucional e de Controle da Constitucionalidade (27/10/2001);

- Participou do I Encontro Norte-rio-grandense de Processo Penal, realizado no hotel Parque da Costeira, promovido pela INFOC, (13 a 15 de dezembro de 2001). Carga horária de 20 horas;
- Participou do Encontro de Ciências Criminais, promovido pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – FESMP/RN, em conjunto com o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM (04 a 06 de abril de 2002). Carga horária, 25 horas;
- Participou do I Encontro do Ministério Público, da Advocacia e da Magistratura, em prol do meio ambiente (03 de junho de 2002). Carga horária, 8 horas;
- Participou do seminário *grandes temas jurídicos: o novo código civil*, promovido pela Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte – ESMARN, conjuntamente com o Instituto Brasileiro de Ensino e Cultura (15 de junho de 2002). Carga horária, 20 horas;
- Participou do II Congresso Brasileiro de Direito Processual (04 a 06 de julho de 2002). Carga horária, 16 horas;

Cursos Complementares – IDIOMAS:

- Inglês – Sociedade Cultural Brasil Estados Unidos;
- Francês – Aliança Francesa, não concluído;
- Espanhol, cursando intermediário, no CIM, Centro de Idiomas Modernos.

Artigos que publicou:

- Manual dos direitos da mulher a partir da constituição;
- Artigo sobre direitos da mulher;
- Artigo sobre violência doméstica;
- Em fase de edição: “Por um Direito do Turismo a partir da Constituição”;
- Em fase de conclusão: “Os Direitos do Nascituro”.
- Em fase de conclusão: “O idoso e suas garantias constitucionais”;
- Artigo publicado no jornal Dia a dia em Mipibu, sobre “violência contra a mulher” (Maio /2016);
- Curso de Técnica de Relacionamento e Comunicação – Serviço Social da Indústria, Natal/RN (30/06 a 04/07/75);
- Ciclo de Conferências sobre a Cultura Norte-rio-grandense (15 a 23/09/75);
- Seminário Regional de Segurança de Saúde, Ministério do Trabalho (14/07/76);
- Curso de Cerimonial e Protocolo (15/06/96);
- Curso de Qualidade de Serviço em Hotelaria, promovido pelo curso de Turismo da Universidade Federal do RN (19/06/98);
- Curso: Como Iniciar seu Próprio Negócio. SEBRAE (06/07/98);
- Curso: Como Administrar uma Pequena Empresa. SEBRAE (17/08/98).



CADEIRA 04

PATRÃO: AMÉRICO DE OLIVEIRA COSTA

Patrão Américo de Oliveira Costa nasceu em Macau/RN, aos 22 de agosto de 1910 e faleceu em Natal/RN no dia 1º de julho de 1996. Era filho de Pedro Vicente da Costa e de Vitória Alves da Costa. Estudou, inicialmente, no Ginásio Diocesano Santa Luzia, em Mossoró/RN; no Ginásio Pernambucano e no Atheneu Norte-rio-grandense; depois, na Faculdade de Direito do Recife, bacharelando-se em 1935.

Foi promotor Público de Currais Novos (1938) e Mossoró (1941); Juiz do TRE – Tribunal Regional Eleitoral (1946, reconduzido em 1950, renunciando ao cargo em 1951 e a ele retor-

nando em 1961); Secretário-geral do Estado (1951-1955) e Procurador do Estado (1955), cargo no qual se aposentaria (1963).

“No Governo Sylvio Pedroza”, coloca Veríssimo de Melo, “respondeu pelos expedientes das Secretarias de Estado de Educação e Cultura, Fazenda e Saúde Pública” (Patronos e Acadêmicos, Vol. II. p. 278). Foi, ainda, professor, lecionando na Escola Normal de Natal (hoje, Instituto de Formação Presidente Kennedy) e na Escola Doméstica de Natal, em nível secundário, e nas Faculdades de Direito e Jornalismo “Eloy de Souza”, respectivamente titular das cadeiras de Direito Internacional Público e de Cultura Brasileira.

Além de membro do Conselho Estadual de Cultura, foi um dos fundadores e presidente da Aliança Francesa de Natal e pertencia a várias instituições culturais do Estado, dentre as quais o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a Academia Norte-rio-grandense de Letras, ali ocupando a cadeira n.º 27 cujo Patrono é o romancista Aurélio Valdemiro Pinheiro.

Colaborou durante vários anos nos jornais A República, Diário de Natal e O Poty, locais, e no Diário de Pernambuco, geralmente atendo-se às secções de crítica literária. Publicou plaquete com o discurso de posse na ANL, Aurélio Pinheiro: Tentativa de Estudo Crítico e Biográfico (Natal, 1950), e os seguintes livros: *Viagem ao Universo de Câmara Cascudo* (Natal, 1969), premiado nacionalmente em concurso literário promovido pela Fundação José Augusto; *A Biblioteca e Seus Habitantes* (1ª ed., 1970; 2ª ed., 1982); *Seleção de Luís da Câmara Cascudo* (organização, estudos e notas), 1976, e *O Comércio das Palavras* (1989, 1991, 1992 e 1994).

Sobre *A Biblioteca e Seus Habitantes*, escreveu Carlos Drummond de Andrade: “Não lhe direi nada de novo assinalando a visível originalidade de seu trabalho [...], que não escapará a ne-

nhum leitor. Seu livro encerra um mundo de leituras e ideias, em notável concentração” (carta ao autor, março, 1971). Américo de Oliveira Costa, que foi inclusive agraciado pelo governo francês com o título de “Chevalier des Palmes Academiques” face a importância do seu trabalho na difusão da cultura francesa, faleceu em Natal, a 01 de julho de 1996. Bibliografia:

COSTA, Américo de Oliveira. O Comércio das Palavras. Rio de Janeiro: Editora Presença, 1989.

GOSSON, Eduardo Antônio. Sociedade e Justiça:

História do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte. Natal: DEI, 1998.

MELO, Veríssimo Pinheiro de. Patronos e Acadêmicos, Vol. II. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1974.

Américo de Oliveira Costa nasceu em Macau em 22 de agosto de 1910.

Colaborador da Resistência Francesa na Segunda Guerra Mundial, feito que o distinguiu mais tarde com condecorações de Cavaleiro e Oficial das Palmas Acadêmicas e Cavaleiro e Oficial da ordem Nacional do Mérito, do governo francês, além de cônsul honorário da França, em Natal, a vida intelectual de Américo de Oliveira Costa se dividiu entre a paixão pela cultura francesa e a dedicação à cultura de nossa terra. É prova dessa segunda paixão seus livros *Viagem ao Universo de Câmara Cascudo*, vencedor do Prêmio Nacional Luís da Câmara Cascudo da Fundação José Augusto, de 1969, e a *Seleção de Luís da Câmara Cascudo* (organização, estudos e notas).

Um dos fundadores da Aliança Francesa em Natal, seu amor à cultura francesa se expressa nas compilações que fez na sua vasta biblioteca, e que reuniu nos livros *A Biblioteca e seus Habitantes e o Comércio das Palavras*, (em quatro volumes) onde

predominam citações de autores clássicos, sobretudo franceses. Formado em Direito pela Faculdade do Recife, em 1935, foi prefeito eleito do município de Bebedouro, atual Agrestina, em Pernambuco, de 1935 a 1937, cassado pelo Estado Novo. Em Natal, foi chefe de gabinete do governo de Rafael Fernandes, promotor de Justiça em Currais Novos e em Mossoró, diretor do Departamento de Estatística e secretário-geral do Estado nos governos de Dix-Sept Rosado Maia e Sylvio Pedroza. Foi procurador do Estado e por duas vezes juiz do Tribunal Eleitoral, professor do Colégio Diocesano de Mossoró, do Ginásio Sete de Setembro, da Escola Doméstica, da Escola Normal, da Faculdade de Jornalismo Elóy de Souza e da Faculdade de Direito (titular e emérito) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

No jornalismo, escreveu em *O Mossoroense*, de Mossoró, em *O Festeiro*, do Recife, em *A Notícia*, no *Diário da Manhã* e no *Diário de Pernambuco*. Foi secretário dos Diários Associados de Natal e colaborou em outros jornais da cidade, como *Tribuna do Norte*. Foi o primeiro jornalista a manter uma crônica diária na Rádio Poti, intitulada “Gazeta Sonora”. Foi membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras – onde ocupou a cadeira cujo patrono era o seu conterrâneo Aurélio Pinheiro; do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte; do Conselho de Cultura do Estado do Rio Grande do Norte e membro correspondente do Pen-Club do Brasil.



CADEIRA 04

ACADÊMICA FUNDADORA: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO WANDERLEY DE CASTRO

Acadêmica Maria do Perpétuo Socorro Wanderley de Castro, filha de Adherbal da Costa Wanderley e Francisca Machado Wanderley Nascimento. Nasceu aos 19 de agosto de 1950, na cidade de Assu/RN.

Graduação superior em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN – 1969 a 1973. Especialização em Direito do Trabalho, pelo Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN,

de maio a agosto de 1979, com trabalho de conclusão sobre “A mulher e a previdência social”. Mestrado em Direito, Processo e Cidadania pela UNICAP(Pernambuco), de 2010 a 2011, com dissertação “Terceirização: uma expressão do Direito Flexível do Trabalho na sociedade contemporânea”.

Aprovação em concurso para Inspetor do Trabalho, promovido pelo DASP/CODERSEL. Aprovação em concurso para Procurador Autárquico/Assistente Jurídico promovido pelo DASP/CODERSEL, em 1975. Aprovação em concurso para Procurador do Estado do Rio Grande do Norte (3ª classe), em 1980. Aprovação em 1º lugar no concurso para Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, em janeiro de 1987. Aprovação em 2º lugar em concurso para Professor Substituto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 1995.

Inspetor do Trabalho na DRT/RN (Natal) de agosto de 1975 a março de 1976. Procuradora Autárquica do Instituto Nacional de Previdência Social, Superintendência do Rio Grande do Norte e, posteriormente, Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS, Superintendência do Rio Grande do Norte, de março de 1976 a fevereiro de 1987. Juíza eleitoral, integrante do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (categoria jurista) no biênio 1981/1983. Juíza Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região no biênio 1998/2000. Diretora da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, para o biênio 2011/2012.

Juíza convocada para atuar no Tribunal Superior do Trabalho 4ª Turma (2002 a 2003). Juíza convocada para atuar no Tribunal Superior do Trabalho 1ª Turma (2005 a 2007). Juíza auxiliar da Vice-Presidência, no Tribunal Superior do Trabalho (2017 a 2018).

Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, nomeada em 17/02/1992, em exercício. Professora do Departamento de Direito Privado (Direito Civil) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1995, em exercício.

Medalha do Mérito Universitário na conclusão do Curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito da UFRN, em 1973. Medalha Nísia Floresta, outorgada pelo Conselho dos Direitos da Mulher e das Minorias, Município de Natal, em 1998. Medalha do Mérito Judiciário, grau Grande Oficial, outorgada pelo Tribunal Superior do Trabalho, em 2000. Medalha de Honra do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (2000). Título de Cidadã Natalense, pela Câmara Municipal de Natal (2000). Título de Cidadão Mossoroense, pela Câmara Municipal de Mossoró (2003). Conselheira da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio Grande do Norte, nos biênios 1979/1981 e 1983/1985. Membro da Comissão de Arbitragem e Conciliação da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Rio Grande do Norte, em 1983. Membro da Comissão Examinadora dos II e III Concurso Público para Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, ano de 1989. Membro da Comissão Examinadora dos I e II Concurso Público para Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, ano de 1993. Homenagem do Coletivo Leila Diniz. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Membro da Comissão Examinadora na prova oral do VI Concurso Público para Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, ano de 2011.

Trabalhos publicados:

- Autonomia do Direito Previdenciário, Rio de Janeiro: Revista de Previdência Social, 1980.

- Direito Previdenciário Brasileiro, edição do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, Rio de Janeiro, 1984.
- Aspectos Processuais da Reintegração do Dirigente Sindical, tese ao 5º Congresso Brasileiro de Direito Processual do Trabalho, São Paulo: LTr, 1993.
- O aborto e o Direito do Trabalho na obra coletiva Democracia e Direito do Trabalho, coordenada por Luiz Alberto de Vargas, São Paulo: LTr 1995.
- O conhecimento da gestação pelo empregador ante os direitos da personalidade, São Paulo: Revista LTr, março de 1995.
- Salário e Jornada de trabalho, tese ao IV Congresso Brasileiro de Direito Individual do Trabalho, São Paulo: LTr, 1996.
- Alteração do contrato de trabalho na obra coletiva Manual de Direito do Trabalho – Estudos em Homenagem ao Prof. Cássio Mesquita Barros, coordenada por Bento Herculano Duarte, São Paulo: LTr, 1998.
- Novas disposições sobre o trabalho da mulher, Natal: Revista do Ministério Público do Trabalho do Rio Grande do Norte, n. 2, agosto de 1999.
- Além das colinas de Esparta, Natal: Revista do TRT/21ª, junho de 1994.
- A conciliação na Justiça do Trabalho, Natal: Revista do TRT/21ª, dezembro de 1994.
- O novo agravo de instrumento no processo do trabalho, Natal: Revista do TRT/21ª, 2000.

- Do salário em utilidade, Natal: Revista do TRT/21ª, 2001. 13. “Execução na Justiça do Trabalho”. Livro em homenagem ao Ministro Francisco Fausto. Coordenadora e colaboradora: São Paulo: LTr Editora, 2003.
- Prazo: nem vinte, nem três anos, Natal: Revista do TRT/21ª, 2004. 15. O novo Código Civil e o contrato de trabalho sob lições de Orlando Gomes, São Paulo: Revista LTr, vol. 66, 2004.
- Relações de Trabalho na Internet, São Paulo: Revista Synthesis, 2004.
- A concretização da proteção da maternidade no Direito do Trabalho, São Paulo: Revista LTr, 2005.
- A Lei Maria da Penha e o processo do trabalho, São Paulo: Associação Juízes para a Democracia, 2006.
- Autenticação de documentos – A recente Lei nº 11.915/2009, São Paulo: Suplemento Trabalhista 090/09, Editora LTr, 2009.
- Flexisegurança: Novo ataque ao Direito do Trabalho, Natal: Revista do TRT/21ª, 2009.
- A dignidade da pessoa humana nas relações de trabalho, Brasília: Revista do TST, vol. 75, número 03, julho/setembro de 2009. 22.
- O conceito de tempo de sobreaviso e as tecnologias da comunicação. Brasília: Revista do TST. Vol. 78, número 01, jan/março de 2012.
- As relações de trabalho terceirizadas na perspectiva dos Direitos da personalidade. In: Estudos aprofundados da magistratura trabalhista. Obra coletiva. Coord. Miessa, Élisson; Correia, Henrique. Salvador: JusPodium, 2013.

- A colaboração: variações entre o Direito clássico do trabalho e o Direito flexível do trabalho. Interface. Revista Virtual. NEPSA. UFRN. Natal, 2013 (SkyDrive – Apresentação Interface 0k2.pptx).
- Terceirização: o direito flexível do trabalho, LTr. São Paulo, 2012 e 2014.
- O deslocamento de trabalhadores e a postulação de seus direitos na Justiça do Trabalho, na obra coletiva Estudos Aprofundados – Magistratura do Trabalho, coordenada por Élisson Miessa e Henrique Correia, Salvador: Jus Podium, 2014.
- A locomoção do empregado: risco, periculosidade e responsabilidade civil do empregador, na obra coletiva Estudos Aprofundados – Magistratura do Trabalho, Reforma Trabalhista, coordenada por Élisson Miessa e Henrique Correia, Salvador: Jus Podium, 2017.
- A terceirização de serviços: responsabilidade pela saúde do trabalhador e a pandemia Covid-19. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES), 2020.
- Mulher: lugar de fala, ENAMAT, 2022.



CADEIRA 05

PATRONO: FLORIANO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

Patrono Floriano Cavalcanti de Albuquerque nasceu em Belém/PA, no dia 10 de dezembro de 1895 e faleceu em 07 de outubro de 1973, em Natal/RN.

Primeiramente, ele estudou Direito em Recife/PE, onde a família Cavalcanti de Albuquerque é uma das mais tradicionais do Estado de Pernambuco. No entanto, somente em 1918 se mudou para as terras potiguares tornando-se juiz de Direito das Comarcas de Pau dos Ferros, Canguaretama e Natal.

Depois atuou como desembargador e foi um dos presidentes do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte. Além disso,

pertenceu ao Tribunal Eleitoral, diretor da *Revista do Tribunal de Justiça* e, por fim, presidente da Associação dos Magistrados do RN. Também atuou na parte educacional, pois já foi diretor da Escola de Aprendizes, hoje o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN).

Além disso, foi um dos fundadores da Faculdade de Direito junto com Otto de Brito Guerra, hoje integrante da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Também atuou na política. Foi Deputado Estadual e Deputado à Assembleia Constituinte, no qual elaborou a Carta Política de 1926. Em 1947, ele chegou a se candidatar a governador, mas perdeu as eleições.

Além disso, lecionou no Atheneu Norte-rio-grandense e integrou a Academia Norte-rio-grandense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.



CADEIRA 05

ACADÊMICO FUNDADOR: ARMANDO ROBERTO HOLANDA LEITE

Acadêmico Armando Roberto Holanda Leite é advogado militante, graduado em Direito pela UFRN e mestre em Direito Civil pela PUC-SP. Foi Promotor de Justiça do RN. Ocupou cargos de Procurador da República, procurador regional eleitoral e consultor-geral do Rio Grande do Norte. Foi presidente do Conselho Seccional e é membro vitalício da OAB/RN, ex-secretário de Estado, membro da Academia de Letras Jurídicas do RN.

O advogado e professor Armando Roberto Holanda Leite faz questão de dizer que “só fez nascer” em Minas Gerais. Veio para o Rio Grande do Norte aos dois anos de idade e construiu

aqui toda sua vida, incluindo uma longa e prestigiosa carreira jurídica. Membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras (ANL): Armando é o novo imortal da instituição, ocupando a cadeira número de 16, que pertenceu a outro advogado, Eider Furtado. Um título que para ele é símbolo de identidade e amizade.

A trajetória profissional de Armando Holanda é essencialmente ligada ao meio jurídico. São 50 anos ininterruptos de advocacia. Armando escreveu três livros para a área jurídica. Membro titular da Condição de Anistia do RN e é integrante da Academia de Letras Jurídicas do RN.

O advogado transmitiu seu conhecimento durante 19 anos como professor (hoje aposentado) do curso de Direito da UFRN, assim como na UnP, e na Escola de Magistratura do RN. O engajamento no meio potiguar lhe rendeu títulos de cidadão honorário de diversos municípios do estado, com destaque para os de Mossoró, Natal, e Macaíba – que é a sua terra de coração no RN. “A minha vida, a minha essência, o tudo da minha família é Macaíba. Eu sou de Macaíba!”, afirmou. Armando também recebeu o título de cidadão potiguar pela Assembleia Legislativa. E claro, sou torcedor do ABC com muito orgulho! Isso é importantíssimo para mim enquanto potiguar”, brinca.

Apesar de ter uma carreira essencialmente ligada ao Direito, Armando também chegou a se conectar com alguns segmentos culturais do estado. Ele presta uma assessoria jurídica informal ao Instituto Histórico e Geográfico do RN, tendo sido um dos responsáveis pelo encaminhamento da reforma do prédio que esteve pendente alguns anos atrás. Armando também teve uma breve passagem pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico – IPHAN – como superintendente local. Na ocasião, ele debateu a volta da Fortaleza dos Reis Magos para a administração do Estado.

O escritor e advogado Armando Holanda lançou no dia 23 de novembro de 2022, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte seu novo livro *Juvenal Antunes de Oliveira: o resgate* (Z Editora). Na ocasião, o autor do livro ministrou uma palestra sobre o poeta ceará-mirinense. Juvenal Antunes de Oliveira (1883-1941) que deixou obras literárias importantes como *Cismas* (1909), *Acreanas* (1922) e *Poesia circular* (1996). A obra *Acreanas* foi lançada em Rio Branco, capital do estado do Acre, onde viveu parte de sua vida e assumiu cargos públicos, participando, também, da fundação da Academia Acreana de Letras.



CADEIRA 06

PATRONO: EDGAR FERREIRA BARBOSA

Patrono Edgar Ferreira Barbosa nasceu em 16 de fevereiro de 1909 em Ceará-Mirim/RN e faleceu aos 67 anos, em 15 de fevereiro de 1976. Passou a infância em Ceará-Mirim/RN e, em 1921, aos 12 anos, veio para Nata/RN onde estudou no Colégio Marista até 1929. Trabalhou em jornais, dentre eles *A República*, iniciando aos 18 anos como revisor, depois chefe-redator, chegando a Diretor da Imprensa Oficial. Casou-se jovem, aos 21 anos, com a pianista Dolores Albuquerque e teve 4 filhos.

Formou-se aos 23 anos, em 1932, na Faculdade de Direito do Recife/PE. Foi um dos fundadores da OAB/RN. Exerceu a profissão de advogado por pouco tempo, pois logo resolveu

abraçar a magistratura, como Juiz Federal substituto em 1937. Professor de Português do Atheneu e da Escola de Aprendizes de Artífices (IFRN), ocupou a cadeira nº 5 da Academia Norte-rio-grandense de Letras chegando ao cargo de presidente.

Foi membro de honra da Aliança Cultural Franco-Brasileira, Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Brasil-Estados Unidos, Redator-Secretário da Revista do Tribunal de Justiça e Presidente do Rotary Clube. Professor de Direito Constitucional e Legislação de Menores, de Direito Internacional e Teoria Geral do Estado da Faculdade de Direito de Natal, da qual foi um dos fundadores. Foi professor, também de Filosofia Românica e Literatura Brasileira e Portuguesa da Faculdade de Filosofia de Natal, onde foi Diretor. Juntamente com Onofre Lopes, ajudou a criar a UFRN. Fundou a Faculdade de Filosofia, que deu origem à criação do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFRN.

Edgar Barbosa era erudito, dominava qualquer assunto de áreas diversas. Era tímido. Um jornalista sério, comprometido com uma imprensa democrática. Valorizava a ética e a moral e a verdade como valor absoluto. Segundo anotações em jornais, ele era um magistrado sem vaidade do cargo. Foi um jurista de invejável saber filosófico e humanista. Alunos da UFRN o consideravam um mestre sábio: estava sempre dando exemplo de outras culturas. Apesar de ter mais de três mil trabalhos (crônicas e ensaios) publicados em jornais e revistas, não se preocupava em editá-los. Em suas crônicas, nos anos 1920, ele abordava a liberdade de expressão, a problemática do ensino público e a importância do voto feminino.

O escritor Franklin Jorge relata que o memorialista Edgar Barbosa fazia de qualquer rasgo de memória uma crônica e conseguia falar de sua cidade natal com seus vales férteis como se fora recortada por um Nilo transplantado para lá por um sortilégio de

Deus. Edgar captou a alma do homem universal e dos lugares de sua infância, percebendo-se nitidamente nos textos sobre Henrique Castriciano, Juvenal Lamartine, Padre Monte, na descrição do jasmineiro de Auta de Souza e até de um velho engenho. Na época da guerra, Edgar Barbosa escrevia crônicas diárias sobre a importância da paz mundial. Seus textos chegaram a outros países através de agentes estrangeiros e, como consequência, ele recebeu do reitor, filósofo e escritor espanhol Dom Miguel de Unamuno (1864-1936) a Flama Olímpica da Universidade de Salamanca, homenagem almejada por muitos. Recebeu também uma carta do Rei George VI (1895-1952), do Reino Unido, pai da rainha Elizabeth II, parabenizando-o pelo seu trabalho na luta pela paz dos povos.

O escritor Nilo Pereira, seu conterrâneo, dizia que Edgar Barbosa foi o maior escritor que Ceará-Mirim produziu em qualquer tempo. Precoce e inteligente, foi aclamado como o príncipe dos escritores potiguaros. Porém, manteve-se modesto e sem vaidade para com as medalhas e prêmios que lhe concederam. Edgar Barbosa dizia que “era melhor merecê-las sem as ter do que tê-las sem merecer”.

Carlos Roberto de Miranda Gomes, em sua crônica sobre Edgar Barbosa, relata que seu professor era ameno por natureza, passos comedidos, gestos suaves e falar pausado. Jamais negava atenção a quem dele se aproximava, sempre levando uma palavra de esperança ou proclamando sua decepção diante de fatos políticos que não tivessem trânsito pela essência da democracia. Na Faculdade de Direito, da velha Ribeira, chegava com pontualidade e vestido com impecável terno de linho branco, que fazia mais claro o dia e brindava os seus alunos com aulas inesquecíveis, sempre na direção do espírito do Direito Constitucional, em sua expressão essencial, sem gastar tempo com os textos legislados. Posicionava-se contra o regime militar, que se instalou no Brasil

em 1964, mas ao proferir suas aulas, a sua postura crítica, a sua autoridade moral e o respeito que impunha, nunca permitiu que lhe fosse colocada uma mordça, tanta era sua autoridade moral, tanto o respeito que impunha.

O poeta Diógenes da Cunha Lima foi seu aluno da disciplina Direito Constitucional, e dizia que suas aulas eram de humanismo. Durante a ditadura, ele não poupava críticas aos militares detentores do poder discricionário.

Manoel Onofre Júnior, em seu livro *Alguma Prata da Casa*, 2ª. Edição, pela 8 Editora, 2016, fala do mestre Edgar como um exemplo de humanista e um dos mais eminentes vultos da cultura potiguar. Enxerga-o como um artista conhecedor da palavra, leitor de grandes clássicos, homem de grande cultura, amante das letras, pois a palavra escrita afigura-se lhe como algo precioso, que nem ouro ou prata.

Vários colegas escritores escreveram sobre Edgar Barbosa: Veríssimo de Melo dizia que ele era discreto e modesto, pois apesar de ter escrito uma vasta obra, publicou poucos livros. O ensaísta Américo de Oliveira Costa, falecido, autor de *A biblioteca e seus habitantes* (1982), escreve sobre Edgar Barbosa e faz o resgate de seus ensaios de alta qualidade. Dentre eles: “Camões lírico”, “A justiça no reino do Quixote” e “Machado de Assis em alguns dos seus tipos”. Conforme nos relata o escritor Nelson Patriota em seu livro *Uns Potiguares, escritos sobre as letras Norte-rio-grandense e outras*, Editora Sarau das Letras; 2009, a Editora da UFRN resgatou junto à família do escritor sua obra jornalística ao longo de 40 anos, com mais de três mil artigos que escreveu para jornais e revistas. O objetivo almejado foi o de selecioná-la e publicá-la em comemoração ao seu centenário com o título: *Artigos e Crônicas de Edgar Barbosa*. Nelson Patriota, organizador da obra, nos diz que o próprio Edgar havia colecionado cuidadosamente, por ordem cronológica, parte de seus artigos, provavelmente prevendo

uma futura publicação, o que somente ocorreu 32 anos depois de sua morte. A maioria das crônicas e ensaios foi escrita para a revista Cigarra (década de 1920) para o jornal A República, quando ele estreia a partir de 1927, e para o Diário de Natal.

O seu livro *História de Uma Campanha*, com 439 páginas, foi relançado pela Editora da UFRN em 2008, em comemoração aos 50 anos da UFRN. Isso ocorreu depois de 72 anos da sua primeira edição, na gestão do Reitor José Ivonildo Rego. O livro apresenta a luta por um partido popular democrático na defesa da democracia contra um partido dominador de poderosos. Venceu o partido popular, gerando incômodos para os perdedores do coronel Felismino do Rego Dantas. Vale salientar que Edgar Barbosa enterrou, no quintal de sua casa, grande parte da edição desse livro, na tentativa de abafar a corrupção, os jogos de manobra e a violenta campanha política geradora de assassinatos na família.

Edgar Barbosa publicou apenas quatro livros: *História de uma Campanha* (1936/2008), *Três Ensaios* (1960), *Românticos Norte-Americanos e outras Conferências* (1966) e *Imagens do Tempo* (1966) e após sua morte *Artigos e Crônicas de Edgar Barbosa* (2009). Em 2009, a Editora da UFRN resgata junto à família do escritor sua obra jornalística a fim de publicá-los em comemoração ao seu centenário, conforme nos relata Nelson Patriota em seu livro *Uns Potiguares, escritos sobre as letras Norte-rio-grandense e outras*, Editora Sarau das Letras, 2012.

Edgar é um nome muito forte. O que me faz lembrar o poeta americano Edgar Allan Poe, nascido em 1809, editor e crítico literário. Escreveu contos e foi o pioneiro a criar um detetive e um ajudante das histórias de mistérios. Edgar Wallace, 1875, inglês, escreveu 175 livros, 160 adaptados para o cinema, além de 24 peças de teatro. Edgar Rice Burroughs, nasceu em 1875, americano, criou o personagem Tarzan – o rei das selvas e Edgar Morin, 1921, filósofo francês, antropólogo e sociólogo.

Edgar Barbosa, nos seus escritos, levantou a bandeira da paz, como também o faz Edgar Morin, que, aos 99 anos, continua dando palestras no mundo inteiro sobre educação e cultura, falando sobre a importância de valorizar o plural, a solidariedade, a igualdade de direitos, o respeito à diversidade, pois somente assim teremos um mundo melhor, em paz.



CADEIRA 06

ACADÊMICO FUNDADOR: PAULO LOPO SARAIVA

Acadêmico Paulo Lopo Saraiva nasceu aos 15 de julho de 1938, no município de Serra Branca/PB. Tem graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1971). Pós-Doutorado em Direito Constitucional pela Universidade de Coimbra (1994). Doutor em Direito Constitucional pela PUC/SP (1982). Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1981). Mestre em Ciências Políticas e Sociais pela Universidade de Lisboa (1975). Advogado Militante. Professor Titular de Direito Constitucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (aposentado). Ex-Conselheiro Federal da

OAB. Ex-Presidente da Comissão de Estudos Constitucionais da OAB (1991-2004). Membro da Comissão Permanente de Direito Constitucional do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB). Membro do Corpo Técnico da Revista de Informação Legislativa do Senado Federal. Membro-Relator da Comissão da OAB para Elaboração do Código de Processo Constitucional (desde 2014). Membro Efetivo da Associação Brasileira de Direito Processual Constitucional (ABDPC), Curitiba. Ex-Conselheiro na Comissão de Anistia (MJ). Professor Emérito da UFRN.

Bibliografia:

SARAIWA, P. L. A seca no Nordeste ontem, hoje e sempre – um estudo contemporâneo. *Revista Jurídica Consulex*, v. 416, p. 03-66, 2014.

SARAIWA, P. L. Constitucionalismo contemporâneo. *Juris Rationis* (UnP), v. 4, p. 176-190, 2008.

SARAIWA, P. L. 20 anos da Constituição Federal de 1988: A Constituição que não terminou. *Revista da Faculdade de Direito de Caruarú*, v. 39, p. 271-276, 2008.

SARAIWA, P. L. A Constituição da Casa-Grande e da Senzala (O Direito Consuetudinário Brasileiro). *Juris Rationis* (UnP), v. 01, p. 9-259, 2007.

SARAIWA, P. L. OAB/RN Uma Nova Ordem Conselho Federal da OAB. *Revista da OAB*, Natal, 2001.

SARAIWA, P. L. *Mandado de Garantia Social, no Direito Luso-Brasileiro*, Trabalho Científico. Coimbra Editora, 1998.

SARAIWA, P. L. Soberania Popular e As Garantias Constitucionais. *Direito achado na rua*. UNB., v. 1, p. 1-00, 1982.

SARAIVA, P. L. *Influência da Ciência Jurídica Na Decisão Judicial* (Trabalho Científico). PUC/SP, v. 1, p. 1-00, 1980.

SARAIVA, P. L. *Estrutura Lógica da Proposição Jurídica* (Trabalho Científico). PUC/SP, v. 1, p. 1-00, 1979.

SARAIVA, P. L. *O Município Brasileiro: História e Atualidade*. 1ª. ed. Mossoró-RN: Queima-Bucha, 2014. v. 1. 80p.

SARAIVA, P. L. *A Tétradimensionalidade do Direito*. 1ª. ed. Pau dos Ferros/RN: Produção do autor, 2011. v. 1. 100p.

SARAIVA, P. L. *Guia Constitucional Brasileiro*. 1ª. ed. Mossoró: Faculdade Mater Christi, 2008.

SARAIVA, P. L. *A Constituição da Casa-Grande e da Senzala*. 1. ed. João Pessoa: Unipê Editora, 2008. v. 1. 88p.

SARAIVA, P. L. *Constituição e Mídia, no Brasil*. São Paulo: MP Editora Ltda, 2006.

SARAIVA, P. L. *O Júri Popular e o Sol da Liberdade*, 2004

SARAIVA, P. L. *O Advogado não pede. Advoga*. São Paulo: Edicamp, 2003.

SARAIVA, P. L. *Direito, Política e Justiça na Contemporaneidade*. São Paulo: Edicamp, 2002. v. 1. 232p

SARAIVA, P. L. *Manual de Direito Constitucional*. Natal: Editora Acadêmica – SP, 1995.

SARAIVA, P. L. *A Constituição deles não é a Nossa*, 1994.

SARAIVA, P. L. *Antologia Luso-Brasileira de Direito Constitucional*. Brasília: Brasília Jurídica, 1992.

SARAIVA, P. L. *Garantia Constitucional dos Direitos Sociais – Brasil* (Tese de Doutorado), 1983.

SARAIVA, P. L. *Federalismo Regional* (Dissertação de Mestrado), 1982.

SARAIVA, P. L. Paulo Bonavides: O codificador do Direito Processual Constitucional brasileiro. In: Linhares, Emanuel Andrade; Machado Segundo, Hugo de Brito. (Org.). *Democracia e Direitos Fundamentais* – Uma homenagem aos 90 anos do Professor Paulo Bonavides. 1ª ed. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2016, v. I, p. 1-736.

SARAIVA, Paulo Lopo; SARAIVA, P. L. O Vice-Presidencialismo Brasileiro. In: Marcelo Figueiredo. (Org.). *Novos Rumos para o Direito Público* – Reflexões em Homenagem à Professora Lúcia Valle Figueiredo. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2012, v. 1, p. 15-483.

SARAIVA, P. L. Bruno Cesar Lorencini; POMPEU, A. C; TEIXEIRA, C. N. O Caráter Democrático da Ação Popular: Direito político da cidadania brasileira. In: Ana Flávia Messa, José Carlos Francisco. (Org.). *Ação Popular*. 1ed.São Paulo: Editora Saraiva, 2012, v. I, p. 05-555.

SARAIVA, P. L. Do Estado Liberal ao Estado Social: A obra prima de Paulo Bonavides. In: Lenice Silveira Moreira de Pessoa Moura. (Org.). *O Novo Constitucionalismo na Era Pós-Positivista* – Homenagem a Paulo Bonavides. 1ªed.São Paulo/SP: Editora Saraiva, 2009, v. I, p. 01-456.

SARAIVA, P. L. Constituição e Economia. In: Rogério Emílio de Andrade. (Org.). *Regulação Pública da Economia no Brasil*. 1ª ed. Campinas/SP: Edicamp, 2003, v. I.

SARAIVA, P. L. A Concretização Constitucional. *Revista FIDES*, Natal/RN, 20 maio 2011.

SARAIVA, P. L. *Casa Nova Jornal dos Imóveis*. Paulo Lopo Saraiva propõe salvaguarda para a Construção Civil, Natal/RN, p. 01 – 08, 30 out. 2009.

SARAIVA, P. L. BONAVIDES, P. *Proposta: Código de Processo Constitucional*. Folha de São Paulo, São Paulo-SP, 10 jan. 2009.

SARAIVA, P. L. *O Código de Processo Constitucional*. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

SARAIVA, P. L. *Tributo a Dimas Macedo*. Fortaleza/CE: Edições UFC, 2008 (Artigo).

SARAIVA, P. L. *O Neoconstitucionalismo*. 2009.



CADEIRA 07

PATRONO: MÁRIO MOACYR PORTO

Patrono Mário Moacyr Porto nasceu no dia 03 de janeiro de 1912, em João Pessoa, e faleceu também em João Pessoa/PB, em 20 de novembro de 1997. Filho de José Domingos Porto e Nautília da Gama Porto; era casado com Giselda Salustino Porto, com quem teve os filhos: José Moacyr, Mário Domingues, Marcelo Mário e Carlos Humberto. Formou-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade do Recife e, em seguida, exerceu o cargo de Promotor Público nas Comarcas de Piancó e em Sousa, sertão da Paraíba. Posteriormente, foi Juiz em Cajazeiras, Patos, Bananeiras, Campina Grande e João Pessoa. Nomeado Desembargador, assumiu a Presidência do Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional da Paraíba.

Ingressando no magistério superior, ascendeu ao cargo de Reitor da UFPB., onde já era catedrático de Direito Civil, tendo também exercido a direção da Faculdade de Direito. Transferiu-se para o Estado do Rio Grande do Norte, assumiu a Promotoria Pública das Comarcas de Currais Novos e de Acari. Ainda, no Rio Grande do Norte, exerceu o magistério lecionando Direito Civil na Universidade Federal, cargo no qual foi aposentado.

Era Membro da Academia Riograndense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), tendo sido Presidente do Conselho deste órgão, seção-RN; Ex-Presidente da Mineração Tomaz Salustino, S/A e da Associação dos Mineradores do Rio Grande do Norte. Foi eleito para a Academia Paraibana de Letras e assumiu a sua Cadeira no dia 26 de abril de 1957, tendo sido recepcionado pelo Acadêmico Higino Brito. Trabalhos publicados: Discursos, 1962; O magistrado frente à crise universal (conferência); Aparência e realidade do Direito (discurso); Sursum Corda (discurso); *Deux Études sur la responsabilité civile* (tese apresentada no 6º Congresso Internacional de Direito Comparado, realizado em Hamburgo, 1962); Crise do ensino (discurso); José Américo, o romancista (conferência); Estética do Direito; Dano irrisarcível (conferência); O caso da culpa como fundamento da responsabilidade civil; Responsabilidade civil do construtor; O concubinato e as súmulas nº 35 e 380, do Supremo Tribunal Federal; Responsabilidade civil das empresas locadoras de automóvel; Algumas notas sobre seguros de indenização e seguros pessoais; A problemática da scheelita no Rio Grande do Norte (conferência); O efêmero e o eterno no Direito, In: *Revista da APL*, nº 07, 1960; Ação de responsabilidade civil e outros ensaios, 1966; Temas de responsabilidade civil, 1989.

Foi aprovado em concurso público para o cargo de Juiz e nomeado para a Comarca de Cajazeiras em 02/12/1938 e em

seguida, nomeado para a comarca de Patos/PB e removido para a comarca de Bananeiras/PB, no ano de 1941. Tomou posse na Comarca de Campina Grande em 1947, sendo transferido para João Pessoa em 1951, tendo encerrado as suas funções como Desembargador do Tribunal de Justiça da Paraíba em 1952.

No Tribunal de Justiça da Paraíba destacou-se pelas melhorias estruturais e pela autoria do Projeto de Lei que consagrou a Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado, além do Regimento da Secretaria do Tribunal de Justiça. Já a sua fecunda vocação cultural levou-o a ocupar a Cadeira nº 4, da Academia Paraibana de Letras; imortalizou-se, igualmente, na Academia Norte-rio-grandense de Letras. Mário Moacyr Porto soube, como ninguém, explorar a dimensão estético-expressiva, ora trazendo-a para a sua retórica judicial e sua criação doutrinária, ora para recriar, com a linguagem, verdades e ilusões que habitam nossa condição de seres racionais que ainda não descortinaram o auto-saber sobre a emotividade. A arte, imprescindível.



CADEIRA 07

ACADÊMICO FUNDADOR: JOSÉ ADALBERTO TARGINO DE ARAÚJO

Acadêmico José Adalberto Targino de Araújo nasceu em Araruna/PB, no dia 15 de agosto de 1950, é casado e pai de 3 (três) filhos. Terminou o curso primário/exame de admissão (atual básico) no Instituto Paroquial Monsenhor Freitas da cidade de João Câmara/RN; cursou o ginásial (1º grau) no Ginásio Comercial “Pereira da Silva” de Araruna/PB; curso de Técnico Agrícola no regime de internato do Colégio Agrícola “Vidal de Negreiros” de Bananeiras/PB; curso de Pedagogia–Licenciatura Plena em Administração Escolar (UFPB); curso de Licenciatura Plena em Administração, Contabilidade e Secretariado (UFPB);

curso de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (UFPB); curso de pós-graduação em Comunicação Educacional (UEPB); curso de pós-graduação em Direito Civil e Processo Civil (FIES-RJ); curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da ESG (nível de mestrado em EPB); curso de Psicanálise Clínica (ABPC); curso de Formação de Perito Criminal – turma pioneira (SSP-PB/DPF); 1º indicado da PB para o curso de Formação de Delegado de Polícia (ACADEPOL-CE); Curso Preparatório para o Ministério Público (AMP-RN), Curso de Reciclagem do Ministério Público da PB (PGJ-PB); Exame de Suficiência para ensinar Português, OSPB e Geografia (Faculdade de Educação da UFPB); Curso de Doutorado em Teologia eclesial livre (SBT); Doutor Honoris Causa pelo Instituto Anglicano de Teologia da IAB. Foi Orador eleito de todos os cursos que concluiu, desde o ginásial até as pós-graduações.

Iniciou a vida pública como Perito Criminal do IPC-PB (concurso pioneiro de 1975), professor de Português do 1º Colégio Estadual de Araruna/PB, primeiro Vice-diretor do Colégio Estadual de Araruna/PB (1974), Delegado de Polícia Judiciária da PB (titular das Delegacia de Polícia Interestadual – POLINTER e da Delegacia de Ordem Econômica, Social, Política, Repressão às Drogas e de Controle e Fiscalização de Armas, Munições, Segurança Bancária e Sistema Hoteleiro; primeiro Superintendente de Polícia do Brejo e Curimataú/PB), Adjunto de Promotor de Justiça da comarca de Jacaraú/PB, 1º Suplente de Juiz de Direito da comarca de Araruna/PB, professor de Direito e Legislação da REE/SEC/PB, professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da UNIPÊ professor conferencista da ACADEPOL – PB, professor de Direito Administrativo e de Processo Penal do Curso de Bacharel em Segurança Pública (Curso de Formação de Oficiais da ACB-PM-PB), professor e Chefe de Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional da PGE-RN, Diretor Geral da SSP-PB, Secretário Executivo da SSP-PB (antigo Secretário Ad-

junto), Procurador Corregedor Geral da PGE-RN (eleito para 3 mandatos alternados); Ouvidor da PGE-RN; Procurador-Chefe da Defensoria Pública do RN (Assistência Judiciária); Procurador-Chefe da Procuradoria do Patrimônio e de Defesa Ambiental-RN; Procurador-Chefe da Procuradoria da Administração Indireta e de Assistência aos Municípios RN; Procurador-Chefe da Procuradoria Administrativa da PGE-RN; Procurador-Chefe da Procuradoria Fiscal e da Dívida Ativa do Estado da PGE-RN e Presidente da Comissão Editorial Permanente da PGE-RN (da revista jurídica e do boletim técnico), Presidente da Associação dos Procuradores do Estado do RN (eleito 2 vezes), Presidente da Academia de Letras Jurídicas do RN (durante 2 mandatos), membro nato dos Conselhos Superiores da PGE-PB e da PGE-RN(já que exerceu o cargo de Procurador em ambos Estados e tendo alçado o final das respectivas carreiras, Procurador Geral do Estado Adjunto da PGE-PB, Procurador-Chefe da Procuradoria Especializada junto ao TCE-PB; Procurador-Chefe da Procuradoria do Domínio do Estado da PB; representante da PGE-RN junto ao Conselho Estadual de Cultura; membro efetivo do IH-GRN (foi membro da Diretoria) e da União Brasileira de Escritores do RN e SP, Secretário de Estado da Secretaria de Cidadania e Justiça da PB, Secretário de Estado da Secretaria de Controle da Despesa Pública da PB (atual Controladoria Geral); Presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária(eleito para 2 mandatos consecutivos); membro efetivo dos Conselhos Estaduais do Contribuinte e do Consumidor do RN, em datas distintas. Foi Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Paraíba (2º colocado no concurso, promovido por merecimento, tendo trabalhado nas comarcas de 2ª entrância de Bananeiras, Solânea, Areia, Cruz do Espírito Santo e, por fim, Santa Rita, conquanto fosse titular da comarca de Bonito de Santa Fé. Exerceu o cargo de Presidente dos Conselhos Estaduais (PB) de

Defesa e Proteção de Vítimas e Testemunhas de Crimes; de Penas e Medidas Alternativas; de Coordenação Penitenciária; de Prevenção às Drogas (entorpecentes); de Deliberação e Avaliação de Auditorias de Contas Públicas. Membro efetivo dos conselhos de Desenvolvimento Sustentável; dos Direitos do Homem; das Crianças e Adolescentes e Vice-Presidente do Conselho Superior de Segurança Pública; Presidente da Região Nordeste do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais das PGEs; Presidente Nacional do Fórum Nacional dos Centros de Estudos Jurídicos das PGEs, membro da Comissão Interpoderes para revisão da Constituição da Paraíba.

Foi agraciado, dentre outras, com as comendas da Ordem Internacional dos Jornalistas (RJ), do Mérito Judiciário do TR-T-RN, de Colaborador do Judiciário (TJPB), Mérito Legislativo da Assembleia Legislativa do RN, Mérito da Polícia Militar da PB, da Polícia Militar do RN, da Polícia Civil do RN e maior distinção com a Medalha Mérito Jurídico “Fernando de Miranda Gomes”, aprovada pelo Conselho Superior da PGE-RN e de Honra ao Mérito pela Associação dos Procuradores do Estado RN, Benemérito do Clube dos Oficiais da PM/PM; Diplomas concedidos pela Associação Paraibana de Imprensa de Melhor Promotor de Justiça do Interior e de Melhor Administrador da SSP-PB.

É Jornalista e Radialista amador com registro no MTE e filiado a Associação Paraibana de Imprensa (API), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Ordem dos Jornalistas do Brasil. Federação de Imprensa, Sindicato dos Radialistas etc. Tem publicado mais de 400 artigos, crônicas, ensaios e poemas nos jornais Diário de Natal, O Norte, Correio da Paraíba, Tribuna do Norte, Jornal de Fato, O Mossoroense, A União, O Momento, Jornal de Hoje, Jornal da Paraíba, Revista ZZZ, Revista Ação Policial, Revista Jurídica da PGE-RN etc.

Editou, organizou e prefaciou 4 (quatro) Revistas Jurídicas e Boletins Técnicos da PGE-RN, além de prefácios e posfácios em livros diversos.

No momento, tem 3 (três) livros prontos para publicação: (1) Pedços do tempo-Poesias (2) Anotações Reflexivas (artigos jurídicos e políticos) (3) Poder Judiciário: Políticas de Aprimoramento e Aperfeiçoamento.

É integrante, dentre várias outras, das seguintes instituições culturais: Academia Brasileira de Ciências Morais e Políticas, Instituto dos Advogados Brasileiros (primeiro paraibano eleito em 1986 e Tarcísio Burity em 1990), Academia Internacional de Jurisprudência e Direito Comparado, Instituto Histórico e Geográfico do Direito Brasileiro, Academia Campinense de Letras, Academia Paraibana de Poesia (benemérito, com aposição de sua foto), Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro, Instituto Brasileiro de Advocacia Pública, Academia de Letras Jurídicas do RN, Academia Paraibana de Letras Jurídicas, Academia de Letras Evangélicas do Paraná, Associação Científica de Psicanálise Clínica do Brasil, Sindicato dos Psicanalistas do Estado de SP, Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, Instituto Histórico e Geográfico do RN, Clube dos Advogados do RJ, Sociedade Brasileira de Direito Criminal (SP), Associação Internacional de Direito Penal Militar e da Guerra, Associação dos Advogados Criminalistas do RJ (foi Conselheiro), Presidente Honorário da Associação dos Detetives Particulares (benemérito, por eleição)

É Cidadão Honorário Potiguar desde 2003 e dos municípios de João Pessoa, Patos, Guarabira, Cajazeiras, Bananeiras, Dona Inês, Conde (PB), Natal e João Câmara (RN).

Como Secretário Executivo da SSP-PB, propôs e foram implantados os Programas Operacionais: Disque Denúncia, Operação Barreira, Grupo de Operações Especiais, Comando

Motorizado de Fiscalização Integrada, Plantão Misto Itinerante, Estágio Multidisciplinar, Tolerância Zero com Humanização, etc Escreveu o primeiro artigo, na Paraíba, em defesa da instituição da Polícia Civil de Carreira, sob o título “Polícia de Carreira: Moralização e Progresso de uma Classe”, publicado no Boletim da SSP-PB e no jornal *O Norte*.

Como Secretário de Estado da Cidadania, Justiça e do Meio Ambiente (PB) fundou o Conselho Integrativo e Consultivo dos ex-Secretários de Estado da Justiça, instituiu o Memorial da Cidadania (síntese histórica da Secretaria de Justiça e dos seus gestores), através de leis e decretos deu nomes de juristas renomados aos Presídios e Penitenciárias do Estado; planejou, adquiriu terrenos e recursos federais para construir em cada cidade polo (regional), um Centro Padrão de Reeducação Penal (pioneiro no Brasil), beneficiando as comarcas de João Pessoa, Campina Grande, Guarabira, Patos, Cajazeiras, Souza, Catolé do Rocha, Santa Rita, permitindo que o apenado se reedueque próximo de sua família (Lei de Execução Penal); junto com os Secretários Paulo Bisol (RS), Demóstenes Torres (GO), João Luiz Duboc Pinaud (RJ), Nagashi Furukawa (SP), Humberto Vieira de Melo (PE), Themístocles Filho (PI) e outros, fundou e foi o primeiro Presidente eleito do Conselho de Secretários de Estado da Justiça do Brasil – CONSEJ; instituiu pioneiramente a Central de Penas e Medidas Alternativas da PB, em parceria com o MJ, TJPB, MPPB e Defensoria; criou e foi seu Presidente do Conselho de Defesa e Proteção às Vítimas e Testemunhas de Crimes (com repercussão internacional); construção pioneira de Presídios de Reeducação Feminino nas comarcas de Campina Grande e João Pessoa; criação do Centro Ecumênico de Apoio Religioso aos Apenados (CEARA) e reinauguração da Capela Ecumênica de Restauração Espiritual; construção do Presídio Especial de Adequação aos Apenados doentes ou fragilizados; inauguração da Gráfica Penal Des. Osias Gomes; Programa de

Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário; Plantão de Saúde Prisional com ambulância e enfermeiro de prontidão no IPFPB; Instalação do Programa Estudo, Cultura e Profissão (projetos de arte, cultura, técnica e ofício): Programa de Assistência Social, Psicológica, Médica e Odontológica em Posto Móvel (ônibus) aos apenados, familiares e pobres em geral; inauguração do Hotel de Passagem aos Agentes Penitenciários e familiares no Bairro do Roger; criação da Coordenação Médico-Odontológico-Psicológico do Sistema Penitenciário; criação de fiscalização higiênica-alimentar-nutricional; criação de apuração de denúncias/sugestões/informações sigilosas em urnas hermeticamente fechadas sobre qualquer assunto; criação da APLASI – assessoria de planejamento, segurança e informação (chefiada por um delegado de polícia especial e coadjuvado por um oficial superior da PM); criação de um grupo especial de escolta e crise; criação do sistema de comunicação prisional (guaritas, administração e central), inclusive com alarmes nas principais unidades; ministração de cursos operacionais e direitos humanos aos agentes e diretores; aquisição de viaturas e armamentos; coluna jornalística semanal no jornal *A União* intitulada “Cidadania e Justiça em Foco”; vinda à Paraíba, atendendo convite do Secretário de Justiça, de 4 (quatro) Ministros da Justiça e de dirigentes de outros ministérios; a SJC da PB se tornou referencial e paradigma para outras Secretarias Estaduais no tocante a planejamento estratégico, humanização, projetos inovadores e de oportunidades aos presos de conquistarem uma profissão digna (como protéticos dentários, mecânicos, gráficos, indústria rural, cozinheiro etc.) e retornarem à sociedade como trabalhadores úteis, reeducados, com esperança no futuro e tementes a Deus.



CADEIRA 08

PATRONO: NESTOR DOS SANTOS LIMA

Patrono Nestor dos Santos Lima nasceu em Açu/RN, no dia 01 de agosto de 1887. Filho de Galdino dos Santos Lima e Ana Souto Lima. Fez seus estudos primários sob a orientação de sua genitora. Concluiu o curso de bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito do Recife em 16 de março de 1909. Três anos depois integrando o magistério estadual, por concurso, veio a ensinar pedagogia na Escola Normal do Estado e em seguida pedagogia. Dirigiu esse estabelecimento de 1911 a 1923.

Ocupou os seguintes cargos públicos:

1924-1929: No governo de José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine de Farias foi Diretor do Departamento de Educação.

1930: Secretário Geral do Estado na Interventoria de Irineu Jofli e em 1931, Secretário Geral na Interventoria de Aluísio Moura.

1933-1936: Membro do Conselho Penitenciário, sendo presidente até a sua morte.

1935: Foi nomeado Procurador Geral do Estado.

Foi Professor de Direito Penitenciário da Faculdade de Direito da Universidade do Estado e lecionou também a Cadeira de Direito Internacional Público. Foi sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, instituição que presidiu durante trinta anos. Foi também sócio correspondente de diversas instituições culturais do país, deixou uma obra extensa, abrangendo as áreas de educação, História e cultura popular.

Faleceu em Natal no dia 26 de fevereiro de 1959, quase à meia-noite.

Suas publicações:

- A matriz de Natal, 1900
- O quartel militar de Natal, 1913
- O culto da pátria e missão dos mestres, 1913
- Síntese do nosso movimento pedagógico, 1920
- Qual é o Rio Grande do Norte? 1927
- Preciosa relíquia colonial, 1927

- Um século de ensino primário, 1927
- Unificação e magistério nacional, 1927
- Assu, 1929
- O celibato pedagógico, 1929
- Monumentos do Rio Grande do Norte, 1933
- Tradições e glórias de Mossoró, 1936
- Municípios do Rio Grande do Norte, 1937-1942
- O grande dever, 1938
- As cinco sedes do Instituto, 1938-1982
- As lindes municipais através da história, 1939
- O doutor Souto, 1941
- As razões do Brasil no atual conflito, 1942
- No dia de Augusto Severo, 1943
- Em memória do Índio Potiguar Dom Antônio Felipe Camarão, 1943
- Desembargador Manoel André da Rocha, 1944
- Limites entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte, 1944
- Primeiro centenário do Barão do Rio Branco, 1945
- Ruas de Natal, 1946
- O centenário da cidade de Assu, 1946
- Sobre a Fortaleza dos Reis Magos, 1950
- Em memória de Miguelinho, 1950
- A Graça na execução da pena, 1950
- Amaro Cavalcanti, 1950

- Grossos e Ruy Barbosa, 1950
- O monumento da cidade, 1950
- Preito de leal veneração no centenário de Vicente de Lemos, 1952
- Tributo ao fundador, 1952
- Dia da Pátria, 1952
- O jubileu de ouro do Instituto Histórico, 1953
- Tobias Monteiro, 1953
- A verdade sobre o bicentenário da Imagem de Nossa Senhora do Rosário, venerada como Padroeira de Natal, 1953
- A glória de Augusto Severo, 1954
- Tributo ao mérito (a José Toribio Medina), 1954
- Tavares de Lira: governador e político, 1954
- O clero na história do Rio Grande do Norte, 1954
- A semana do marinheiro, 1954
- O grande juiz Meira e Sá, 1956

Para homenageá-lo, já no governo de Aluizio Alves, através de decreto em 06 de agosto de 1964, foi criada a Escola Estadual Nestor Lima, situada à Av. São João, s/n – Dix-Sept Rosado Natal/RN. Até hoje em pleno funcionamento.



CADEIRA 08

ACADÊMICO FUNDADOR: ENÉLIO LIMA PETROVICH

Acadêmico Enélio Lima Petrovich nasceu em Natal/RN, aos 13 de junho de 1934, e faleceu em 6 de janeiro de 2012, na mesma cidade. Filho de Célio Petrovich e Ennar dos Santos Lima Petrovich. Em 1953, concluiu o curso de Técnico em Contabilidade. Em 1959, bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da UFRN. Em dezembro de 1958 fez, na Faculdade, o curso de Extensão. Foi presidente da Bolsa de Valores do RN (jan. 1961), sendo reeleito duas vezes. No governo de seu Estado, ocupou as funções de subchefe da Casa Civil (1964), diretor do Departamento de Administração

(1965), quando, por sua iniciativa, foi atualizado e consolidado o Estatuto dos Funcionários Públicos Estaduais.

Dirigiu, também, o Departamento Estadual de Estatística (1965). Professor de inglês desde 1956. Colaborador Emérito do Exército Brasileiro – 1982. Em 1963, chefiou o Departamento Jurídico da Federação dos Trabalhadores Rurais do RN, sob a supervisão de D. Eugênio de Araújo Salles, então administrador apostólico da Diocese de Natal. Possui o diploma e a medalha Vital Brasil, do governo de São Paulo, pelos serviços prestados à cultura nacional (1966), o diploma “Amigo do Infante”, concedido pelo 16º R.I. em 1966; a medalha D. Pedro I (IHG/SP), pelos 150 anos da Independência do Brasil. Fez jus à Medalha do Mérito “Santos Dumont” – 1991.

Foi sócio dos Institutos Históricos e Geográficos do Paraná, do Ceará, de Juiz de Fora, de Olinda e do Instituto Arqueológico Pernambucano. Sócio efetivo do IHG/RN, desde 1959. Foi eleito seu presidente em 1963, permanecendo no cargo, reeleito sucessivamente por quase cinco décadas. Sócio-fundador do Lions Club de Natal – Norte, 1966; membro do Instituto Brasileiro de Estudos Sociais de SP, filiado à Unesco; da Academia Norte-rio-grandense de Letras e da de Trovas. Titular Acadêmico da Casa do Poeta A. Garibaldi, Felqueiras (Portugal). Estagiário do curso “Desenvolvimento e Segurança”, promovido pela Escola Superior de Guerra – ESG (1970).

Sócio-fundador do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário – Rio, 1979. Sócio-correspondente da Academia Catarinense de Letras. Foi eleito sócio-correspondente do IHGB em 21 de maio de 1969. A convite do governo da República Federal da Alemanha realizou, em 1969, viagem de estudos, quando manteve contato com escritores e organizações culturais de Frankfurt, Munique, Hamburgo, Bonn, Colônia e Berlim. Esteve nos Estados Unidos e na Grécia, pesquisando os costumes

regionais. Desde muito jovem interessou-se pelas letras históricas e jurídicas, escrevendo em jornais e revistas de Natal, João Pessoa, Fortaleza e Porto Alegre.

Era uma figura querida por todos e requisitado pelo mundo intelectual deste e de outros Estados. Sócio-fundador do segmento natalense do Lions Clube.

Publicou vários trabalhos, entre os quais: Os arquitetos da história do Rio Grande do Norte: discurso de posse. R. IHGB v. 29, p. 144-155, abr./jun. 1971; Câmara Cascudo: humanista e sábio. R. IHGB, ano 161, nº 406, p. 119-131, jan./mar. 2000; Mestre Câmara Cascudo: imortal. R. IHGB, ano 147, nº 352, p. 948-950, jul./set. 1986; Sigmund Freud, sua Ciência e a Sociedade Atual, RN, 1958; Nelson Hungria e a Juventude Transviada (carta-prefácio do ministro Hungria), RN, 1958; Eu, os Colegas e os Mestres, RN, 1959; Complexos, RN, 1959; O Diarista ou Pessoal de Obras (uma pesquisa no campo do Direito Administrativo e do Trabalho), prefácio do prof. dr. Mozart Victor Rusomano, RN, 1961; Estatuto do Trabalhador Rural (comentários jurídicos, sociológicos e históricos em torno do problema do homem do campo) RN, 1963; A Batalha de Tuiuti e seus Heróis, RN, 1966; Forte dos Reis Magos. Um Patrimônio Luso-brasileiro, RN, 1967; 2ª ed., 1969; Obra de Caxias em Defesa do Território Brasileiro, RN, 1967; Uma Profissão de Fé (Centenário do Dezembroada), RN, 1968; Os Arquitetos da História do Rio Grande do Norte (discurso de posse no IHGB), 1971; A Alemanha que eu Vi, A Viena d'Áustria que eu Sonhei. (Gráfica Manimú – Natal/RN). 1976 – (Pongetti); A Questão Religiosa e o Rio Grande do Norte, 1979; Surgimento e Dinâmica do Direito Previdenciário, 1981; In memoriam de Aroldo Moreira, 1886; Direito Previdenciário Sempre uma Luta Advocatícia, 1988; Câmara Cascudo: Imortal, 1989; Câmara Cascudo e Lauro da Escóssia, 1989; Leonismo e Cultura, 1989; Em três tempos: An-

tônio Soares de Araújo Filho, Luís da Câmara Cascudo, Peregrino Júnior, Natal, 1999; Quem Fundou Natal?, 2000; No Correr do Tempo, Reflexões: Direito e Justiça, 2002; A Impaciência das Palavras: (evocações), Passagens, Paisagens, Natal, 2004; Visão de um Espectador: (prefácios e apresentações), Natal, 2006; Escrevendo, Lendo e Publicando, Fortaleza, 2011.



CADEIRA 08

ACADÊMICO E PRIMEIRO SUCESSOR: LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA

Acadêmico Luiz Alberto Gurgel de Faria nasceu no Recife/PE, aos 8 de julho de 1969. Filho de Clementino Mariz de Faria e Teresinha Gurgel de Faria. Formou-se bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte em 1991. Concluiu mestrado (1999) e doutorado (2009) pela Universidade Federal de Pernambuco.

É professor do Departamento de Direito Público da Universidade Federal do Rio Grande do Norte desde 1997, atualmente em colaboração técnica com a Universidade de Brasília (UnB).

Foi técnico judiciário (1990-1993) e juiz do trabalho (1993) no Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região.

Tornou-se juiz federal em 1993, sendo promovido pelo critério de merecimento para o Tribunal Regional Federal da 5ª Região em 2000. Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (2000/2014), no qual foi seu Diretor da Escola de Magistratura (biênio 2003/2005), Corregedor (biênio 2005/2007) e Presidente (biênio 2009/2011), além de ter sido Desembargador do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (biênio 2011/2013).

Em 2014, foi nomeado ministro do STJ, em vaga destinada a membro de Tribunal Regional Federal.

Professor Titular do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) e da Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da Universidade Nove de Julho (UNINOVE).

Foi Professor Visitante dos cursos de Mestrado e Doutorado em Direito da UFPE. Autor de vários artigos e livros jurídicos, havendo proferido diversas palestras em seminários e congressos.

Livros publicados:

O Controle da Constitucionalidade na Omissão Legislativa: Instrumentos de Proteção Judicial e seus Efeitos. Curitiba: Juruá Editora, 2001;

A Extrafiscalidade e a Concretização do Princípio das Desigualdades Regionais. São Paulo: Quartier Latin, 2010.



CADEIRA 09

PATRONO: FRANCISCO DAS CHAGAS
PEREIRA

Patrono Francisco das Chagas Pereira nasceu no Sítio Timbaúba, localizado no município de Timbaúba dos Batistas/RN, então distrito de Caicó/RN, aos 28 de novembro de 1934, sendo filho de José Delfim de Araújo e Izaura Izaurita de Araújo. Faleceu aos 10 de setembro de 1999. Bacharelou-se em Direito pela UFRN. Advogado, consultor jurídico, professor de Direito e Línguas Neolatinas, magistrado, filósofo, escritor, tradutor, educador, poeta, poliglota. Foi aprovado por concurso público e assumiu cargo administrativo no Ministério do Trabalho. Foi Professor por concurso público, da cadeira de Linguística da Fa-

culdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal/RN, depois federalizada. Foi Professor de Língua Portuguesa na antiga Escola Industrial de Natal/RN, hoje o IFRN.

Foi Assessor de Ensino e Vice-Diretor da Escola Técnica Federal. Na UFRN assumiu a Chefia do Departamento de Letras e a Pró-Reitoria de Extensão Universitária. Pertenceu ao Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Norte, durante 12 anos, sendo dois dos quais no cargo de Presidente. Entre os anos de 1985 e 1988 assumiu a Cadeira de Direito do Trabalho I e II, no Curso de Direito da UFRN e de Direito Processual Civil na UERN.

Aprovado em primeiro lugar para o cargo de Promotor de Justiça Substituto do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Assumiu a Coordenação Geral do Gabinete Civil do Estado do Rio Grande do Norte, na gestão do Governador José Agripino Maia, que também o fez Consultor Geral do Estado, substituto. Em 1987 foi aprovado em segundo lugar e tomou posse no cargo de Juiz do Trabalho \substituto da 13ª Região, com sede em João Pessoa/PB, e jurisdição em todo o Rio Grande do Norte. Atuou nas Primeiras e Segundas Juntas de Conciliação e Julgamento de Natal/RN, foi Presidente das Juntas de Mosso-ró e Presidente de Juntas em João Pessoa/PB. Foi Presidente do TRT21.

Na instalação do TRT21, em 16 de junho de 1992, o magistrado José Vasconcelos da Rocha, primeiro presidente, e a Corte contou com a composição dos juízes togados Raimundo Oliveira, Othongaldi Rocha, Francisco das Chagas Pereira, Wal-deci Gomes Confessor e Maria do Perpétuo Socorro Wanderley de Castro, além dos juízes classistas Sérgio de Miranda Monte e Reginaldo Teófilo da Silva.

Desde então, muitas mudanças aconteceram na sociedade potiguar que se expandiu, assim como as estruturas da Justiça do Trabalho, da capital para o interior do estado. De uma única Junta de Conciliação e Julgamento de Natal, o TRT-RN passou em 2021 para 13 Varas do Trabalho em Natal, quatro em Mossoró, além de uma unidade judiciária em Macau, Goianinha, Currais Novos, Ceará Mirim, Caicó, Assu, e um Posto Avançado em Pau dos Ferros.

Nestes 29 anos, a presidência do TRT do Rio Grande do Norte já foi exercida, sucessivamente, pelos magistrados e magistradas, Waldeci Gomes Confessor, Francisco das Chagas Pereira, Maria do Perpétuo Socorro Wanderley de Castro, Raimundo de Oliveira, Carlos Newton Pinto, Maria de Lourdes Alves Leite, Eridson João Fernandes Medeiros, José Barbosa Filho, Ronaldo Medeiros de Souza, José Rêgo Júnior, Joseane Dantas dos Santos, Auxiliadora Rodrigues e Bento Herculano Duarte Neto.



CADEIRA 09

ACADÊMICO FUNDADOR: FRANCISCO DE ASSIS CÂMARA

Acadêmico Francisco de Assis Câmara, nasceu em Parazinho/RN, aos 11 de novembro de 1941, sendo filho de José Boa da Câmara e Joana Guedes Câmara. Cidadão natalense por deferência da Câmara Municipal de Natal. Cidadão da cidade de Baía Formosa/RN. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da UFRN (1961/1965). Coursou o *Institut International de Recherche et de Formation en Vue du Développement Harmonisé – IRFED*, em Paris (1967/1968).

Advogado, inscrito na OAB/RN sob nº 375. Procurador do Estado, aposentado. Iniciou sua vida profissional após cinco

anos de estudos no Seminário de São Pedro. Integrou a equipe da recém-criada Emissora de Educação Rural (1958), voltada para o ensino à distância através das Escolas Radiofônicas. Participou do Movimento de Natal, e sob a liderança de D. Eugênio Sales atuou no processo de criação e organização dos primeiros sindicatos rurais.

Especiais registros:

- Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.
- Integrou o Conselho Estadual de Educação durante seis anos, onde presidiu a Comissão de Legislação e Normas.
- Distinguido pelo Tribunal Regional do Trabalho (21ª região), com a Medalha do Mérito Djalma Marinho.
- Distinguido pela Polícia Militar do Rio Grande do Norte, com a Medalha Luiz Gonzaga.

Cargos públicos exercidos:

- Auxiliar de Relações Públicas da Prefeitura Municipal de Natal (1960/1963).
- Funcionário do antigo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários – IAPB (1963), mais tarde incorporado ao INSS, onde também exerceu advocacia através de credenciamento (1970/1971).
- Assessor especial da recém-criada Secretaria Estadual da Administração (1971/1973).

- Consultor Jurídico – Consultoria Geral do Estado (1973/1975).
- Secretário de Estado da Administração (1975/1983).
- Procurador Geral do Estado (1983/1987).
- Secretário da Educação do Município de Natal (1992).
- Secretário-Geral do Tribunal do Trabalho – 21ª Região (1996/1998).

Atividades no magistério e afins:

- Professor de Direito Usual e Legislação Aplicada – SENAC/RN.
- Professor de Organização dos Serviços Públicos – SENAC/RN.
- Professor de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) em curso pré-vestibular da UFRN.
- Diretor do Colégio Técnico de Administração, da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, em Natal (1970/1971).
- Participou do monitoramento do *1º Encontro da Magistratura e do Ministério Público no Estado do Rio Grande do Norte* (08/13 de novembro de 1971).
- Coordenador do *1º Encontro de Responsáveis pelo Trabalho com o Menor*, promovido pelo Departamento de Serviço Social do Estado, com a participação do Tribunal de Justiça e do Ministério Público do Rio Grande do Norte.

Destaques especiais:

- Na Secretaria da Administração do Estado, como Assessor Jurídico: idealizou e participou da criação do Boletim Administrativo do Estado (1973).
- Na Consultoria Geral do Estado: Participou, sob a coordenação e orientação do Consultor-Geral, da revisão da Constituição do Rio Grande do Norte (1974).
- Na Secretaria da Administração do Estado (na condição de Secretário de Estado): participou, com as Secretarias do Planejamento e da Fazenda, da reorganização da estrutura administrativa do Estado; idealizou o Calendário Anual de Pagamento, mantido com absoluta regularidade, no período de 1975 a 1987; coordenou a implantação do sistema central de licitação do Poder Executivo. Implantou o Programa Estadual de Desburocratização e o “expediente único”. Com a criação do Arquivo Público Estadual introduziu o Sistema Estadual de Arquivo, seguindo a modernização adotada pelo governo federal.
- Na Procuradoria Geral do Estado (1983/1987): participou da criação do Instituto de Terras do Rio Grande do Norte – ITERN; em articulação com a OAB/RN, promoveu a criação dos seis primeiros cargos de Defensor Público, ainda antes do reconhecimento constitucional das Defensorias Públicas, em 1988; na condição de Procurador Geral e membro do Conselho Estadual de Educação, presidiu a comissão responsável pela estadualização da Universidade de Mossoró, transformando-a em Universidade Estadual – UERN; promoveu Seminário sobre Licitações, voltado para a administração pública estadual e prefeituras, ministrado pelos

juristas Celso Antônio Bandeira de Mello e Lúcia Valle de Figueiredo.

- Durante a Constituinte de 1988 assessorou o deputado Iberê Ferreira de Souza na elaboração de propostas submetidas à relatoria do novo texto constitucional, federal.
- Na Secretaria da Educação do Município de Natal: promoveu a criação do Sistema Municipal de Ensino, previsto na Lei Orgânica do Município; tornou exequível a criação do Conselho Municipal de Educação, após aprovação de lei pela Câmara Municipal; com a presença do professor, escritor e filósofo Pierre Weil, da Universidade da Paz, com sede em Brasília, implementou atividades pedagógicas voltadas para a educação “holística”.

Obras publicadas:

1. *Asas e Voo* – poemas.
2. *Destino de Pássaros e outros destinos* – poemas.
3. *O Silêncio de Deus: da sensação de abandono ao consolo da esperança*.
4. *Memorial Poético da Loucura*.
5. *Sob o Signo do Invisível*.
6. *República Potiguar de Montparnasse* (organização e participação).



CADEIRA 10

PATRONO: NILO DE OLIVEIRA PEREIRA

Patrono Nilo de Oliveira Pereira nasceu em Ceará-Mirim/RN, aos 11 de dezembro de 1909 e faleceu no Recife/PE, aos 23 de janeiro de 1992. Foi um jornalista e professor brasileiro. Atuou também na política pernambucana. Nilo Pereira nasceu na Fazenda Verde-Nasce, em Ceará-Mirim. Começou a escrever artigos para os jornais aos 15 anos de idade, em Natal. Iniciou o curso de Direito no Rio de Janeiro, transferindo-se durante o curso para o Recife, onde formou-se na Faculdade de Direito do Recife em 1932, mas exerceu a advocacia por pouco tempo.

Atuação profissional: exerceu o jornalismo nos seguintes periódicos:

- Norte-rio-grandenses: Diário de Natal, A República, O Estado, O Poti e Tribuna do Norte;
- pernambucanos: Folha da Manhã (redator-chefe), Jornal Pequeno, A Tribuna, Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco;
- cariocas: O Jornal e Jornal do Commercio;
- paraense: O Liberal;
- paraibano: A União.

Foi professor nos colégios pernambucanos: Ginásio Pernambucano, Colégio Nóbrega, Colégio Salesiano e Colégio Padre Félix.

Foi fundador e professor catedrático da Universidade Católica de Pernambuco e diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco.

Cargos públicos:

- Secretário de Governo do Estado de Pernambuco
- Deputado estadual de Pernambuco
- Diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda.

Atuação literária: foi membro das seguintes instituições literárias e culturais:

- Academia Pernambucana de Letras (Cadeira 16)
- Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano
- Academia Norte-rio-grandense de Letras

- Academia Paraibana de Letras (membro correspondente)
- Academia Brasileira de História

Livros publicadas:

- *Camões e Nabuco* (1949);
- *Revisionismo e tradição* (1950);
- *Dom Vital e a questão religiosa no Brasil* (1966);
- *Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil* (1970);
- *Espírito de província* (1970);
- *Ensaio de história regional* (1972);
- *Agamenon Magalhães: uma evocação pessoal* (1973);
- *O tempo mágico* (1975);
- *A Faculdade de Direito do Recife, 1927-1977* (1977);
- *Um tempo do Recife* (1978);
- *Reflexões de um fim de século* (1979);
- *Igreja e Estado: relações difíceis* (1982);
- *Iniciação ao jornalismo: pesquisa histórica* (1982);
- *A rosa verde: crônica quase romance* (1982);
- *Pernambucanidade: alguns aspectos históricos* (1983);
- *Gilberto Freyre visto de perto* (1986);
- *Mauro Mota e o seu tempo* (1987);
- *Profissionais de Pernambuco* (1989);
- *O Estado Novo em Pernambuco* (1989);

- *Conferência sobre a vida e a obra do abolicionista José Mariano* (1990);

Publicação póstuma:

- *Os outros* (1996).

Prêmios e comendas:

- Prêmio Machado de Assis, oferecido pela Academia Brasileira de Letras em 1987;
- Professor emérito e Doutor Honoris causa da Universidade Federal de Pernambuco;
- Doutor Honoris causa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
- Comendador da Ordem de Cristo, fornecido pelo governo português;
- Colar da Universidade de Coimbra;
- Medalha do Mérito Cultural Oliveira Lima, do governo do estado de Pernambuco;
- Medalha Carneiro Vilela, da Academia Pernambucana de Letras;
- Prêmio Arquiteto da Cultura Luís Wilson, 1989, outorgado pela SOBRAMES-PE.

Homenagens póstumas:

- O município de Ceará-Mirim deu o nome de Museu Nilo Pereira ao museu criado na casa grande do Engenho Guaporé.
- A Prefeitura do Recife criou a Escola Municipal Professor Nilo Pereira.



CADEIRA 10

ACADÊMICO FUNDADOR: JURANDYR NAVARRO COSTA

Acadêmico Jurandyr Navarro Costa, nasceu na Cidade do Natal/RN, em 29 de março de 1929. Filho de Jurandyr Sitaro da Costa e Almira Navarro da Costa. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife em 1956.

Membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras e da Academia de Letras e Artes do Nordeste brasileiro. Integra, na condição de sócio efetivo, o Instituto Histórico e Geográfico do RN. Pertence ao Instituto de Genealogia do Rio Grande do Norte e à União Brasileira de Escritores – UBE, Secção do Rio Grande do Norte.

Atividades Jurídicas: Promotor de Justiça, adjunto, da Comarca de João Câmara, em caráter transitório (1955, Governo Sylvio Pedroza). Transferido para a Comarca de Santo Antônio (1956, Governo Dinarte Mariz), também em caráter transitório. Advogado da Base Naval de Natal. Assessor Jurídico do Gabinete da Prefeitura Municipal de Natal, na gestão Tertius Rebelo. Procurador do Departamento Jurídico do Estado – atual Procuradoria Geral do Estado, órgão pelo qual se aposentou.

Outras atividades: Assistente Técnico-Legislativo, sob a presidência de José Varela, então Presidente da Assembleia Legislativa quando Vice-Governador do governo Dinarte Mariz. Auditor da Justiça Desportiva da Federação Norte-rio-grandense de Desportos. Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Educação e Cultura. Coordenador Administrativo do Movimento de Desenvolvimento de Comunidades durante o governo de Aluizio Alves. Diretor-Legislativo da Assembleia Legislativa. Foi dirigente de órgãos nos governos Mons. Walfredo Gurgel, Lavoisier Maia e Geraldo Melo. Prestou serviços ao Estado nos governos de Tarcísio Maia e José Agripino, como já o havia feito nos governos de Sylvio Pedroza e Dinarte Mariz.

Conselhos e Comissões a que pertenceu: Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-RN; Conselho de Comunidades; Conselho Penitenciário do Estado; Conselho Estadual de Cultura; Conselho Consultivo da CAERN; Conselho Editorial da UFRN; Comissão de Acumulação de Cargos do Estado do RN; Presidente da Comissão de concurso para o magistério na UFRN; membro da Comissão de Moral e Civismo do Estado; Presidente da Comissão de Licitação da UFRN.

Atividades no magistério: Professor concursado (aposentado) da UFRN, onde lecionou a disciplina *Ciência Política*. Nessa

mesma Universidade já havia ensinado algumas disciplinas, tais como: *Estudo dos Problemas Brasileiros*, *Direito Comercial* e outras, introdutoriamente. Professor das disciplinas *Português* e *História*, no Ginásio Agrícola de Ceará-Mirim

Inclui-se entre os responsáveis pela criação da Fundação Padre João Maria, mantenedora do jornal *A Verdade* e da revista *Século*.

Obras publicadas:

- 1976 *Antologia do Padre Monte* (organização – v. 1)
- 1978 *Antologia do Padre Monte* (organização – v. 2)
- 1979 *Antologia do Padre Monte: o livro das teses latinas* (pesquisa – v. 3)
- 1982 *Antologia do Padre Monte* (pesquisa – v. 4)
- 1985 *Antologia do Padre Monte* (pesquisa – v. 5)
- 1984 *Antologia do Padre Monte* (pesquisa – v. 6)
- 1996 *Antologia do Padre Monte* (pesquisa – v. 7)
- 1996 *Antologia do Padre Monte* (pesquisa – v. 8)
- 1999 *Antologia do Padre Monte – Polêmicas: a igreja apologética* (pesquisa – v. 9)
- 2007 *Antologia do Padre Monte* (organização – v. 10)
- 1977 *Estudo universitário*
- 1977 *Democracia* (monografia – concurso para professor assistente)
- 1979 *O sinal humano*
- 1981 *Quem protegerá a sociedade?*

- 1991 *Páginas de verão*
- 2000 *Memória Acadêmica*
- 2000 *Rio Grande do Norte – oradores, 1889-2000* (biografia e antologia)
- 2005 *Rio Grande do Norte oradores* (2 ed.)
- 2004 *Os notáveis dos 500 anos*
- 2008 *Rio Grande do Norte: o trabalho e a sua grandeza*
- 2009 Posse dos imortais do direito (separata) – livro *Instituições culturais*
- 2011 *Dom Eugênio Sales e a imprensa* (organização)
- 2011 *Academia de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte*
- 2016 *Memoriais natalenses*



CADEIRA 11

PATRONO: DJALMA ARANHA MARINHO

Patrono Djalma Aranha Marinho nasceu em Nova Cruz aos 30 de junho de 1908 e faleceu em Natal/RN, aos 26 de dezembro de 1981, vítima de edema pulmonar. Foi um advogado, professor e político brasileiro com atuação no Rio Grande do Norte.

Dados biográficos: Filho de Nestor Marinho e Amélia Aranha Marinho. Ingressou na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco em 1928 e, ainda como estudante, foi promotor público adjunto nos municípios potiguares de Ceará-Mirim e Macaíba formando-se em 1932. Nomeado funcionário do Tribunal Regional Eleitoral em 1933 foi ainda consultor jurí-

dico da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Natal, procurador da Fazenda Nacional e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Estreou na política em outubro de 1934 ao eleger-se deputado estadual pelo Rio Grande do Norte, entretanto seu mandato foi extinto quando Getúlio Vargas implantou o Estado Novo em 1937. De volta à advocacia trabalhou para a *Panair do Brasil* durante a Segunda Guerra Mundial.

Com o fim do conflito e a subsequente redemocratização do país após a queda de Getúlio Vargas, filiou-se à UDN e foi eleito primeiro suplente de deputado federal em 1945 e deputado estadual pelo Rio Grande do Norte, em 1947. Novamente suplente de deputado federal em 1950, chegou a exercer o mandato por meio de convocação e foi eleito para a Câmara dos Deputados em 1954 e 1958. Derrotado por Aluizio Alves na disputa pelo governo potiguar em 1960, conquistou um novo mandato em 1962 e filiou-se à ARENA quando o Regime Militar de 1964 impôs o bipartidarismo por meio do Ato Institucional Número Dois, reelegendo-se em 1966.

Divergências com os militares: Contrário ao pedido do governo militar para processar o deputado Márcio Moreira Alves junto ao Supremo Tribunal Federal, renunciou à presidência da Comissão de Constituição e Justiça em dezembro de 1968 quando declarou, inspirado em Calderón de La Barca: *Ao rei tudo, menos a honra*. Dias depois o presidente Costa e Silva baixou o Ato Institucional Número Cinco e iniciou o fechamento do regime. Foi reeleito deputado federal em 1970.

Em 1974 foi candidato a senador pela ARENA num pleito onde a vitória coube ao candidato do MDB, Agenor Maria. Ao despedir-se do parlamento após cinco mandatos consecutivos trabalhou no escritório de advocacia de Dario de Almeida Magalhães e na Fundação Milton Campos, órgão arenista. Eleito deputado federal em 1978 posicionou-se a favor da Lei da Anistia

e ingressou no PDS com a reforma partidária do governo João Figueiredo. Seu último ato político foi a candidatura à presidência da Câmara dos Deputados em 1981, numa dissidência apoiada por parlamentares de oposição sendo derrotado por Nelson Marchezan.

Sua cadeira no parlamento foi ocupada sucessivamente por Ulisses Potiguar, afastado por um mandado de segurança, e Ronaldo Dias. Pai do advogado Valério Marinho e avô do ex-deputado federal, ex-ministro do Desenvolvimento Regional e atual senador Rogério Marinho.



CADEIRA 11

ACADÊMICO FUNDADOR: DIÓGENES DA CUNHA LIMA FILHO

Acadêmico Diógenes da Cunha Lima Filho, nasceu em Nova Cruz/RN, no dia 20 de julho de 1937, sendo registrado no dia 26 de julho. Casado com Vera Maria Dantas. É filho de Diógenes da Cunha Lima e de Eunice Pessoa da Cunha Lima, é poeta, ensaísta, cronista, compositor, biógrafo, advogado e professor universitário. Formado pela Faculdade de Direito da UFRN, na “Turma da Paz”, no ano de 1963, foi reitor da UFRN, presidente da FJA, secretário de estado de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte, presidente do Conselho Estadual de Cultura do Rio Grande do Norte, presidente do Conselho de Reitores das

Universidades Brasileiras (CRUB) e vice-presidente da Organização Universitária Interamericana (OUI). Foi amigo e biógrafo de Câmara Cascudo. Atualmente, é presidente da Academia Norte-rio-grandense de Letras e reside em Natal. Presidente da ANRL desde 8 de novembro de 1984.

Atuou como relator geral da II Conferência das Universidades das Américas (Buenos Aires). Capacitou-se em recursos humanos para o desenvolvimento do Brasil na Universidade de Loyola (Louisiana, EUA). Participou de simpósios e proferiu conferências na Universidade de Austin (Texas, EUA), na Comissão Econômica para a América Latina (Santiago, Chile), na Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional (Berlim).

Exerceu inúmeras funções públicas no Rio Grande do Norte, entre as quais de Procurador da Prefeitura Municipal do Natal, Presidente da Fundação José Augusto, Secretário de Estado de Educação e Cultura e Presidente do Conselho Estadual de Cultura. Presidente da Academia Norte-rio-grandense de Letras, sendo eleito continuamente há vários anos, é escritor, poeta e ensaísta brasileiro, com permanente atuação na literatura, com 34 livros publicados. Atualmente foi nomeado Conselheiro Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), cargo este já ocupado por intelectuais como Afonso Arinos de Melo Franco e Manuel Bandeira.

Intelectual, conhecido pelo seu notório saber cultural e pelos ideais de preservação da natureza e do patrimônio histórico. Em sua trajetória inclui-se a compra de um terreno para salvar uma árvore, um centenário Baobá, (localizado na Rua São José no Bairro de Lagoa Seca, em Natal/RN), e a aquisição de um charmoso casarão na Rua Chile, no Bairro da Ribeira, onde residiu o poeta Ferreira Itajubá, ambos foram cuidados, preservados, sendo o último restaurado para finalidades culturais.

Biografado em *Um Sentido para a Vida: Uma Biografia de Diógenes da Cunha Lima* (2004), do escritor baiano Antonio Nahud. A estudiosa Águeda Zerôncio analisou sua poesia em *Uma Linguagem para o Imaginário* (1998). Em 2006, participou da antologia italiana *Dal Pan di Zuccherò al Colosseo*, coordenada por Aniello Angelo Avella, ao lado de Cecília Meireles, Murilo Mendes e Haroldo de Campos, entre outros. Foi tema de tese de mestrado na UFRN e depois livro de Thiago Gonzaga em *A Arte Poética de Diógenes da Cunha Lima*. Tem um blog, “Diógenes – Memória Cultural”, e um programa semanal na TV Futuro, “Baobá Cultural”.

Diógenes da Cunha Lima exerceu – ou exerce – as seguintes funções:

- Presidente da Fundação José Augusto;
- Secretário de Estado da Educação e Cultura;
- Consultor Geral do Estado;
- Presidente do Conselho Estadual de Cultura;
- Procurador da Prefeitura de Natal;
- Professor de Direito Comercial na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
- Reitor da UFRN;
- Vice-Presidente da Organização Universitária Interamericana – OUI (Quebec-Canadá);
- Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras;
- Conselheiro Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Atuação Literária

- Membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras e atual presidente.

Livros Publicados

- *Luz Quatro Vezes Sol* (1968);
- *Instrumento Dúctil* (1975);
- *Câmara Cascudo, Um Brasileiro Feliz* (1978);
- *Corpo Breve* (1980);
- *O Homem que Pintava Cavalos Azuis* (1982);
- *Tendresse: Poèmes d'un Amour Tourmenté* (1982);
- *Natal: Poemas e Canções* (1982);
- *Djalma Marinho* (1982);
- *Poemas Versus Prelúdios* (1983);
- *Os Pássaros da Memória* (1994);
- *Livro das Respostas* (1996);
- *Memória das Cores* (1999);
- *Natal: Biografia de uma Cidade* (1999);
- *Solidão, Solidões: Uma Biografia de Dinarte Mariz* (2002);
- *O Trem da Minha Vida* (2004);
- *Memória das Águas* (2005)
- *A Avó e o Disco Voador* (2005);
- *Sob um Olhar Azul* (2006);
- *Colecionador de Perguntas e o Poeta* (2007);

- *O Semeador de Alegria: Uma Biografia de Dom Nivaldo Monte* (2007);
- *O Trem das Crianças* (2007);
- *José* (2008);
- *O Magnífico* (2009);
- *Cascudinho: O Menino Feliz* (2012);
- *O Livro das Revelações* (2013);
- *Em Louvor da Mulher* (2013);
- *Flores que encantam o Brasil* (2013);
- *Ronaldo Cunha Lima: Um Nordestino de Todo Canto* (2014);
- *Câmara Cascudo com Vivência* (2015);
- *Vigência da Lei de Deus* (2016);
- *Alfabeto Ecológico* (2018);
- *Natal de Zé Zus* (2019);
- *Moça com Brinco de Pérola* (2020);
- *O Circo Chegou* (2020).



CADEIRA 12

PATRONO: JOSÉ CORTEZ PEREIRA DE ARAÚJO

Patrono José Cortez Pereira de Araújo, nasceu em Currais Novos/RN, no dia 17 de outubro de 1924, e faleceu aos 21 de fevereiro de 2004, no exercício do mandato de Prefeito da Cidade de Serra do Mel/RN, após prolongada internação em virtude de uma pneumonia.

Sendo filho de Vivaldo Pereira de Araújo e de Olindina Cortez Pereira de Araújo. Foi casado por 49 anos com Maria Aida Ramalho Cortez Pereira com quem teve três filhos, Cortez Júnior, Aida Maria e Aila Cortez, tendo ainda três netos, Cortez Pereira Ramalho, Aldo e Adriano.

Cursou o primário na capital, Natal, no Colégio Marista, ingressando posteriormente no Convento das Carmelitas, em Goiana/PE, onde estudou Filosofia e Teologia. Deixando o seminário, concluiu o curso clássico em Recife e entrou para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Pernambuco, diplomando-se em Filosofia em 1949.

Em 1952 bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de Pernambuco, passando a atuar também como Advogado Criminalista. Foi eleito Deputado Estadual por três legislaturas, no pleito de outubro de 1950, reeleito em outubro de 1954 e novamente em outubro de 1958. Eleito primeiro suplente do senador Dinarte Mariz em outubro de 1962 pela UDN, substituindo-o no Senado, de julho a setembro de 1963, de agosto a outubro de 1964 e de agosto a outubro de 1965, voltando a ocupar uma cadeira no Senado, de março a julho de 1968.

Foi Professor Universitário, lecionou Economia Política na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tendo aí conquistado, por concurso, a cátedra de Introdução à Ciência do Direito. Foi também Membro da Diretoria do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e seu representante junto ao Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), ocupando, posteriormente, o cargo de Diretor de Crédito Rural e Cooperativo do BNB, com algumas passagens de forma interina pela Presidência do referido Banco.

Neste período, participou de cursos sobre desenvolvimento rural na Espanha, na Itália, na Suíça, na França e em Israel, tendo, a partir daí se aprofundado no estudo de política econômica.

Eleito, de forma indireta, pela Assembleia Legislativa do Estado, em 03 de outubro de 1970, para o cargo de Governador

do Estado do Rio Grande do Norte. Foi o 42.º governador do Rio Grande do Norte, filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), depois filiado à ARENA foi escolhido governador do Rio Grande do Norte pelo presidente Emílio Garrastazu Médici em 1970.

Exerceu o mandato de 1971 a 1975, trouxe para o Rio Grande do Norte a implantação de uma política de desenvolvimento com projetos inovadores e muito além do seu tempo, onde buscou promover a fixação do homem do campo em sua região com a interiorização de políticas públicas de desenvolvimento econômico regional, com projetos específicos implantados em cada região do Estado, como o projeto de Serra do Mel, Boqueirão, Fruticultura, Bicho da Seda, Camarão e muitos outros de igual importância.

Promoveu o turismo na Capital e no interior do Estado, modernizando o modelo de organização administrativa do Estado, estimulou a vinda de novas empresas e incremento de empresas locais, valorizando e focando no emprego para a população.

Por tantas realizações é considerado um governo inovador para o seu tempo, onde seus projetos e ideias estão presentes até os nossos dias.

Em agosto de 1976 teve os seus direitos políticos suspensos, sob a acusação de ter sido leniente com atos lesivos ao Estado do Rio Grande do Norte.

Em 22 de abril de 1977, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, por unanimidade, absolveu o ex-Governador José Cortez Pereira de Araújo, determinando o arquivamento e a extinção do processo.

Foi o primeiro governador do regime de 1964 eleito indiretamente no Rio Grande do Norte, sucedendo Monsenhor Walfredo Gurgel, último eleito, em 1965, pelo voto direto, antes de

os militares suspenderem as eleições diretas para governador. Em 1966, o regime suspendeu as eleições diretas para governadores de estado, após a vitória de Israel Pinheiro (Minas Gerais) e Negrão de Lima (Guanabara), candidatos eleitos pelo voto direto e apoiados pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek, cassado e acusado por IPMs sem-fim e sem sentido.

A escolha de Cortez Pereira não foi fácil, mesmo ficando à critério da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido que dava sustentação ao governo do então presidente Emílio Garrastazu Médici. A ARENA era presidida no Rio Grande do Norte pelo empresário Reginaldo Teófilo, dono das *Casas Régio*, uma das maiores no ramo de móveis e eletrodomésticos. O partido situacionista logo começou as tratativas para indicar os nomes dos candidatos ao Palácio Potengi. Caberia aos deputados estaduais, os eleitores, homologarem o nome depois que a lista, submetida ao Palácio do Planalto, retornasse ao estado.

Três nomes compuseram a lista: Dix-huit Rosado, Cortez Pereira e Dióscoro do Vale. O general Dióscoro do Vale figurava na lista como um tertius e suas chances dependiam de impasse, ou seja, se houvesse dificuldades de Dix-huit e Cortez atraírem votos e, portanto, unirem a classe política. Era apoiado, discretamente, pelo governador Walfredo Gurgel, de quem era conterrâneo de Caicó. Para o governador, era preferível o general aos outros dois, políticos militantes e adversários do grupo político ao qual ele era vinculado. Além do governador, Dióscoro contava com a simpatia das principais lideranças militares.

Apoiado pelo senador Dinarte Mariz, liderança política mais forte do estado e prestigiado pelos militares, Dix-Huit era o favorito na bolsa de apostas, pela adesão que tinha dos principais líderes arenistas e pela boa gestão que realizava no Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). Sofria, porém, pesada oposição na ARENA Verde, facção do partido ligada ao

grupo político liderado por Aluizio Alves, cassado em 1969, e principal adversário de Dinarte.

Conhecidos os postulantes, o governo, como era praxe, enviou um delegado político, o deputado mineiro Rondon Pacheco, para verificar a situação dos candidatos junto às lideranças, evitando assim divisões nas hostes do partido oficial.

Rondon Pacheco, formado na escola mineira de muito ouvir e pouco falar, chegou a Natal no final de fevereiro e montou seu escritório no SESC, Cidade Alta.

Cada um dos candidatos ouvidos praticamente declinava da indicação e sugeria o nome dos adversários, até que chegou às mãos de Rondon Pacheco documento da câmara de vereadores de Natal, então presidida por Érico Hackradt, propondo a indicação de Cortez Pereira.

Walfredo Gurgel, atendendo a um pedido de seu amigo Paulo Guerra, governador de Pernambuco, muda de posição e entra na campanha para fazer Cortez seu sucessor. Concomitantemente, a Tribuna do Norte, jornal da família Alves, começou a criticar fortemente a indicação de Dix-huit. Os dois movimentos sugerem a adesão da ARENA verde ao nome de Cortez Pereira, praticamente sacramentando a sua indicação.

A escolha de Cortez Pereira era líquida e certa, quando uma inconfidência quase pôs tudo a perder.

Cortez estava no aeroporto de Fortaleza, aguardando um voo para Natal, quando foi cumprimentado animadamente por Costa Cavalcanti, ministro do interior, que, ao abraçá-lo, disse que ele (Cortez) seria o futuro governador do Rio Grande do Norte. Incontinenti, vários jornais estamparam manchete dando a notícia, logo desmentida pelo Palácio do Planalto.

Houve demora para que o impasse fosse contornado e o nome de Cortez Pereira foi um dos últimos a ser anunciado pelo governo federal. Homologado pela Assembleia Legislativa em 03 de outubro de 1970, a posse ocorreu em 15 de março de 1971 e o mandato foi encerrado em 15 de março de 1975.

Ao final de sua gestão o governo potiguar foi entregue a três membros da família Maia: dois por indicação (Tarcísio Maia e Lavoisier Maia) e um por via eleitoral (José Agripino Maia), numa sequência interrompida apenas em 1986.

Foi professor na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ali pelos anos 1980, quando ministrou um seminário, por duas semanas, sobre economia do semiárido nordestino.

Sua irmã, Maria do Céu Pereira Fernandes foi a primeira deputada estadual do país, eleita na Assembleia Constituinte do Rio Grande do Norte, com mandato entre 1935 e 1937.

Em 2000 filiado ao PTB, após o fim do bipartidarismo candidatou-se e se elegeu à Prefeitura de Serra do Mel/RN, município criado por meio do seu trabalho e empenho, para o mandato de 2001 a 2004.

Cortez Pereira foi um homem de vocação pública, apaixonado pelo seu Estado e pelo seu povo, sempre lidando e buscando caminhos para superar as adversidades encontradas na busca dos seus objetivos. Político experimentado e com boa bagagem técnica, demonstrada quando foi diretor do Banco do Nordeste (BNB), Cortez Pereira era um estudioso dos problemas do Nordeste e contava com a simpatia dos governadores e de várias lideranças da região.

Este é um breve relato da história de vida de um homem jurista, agropecuarista, professor e político brasileiro, que construiu sua trajetória com um objetivo pautado em correção, respeito, amor, perseverança e vontade de promover o bem comum.

Na conclusão destes dados curriculares, citam-se dois excertos do pronunciamento do Confrade Joa Nilson de Paula Rêgo, por ocasião de Sessão Legislativa em homenagem ao Patrono José Cortez Pereira de Araújo: "Os políticos são sempre louvados ou negados. Jamais compreendidos". "Cortez Pereira e sua tríplice figura, de homem seridoense, de homem público e de tribuno político, numa sinergia indissolúvel".



CADEIRA 12

ACADÊMICA FUNDADORA: ZÉLIA MADRUGA

A cadêmica Zélia Madruga, nasceu em Natal/RN, aos 03 de novembro de 1932, sendo filha José Plancácio Madruga e Ana Zebina Madruga.

Atividades atuais:

- Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – delegada no Estado do Rio Grande do Norte – ADESG/RN.

- Presidente do Conselho Fiscal do Ministério Público do Rio Grande do Norte
- Procuradora de Justiça – Aposentada em 12 de março de 1998.
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Professora aposentada em setembro de 1995.

Formação Profissional:

- Curso de Pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ: Mestrado em Estudos dos Problemas Brasileiros, tendo apresentado a Dissertação. “O Federalismo Brasileiro”. Março de 1979 a junho de 1981.
- Escola Superior de Guerra: Curso Superior de Guerra – Turma de 1974, tendo defendido a Dissertação. “A Reforma do Poder Judiciário”.
- Curso de Especialização em Estudos dos Problemas Brasileiros – UERJ. Março a novembro de 1978.
- Curso de Graduação – Bacharelado em Direito – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Março de 1955 a dezembro de 1959. Zélia Madruga foi Bacharela em Direito da primeira turma diplomada pela jovem Faculdade de Direito do Rio Grande do Norte. São os bacharéis de 1959. O paraninfo foi o professor Edgar Barbosa (Direito Constitucional), também magistrado, jornalista e escritor. Trinta e oito concluintes: seis mulheres e 32 homens.
- Curso de Aperfeiçoamento, Extensão e Atualização – Direito Processual Civil: Dos Recursos em Geral – UERJ, 1981.

- Direito da Família e do Menor – UERJ, 1981.
- Curso Intensivo para Formação de Professores em Administração Pública – SORTEC – Natal, abril a junho de 1962 e no Estado da Guanabara, agosto a setembro de 1962.
- Ciclo de Extensão: A Informática na Sociedade Brasileira – Rio de Janeiro/ UERJ – agosto, 1985, entre outros relacionados com a área de Política e Estratégia e da Educação.
- Procuradora de Justiça – Promovida por merecimento em setembro de 1973. Aposentada em 12 de março 1998.
- Membro do Conselho Superior do Ministério Público – setembro/73 até a data de sua aposentadoria.
- Membro do Colégio de Procuradores do Ministério Público – setembro/73 até a data de sua aposentadoria.

Corregedora-geral do Ministério Público de 1975 a 1977 nomeada pelo Procurador Geral de Justiça – de 16 de abril de 1993 a 16 de abril de 1995, eleita pelo Colégio de Procuradores. Reeleita pelo Colégio de Procuradores para o mandato 16 de abril de 1995 a 16 de abril de 1997. Como Corregedora-geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte nos períodos de 1975 – 1977 e 1993-1997, foi fundadora do Conselho Nacional dos Corregedores-gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União – CNCGMPEU.

6ª Procuradora de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, promovida por merecimento. Decreto de 14 de setembro de 1973.

2ª Procuradora de Justiça, removida, a pedido, da 6ª Procuradoria de Justiça, Resolução Interadministrativa nº 656, de 05/12/83.

1ª Procuradora de Justiça, removida, a pedido, da 2ª Procuradoria de Justiça. Decreto do Governador do estado, de 23/08/91.

2ª e 1ª Procuradora de Justiça com assento perante a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado/RN, em 30/01/81.

6ª Procuradora de Justiça designada pela portaria nº 015/84-Prj, para funcionar com assento perante a Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado/ RN, em 12/01/81.

4ª Procuradora da Justiça, em substituição legal, no período de 12/01 a 16/03 de 1971, sendo designada pela portaria nº 0471, para funcionar e ter assento perante a 2ª Câmara do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, durante o referido período.

Designada pela portaria nº 59/75-PrJ para integrar a Comissão de elaboração do Anteprojeto do Regulamento que disciplina as atribuições dos Promotores da Justiça das Comarcas de Natal e Mossoró, de 3ª Entrância, em 10 de abril de 1975.

Designada pela Portaria nº 06/75 – Procuradoria de Justiça, para funcionar e ter assento perante a 2ª Câmara do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, em 07 de janeiro de 1975.

Promotora de Justiça De 14/11/60 a 13/09/73, nomeada após concurso público de provas e títulos.

Promotora de Justiça da Comarca de Monte Alegre, nomeada após concurso, por decreto de 12/11/1960, assumindo o exercício a 14 do mesmo mês e ano.

Promotora de Justiça da Comarca de São Tomé, de 2ª Entrância promovida por decreto de 29/11/1960, assumindo o exercício a 30 do mesmo mês e ano.

Promotora de Justiça da Comarca de Macaíba de 2ª Entrância, para a qual foi removida, a pedido do Decreto de 14/12/1965, assumindo o exercício a 03/01/65.

Promotora de Justiça da Comarca de Mossoró, de 3ª Entrância, promovida por merecimento, por Decreto de 09/04/68, assumindo o exercício no dia 10 do mesmo mês e ano.

Curadora de Massas Falidas, Interditos, Ausentes e Resíduos da Comarca de Natal, de 3ª Entrância, removida, a pedido, por Decreto de 16/07/1969, assumindo o exercício no dia 17 do mesmo mês e ano.

Curadora de Menores da Comarca de Natal – Por Decreto de 09/10/1970, assumindo o exercício na mesma data.

Curadora de Família da Comarca de Natal em Substituição, Portaria nº 189 de 04/10/1971, assumindo as funções, cumulativamente, com a primeira Curadoria de Menores, na mesma data.

Integrante por 02 (duas) vezes de Lista Sêxtupla contendo os nomes dos membros do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, dotados dos requisitos constitucionais, escolhidos em eleição pelo Colégio de Procuradores, para preenchimento de vaga de Ministro no Superior Tribunal de Justiça, em fevereiro/96 e novembro/96.

Presidente da Comissão do Concurso para promotor de Justiça Substituto, realizado em 1994.

Presidente da Comissão de Elaboração do Anteprojeto da Lei Orgânica do Ministério Público – (Lei Complementar nº 141 de 09/02/96).

Membro da Comissão de Atualização do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, em 1997.

Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, em 1973.

Professora Assistente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, nomeada, após concurso, em 1º de agosto/82, aposentada em setembro/95.

Membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, 1985-1986.

Professora Colaboradora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, de 03/03/77 a 30/07/82.

Professora Convidada para o Curso de Mestrado em Direito Público da Universidade Gama Filho (RJ), 1979 a 1980.

Integrante do Comitê Científico do 1º Congresso Brasileiro de Direito Público – Natal/1996.

Delegada da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, Delegacia Regional do Estado do Rio Grande do Norte, por nomeação em 27/06/87, sendo reconduzida para os biênios: 1988/89, 90/91, 92/93, 94/95, 96/97, 98/99, 2000/2001, 2002/2003, 2004/2005, 2006/2007, 2008/2009.

Assessora de Departamento de Estudos da ADESG Nacional, 1980/81.

Membro da Comissão Estadual de Prevenção aos Tóxicos – Portaria nº 212/72 e 312/72 do Secretário de Estado de Educação e Cultura.

TRABALHOS E CONFERÊNCIAS:

O Federalismo Brasileiro – Trabalho publicado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 1982/Coleção Textos Acadêmicos.

A Reforma do Poder Judiciário – Trabalho publicado pela ESG – Escola Superior de Guerra, 1974.

O Problema da Educação no Estado do Rio Grande do Norte. Proposta de sua adequação para transformá-la em efetivo instrumento do Desenvolvimento Regional. (Publicado em plaquete pela Imprensa Universitária, março/1972).

Proferiu inúmeras Conferências, discursos e escreveu diversos trabalhos abordando temas jurídicos, concernentes aos problemas brasileiros, vinculados ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, à Escola Superior de Guerra, à Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, entre outros.

Medalha e Diplomado Mérito Naval, conferidos por Decreto do Presidente da República, recebidos em Solenidade do 3º Distrito Naval em Natal.

Placa Comemorativa dos 50 anos da AMPERN – Homenagem pelo trabalho e dedicação dispensados à AMPERN e à sociedade potiguar.

Placa do Conselho Nacional de Corregedores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União pela efetiva participação nas atividades do colegiado Brasília/DF, dezembro de 2002.

Medalha do Mérito do Ministério Público – Otacílio Pessoa da Cunha Lima – Colégio de Procuradores de Justiça.

Medalha da ADESG Rio de Janeiro.

Medalha da SOAMAR – Sociedade Amigos da Marinha.

Placa dos estagiários do XXIX CEPE 2017 – ADESG/RN – Os agradecimentos e o reconhecimento por ter nos ensinado, com sabedoria, bondade, firmeza e exemplo, a contribuir por um Brasil melhor.

Medalha e Diplomado “Mérito Marechal Cordeiro de Farias” criada por Decreto de 20 de junho de 1983, em reconhecimento aos serviços relevantes prestados à Escola Superior de Guerra, por decisão unânime do seu Conselho Superior, em 05 de setembro de 1996, Rio de Janeiro/RJ.

Medalha e Diplomado “Mérito Santos-Dumont” criada pelo Decreto nº 39.905, de 03 de setembro de 1956, Portaria nº

413/SCC, de 12 de junho de 1996, do Ministro da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar Lélvio Viana Lobo, Brasília/DF.

Medalha e Diploma da Ordem do Mérito Militar, no Grau de Cavaleiro, conferidos por Decreto do Presidente da República, de 29 de março de 1995 – Recife, 19/04/1995.

Condecorações Medalha do Mérito Adesguiano, conferida pelo Conselho Superior da ADESG, em dezembro de 1998.

Medalha e Diploma do Mérito Judiciário Djalma Aranha Marinho, conferidos pela Resolução Administrativa nº 035/93, de 18/05/93, do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região – Natal, 15/12/95.

Título de Honra ao Mérito Outorgado pela Confederação Nacional do Ministério Público, por ocasião do evento comemorativo dos 25 anos de sua fundação, pela participação e relevantes serviços prestados na defesa do Ministério Público Brasileiro – Aracajú/SE, 25/11/95.

Título de Membro Honorário da Força Aérea Brasileira – Recife, 23/10/1994.

Diploma de Agradecimento da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte – Centro de Estudos Superiores, pela participação como Colaboradora no Curso Superior de Polícia Militar, tendo contribuído para o aprimoramento técnico-científico relativos à segurança e defesa social do Estado, 08/12/1994.

Placa de Prata – Homenagem do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, através do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Defesa da Infância e da Juventude, pelos relevantes serviços prestados à Infância e à Juventude do Estado do Rio Grande do Norte, por ocasião do encerramento do I Encontro do Ministério Público para a Infância e a Juventude, 26 e 27 de outubro de 1994.

Medalha do Mérito Policial “Luiz Gonzaga”, conferida por Decreto do Governador do Estado do Rio Grande do Norte, em 27/11/1990.

Diploma de Agradecimento pela excelente cooperação prestada à ADESG Nacional, pelo Presidente da ADESG, em 1990.

Moção e Voto de Congratulações aprovados por unanimidade pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, inserida nos Anais, pelo valoroso trabalho em prol dos interesses e do trabalho da mulher brasileira, 29/04/1986.

Medalha do Mérito Presidente Café Filho – Natal, 1987.

Distinguida com o Diploma das Dez Mulheres do Ano de 1978, conferido pelo Conselho Nacional de Mulheres do Brasil, em virtude do trabalho realizado pela integração da mulher no processo de desenvolvimento sociopolítico e econômico do país. Rio de Janeiro/RJ.

Diploma “Mulher Destaque do Brasil”, pelo trabalho realizado no Ano Internacional – Festa dos Destakes e Personalidades – Recife/PE, 1976.

Medalha Comemorativa do XXV Aniversário da Escola Superior de Guerra – 1974, Rio de Janeiro/RJ.

Mérito Auta de Souza, pela destacada atuação em favor da cultura e do desenvolvimento do Rio Grande do Norte, conferido pela Prefeitura Municipal de Macaíba – Centenário Auta de Souza, 12/09/74.

Placa de Prata – “Atuação na Justiça” – Imprensa – RN, 1972.

Moção de Congratulação e Louvor aprovada pelo Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, em sua centésima décima segunda sessão, realizada em 19 de fevereiro de 1974, por

proposição do 2º Procurador da Justiça, em substituição, bacharel Otalício Pessoa da Cunha Lima, em face de haver sido selecionada por ato de Excelentíssimo Senhor Presidente da República, de 02 de janeiro/74, para matrícula na Escola Superior de Guerra – Curso Superior de Guerra – Ano letivo de 1974.

Certificado de Gratidão e Reconhecimento pelo Trabalho com o Menor Infrator, concedido pelo Departamento Social do Estado do Rio Grande do Norte, 1971.

Diploma de Homenageado de Honra concedido pela Fundação Padre Ibiapina – Departamento de Ciências Humanas e Ciências Aplicadas do Curso de Atualização em Direito do Trabalho, realizado na Cidade de Natal/RN, 22 de fevereiro de 1979.

Sócia-fundadora da Confederação das Associações do Ministério Público do Brasil, 1970.

Sócia-fundadora da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Norte.

Membro da Comissão de Elaboração dos Estatutos da Associação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, 1963.

Membro da Diretoria da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Norte, fazendo parte do Conselho Executivo, 1963.

Secretária-geral da Associação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – 1969/1970.

Reeleita para o cargo de Secretária-geral da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Norte – 1970/1971.

Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Rio Grande do Norte – Inscrição nº 169, de 29 de novembro de 1961.

Associação Brasileira das Mulheres Universitárias/RJ – a partir de 1962.

Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra –ADESG – a partir de 1975

Internacional Council on Education for Teaching – ICET – a partir de 30 de julho de 1977 – Washington, D.C.

Conselho Nacional de Mulheres do Brasil – Rio de Janeiro –a partir de 1978.

Rotary Club de Natal – a partir de 1992.

Lions Club – Natal/Norte – a partir de 1990.

SOAMAR – Sociedade Amigos da Marinha.

Viagem de Estudos ao Paraguai, Bolívia, Peru, Chile e Argentina – Escola Superior de Guerra 1974.

Viagem de Estudos à África – Marrocos, Senegal, Nigéria, Costa do Marfim e Libéria, julho de 1977, convidada do International Council on Education For Teaching – ICET – agosto/1977.

Viagem de Estudos a Lisboa (Portugal), Madri (Espanha) e Paris (França), em dezembro de 1997, para visita à Universidades com programas de ensino à distância.

Viagem a Paris (França), julho de 1998 em reunião sobre Educação na UNESCO.



CADEIRA 13

PATRONO: DIOCLÉCIO DANTAS
DUARTE

Patrono Dioclécio Dantas Duarte, mais conhecido simplesmente por Dioclécio Duarte nasceu em Natal/RN, aos 16 de outubro de 1894 e faleceu no Rio de Janeiro/RJ, aos 22 de dezembro de 1975. Foi um político brasileiro. Exerceu o mandato de deputado federal constituinte pelo Rio Grande do Norte em 1946. Bacharel em direito pela Faculdade de Direito de Recife, turma de 1917, orador da turma, jornalista político, Secretário de Agricultura no Estado, Secretário Geral do Estado, no governo de Georgino Avelino (15/8/1945 a 19/10/1945) deputado federal em várias legislaturas. Interventor Federal Interino, no período

de 19 de outubro de 1945 a 17 de novembro de 1945, recebendo de Georgino Avelino e passando para Miguel Seabra Fagundes; cônsul do Brasil em Bremen (Alemanha).

Presidente do Instituto do Sal, do Banco Aliança do Rio de Janeiro, americanista, municipalista, animador do movimento cooperativista no Estado, orador brilhante. Recebeu a Legião de Honra das mãos do presidente Auriol, em Paris, possuindo ainda condecoração da Venezuela, Paraguai e do Brasil. Filho de Dioclécio Duarte da Silva e Isabel Stella Dantas Duarte.

Estudou no Atheneu Norte-rio-grandense e transferiu-se para Recife, onde cursou a Faculdade de Direito. Em 1917 foi eleito Deputado Estadual no Rio Grande do Norte. Dirigiu a Imprensa Oficial de Pernambuco e o jornal *A República*, em Natal. Exerceu jornalismo também no Rio de Janeiro (onde conheceu e casou-se com Laura Magalhães Machado Duarte, em 1926). Foi Deputado Federal nos períodos 1930-1932 e 1946-1949, além de suplente na legislatura 1951-1955.

Designado adido comercial junto ao consulado brasileiro em Bremen (Alemanha), desenvolveu um trabalho de excelente divulgação das potencialidades brasileiras. Representou o Brasil na Conferência Interparlamentar de Comércio, em Berlim, estendendo sua viagem a Hamburgo, onde pronunciou conferências sobre questões vinculadas à América Latina e ao Brasil; no I Congresso Panamericano de Jornalismo, nos Estados Unidos, e num evento solene em homenagem a Santos Dumont, em Paris. Falava fluentemente alemão, inglês, francês e italiano.

Foi um dos fundadores da Academia Norte-rio-grandense de Letras (1936) e pertencia a várias outras instituições científicas e culturais, como o Instituto Brasileiro de Cultura, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Instituto Histórico e Arqueológico de Pernambuco, Associação Brasileira de

Imprensa, *Asociacion Internacional de Prensa*, Sociedade Brasileira de Agricultura, Instituto de Cultura Hispânica, Associação Brasileira dos Municípios e Liga de Defesa Nacional. É de sua autoria um estudo sobre Simon Bolívar pelo que foi agraciado com o título de Grande Cavaleiro da Ordem do Libertador, do governo venezuelano; recebeu, inclusive, do Presidente Vicente Uriol, do Paraguai, a condecoração da Legião de Honra e a Ordem do Mérito do Governo do Paraguai.

Dioclécio Duarte publicou os seguintes títulos: *Para os que ficam...*, *Uma página do Brasil* (1918), *Estudos de Economia Brasileira* (1930), *Problemas Contemporâneos*, *Como Exerci o Meu Mandato*, *A Indústria Extrativa do Sal e Sua Importância na Economia Brasileira*, *O Sal na Economia do Brasil*, *El Istmo de Panamá e a Profecia de Simón Bolívar*, *Simon Bolívar, Soldado e Estadista dos Ideais Americanos* e outros.



CADEIRA 13

ACADÊMICO FUNDADOR: ADILSON GURGEL DE CASTRO

Acadêmico Adilson Gurgel de Castro fez o Curso de Admissão, Ginásial e Científico no Colégio Marista de Natal/RN; concluiu o Curso High School no Clover Park HS, na cidade de Tacoma, região da grande Seattle, Estado de Washington, USA, como bolsista do AFS Scholarships; Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do RN (UFRN), 1973; Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 1980.

É advogado militante desde 04/04/1974.

Foi Professor Adjunto do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte durante mais de 32 anos; Chefe de Gabinete da Secretaria de Administração do Estado do RN; Secretário Adjunto da Fazenda do Estado do Rio Grande do Norte; Professor do Curso de Direito da Universidade Potiguar; Fundador do Curso de Direito do Centro Universitário FACEX, Natal/RN, tendo sido seu coordenador por mais de cinco anos; Coordenador do Curso de Direito, da UFRN (por duas vezes), tendo conseguido três conceitos “A”, no Provão; Vice-coordenador do Curso de Direito da UFRN, por duas vezes; Chefe do Departamento de Direito Público, da UFRN; Diretor do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, da UFRN (que, à época, congregava seis cursos universitários); Pró-reitor Substituto de Extensão Universitária da UFRN; Membro titular da Comissão do Provão em Direito, do MEC, por cinco anos; Um dos fundadores da ABEDi – Associação Brasileira de Ensino do Direito; Presidente da ABEDi, por um mandato; Membro da Comissão do MEC de verificação dos Cursos de Direito; Presidente do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Norte.

Foi Conselheiro Seccional da OAB/RN eleito por nove vezes, desde 1983; Presidente da OAB/RN, eleito três vezes, como candidato único; Conselheiro Federal, em dois mandatos; Presidente da então Comissão Nacional de Ensino Jurídico, do Conselho Federal, por duas vezes, hoje, Comissão Nacional de Educação Jurídica; presidiu cinco seminários nacionais, um em cada região do Brasil; um dos criadores do programa “OAB Recomenda”; criou, editou e publicou semanalmente o jornal OAB/NOTÍCIAS ELETRÔNICO (até abril de 2007: 80 edições); criou o Encontro dos Advogados do Rio Grande do Norte, evento anual; criou o Baile dos Advogados, evento anual; criou a Carreira Jurídica, corrida rústica anualmente realizada; criou a Assistência Judiciária da OAB/RN; reformou a sede da OAB/RN e ampliou o seu espaço físico interno; deu periodicidade mensal

ao jornal OAB/NOTÍCIAS, durante sua segunda administração (1995-97); fundou e coordenou o Colégio de Presidentes de Comissões da OAB/RN; membro do CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público, como representante dos advogados brasileiros, por dois mandatos (4 anos).

Mais de 140 artigos publicados em jornais de Natal/RN, e no jornal do Conselho Federal da OAB; vários artigos sobre ensino jurídico, publicados em revistas jurídicas; Coautor do livro Curso de Direito Tributário, em parceria com o Prof. Carlos Roberto de Miranda Gomes, que atingiu a 8ª edição.

Mais de 170 palestras sobre Direito e sobre Ensino Jurídico, proferidas em todo o Brasil; mais de 32 módulos de Direito Tributário, ministrados em vários cursos de pós-graduação, em nível de Especialização, neste e em outros Estados do Brasil; mais de 80 edições semanais do jornal OAB/NOTÍCIAS ELETRÔNICO, publicado na página da OAB/RN, (www.oab-rn.org.br), cada um com um ou dois artigos ou editorias, de sua autoria.



CADEIRA 14

PATRONO: JOSÉ GOMES DA COSTA

Patrono José Gomes da Costa nasceu na propriedade Pitombeira, do Município de Taipú/RN, aos 17 de março de 1902 e faleceu aos 24 de janeiro de 1982. A Pitombeira era o reduto dos seus pais – Coronel João Gomes da Costa e Bernardina Rodrigues da Costa. Ali levou uma vida saudável com os seus outros onze irmãos: Maria (AA), Jerônimo (Loló), Luzia (Ziá), Antônio (Tonho), Pedro e Manoel (Ué), estes do primeiro casamento e Francisco (Ici), Luiz (Zilú), Maria (Lilia) e Paulo (do segundo casamento com Anna Rodrigues, que trazia Sérgio), terra e gente que aprendeu a amar.

Obrigado pelas circunstâncias, teve necessidade de vir para um centro maior, onde fez suas primeiras letras, no Colégio Ruy Barbosa de Ceará Mirim e posteriormente na capital do Estado, onde cursou o Colégio Santo Antônio. Posteriormente deslocou-se para Olinda e Recife, no vizinho Estado de Pernambuco, onde estudou e lecionou no Colégio Americano Batista e no Mosteiro de São Bento, onde foi residente até iniciar seu curso de letras jurídicas, na tradicional Faculdade de Direito do Recife.

No correr dos estudos jurídicos transferiu-se para o Rio de Janeiro onde concluiu seu curso superior – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, Turma de 1925. Seu diploma foi expedido pelo reitor e diretor da Faculdade Conde de Affonso Celso, em 19 de dezembro de 1925, o qual foi registrado no Departamento Nacional de Ensino em 07 de janeiro de 1926 e no Superior Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte em 16 de novembro de 1927.

Foi um dos fundadores da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Rio Grande do Norte (OAB/RN), cuja inscrição foi aprovada na 4ª sessão da Diretoria Provisória, realizada no Instituto Histórico e Geográfico do RN no dia 16 de abril de 1932, tomando o nº 22, conforme registro no Livro de Inscrições Definitivas nº 01, em data de 02 de maio de 1932. Igualmente filiou-se ao Instituto dos Advogados do Brasil, seção deste Estado, como consta do papel timbrado do seu primeiro escritório – Rua Sachet, nº 74, por convite do seu dileto amigo Áureo Lins Bahia. Por conseguinte, foi eleitor do primeiro Corpo Eleitoral da OAB/RN, juntamente com outros colegas, dentre os quais registro os que foram aprovados na mesma sessão: Joaquim Inácio de Carvalho Filho, Carlos Augusto Caldas da Silva, Alberto Roselli, Miguel Seabra Fagundes, Vicente Farache Netto, Luís da Câmara Cascudo, João de Brito Dantas e Augusto Leopoldo Raposo da Câmara.

Posteriormente foi Promotor Público em Caicó, lugar onde contraiu matrimônio com Maria Ligia de Miranda Gomes, filha de Jerônimo Xavier de Miranda e Aline Miranda de Albuquerque Maranhão. Um fato interessante é que no seu registro de casamento, às fls. 137v. e 138 – livro “B-11”, nº de ordem 27, em 04 de setembro de 1926 – escrivão Elino Eloi de Medeiros e Oficial do Registro Público da Comarca de Caicó – Esperidião Eli de Medeiros, consta o nome da esposa como Lygia Maranhão de Miranda, nascida em 27 de março de 1911, que passou a se chamar Lygia de Miranda Gomes e a cerimônia civil ocorreu na casa dos seus pais – Av. Seridó, presentes o Professor Leonidas Monteiro de Araújo – 1º Juiz Distrital, em exercício, sendo testemunhas Celso Affonso Dantas e Eduardo Gurgel de Araújo. Consta a presença de João Gomes da Costa e Julia Medeiros. Posteriormente foi promovida uma retificação judicial no referido registro em 28 de janeiro de 1943, por ordem do Juiz Vicente de Lemos Filho, em 24 de outubro de 1942, conforme processo do 3º Cartório Judiciário de Natal, sendo escrivão Bartolomeu Fagundes e cumprido pelo Juiz de Caicó – Dr. J. G. da Nóbrega, através da escrivã Aurea Medeiros, ajudante de cartório, corrigindo-se o nome de mamãe para Maria Ligia de Miranda, que passou a se chamar Maria Ligia de Miranda Gomes. A cerimônia religiosa ocorreu na Igreja de Sant’Anna.

Ainda em Caicó, nasceu o primogênito Moacyr Gomes da Costa, com a ajuda das mãos sagradas de Mãe Quininha, arquiteto consagrado.

No período de 1927 a 1929 foi eleito Deputado Estadual pelo Município de Taipú/RN, sendo o 2º Secretário da Mesa. Depois foi Procurador Municipal de 1930 a 1937, Procurador Interino da Delegacia Fiscal do Rio Grande do Norte em 1937, fiscal do Governo junto à Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil, Delegado de Ordem Política e Social ao tempo que Secretário de Segurança e Juiz Municipal.

Durante um longo tempo foi comerciante e prestou serviços como autônomo à firma de João Severiano da Câmara até que, pelas mãos do seu colega advogado Áureo Lins Bahia, montou a sua primeira banca de advocacia, tornando-se causídico conhecido e respeitado em todo o Estado,

Após pertinaz enfermidade, pela força e incentivo dos amigos, ingressou na Magistratura à qual serviu a maior parte de sua vida, como Juiz de Direito de várias Comarcas do interior, como Santana do Matos, Angicos, Canguaretama e Macaíba, sendo promovido para Natal onde por longo tempo foi Juiz de Menores até atingir a desembargatória, da qual aposentou-se por ato do Governador Mons. Walfredo Gurgel, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 18 de abril de 1967. Como tal, presidiu o Tribunal de Justiça e exerceu todos os cargos daquele Poder e ainda do Tribunal Regional Eleitoral – TRE/RN, de 1961 a 1965, em cuja gestão foi adquirido o terreno onde hoje se encontra a moderna sede.

Foi Professor fundador da velha Faculdade de Direito da Ribeira, lecionando a cadeira de Direito Civil, sendo homenageado pelos seus alunos em todo o período em que esteve em atividade naquela Casa de Saber, recebeu o Diploma de “Professor Emérito” em 29 de maio de 1972.

Foi eleito membro da Academia Potiguar de Letras, na cadeira nº 20, que pertenceu ao Desembargador Benício Filho. Presidiu a Associação Norte-rio-grandense de Astronomia e foi o Primeiro Presidente do Tribunal de Justiça Desportivo do Rio Grande do Norte, mercê de sua paixão pelo esporte, tendo praticado o futebol de várzea e chegando a jogar pelo Clube Náutico de Recife. Foi um dos primeiros presidentes do América Futebol Clube, gestão em que adquiriu e doou o terreno onde o clube tem hoje a sua sede social. Recebeu o Título de “Benemérito” em sessão solene realizada em 14 de julho de 1955. Após sua morte,

o América Futebol Clube fez uma sessão solene em sua homenagem, com a presença da sua viúva, irmão e filhos, sendo presidida por Jussier Santos, tendo como orador Valmir Targino. Moacyr Gomes falou pela família. Foi também sócio fundador do Pâmpa-no Esporte Clube – matrícula nº 58 e do Carneirinho de Ouro.

Após a sua aposentadoria da magistratura e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, voltou a advogar com seus filhos Fernando e Carlos de Miranda Gomes, tendo sido Con-selheiro da OAB local.

Mesmo com a idade avançada, continuou a frequentar o escritório todos os dias, onde ficava à disposição dos seus ex-alunos e de magistrados novos que o procuravam, rotina que cum-priu até às vésperas de sua morte em 24 de janeiro de 1982. Foi um permanente embaixador de sua terra de nascimento, dando orientação a todos os conterrâneos que o procuravam.

Como intelectual publicou alguns trabalhos em revistas especializadas e ainda discursos, conferências, e pesquisas, valen-do destacar a “Breve Vida de Clóvis Beviláqua”, uma pequena biografia de Amaro Cavalcanti, estudos na Revista do Tribunal de Justiça, na Revista Forense e na Academia Potiguar de Letras. Outras publicações nos jornais da terra, como modesto colabo-rador.

A humildade nunca permitiu que se elevasse às crônicas, senão pelas atitudes de coragem em fases conturbadas do Estado, nem por isso deixou de merecer o respeito dos seus concidadãos, além do nome que lhe valeu homenagem no Fórum da Comarca de Taipú/RN, na sala de sessões da Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte e recentemente dando nome à Biblioteca da Escola da Magistratura.

A UFRN lhe conferiu o título de Professor Emérito e o América Futebol Clube, Medalha e o Título de Sócio Benemérito

e sempre foi lembrado pelos seus colegas e alunos do Curso de Direito, com os quais manteve permanente e estreito relacionamento, vibrando ou sofrendo com suas vitórias ou insucessos.

Antecedeu, na viagem eterna, à sua esposa e companheira de mais de 50 anos, Maria Ligia, hoje também falecida, deixando os filhos Moacyr, Fernando, Lêda, Elza, Maria do Socorro e José Gomes Filho, além de netos e bisnetos.

O seu sepultamento no Cemitério do Alecrim foi tão simples como a sua personalidade, mesmo assim com a presença de colegas, alunos, amigos e autoridades constituídas, além de sua vasta família. No último adeus foi saudado pelo seu filho Carlos, em nome da família, que traçou a sua trajetória de vida com as seguintes palavras: *“Pai. Tua missão está cumprida. Entrás na eternidade cheio de glória, porque tuas mãos jamais cometeram injustiça”*.

Seus restos mortais, juntamente com o da sua esposa foram retirados do túmulo da família de Jessé Pinto Freire e colocado no Cemitério Morada da Paz – Quadra 11 – lote 1754, adquirido pelo filho Carlos Roberto de Miranda Gomes.



CADEIRA 14

ACADÊMICO FUNDADOR: CARLOS ROBERTO DE MIRANDA GOMES

Acadêmico Carlos Roberto de Miranda Gomes natalense nascido em 10 de setembro de 1939, no clamor da 2ª Guerra Mundial (10/9/1939). Filho do Magistrado José Gomes da Costa e Maria Lúcia de Miranda Gomes. Infância vivida na paisagem bucólica do sertão, em contato com a natureza. Primeiros estudos com professoras particulares em Angicos, Canguaretama e Macaíba. Primário regular no Instituto Batista do Natal e 2º grau no Ginásio Natal. Científico no Colégio Estadual do Atheneu Norte-rio-grandense e Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais

pela tradicional Faculdade de Direito da Ribeira (UFRN), turma de 1968.

Especialização em Direito Civil e Comercial na UFRN, Mestre em Direito Público (Ordem Constitucional) pela Universidade Federal do Ceará-UFC, em convênio com a UNIPEC, hoje UnP e URRN.

Foi radialista: (nos anos de 1948 a 1954). Foi comerciante do SENAC; funcionário do Tribunal de Justiça; comerciante de 1960 a 1961, sócio da firma Gomes & Cia.; funcionário do TRE/RN, Chefe da 3ª Zona Eleitoral de 1962 até 1971. Provisão da OAB/RN em 1965; solicitador acadêmico de 1966 a 1968 e Advogado a partir de 1969. Nomeado Promotor de Justiça Substituto, após aprovação em concurso, declinou de sua aceitação, preferindo o cargo de Auditor do TCE/RN, aprovado em 1º lugar, onde teve a oportunidade de várias vezes ser convocado como Conselheiro Substituto, depois passando a integrar a Procuradoria do mesmo Tribunal, que se transformou no Ministério Público Especial, de onde se aposentou.

Docente do Curso de Direito desde 1976 da UFRN, da UNIPEC, hoje UnP, FARN e da especialização da UFRN, UnP, FAL, ESMARN e FESMP, colaborador na FACEX e ESA. Ex-Conselheiro do Conselho de Recursos Fiscais do Estado do Rio Grande do Norte. Ex-Conselheiro substituto do Conselho de Contribuintes do Município de Natal. Ex-Chefe do DPU da UFRN. Primeiro Coordenador do Curso de Direito da UNIPEC, hoje UnP. Patrono do Instituto de Estudos Jurídicos do Rio Grande do Norte – IEJ. Ex-Presidente da OAB/RN. Ex-Juiz do TRE/RN. Participou do III Ciclo de Estudos da ADESG/RN. Primeiro Controlador Geral, da Controladoria Geral do Estado do Rio Grande do Norte.

Presidiu a Comissão de Juristas da UFRN. Fundador e primeiro Presidente do Nejur – Núcleo de Estudos Jurídicos e

do Instituto Brasileiro de Tecnologia Jurídica – IBTJ. Integrou a composição do Primeiro Tribunal de Ética da OAB/RN. Ex-Diretor da Diretoria da Administração Indireta – DAI (TCE/RN). Primeiro Diretor-Geral da Escola de Contas “Prof. Severino Lopes de Oliveira” do TCE/RN até 2004.

Professor aposentado da UFRN, na cátedra de Direito Financeiro e Tributário. Professor credenciado para cursos de pós-graduação e/ou orientação de monografias e participação em bancas em diversas faculdades e escolas jurídicas. Foi Presidente da Comissão da Verdade da UFRN, designado em 31.10.2012 até a conclusão do Relatório Final em 2015.

Atualmente é Membro Honorário Vitalício da OAB/RN, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), membro da Academia de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte – ALEJURN, cadeira 14, da Academia Macaibense de Letras – Cadeira 02, da Academia Norte-rio-grandense de Letras, cadeira 33, membro da Academia Brasileira Rotariana de Letras – ABROL e da Academia Potiguar de História e Cultura Militar – APHICUM, sócio efetivo da UBE/RN – União Brasileira de Escritores do Rio Grande do Norte, sócio honorário da ACLA “Pedro Simões Neto”, sócio-fundador da extinta AMINN, sócio-fundador do Instituto Norte-rio-grandenses de Genealogia – INRG, incorporada ao IHGRN, Secretário Geral da Federação das Instituições Culturais do Rio Grande do Norte – FINSCL, eleito em 04/11/2014, sócio-fundador do Instituto Potiguar de Direito Tributário (2015), Diretor Jurídico da Liga de Ensino do Rio Grande do Norte e sócio efetivo do Rotary Club de Natal-Sul desde 1984.

Comendas, elogios e homenagens: do Exército Nacional (16º RI) a Medalha “MARECHAL HERMES – de Aplicação e Estudo”(1959); Medalha do MÉRITO UNIVERSITÁRIO (melhor concluinte do Curso de Direito, 1968); “Medalha do Mérito

POLICIAL LUIZ GONZAGA” da Polícia Militar/RN (2000); “Medalha do Mérito HENRIQUE CASTRICIANO”, Liga de Ensino do RN (2004); “PROFESSOR EMÉRITO e DOUTOR honoris causa da Universidade Potiguar (2006); Comenda OTTO DE BRITO GUERRA do CAAC/UFRN, 2007; Medalha AMARO CAVALCANTI, da OAB/RN, 2012, (renovada com a entrega da medalha original e novo diploma, em 21/12/2018, posto que à época da outorga estava desaparecida; homenageado com a criação da “Medalha do Mérito PROF. CARLOS GOMES”, da ASSEJURIS, 2012; Medalha do “MÉRITO GOVERNADOR DINARTE MARIZ”, do TCE/RN, em 2013; Comenda “JURISTA TOBIAS BARRETO” – Alta Distinção Jurídica, do Instituto Brasileiro de Estudos do Direito – IBEDi, em 30.10.2014, Natal/RN; além de ter recebido inúmeros votos de elogio, reconhecimento pelas atividades desenvolvidas em sua vida pública e profissional: Sócio benemérito da AVERN e Membro Honorário do Centro Acadêmico Seabra Fagundes; diplomas de entidades profissionais em reconhecimento e louvor (OAB/RN, OAB/PI, OAB/PR, Conselho Federal da OAB (Medalha Comemorativa da Inauguração 1990), Placa de Prata da Associação dos Assessores Jurídicos do Estado/RN, “Diploma CLOVIS BEVILAQUA” da OAB/CE, “Diploma do Mérito Maçônico PADRE MIGUELINHO”, “Honra ao Mérito”, do SISJERN, Benemérito da AVERN, 1984, Sócio Benemérito da Academia Cearamirinese de Letras e Artes – ACLA “Pedro Simões Neto”, Cartão de Prata da ANABB, pela posição assumida em defesa do Banco do Brasil; Cartão de Prata dos estudantes do Curso de Direito da UNIPEC, hoje UnP pelo desempenho no período de 1992/1993, quando Primeiro Coordenador do referido Curso; Cartão de Prata dos membros e funcionários do TRE/RN, Cartão de Prata dos Servidores da CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO. Homenageado inúmeras vezes pelas turmas de Direito da UFRN e UnP e por algumas turmas de Economia, Administração e Ciências

Contábeis da UFRN e antiga UNIPEC, tendo sido nome de turma, patrono, paraninfo, orador de aulas da saudade, aposição de placas e outras solenidades, desde 1976. Paraninfo da Primeira Turma concluinte do Curso de Direito da UNIPEC, 1996, hoje Universidade Potiguar e eleito nome da sua Segunda Turma.

Certificado do “Mérito Ensino Jurídico 2008”, da OAB/RN. Placa de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados à Escola de Contas “Prof. Severino Lopes de Oliveira” TCE, 2009. Placa de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados à advocacia potiguar – OAB/RN, em 11/8/2009. Homenagem da CAARN com a entrega da estatueta do “Pelicano” pelos serviços prestados à Entidade. Título de CIDADÃO MACAIBENSE outorgado pela Câmara Municipal de Macaíba em 2011, Homenagem ao Advogado pela Câmara Municipal de Natal em 2011. Agraciado com placa comemorativa dos 80 anos da OAB/RN, por relevantes serviços prestados, 2012. Professor Emérito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em abril de 2018; Diploma de Louvor Acadêmico da ANRL, em 21/5/2018, Inauguração do nome na Galeria do Projeto João de Barro – OAB/RN, dezembro de 2018. Certificado de Sócio Benemérito da PROMOVEC – Associação de Proprietários, Moradores e Veranistas da Praia de Cotovelo – Cotovelo, 2020. Medalha e Certificado de Honra ao Mérito 150 anos de nascimento de Tonheca Dantas, Carnaúba dos Dantas, jun. 2021; Medalha do Mérito “Dr. Miguel Seabra Fagundes”, 31/8/2021, da Câmara Municipal de Natal. Diploma Mérito Cultural do Museu do Sertão, Mossoró, agosto 2022, Medalha “Pontes de Miranda”, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Recife/PE, setembro 2022, Tela “Encantos do Pavão Misterioso”, classificada no 5º Festival Internacional de Arte Naif, Guarabira/PB, maio 2.023. Diploma pela passagem dos 90 anos de criação da OAB/RN, out. 2022.

Desenvolveu habilidades, como artista plástico amador. Exerceu atividade jornalística criando o jornalzinho “Monômio”, do Ginásio Natal, em 1954, que se concretiza neste dia 20 de abril de 2018. Idealizou e criou os informativos do NEJUR, o jornal OAB/Notícias, a Revista do Curso de Direito da UFRN, a Revista Jurídica do Curso de Direito da UnP, Informativo CONTROL e Informativo DAI, Resenha da Escola de Contas do TCE/RN. Criou e editou os Informativos do Rotary Club Natal-Sul, 1984/1985. Colaborou nas Revistas Rumos, Paradigmas, Fisco, Data Vênia, RN/Econômico, Revista Século, Revistas Jurídicas da UnP, Fal, ESMARN, Audiência, da ESA/RN. Tem sido colaborador esporádico em jornais e revistas locais, da Revista Pense, Revista da ALEJURN, Revista do INRG, Revista da ANRL. Responsável pelo Blog DO MIRANDA GOMES, (<http://cmiranda-gomes.blogspot.com>) e Blog do IHGRN (<http://ihgrn.blogspot.com.br/>).

Trabalhos publicados/divulgados: Pesquisas jurídicas – Faculdade de Direito da UFRN (1964 a 1968); Sistema Eleitoral na Constituição do Império; Rev. RUMOS nº 5 – DAAC/UFRN (março/1966); apostila para concurso do TRE/RN (1968; Modificações na Legislação Eleitoral (sugestões para o TRE/RN enviadas ao TSE), em 1969; Comunidades Economicamente viáveis (estudo em parceria) – ADESG, 1973; Da Remuneração dos Vereadores – TCE/RN, 1975 e 2ª ed. Gráfica Manibu, 1977; Pesquisas, votos, pareceres, acórdãos, memoriais, petições e relatórios – alguns publicados no jornal Folha dos Municípios nº 5, 6, 7, 12, 16 e 20; em O Diário de Natal; Revista da Procuradoria Geral do Estado nº 1 a 4; no Boletim do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte; no jornal OAB/Notícias da OAB/RN, pelo mesmo criado em 1978 e onde manteve uma coluna permanente denominada “Entre Parênteses” – 1977 a 1997, Oração de Despedida (Aula da Saudade dos Concluintes do Curso de Ciências Contábeis de 1978) – Imprensa Universi-

tária (UFRN); Apostilas de Direito Tributário – UFRN/DPU – 1978 a 1980; Monografia "A Proteção das Minorias nas Sociedades Anônimas". Textos Acadêmicos nº 081 – UFRN, abril/1979; estudo mimeografado sob o título "A legitimação Adotiva e o Filho Superveniente" – UFRN/DPU – abril/1980; Licitação nas Empresas Governamentais – Mimeo. ITAME, julho/1980; programa modulado sobre temas tributários para Curso de Atualização e Treinamento do Pessoal da Prefeitura Municipal de Natal. PMN, 1981; Breviário sobre assuntos municipais – Sistema Tributário. Apresentado no I Seminário de Administração Municipal em Caicó/RN, nov. 1981; Cadernos de Direito Tributário. Coleção Textos Acadêmicos – Série Didática, nº 1 e 2. UFRN, 1982 (em parceria com o Professor Adilson Gurgel de Castro); Lei Orgânica dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte (em parceria com os Professores Adilson Gurgel de Castro e Jalles Costa): 1 ed. 1982 e 2 ed. 1985 – RN Econômico; Licitação – Teoria, Prática e Legislação. Textos Acadêmicos – série didática nº 07 – UFRN, 1983/1984; Direito Tributário (em parceria com o Professor Adilson Gurgel de Castro). Nossa Editora, 1984; Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU (Apostila editada pela PMN), 1984; artigos publicados na Resenha do NEJUR, UFRN, 1984, trabalhos publicados no Guia Eleitoral editado pelo RN-Econômico, out. 1986; livros: Curso de Direito Tributário (em parceria com o Professor Adilson Gurgel de Castro), com edições pela Saraiva, 1987, 4 ed. Cooperativa Cultural da UFRN, 1991, 5 ed. IBTJ, 1997, 6 ed. Brasília Jurídica/2000, 7 ed. Natal: Nordeste Gráfica/2005; Licitação e Contratos Administrativos (Mimeo. UFRN, 1988); Noções de Direito Tributário. Coleção Sala de Aula nº 16. Coop. Cult. UFRN, 1991 (em parceria com o Professor Adilson Gurgel de Castro); Cartilha ABC do Consumidor. Lançada em 11/março/1992, ADC/Coop. Cultural da UFRN; Monografia Licitação – Noções Preliminares. Mimeo. UFRN, dez.1993; nova edição, de acordo com a Lei nº 8.666/93,

em dez/93 – UFRN; Trabalhos publicados na Revista “Paradigma” nº 1, editada pela UNIPEC/1994; Algumas Considerações sobre Propaganda Eleitoral, Revista RN-Econômico, ago. 1994; estudo sobre Propaganda Eleitoral, publicado na Revista do TRE/RN nº 1, v. 7, 1994; Relatório sobre o novo Currículo do Curso de Direito da UFRN. 1995; Livros: *Da Imunidade Tributária dos Aposentados e Pensionistas*, Nossa Editora, junho/1996; *Manual de Direito Financeiro e Finanças* (em 16 fascículos), editado pelo IBTJ/Nossa Editora. setembro, 1996 e reeditado como livro compacto, com uma 2ª tiragem em 1997; *Manual de Direito Financeiro e Finanças* – 2 ed. Brasília Jurídica/2000, 3º edição em CD, 2003 e nova tiragem em 2004 e impressão pela Editora F3D Publicações Jurídicas, em 2006; apresentação da Revista do Curso de Direito-RCD, v. 1, n. 2. UFRN, 1997.1; Trabalho sobre ICMS para o desenvolvimento, publicado na Coletânea Rio Grande do Norte – Crescimento Econômico com Desenvolvimento Social, Coordenada por João Bezerra de Medeiros Filho. Natal/RN: ed. Antônio Thiago Gadelha Simas, 1997; estudo sobre “Algumas considerações sobre o Direito e a Norma” na Revista Paradigmas v. 10 n. 7 – Série Jurídica. UnP – Natal/RN, janeiro de 1998; ensaio sobre O Poder Regulamentar, publicado na Revista Século nº 3, Natal – dezembro, 1998; proposta sobre Reforma Tributária, publicada na Revista UnP Jurídica – nº 1 – Natal – abril, 1999; Livro “LICITAÇÃO – Noções Elementares” – DEI – Natal/RN – julho, 1999; Coordenador do “Manual de Procedimentos do Controle Interno do Poder Executivo” – DEI – Natal, 1999; estudo sobre Poder Regulamentar na “Revista AUDIÊNCIA”, da ESA/RN – agosto, 1999; pesquisa sobre a Fiscalização da Execução Orçamentária – Revista Século, da Fundação Pe. João Maria – dez.1999; homenagem ao Des. Floriano Cavalcanti: o filósofo da província. UnP Jurídica-jan/jun, 2000; artigos publicados na Revista PENSE Século 21 (O debate das ideias), 2003 a 2005; Coordenador e comentador do livro *Breve*

História do Pensamento Econômico, com alunos do Curso de Direito da UFRN 1999.1 – novembro, 2000 – Edições Ágape; livro em CD *Considerações sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal* – novembro, 2001; Livro *Considerações sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal*, 2 ed. atualizada – setembro, 2002, edição restrita pela ES-MARN para o pessoal da área financeira do Poder Judiciário; reedição dos livros sobre Licitação, Considerações sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal e Direito do Estado, atualizados – em CD pelo TCE/RN, 2003; Cartilha de Gestão Fiscal para o último ano de mandato. TCE, 2004; Apostila “Direito do Estado”, 2005 para a pós-graduação na UFRN; Resgate da Memória Jurídica Potiguar – (sobre Edgar Barbosa, em parceria com Jurandyr Navarro (sobre Nilo Pereira), Natal; plaquete editada por Jurandyr Navarro, Natal, 2009; Participação no livro Coletânea de trabalhos sobre o Professor Raimundo Nonato Fernandes, na Revista da Procuradoria Geral do Estado, Recife, Imprima, 2010; trabalho publicado na Coletânea Letras & Imagens do BEM, Natal, EDUFERN, 2011; trabalho jurídico DIREITO TRIBUTÁRIO, em homenagem a Hugo de Brito Machado. São Paulo: Ed. Quartier Latin, 2011; artigos publicados mensalmente nas Revistas da Academia Norte-rio-grandense de Letras, Natal, 2011 a 2018; desde 1989 na Revista do IHGRN, Natal/RN; na Revista da ALEJURN ano I, nº 1, Natal, abril de 2012; participação na Plaquete Resgate da Memória Jurídica Potiguar (Fernando de Miranda Gomes), da ALEJURN, Natal, abril 2012; participação na Revista do INRG nº 01, publicada em setembro de 2012; participação na Antologia DIREITO CORPORATIVO, Coordenada pelos advogados André Elali, Evandro Zaranza e Kallina Flôr dos Santos. São Paulo: Ed. Quartier Latin, 2013; Coordenador do Relatório da Comissão da Verdade da UFRN, Natal/RN, EDUFERN, 2015. Obras literárias – livros: *Testemunhos*, em homenagem ao centenário de nascimento do Des. José Gomes da Costa – Ed. Sebo Vermelho – agosto 2002 (apoio da AMARN e

IHGRN); *Traços e Perfis da OAB/RN* – Natal, Sebo Vermelho, 2008 e 2 edição em 2017, pela OAB/RN; *O Velho Imigrante* (Il Vecchio Immigrante), Natal, Ed. Sebo Vermelho/Nave da Palavra (UBE/RN), julho 2012; Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão, Patrono da Cadeira nº 2, da Academia Macaibense de Letras, Natal, outubro, 2012; Uma pequena história, Natal, 2013; Um Século de Vida (homenagem ao General Francisco Gomes da Costa), Natal, 2013; participação no livro *Letras & Imagens do Bem*. Natal; participação na Antologia sobre o Desembargador FLORIANO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, de autoria de Marco Aurélio da Câmara Cavalcanti de Albuquerque. Natal, infinita imagem, 2013; participação na Coletânea “CONSTRUTORES DA ÁGORA SOBERANA POTIGUAR – múltiplas memórias” (Professores do ATHENEU), Natal; Edições Infinitas Imagens, 2014; *O menino do poema de concreto* – memórias de Moacyr Gomes da Costa, Sebo Vermelho – Edições, 2014; romance *Amor de Verão* – Sebo Vermelho Edições, Natal/RN, 2016; *90 anos bem vividos* (homenagem a Moacyr Gomes da Costa), Natal/RN, – Sebo Vermelho Edições, 2017. *As Confrarias e o Tempo*. Natal: Sebo Vermelho – Edições, 2018, *PROMOVEC* – uma bela história, Natal/Cotovelo verão 2018/2019, ed. Off.Set Editora, janeiro, 2019. Dados biográficos em entrevista ao Programas Memória Viva – volume II, Natal, Ed. IHGRN/Offset, antologia organizada por Armando Holanda, Joventina Simões Oliveira e Vicente Serejo, 2020. Artigo especial em homenagem a Therezinha Rosso Gomes, Rev. Da ANRL, nº 65, out-dez, 2020. *Amor de Outono*, Natal: Sebo Vermelho Edições, Natal – maio de 2021. Livro *O Circo Vive*, Natal: Sebo Vermelho Edições, julho 2021. Participação na Coletânea UBE/RN – 2021 de Biografias Literárias – edição comemorativa dos 62 anos de fundação, organizada por José de Castro, em Natal/RN: Ed. Nave da Palavra e Offset Editora, 2021. Governo do Rio Grande do Norte (1935-2018), Organizadores André Felipe

Pignataro, Gustavo Sobral e Honório de Medeiros – Ed. Biblioteca Ocidente – Librum Lux Mundi, Parnamirim/RN, 2022 (livro eletrônico, coletivo); Livro *Eu, Pintor?* – Natal: Sebo Vermelho Edições, novembro 2022

Em elaboração: *Até onde a lembrança alcançou* (Caminhos) – livro de memórias/poesias; *Verdades Cruzadas* (sobre a repressão da ditadura na UFRN); Pronto para publicação: *Tipologia tributária*: uma abordagem legal e doutrinária. Trabalho concluído para publicação – dissertação de Mestrado, 1998, aprovada, com louvor, pela Banca Examinadora formada pelos Professores Denise Lucena Rodrigues, Hugo de Brito Machado e Paulo Lopo Saraiva, em 19/7/98.



CADEIRA 15

PATRONO: PAULO PEREIRA DA LUZ

Patrono Paulo Pereira da Luz, advogado e que exerceu um papel importante na magistratura do Rio Grande do Norte. Um mossoroense que também a dignificou, pela sua cultura e honradez. Presidiu o TRE/RN de janeiro a dezembro de 1967. O ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça, conterrâneo José Fernandes Dantas, em depoimento histórico que publicou pela Fundação Vingt-un Rosado sobre Paulo Pereira da Luz, transcreve um testemunho de outro desembargador, Lourival Medeiros: “Estou lhe remetendo dados da biografia de Paulo Luz, precisamente, do período em que exerceu a judicatura no Rio Grande do Norte, inclusive cópia da ata da sessão ordinária do dia 19 de novembro de 1965, do TRE, na qual se lê a afirma-

ção de suspeição do juiz Paulo Luz quando se procurava através de pressão militar, mudar o resultado do pleito daquele ano. Em sinal de protesto afirmou suspeição se recusando a ser indicado como “a triste figura de fantoche” demonstrando, desse modo, o seu caráter, a sua coragem moral, a sua dignidade e, sobretudo, os predicados de grande juiz que sempre foi”. Outro testemunho que José Fernandes Dantas usou, no seu grande depoimento, foi o do escritor Jurandyr Navarro, que entre outras coisas, destacou: “[...] Sempre cercado pelo carinho e admiração dos seus colegas, recebeu a unânime consagração, pela conduta modelar que se tem postado diante das procelas, de toda ordem, que conjuram contra nossa Justiça. Ele é um dos que tem sobrevivido dos cataclismas políticos, que sempre minaram os alicerces do esplêndido templo da deusa Têmis. É o desembargador mais moço do nosso pretório. Representa, naquele augusto recinto da judicatura, a sua geração. A geração de uma época conturbada e agitada pela metamorfose das estruturas sociais. Ele bem dignifica essa geração assustada, temerosa, distônica e testemunha visual de tantos escândalos e que já amargurou tanta decepção”. Paulo Pereira da Luz é exemplo de magistrado que atuou em tempos difíceis, delicados, mas, que deixou marcas de independência, de lisura no exercício da judicatura, de profunda solidariedade humana, de respeito à cidadania, de culto às instituições democráticas e à liberdade.



CADEIRA 15

ACADÊMICO FUNDADOR: ERICK
WILSON PEREIRA

Acadêmico Erick Wilson Pereira é Doutor em Direito do Estado e mestre em Direito Constitucional pela PUC-SP, é especialista em Direito e Cidadania, em Criminologia e em Direito do Trabalho pela UFRN. É professor adjunto na UFRN, onde leciona na graduação e pós-graduação. É advogado e também Assessor Técnico Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte. Pauta suas atividades por uma efetiva e devotada militância da advocacia, robustecida e agregada à produção acadêmica.

Foi Diretor Tesoureiro da OAB/RN na gestão 2000/2003. Indicado pela OAB/RN para ser observador externo do Exame Nacional de Cursos ENC 2002 (cfr. of 06/2002-CEJU). Membro da Comissão Especial de Direito Eleitoral do Conselho Federal da OAB – 2015 (portaria 083/15-CFOAB). Presidente da Comissão Especial de Direito Eleitoral do Conselho Federal da OAB – 2015 (portaria 227/15-CFOAB). Presidente da Comissão Especial de Direito Eleitoral do Conselho Federal da OAB – 2016/2018 (portaria 34/16-CFOAB). Integrante da Comissão para atuar na realização do Teste Público de Segurança – TPS do Tribunal Superior Eleitoral (portaria TSE 553/15). Representante do Conselho Federal da OAB para debater os efeitos da Portaria nº 207/2017-TSE na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados.

Entre as obras publicadas, destacam-se:

Manual Esquemático das Eleições 2018, Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2018;

Reforma Política: Brasil República, Brasília: Editora OAB, 2017;

Manual Esquemático das Eleições 2016, Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2016;

Manual Esquemático das Eleições 2014, Brasília: Editora Baobab, 2014;

Interpretação e Aplicação das Normas Constitucionais-Eleitorais, São Paulo: Editora Saraiva, 2010;

Consciência Democrática, Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2009;

O Controle Jurisdicional do Abuso do Poder no Processo Eleitoral, São Paulo: Editora LTr, 2004.



CADEIRA 16

PATRONO: MIGUEL SEABRA FAGUNDES

Patrono Miguel Seabra Fagundes nasceu em Natal/RN, aos 30 de julho de 1910 e faleceu no Rio de Janeiro/RJ, aos 29 de abril de 1993. Foi um advogado, jurista e magistrado brasileiro.

Biografia

Primeiros anos: Formação Política e Jurídica

Filho de João Peregrino da Rocha Fagundes e Cornélia Seabra Fagundes e irmão de José Crisanto Seabra Fagundes e João Peregrino da Rocha Fagundes Júnior. Fez o primário em Natal e, entre 1923 e 1926, realizou os estudos preparatórios cursando o

Colégio Diocesano Santo Antônio e prestando exames de revalidação no Ateneu Norte-rio-grandense. Em 1927, se transferiu para Recife, onde cursou o primeiro ano da Faculdade de Medicina, mas a abandonou em 1928 para ingressar na Faculdade de Direito da mesma cidade.

Participou ativamente no centro acadêmico de sua faculdade (atual Diretório Acadêmico Demócrito de Sousa Filho), destacando-se por seus discursos em defesa da Aliança Liberal. Com a derrota da chapa aliancista, apoiou a revolução de outubro de 1930 que depôs Washington Luís e colocou Getúlio Vargas na chefia do Governo Provisório. Em novembro, ainda aluno, foi nomeado oficial de gabinete de Irineu Joffily, interventor federal do Rio Grande do Norte. Ficou no gabinete até abril de 1931, quando se demitiu por divergências com o novo interventor Aluísio de Andrade Moura.

De volta a Recife, bacharelou-se em março de 1932 e foi orador de sua turma, proferindo um discurso, segundo seu próprio depoimento, norteadado pela convicção nos princípios liberais da Revolução de 1930.

Atuação na Advocacia e Ingresso na Magistratura

Logo após formar-se em Recife, retornou a Natal, fixando residência e instalando seu primeiro escritório de advocacia. Durante a Interventoria de Bertino Dutra no Rio Grande do Norte, iniciada em junho de 1932, foi nomeado Delegado-auxiliar do então chefe de polícia do estado, João Café Filho, mas ficou no cargo pouco tempo. Em meio à Revolução Constitucionalista que se estendeu de julho a setembro, foi nomeado Juiz e, pouco tempo depois, designado por Getúlio Vargas como procurador do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio Grande do Norte.

Interessou-se pelo integralismo e passou a militar junto à Ação Integralista Brasileira (AIB) em seu estado.

Em junho de 1935, às vésperas de completar ainda 25 anos, foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça – então *Corte de Apelação* – do Rio Grande do Norte, na qualidade de representante dos advogados.

Contribuição à Justiça brasileira

Seu primeiro livro, *O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário*, lançado em 1941 e reeditado em 1950, 1957, 1968, 1979 e 1984, suscitou uma nota crítica negativa do jurista Themístocles Cavalcanti, publicada na revista *Direito*.

Em 1942, publicou *Da desapropriação no direito brasileiro*. Em julho de 1943, ao lado do desembargador Sinval Moreira Dias, representou o Rio Grande do Norte na I Conferência Nacional de Desembargadores, promovida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e realizada no Rio de Janeiro, com o objetivo de estudar normas exegéticas à aplicação uniforme da *nova legislação penal*. Ainda em 1943, representou seu estado no I Congresso Jurídico Nacional, promovido pelo Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) durante as comemorações do centenário de sua fundação. Nesse encontro, defendeu a tese “*Da proteção do indivíduo contra o ato administrativo ilegal ou injusto*”, sofrendo oposição das delegações de São Paulo e Rio Grande do Sul e, mais uma vez, do jurista Themístocles Cavalcanti, do Rio de Janeiro. Com a decretação da Lei Eleitoral de 28 de maio de 1945, ainda durante a vigência do Estado Novo, Seabra Fagundes passou a exercer a presidência do TRE do Rio Grande do Norte.

Em 1946, publicou *Dos recursos ordinários em matéria civil*. Depois de ter sido Consultor jurídico da Presidência de Eurico

Gaspar Dutra, publicou em 1947 os *Pareceres do consultor-geral da República*.

Em 1949, participou da organização da Faculdade de Direito que seria instalada na cidade de Natal, capital do seu Estado.

Em 1955, época de intensa instabilidade política após o suicídio de Vargas, publicou *As forças armadas e a Constituição*.

Conforme registra a tese de Doutorado de Rodrigo Dalle-done pela UFPR, Miguel Seabra Fagundes consagrou a teoria do desvio de finalidade para o controle dos atos administrativos não apenas em suas obras, mas também na prática judicial – especialmente no julgamento da Apelação Cível 1422, no ano de 1948 pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte – fundamentação inédita no Poder Judiciário brasileiro. A tese de doutorado de Maria de Lurdes Angiolucci pela USP corrobora essa leitura.

Nomeação como Interventor Federal do Rio Grande do Norte e Consultor-geral da República.

Em 3 de novembro de 1945, Miguel foi nomeado interventor federal no Rio Grande do Norte, substituindo Deoclécio Dantas Duarte, interventor em exercício. Pouco tempo depois foi eleito presidente do Tribunal de Justiça do estado, mas só tomaria posse no cargo após deixar a interventoria. Apesar de seu curto período à frente do Executivo estadual – apenas três meses – reduziu de imediato seus subsídios, e, proibindo a publicação no *Diário Oficial* do estado de matéria elogiosa às decisões por ele tomadas, passou a redigir as justificativas dos atos de sua administração.

Também durante sua curta gestão, as seções da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do IAB do Rio Grande do Norte ganharam nova sede. Em fevereiro, logo após a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, deixou a interventoria, sendo

substituído por Ubaldo Bezerra de Melo, do Partido Social Democrático (PSD).

Em seguida tomou posse na presidência do Tribunal de Justiça do estado, mas logo se afastou para assumir o cargo de Consultor-geral da República, para o qual fora nomeado pelo presidente recém-eleito, Eurico Gaspar Dutra. Em agosto seguinte filiou-se ao IAB e, com o restabelecimento da incompatibilidade pela Constituição Federal (1946) promulgada em setembro, demitiu-se da consultoria para não perder seu cargo na magistratura.

O retorno à Magistratura e à Advocacia

Retornou ao Rio Grande do Norte, reassumindo a presidência do Tribunal de Justiça no final de 1946. Em 1947, publicou *Pareceres do consultor-geral da República*, com suas contribuições jurídicas. Foi nesse período que prolatou o histórico voto na Apelação Cível 1422, acolhendo de forma inédita a tese do controle da finalidade dos atos administrativos em 1948, servindo de precedente para o restante do Judiciário nacional.

Decidindo fixar residência no Rio de Janeiro, capital da República, em março de 1950 exonerou-se da função de desembargador do Tribunal de Justiça e retomou a advocacia. Em julho transferiu sua inscrição na OAB à seção do Rio de Janeiro e foi contratado como assessor jurídico do Conselho Rodoviário Nacional. Em 1950, a seu respeito, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte organizou o livro *Itinerário de um jurista*.

Desde janeiro de 1951, com a reeleição de Getúlio Vargas, continuou a advogar na capital. Em 1952, foi convidado para integrar o conselho técnico da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e, em 1953, tornou-se membro do conselho seccional da OAB no Distrito Federal.

Em 11 de agosto de 1954, em meio à crise política que agitava o país, foi eleito Presidente do Conselho Federal da OAB, cargo que automaticamente o tornou presidente da Ordem, e, no fim do mandato, membro nato do conselho.

Da Presidência da OAB ao Ministério da Justiça

Com o suicídio de Getúlio Vargas no dia 24, o então vice-presidente João Café Filho assumiu a presidência e nesse mesmo dia tratou de reorganizar o ministério. Diante da saída de Tancredo Neves da pasta da Justiça e da recusa de Nereu Ramos a assumi-la, por sugestão do próprio Nereu e com a aprovação de todos os partidos, convidou Miguel para ocupá-la, segundo seu próprio depoimento, por ser “jurista alheio à política”. Pedindo algum tempo para pensar e consultar seus irmãos, não aceitou a proposta de imediato. No entanto, considerando as dificuldades com que se defrontava o presidente, e uma vez que os partidos o haviam aprovado, retornou à noite com a resposta afirmativa.

Licenciando-se da presidência da OAB, no mesmo 24 de agosto foi nomeado Ministro da Justiça do Governo Café Filho. Reuniu-se com as autoridades policiais pedindo-lhes o restabelecimento da ordem, sem violência. Desde o início de sua gestão, combateu as pretensões do jornalista Carlos Lacerda, que em seu jornal, *Tribuna da Imprensa*, liderava uma campanha pelo fechamento do vespertino getulista e agora de oposição *Última Hora*. Opondo-se com firmeza a essa ofensiva, à qual se aliavam vários setores civis do governo e altas patentes militares, denunciou a inconstitucionalidade da proposta. Em 14 de fevereiro, Miguel apresentou ao presidente seu pedido de demissão a Café Filho dada a turbulência política ligada à sucessão presidencial.

Ao deixar a pasta da Justiça, fez um discurso – que alcançou grande repercussão na imprensa – explicando as razões de sua

exoneração. Reafirmando sua posição, já declarada anteriormente em resposta a Carlos Lacerda, que o chamara de inepto por não coordenar as candidaturas à presidência, declarou que tal função não lhe competia, nem ao Presidente da República. Substituído por Alexandre Marcondes Filho, dedicou-se a partir de então apenas à advocacia e logo em seguida reassumiu a Presidência da OAB, permanecendo no cargo até agosto de 1956.

Em entrevista ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Miguel levantou restrições à ação do general Henrique Lott, que se envolveu na política presidencial para garantir a eleição de Juscelino Kubitschek, alegando que, para evitar que a Constituição fosse violada, o próprio movimento a estiolou e abriu exceção para posteriores fraturas do texto constitucional.

Apesar de ter sido duramente combatido por Carlos Lacerda no período de sua gestão no Ministério da Justiça, opôs-se com firmeza à proibição feita pelo governo ao então parlamentar, através da portaria baixada pelo Ministério da Viação em outubro de 1956, de se pronunciar em emissoras de rádio e de televisão. Com base nisso, escreveu um artigo intitulado *Regime legal do rádio e da televisão em face da Constituição Federal*, criticando a censura prévia do pensamento político, cuja livre manifestação era garantida constitucionalmente. Em meio a essa polêmica, foi convidado pela Câmara dos Deputados para fazer uma conferência sobre a Constituição de 1946, representando a OAB na solenidade comemorativa do décimo ano da promulgação da carta. Porém, diante da apreensão do jornal *Tribuna da Imprensa*, que, de acordo com sua tradição oposicionista, acusou o presidente Juscelino Kubitschek de estar “afinado com os comunistas” e “dominado por traidores”, recusou-se a comparecer à Câmara, declarando que não se pronunciaria sobre uma Constituição que estava sendo desrespeitada. A conferência que não proferiu na

ocasião resultou em um artigo publicado sob o título *Treze anos de prática da Constituição: aplicação, omissões e distorções*.

Atuação jurídica a partir do Regime Militar brasileiro

Em setembro de 1961, logo após a renúncia de Jânio Quadros da presidência, em 25 de agosto, e em razão do veto dos três ministros militares à posse do vice-presidente João Goulart, o congresso aprovou a Emenda Constitucional nº 4 instituindo o parlamentarismo. Acompanhando como jurista os fatos desse período, em 1962 Miguel fez uma conferência no IAB de São Paulo intitulada *O parlamentarismo no Ato Adicional*. Em abril de 1966, por decreto do então presidente Castelo Branco, foi criada uma comissão de juristas, responsável pela elaboração de um anteprojeto constitucional que incorporasse à Constituição de 1946 toda a legislação de exceção, incluindo-se os atos e as emendas. Convidado a integrar a comissão, composta ainda por Levi Carneiro, Orozimbo Nonato e Themístocles Cavalcanti, Miguel foi o único que dela se desligou antes da conclusão dos trabalhos, por discordar sobretudo da manutenção no anteprojeto de eleições indiretas. Miguel escreveu diversos artigos e fez várias conferências analisando, sob o ponto de vista jurídico, a nova constituição e a nova Lei de Segurança Nacional, decretadas em 15 de março de 1967. Com a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 13 de dezembro de 1968, manteve uma posição firme contra mais essa medida de exceção, combatendo, como jurista, a cassação dos mandatos eletivos, a suspensão dos direitos políticos, a supressão do *habeas corpus* e a demissão sumária de magistrados.

Em abril de 1970 foi eleito presidente do IAB, durante o governo do general Garrastazu Médici. Seu discurso de posse, *A legalidade democrática*, causou tal controvérsia entre os políticos que foi considerado, até mesmo por seus críticos, uma apologia

à liberdade e foi proibida sua publicação nos Anais da Câmara. Logo depois, durante a inauguração da sede paulista da OAB, pronunciou outra conferência, *A missão do advogado e os direitos da pessoa humana*, que foi publicada no jornal O Estado de S. Paulo com o título "O advogado nos regimes de força".

Em 1971, recebeu o título de doutor *honoris causa* da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Concluindo sua gestão no IAB em abril de 1972, tornou-se membro efetivo do conselho superior dessa instituição. Na década de 1970, participou de todos os congressos jurídicos brasileiros e das conferências nacionais da OAB, às quais esteve presente desde a primeira, no fim da década de 1950. Em maio de 1978 denunciou em entrevista à imprensa o caos legislativo do país. Miguel foi consultado mais de uma vez pela imprensa sobre a reforma de reformulação da Lei de Segurança Nacional proposta ao presidente Ernesto Geisel e afirmou que a reformulação se impunha "como um dos caminhos para a devida proteção dos direitos individuais". Defendeu também a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte como o caminho adequado à construção de uma nova ordem institucional. Em 31 de dezembro, passou a defender a anistia como solução efetiva para os banidos e exilados espalhados pelo mundo a partir de 1964 e criticou o presidente Geisel por estar anunciando medidas que seriam implementadas apenas no governo de seu sucessor.

Durante toda a década de 1980, continuou exercendo a advocacia e proferindo palestras e conferências. Envolveu-se intensamente nas discussões nacionais a respeito da Constituição de 1988, em sua fase de elaboração. Sempre ligado às atividades da OAB, participou da decisão da entidade de apresentar o pedido de abertura do processo de impedimento do presidente Fernando Collor à Câmara em setembro de 1992. Ao longo desses anos colaborou com inúmeros artigos nas revistas Direito, Revis-

ta dos Tribunais, Revista Forense, Revista de Direito Público de São Paulo, Arquivo Judiciário, Revista de Direito Administrativo, Revista Brasileira de Estudos Políticos, Revista Jurídica, Revista de Direito Contemporâneo e Revista da Universidade Católica de Campinas. Dedicou-se também à reedição de sua obra jurídica, considerada pelos profissionais da área, obra de consulta obrigatória tanto no Brasil como no exterior. Nos últimos anos de sua vida, foi redator-chefe da Revista Forense. Era casado com Benvinda Gentil de Seabra Fagundes, com quem teve dois filhos, ambos advogados: Eduardo Seabra Fagundes e Sérgio Seabra Fagundes.

Publicações:

- O controle dos atos administrativos pelo poder judiciário, 1941.
- Da desapropriação no direito brasileiro, 1942.
- Da Proteção do indivíduo contra o ato administrativo ilegal ou injusto, 1944.
- Dos recursos ordinários em matéria civil, 1946.
- Pareceres do consultor Geral da república, volume único, fevereiro a setembro de 1946, 1947.
- As Forças armadas na Constituição, 1947 e 1955.
- Amaro Cavalcanti e as liberdades públicas, 1949.
- Reformas essenciais ao aperfeiçoamento das instituições políticas brasileiras, 1955.
- Treze anos de prática da constituição, 1960.
- Da contribuição do código civil para o direito administrativo, 1964.

- O Poder judiciário na constituição de 1967, 1967.
- O sentido da legalidade no estado democrático, 1969.
- Novas perspectivas do federalismo brasileiro, 1969.
- A legalidade democrática, 1970.
- Os tribunais de contas e a moralidade administrativa, 1972.
- Estrutura constitucional brasileira, 1972.
- O mandado de segurança e o recurso de terceiro prejudicado, 1973.
- Direitos do homem, a ordem pública e a segurança nacional, 1974.
- A função política do Supremo Tribunal Federal, 1978.
- A legitimidade do poder político na experiência brasileira, 1982.
- Da encampação nas concessões de serviços públicos, 1985.
- A crise do Poder Judiciário, 1990.



CADEIRA 16

ACADÊMICO FUNDADOR: RAIMUNDO NONATO FERNANDES

Acadêmico Raimundo Nonato Fernandes, Jurista, Mestre de todos nós, é potiguar natural de Pau dos Ferros, extremo Oeste do Estado, nascido no dia 26 de janeiro de 1918, que faleceu nonagenário em pleno exercício de sua atividade de advocacia no dia 03 de julho de 2012. Apesar das dificuldades financeiras dos seus pais Antônio Petronilo de Oliveira e Sergina Fernandes de Oliveira, iniciou seus estudos como aluno da professora Petronila Rego no Grupo Escolar Joaquim Correia, de Pau dos Ferros, continuados com sua tia Corina Fernandes Lins de Queiroz. Em Natal foi matriculado no Colégio Pedro Segundo (ao lado do

Teatro Carlos Gomes, depois transferido para o prédio do Marista, que ficava em frente à Igreja do Galo).

Contudo, a fragilidade de recursos obrigou a busca do ensino público, no tradicional Atheneu, considerado uma verdadeira Academia de Letras, onde terminou os estudos secundários. Como todo aspirante aos cursos superiores, mudou-se para Recife em 1938, ingressado na Faculdade de Direito, de onde recebeu seu diploma como integrante da Turma 1944, juntamente com outros valorosos jovens idealistas da nossa terra como Nestor dos Santos Lima, Caio Pereira de Souza, Hélio Barbosa de Oliveira, Rodolfo Pereira de Araújo, Paulo Gomes da Costa, entre outros, posto que o Rio Grande do Norte somente na década de 1950 teve a criação da sua Faculdade de Direito, da qual foi fundador, como professor titular da cadeira de Direito Administrativo.

Teve incursões na tribuna do Júri, mas a sua real inclinação foi mesmo na área do Direito Administrativo, cujos trabalhos se notabilizaram nas publicações em revistas especializadas, notadamente nas do Tribunal de Justiça do Estado e Revista de Direito Administrativo. Seu vasto conhecimento do Direito e da Filosofia Jurídica permitiu que também lecionasse as cadeiras de Introdução à Ciência do Direito, Ciência das Finanças, Direito Constitucional e Teoria Geral do Estado, cátedras que exerceu até 1981. O grande Cultor do Direito Penal, Dr. João Medeiros Filho, em seu trabalho *Contribuição à História Intelectual do Rio Grande do Norte* faz o seguinte pronunciamento sobre o nosso homenageado: "Apesar de se considerar um frio profissional da lei, demonstrou que essa suposta inadequação para a literatura é apenas uma falha metodológica. Se a técnica da leitura levou-o ao estudo da ciência jurídica, seu espírito sempre esteve voltado para o domínio das artes. Basta afirmar que Raimundo Nonato Fernandes, no Júri, que deixou de frequentar por motivos outros que

não o de aversão à tribuna, foi argumentador terrível, trazendo a lógica aos debates sem desprezar a imaginação".

Registram os historiadores a sua colaboração, ainda estudante, na defesa de presos políticos em decorrência da Insurreição de 1935, ajudando os advogados Djalma Aranha Marinho, ao lado de Hélio Galvão e Antônio Soares Filho, redigindo pedidos de *habeas corpus* para os insurretos, ainda que não tivessem simpatias com a ideologia comunista, mas assim agindo em nome do sentimento ético e respeito ao direito de expressão, sustentáculo da democracia.

Na vida funcional foi Oficial de Gabinete da Interventoria do Estado no período de 1942 a 1943 – Rafael Fernandes, Assistente-chefe do Serviço estadual de Reeducação e Assistência Social, Adjunto de Promotor em Ceará-Mirim, Procurador da LBA, eleito Procurador Judicial do Aero Clube em 1948, Procurador contratado da Prefeitura Municipal de Natal, Secretário de Negócios Internos e Jurídicos da mesma Prefeitura, Procurador da Associação Norte-rio-grandense de Imprensa, Membro e Presidente do Conselho Penitenciário do Estado, Procurador do Estado, Consultor Geral do Estado em vários governos (Dinarte Mariz, Aluizio Alves, Monsenhor Walfredo Gurgel, Tarcísio Maia e José Agripino), o que comprova a sua isenção política, sempre com um comportamento irreprochável.

Uma breve passagem na carreira política o fez lograr eleição como Vereador à Câmara Municipal de Natal. No entanto, dois meses após a posse renunciou e nunca mais concorreu a qualquer cargo eletivo, por não ser do seu ideário e conflitar com sua carreira de advogado. Atuou como jornalista em A República, Diário de Natal e Rádio Poti, ao lado de intelectuais consagrados como Eloy de Souza, Edgar Barbosa e Eider Furtado. Por todos esses predicados foi eleito imortal da nossa Academia Norte-rio-grandense de Letras, em 30 de junho de 1976, ocupando a cadeira nº

39, cujo patrono foi o poeta Damasceno Bezerra e na Academia de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte, ocupando a cadeira nº 16, em que é patrono o seu amigo Miguel Seabra Fagundes.

Na militância da advocacia foi estagiário do causídico Hélio Galvão e também do Doutor Otto de Britto Guerra, logo se destacando e ganhando fama, para a qual dedicou mais de 60 anos de sua vida, com atuação notável, sendo o seu pensamento jurídico acatado com a força de uma verdadeira norma de conduta, presença permanente nos templos da Justiça. Na condição de advogado ocupou a vaga de jurista no Tribunal Regional Eleitoral do nosso Estado no período 1972 a 1974.

Na Ordem dos Advogados do Rio Grande do Norte foi, várias vezes, Conselheiro e seu Vice-Presidente. Foi o primeiro Presidente do Tribunal de Ética, colaborador incansável na elaboração das mais importantes leis do Estado. O seu escritório de advocacia tornou-se um ponto de referência desde o primeiro na Av. Duque de Caxias, na velha Ribeira, como no da Rua Vigário Bartolomeu, no 6º andar do Edifício 21 de Março, com a visão do Potengi e a proteção do Padre João Maria, nunca se negando a orientar os que lhe procuravam, contabilizando uma atuação superior a 20 mil ações.

Numa entrevista foi indagado se alguma vez pensou em parar de advogar, tendo respondido: “Nunca. Acho que quem escolhe uma profissão e depois abandona o seu ofício é um fracassado.” Orgulhava-se de jamais ter cometido uma infração disciplinar e se preocupava com a explosão de Faculdades de Direito por todo o País. Foi consultor das mais altas autoridades públicas do Estado, notabilizando-se pela participação efetiva na elaboração de leis importantes, principalmente das reformas ou projetos das Constituições do Estado e da nossa legislação básica.

Permanentemente reverenciado por toda a sociedade, Professor Emérito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, homenageado pela comunidade jurídica do Estado em várias oportunidades, particularmente na que ocorreu em 05 de outubro de 2006, por ocasião da Quinta Jurídica, levada a efeito pelo Instituto Brasileiro de Direito Administrativo local e Justiça Federal do nosso Estado, cujo tema foi ‘O Estado Brasileiro na Época de Raimundo Nonato’ a cargo de eminentes figuras do mundo jurídico, a teor do Acadêmico Diógenes da Cunha Lima, Professor Eduardo Rabenhorst, Professor Honório de Medeiros e Jornalista Cassiano Arruda Câmara.

Recebeu a “Medalha AMARO CAVALCANTI”, maior comenda da OAB/RN, concedida uma única vez em cada administração, sendo detentor da primeira, justo prêmio a quem, por toda a sua vida, honrou o Direito e dignificou a Advocacia, fato acontecido em emocional solenidade durante a XX Conferência Nacional dos Advogados, realizada em Natal, sendo saudada pela Dra. Tatiana Mendes Cunha e entregue pelo seu colega de turma, Dr. José Cavalcanti Neves, por deferência do Presidente da OAB/RN, Dr. Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira.

Teve uma vida pacífica, cercado do carinho da família construída desde 16 de outubro de 1946 com sua esposa Bertha Ramalho Fernandes e das quatro filhas Ana Virgínia, Maria das Graças, Maria de Fátima e Ana Luíza, com seus genros, netos e bisnetos. Adotou um filho, Sérgio Antônio, já falecido.

Sua obra é muito vasta alcançando os campos da Literatura e do Direito, cuja relação poderá ser conferida em duas obras básicas: *Sociedade e Justiça*, de autoria de Eduardo Gossion e *Academia Norte-rio-grandense de Letras: Ontem, Hoje e Sempre* -70 anos rumo à luz. Volume II, do jornalista José Soares Júnior.

A propósito, em singela homenagem que lhe prestou o seu ex-aluno Ivan Maciel de Andrade, em artigo publicado no jornal A Tribuna do Norte, assim testemunhou: “Acostumei-me a vê-lo, professor, sempre determinado a agir de forma criteriosa, ética, com o máximo de dignidade. Sem qualquer arrogância. Foi assim que serviu durante longos anos ao governo do Estado do Rio Grande do Norte no cargo de Consultor-geral e de Procurador. Talvez a discreta inflexibilidade de suas atitudes tenha despertado incompreensões ou rejeições. Mas foi sempre o seu jeito de ser. E nada poderia modificá-lo. Nem ameaças nem tentadoras ofertas. Não sei se alguém teve o desprazer de abordá-lo com propostas constrangedoras. Não acredito. A sua imagem e o seu conceito certamente evitaram que esse tipo de desrespeito ocorresse. A conduta das pessoas com o tempo cria uma blindagem a essas tentativas: sabe-se bem o que esperar de uns e de outros”.



CADEIRA 16

ACADÊMICO E PRIMEIRO SUCESSOR: EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR

Acadêmico Edilson Pereira Nobre Júnior nasceu em Natal/ARN, aos 13 de julho de 1964. É professor, jurista e magistrado brasileiro, membro e atual Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (2021-2023), sediado em Recife/PE. Em 1982, ingressou no curso de Direito da Faculdade de Natal (UFRN), onde concluiu seus estudos em 1986. Uma década mais tarde, em 1998 e 1999, realizou o Curso de Mestrado em Direito da Faculdade de Direito do Recife (UFPE), elaborando e defendendo a tese *Medidas Provisórias: Controles Legislativo e Jurisdicional* sob a orientação do Magistrado Francisco de Queiroz

Cavalcanti. Logo em seguida, com o mesmo orientador, realizou o Doutorado em Direito pela mesma instituição, concluindo com a aprovação de sua tese sobre *O Princípio da Boa-Fé e Sua Aplicação no Direito Administrativo Brasileiro*, em 2002.

Logo após concluir o curso de graduação em Natal, Edilson Nobre se dedicou à docência na Universidade Potiguar (UnP), onde permaneceu entre 1987 e 1990. Nesta época, também se tornou Promotor de Justiça no Rio Grande do Norte (1988) e Magistrado da Justiça Estadual, atuando como Juiz de Direito entre 1988 e 1991. Nessa época, não havia a obrigação de prática jurídica de três anos como existe atualmente para ingressar na Magistratura. Em seguida, se tornou Procurador da República do Ministério Público Federal (1991 a 1992). No dia 02 de junho de 1992, tomou posse como Juiz Federal da 5ª Região, chegando a atuar como Juiz Eleitoral entre 1997 e 1999.

Na docência universitária, Edilson Nobre foi aprovado em Concurso Público para Professor do Curso de Direito da UFRN, função que exerceu entre 1993 e 2012. A partir de 2015, tornou-se Professor dos cursos de graduação, mestrado e doutorado da Faculdade de Direito do Recife (UFPE), na área de Direito Público.

No dia 21 de julho de 2010, por critério de merecimento, foi escolhido, pelo então Presidente Lula, para integrar como Desembargador Federal o Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Na Administração do Poder Judiciário, foi Diretor da Seção da Justiça Federal do Rio Grande do Norte em diferentes gestões: nos períodos de 07.01.1995 até 06.01.1996, 07.01.2001 até 06.01.2002, 07.01.2002 até 06.01.2003 e de 07.01.2005 até 06.01.2006. Em dezembro de 2020, foi eleito Presidente do Tribunal Regional Federal para o período 2021-2023.

Recentemente, alcançou o patamar máximo da carreira do magistério federal do Ensino Superior, alcançando o cargo de Professor Titular (Catedrático) de Direito Administrativo na Universidade Federal de Pernambuco. A tese, sobre controle jurisdicional das Agências Reguladoras, foi publicada e lançada como livro pela Editora Contracorrente.

Em 2022, Edilson Nobre organizou também coletânea com diversos ensaios sobre os *Paradigmas do Direito Administrativo Sancionador* no Estado Constitucional brasileiro, reunindo contribuições de diferentes juristas do país.

Durante a pandemia da Covid-19, tomou decisão judicial que derrubou a exigência de “*passaporte de vacinação*” no desembarque de voos exclusivo no Estado do Ceará.

É autor de diversos livros jurídicos e artigos nas áreas de Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário e Processo Civil.

Em 2022, foi eleito para integrar a Academia Norte-rio-grandense de Letras, ocupando a cadeira de José Augusto Delgado.



CADEIRA 17

PATRONO: ALMINO ÁLVARES AFFONSO

Patrono Almino Álvares Affonso nasceu em Patu/RN, aos 17 de abril de 1840 e faleceu em Fortaleza/CE, aos 13 de fevereiro de 1899. Foi um político brasileiro, ex-senador da República (1894 a 1899). Foi um ativo abolicionista, fundou em Mossoró o *Clube dos Spartacos*, composto, na sua maioria, por ex-escravos, com a finalidade de dar-lhes abrigo e amparo.

Biografia

Foi Constituinte da Primeira República e consagrado Tribuno da Abolição, com enorme desempenho no movimento que derrubou a escravidão cinco anos antes da Lei Áurea no Ceará,

no Rio Grande do Norte e Amazonas. Em sua homenagem, o município onde nasceu (Caieira), passou a denominar-se Almino Affonso. Era filho de Francisco Manoel Álvares Affonso – que o deixou órfão aos 8 anos de idade e Luiza Cândida Telles de Menezes e tinha por irmãos Deocleciano e Minervino. Já quando criança era muito inteligente, possuía conhecimentos de Português, Francês e Latim. Foi casado com Abigail Teodolina de Souza Martins onde geraram os seguintes filhos: Manfredo de Souza Martins Álvares Affonso e, sucessivamente, José, Noema (morta com apenas um ano de idade), Noema (2ª) e Bohemundo. Formou-se em Direito na Faculdade de Direito de Recife em 1871. Foi escrito um livro sobre ele: *Almino Affonso: Tribuno da Abolição*, escrito por seu neto Almino Monteiro Álvares Afonso, ex-político brasileiro, e editado pelo Senado Federal, ao ensejo do centenário da morte do grande abolicionista (13 de Fevereiro de 1899).

Recebeu o título de Grande Tribuno da Abolição dos Escravos, por sua luta em prol das liberdades e da abolição da escravidão negra no Brasil. Foi Presidente da Câmara Municipal de Manaus/AM.



CADEIRA 17

ACADÊMICO FUNDADOR: IVAN LIRA DE CARVALHO

Acadêmico Ivan Lira de Carvalho é paraibano, nascido a 20 de setembro de 1956, filho de Diomedes Lucas de Carvalho e de Maria das Neves Lira de Carvalho. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1980), Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (1989) e Doutor em Direito pela mesma instituição (2006). É Juiz Federal desde 1993, exercendo as suas atividades na 5ª Vara da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte. Foi Juiz de Direito e Juiz Eleitoral no Estado do Rio Grande do Norte de 1982 a 1993. Integrou o Tribunal Regional Eleitoral do RN, como Suplente

e como Titular, em três biênios e compôs o Tribunal Regional Federal da 5ª Região por diversos períodos, atendendo a convocação. É Professor Associado IV da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Professor de Direito Penal na Graduação do Curso de Direito da UFRN. Professor de Direito Penal Econômico no Curso de Mestrado em Direito da UFRN. Membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Membro do Conselho Estadual de Cultura do Rio Grande do Norte. Curso de Especialização em Direito Penal na Universidade de Brasília (UnB). Curso de Especialização em Direito Civil Constitucional na UFRN. Curso em Direito Ambiental na Northwestern School of Laws – Lewis and Clark College, Portland, Oregon, Estados Unidos da América. Curso em Direito Ambiental na Faculté de Droit et des Sciences Economiques, Limoges, França. Curso em Direito da Informática na Konrad Adnauer Stiftung, Berlim e Munique, Alemanha. Ex-Juiz do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RN), biênio 1999/2001, onde presidiu a Comissão de Jurisprudência, responsável pela edição da Revista Eleitoral. Ex-Juiz Auxiliar do TRE/RN durante a campanha eleitoral de 1998. Ex-Juiz de Direito no Rio Grande do Norte (1982-1993). Ex-Juiz Eleitoral em diversas Zonas do Rio Grande do Norte, inclusive a 4ª Zona de Natal, como Coordenador da Propaganda Eleitoral. Ex-Promotor de Justiça do RN (concursado e nomeado). Ex-Professor da atual Universidade Potiguar (UnP). Autor individual dos seguintes livros:

A dignidade como patrimônio, Editora Metropolitano, 2007;

De Longe e de Perto, Editora Sebo Vermelho, 2012;

Brevidades, Editora Caule de Papiro, 2019;

Direito Penal do Ambiente: Marcos de Sistematização, 8 Editora, 2019;

A dignidade como patrimônio, 2 Ed., 8 Editora, 2019.

Coautor dos seguintes livros:

Direito de Família: Aspectos Cíveis, Processuais e Constitucionais, volume I, Editora Revista dos Tribunais, 1993;

Direito de Família: Aspectos Cíveis, Processuais e Constitucionais, volume II, Editora Revista dos Tribunais, 1995;

Direito Ambiental em Evolução, vol. III, Editora Juruá, 2003;

O novo constitucionalismo na era pós-positivista: homenagem a Paulo Bonavides, Editora Saraiva, 2009;

Jurista Literário, Editora MP, 2009;

Novas tendências do Direito Constitucional: homenagem ao Professor Paulo Lopo Saraiva, Editora Juruá, 2011;

O livro das revelações: matrizes do afeto – o pensamento vivo de escritores, Editora Unigráfica, 2013;

Direitos Fundamentais e Democracia I, Editora FUNJAB, 2013;

Perspectivas de Direito e Desenvolvimento, ICLD / Pembroke Collins, 2020;

Direito Penal Empresarial: Crimes contra e com a empresa. 8 Editora, 2020;

Direito Penal nas Empresas, 8 Editora, 2020;

Meio ambiente, desenvolvimento e tecnologias: os direitos em transição paradigmática, Editora Motres, 2021;

Protagonistas da responsabilidade civil, Editora Foco, 2022;

Política criminal e análise econômica do Direito Penal, Polimatia, 2022;

Elementos de Direito Penal Econômico, Polimatia, 2022;

Gatekeepers: lavagem profissional de capitais e outros temas de Direito Penal Econômico, Polimatia, 2023;

Multifocagem do Direito Penal Empresarial, Polimatia, 2023.

Membro da Comissão que elaborou o anteprojeto da Lei dos Crimes de Informática (PL 84/99), utilizado para a reforma de vários pontos do vigente Código Penal.

Membro e Presidente de Comissões de Concursos Públicos para o provimento de cargos na área jurídica (Procuradorias, Magistratura e Docência Superior).

Autor de vários artigos jurídicos publicados em revistas especializadas (Revista dos Tribunais, Revista Forense, Lex do Supremo Tribunal Federal, Lex do Superior Tribunal de Justiça, Revista de Informação Legislativa do Senado Federal, Revista Brasileira de Ciências Criminais, Revista de Direito Ambiental, entre outras).

Colaborador, como cronista, dos periódicos O Jornal de Hoje, Diário de Pernambuco e Correio da Paraíba.

Conferencista, palestrante e painelista em diversos congressos jurídicos, nos planos nacional e internacional.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1400530873044311>



CADEIRA 18

PATRONO: FRANCISCO IVO CAVALCANTI

Patrono Francisco Ivo Cavalcanti (Mestre Ivo) nasceu no Município de Natal/RN. Teatrólogo, Professor, Poeta, Jornalista, Advogado, Ex-Presidente da OAB/RN, Academia Norte-rio-grandense de Letras – ANRL, FUNDADOR Primeiro ocupante da cadeira 24 – Patrono da Cadeira 24 – José Emerenciano Gotardo Neto. Natal Leste Potiguar.

Francisco Ivo Cavalcanti, nasceu em Natal/RN, aos 25 de agosto de 1886, sendo filho de Ivo Cavalcanti de Andrade e Vitalina Evangelina Cavalcanti. Fez o curso secundário no Atheneu Norte-rio-grandense e diplomou-se na 1ª turma da Escola Normal de Natal (1910). Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais,

formou-se pela Faculdade de Direito do Recife (1923). Como advogado, destacou-se inclusive fora da Província; como homem de letras, foi ativo participante nos movimentos culturais da cidade: exerceu atividades como jornalista, poeta, dramaturgo e professor (ensinou as “primeiras letras” ao historiador Câmara Cascudo).

Pertenceu à Academia Norte-rio-grandense de Letras, tendo sido um dos seus fundadores, ao lado de nomes como Henrique Castriciano, Câmara Cascudo, Sebastião Fernandes e outros. Foi sócio efetivo do IHGRN e membro de sua diretoria. Publicou vários livros de poemas e escreveu dramas. Faleceu em Natal, aos 11 de março de 1969. Ocupou inúmeros cargos, funções públicas e desenvolveu magistério particular e público, até obter o grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais – turma 1923, na Faculdade do Recife.

Foi fundador e o primeiro presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Rio Grande do Norte, com inscrição número 09. Chefiou provisoriamente a OAB/RN de 05 de março de 1932 até 21 de outubro de 1932, cumprindo a missão de agregar todos os profissionais em atividade no Estado e de organizar o Primeiro Colégio Eleitoral da OAB/RN, quando foi confirmado na presidência efetiva, de 22/10/1932 a 30/03/1935 e de 31/03/1935 a 07/01/1937.

Parceiro do poeta Jorge Fernandes, professor de Câmara Cascudo, teatrólogo e poeta, Ivo Filho (como era conhecido nos círculos intelectuais e jornalísticos) galgou os mais altos postos intelectuais da província, a partir de posições modestas. Seu primeiro emprego foi como estafeta dos Correios de Natal, na linha Natal-Macaíba, cujo percurso era feito de lancha. Fez o curso secundário no Atheneu Norte-rio-grandense, diplomou-se como professor primário em 1910 pela Escola Normal e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito do Recife, com a turma de 1923.

Em 1917 instalou um curso primário em sua residência, onde ensinava português, francês, aritmética, álgebra, geometria, geografia, história geral e do Brasil, tendo como auxiliar e colaborador o Dr. Luiz Antônio, que lecionava física, química e história natural. Sua reputação como professor cresceu com o tempo, passando a ser tratado popularmente por Mestre Ivo. De 1928 a 1930, no governo Juvenal Lamartine, foi nomeado Diretor da Educação no Estado, cargo que exerceu com brilhantismo. Posteriormente, foi nomeado, Advogado-Consultor do Banco do Brasil, agência Natal, aposentando-se em 1962. Iniciou-se cedo na vida literária, tendo convivido com os mais renomados intelectuais de sua época, como Alberto Maranhão, Antônio de Souza, Pinto de Abreu, Henrique Castriciano, José da Penha, Pedro Alexandrino, Ezequiel Wanderley, Gotardo Neto, Ferreira Itajubá, entre outros.

Fundou a Oficina Literária "Lourival Açucena", juntamente com Itajubá, Gotardo, Ponciano Barbosa, Angione Costa, Jorge Fernandes, José Gobat, Josué Silva, Antônio Glicério, João Estevão e outros, tendo como órgão "O Potiguar". Estreou na poesia em 1906, com *Crisântemos*, livro prefaciado por Henrique Castriciano. Para o teatro, escreveu várias peças que foram encenadas pelo Ginásio Dramático de Natal, grupo que ele fundou.

Professor diplomado pela Escola Normal de Natal, lecionou no mesmo educandário. Criada a Faculdade de Direito de Natal, foi nomeado professor, mas não chegou a assumir a cadeira, por ter atingido a compulsória.

Como jornalista, colaborou nos jornais A República, Diário de Natal, A Razão, O Democrata, Jornal do Comércio, sendo editoria lista deste último, de propriedade do deputado Teodorico Bezerra. Veríssimo de Meio informa que seus editoriais eram censurados, ocultamente, pelo seu filho, general Ulisses Cavalcanti, "a fim de atenuar a linguagem violenta que usava contra o

Governo". Como advogado, foi presidente da Ordem dos Advogados, seção RN. Foi maçom da loja 21 de março, tendo atingido o último grau do Rito Moderno (Rosa Cruz, 7) da loja Evolução 2; foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do RN, e sócio fundador da Academia Norte-rio-grandense de Letras, ocupando a cadeira de que é patrono Gotardo Neto. Em 1961, foi homenageado pela UFRN com o título de Professor Emérito. (Nelson Patriota).



CADEIRA 18

ACADÊMICO FUNDADOR: EIDER FURTADO DE MENDONÇA E MENEZES

Acadêmico Eider Furtado de Mendonça e Menezes nasceu em Natal/RN no dia 23/04/1924 e faleceu em Natal/RN aos 06 de novembro de 2019. Era Filho de Gil Furtado de Mendonça e Menezes e Maria Emília Furtado, se formou em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – turma 1959.

Tornou-se presidente da Seccional Potiguar em 01/02/1969, após o longo período de vinte anos da administração de Claudionor de Andrade, trazendo uma atmosfera de renovação para a Ordem. Foi em sua administração, em 1970, que pela primeira

vez uma mulher conquistou o assento no conselho da OAB. Eider permaneceu até 01/02/1977.

Fundou EIDER FURTADO – Advocacia S.C. com suas raízes no dia 09 de outubro de 1959, data em que graduou, integrando a primeira turma da então Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o advogado Eider Furtado de Mendonça e Menezes. Já nos primeiros anos, dedicando-se à advocacia empresarial, o escritório alinhava entre seus clientes, um selecionado grupo das mais importantes organizações do setor empresarial. Mais tarde, ou seja, no ano de 1984 chegava ao escritório, graduado em Direito pela UFRN, o advogado Eider Furtado de Mendonça e Menezes Filho, dedicando-se, ainda que enveredasse por outras áreas, ao Direito do Trabalho, em cuja especialização granjeou o respeito da classe, não apenas pelos seus sólidos conhecimentos, como pela sua conduta ética exemplar.

Em 1986 formava-se em Direito Ricardo George Furtado de Mendonça e Menezes, também filho do fundador do escritório, ampliando o seu campo de atividade profissional, assumindo as carteiras de Direito Administrativo e Direito Tributário, seguindo as pegadas de seus antecessores e consolidando o seu vasto campo de atuação.

À época o escritório completava-se com jovens recém-formados que contribuíram para o elevado conceito conquistado. Já era chegado o momento de se criar a pessoa jurídica de EIDER FURTADO – Advocacia S. C., reunindo o pai e os dois filhos, o que se deu em 07 de outubro de 1991, com o registro e arquivamento do correspondente contrato social sob o número de ordem 026 às fls. 86/89 do livro próprio B, nº 001, da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio Grande do Norte.

Eider Furtado toma posse na ANRL. Em comemoração aos 89 anos de Eider Furtado, e já em contagem regressiva para o

seu 90º aniversário. A primeira notícia é um texto elaborado pelo seu grande amigo Dr. Carlos de Miranda Gomes, em 27 de maio de 2010, acerca da sua posse na Academia Norte-rio-grandense de Letras.

Hoje, a comunidade potiguar e, em particular, o mundo cultural, recebe na imortalidade da Academia Norte-rio-grandense de Letras, o ilustre causídico Eider Furtado de Mendonça e Menezes, natalense nascido aos 23 de abril de 1924, filho de Gil Furtado de Mendonça e Menezes e Maria Emília Furtado, aos quais homenageou no livro *Audiência de um Tempo vivido* (2004), primeiro de uma série de trabalhos memorialistas.

Iniciou seus estudos com a Professora Águeda de Oliveira Sucupira (Naná), numa escola municipal postada na Av. Rio Branco (local onde o Banco do Brasil construiu sua sede da Cidade Alta), nos idos de 1931 a 1934, sobre quem dedicou um capítulo especial no seu livro de memórias, alcançando as suas auxiliares Helena, Preta e Auta, sobre as quais derrama suas emoções mais caras, aliada a um amor quase filial, incluídas também em suas permanentes orações, acrescentando “Por isso, eu também tenho saudades da minha primeira professorinha”. Em 1935 foi para o Colégio Pedro Segundo, do Prof. Severino Bezerra de Melo, daí para a escola particular do Prof. Antônio Fagundes, posteriormente o tradicional Atheneu Norte-rio-grandense, em 1937, aos 13 anos de idade, tendo concluído o Colegial em 1944 e, somente em 1955, com 30 anos de idade, submete-se ao vestibular da Faculdade de Direito de Natal.



CADEIRA 18

ACADÊMICO E PRIMEIRO SUCESSOR: MARCO BRUNO MIRANDA CLEMENTINO

Acadêmico Marco Bruno Miranda Clementino nasceu em Natal/RN, com Bacharelado em Direito (2001), Faculdade de Direito – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em Direito Tributário (2002), Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET (2002). Mestre em Direito Constitucional (2007), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Título da Dissertação: A integração regional e a Constituição Federal de 1988: o desafio da harmonização tributária. Doutor em Direito Público (2013), Faculdade de Direito

do Recife – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Título da Tese: A cooperação jurídica internacional como instrumento de repressão à criminalidade organizada transnacional: globalização e novos espaços de juridicidade.

Formação em Inovação e Liderança pela Harvard Kennedy School (EUA, 2017). Formação em Formadores de Magistrados pela École Nationale de la Magistrature (França, 2015). Formação em Introduction on Chinese Law pela Universidade de Nanjing (China, 2014). Formador de Magistrados na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM).

Procurador Federal – Advocacia-Geral da União – AGU/RN (2002). Professor Colaborador – Universidade Potiguar – UNP (2002, 2006 a 2007). Professor Colaborador – Faculdade de Natal – FAL (2004 a 2005). Professor – Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte – FARN (2004, 2007). Professor – Escola de Magistratura do Estado do Rio Grande do Norte – ESMARN (2006 – atual). Professor Colaborador – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (2006). Professor Efetivo – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (2009 – atual).

Coordenador – Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET (2010 – atual). Formador de Magistrados – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM (2014 – atual). Coordenador da Especialização em Jurisdição Inovadora da ENFAM.

Coordenador do Observatório de Direito Internacional do Rio Grande do Norte, do Cascudo Jurilab – Laboratório de Inovação Jurídica e das Carreiras Jurídicas da UFRN e da Consultoria Jurídica a Empresas Juniores (CONSEJ), todos projetos de pesquisa ou extensão do curso de Direito da UFRN.

V Concurso para Provimento do Cargo de Juiz Federal Substituto da 5ª Região. Posse: 26 de março de 2003 – Recife/PE.

Promovido a Juiz Federal Titular. Posse: 20 de julho de 2005.

ATUAÇÃO NA JUSTIÇA FEDERAL (Varas/Períodos):

1ª Vara – Recife – 26/03/2003 a 25/02/2004.

7ª Vara (Juizado Especial Federal – JEF) – Natal/RN – 26/02/2004 a 19/07/2005.

7ª Vara – Estância-SE – 20/07/2005 a 20/09/2005.

19ª Vara (Juizado Especial Federal – JEF) – Recife/PE – 21/09/2005 a 16/02/2009.

Coordenador Seccional dos Juizados Especiais Federais – JEF (Período/Documento Legal). 20/02/2008 a 16/02/2009 (Ato nº 182 do TRF-5ª Região, 16/06/2008)

Exerceu a Presidência da Associação dos Juizes Federais da 5ª Região – REJUFE – Período: 2008 a 2010.

Presidente da Associação Regional dos Juizes Federais da 5ª Região (2007-2009).

Removido para Seção Judiciária do Rio Grande do Norte: 17 de fevereiro de 2009.

Membro do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (2009-2011).

Vice-Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (2012-2014).

Diretor da Escola Judiciária Eleitoral do TRE/RN (2010-2011).

Juiz Auxiliar da Propaganda Eleitoral (2014).

Diretor do Foro da Justiça Federal no Rio Grande do Norte – 2015-2019.

Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Vencedor de três edições do Prêmio AJUFE de Boas Práticas de Gestão (2016, 2017 e 2021) e menção honrosa numa quarta edição – 2019.

Vencedor do Prêmio Conciliar é Legal do CNJ – 2017.

Finalista do Prêmio de Inovação Judiciário Exponencial – Categoria Liderança Exponencial – 2020 e 2021.

Reconhecimento no Portal de Boas Práticas do CNJ – 2020.

Autor dos livros: *Harmonização Tributária, Integração Regional e Constituição* (Sergio Fabris Editor, 2008) e *Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal-Tributária e Transnacionalidade*. (Editora Quartier Latin, 2016).

Coautor do *Código Tributário Nacional Comentado* (Editora Revista dos Tribunais, 2020).

Coordenador e coautor do livro *Inovação Judicial: Fundamentos e Práticas para uma Jurisdição de Alto Impacto* (Editora ENFAM, 2021).

É autor de 24 capítulos de livros e 23 artigos publicados em periódicos.

Proferiu 191 palestras, com destaque para as Universidades de Harvard e Lisboa. Participou, por duas vezes, da conferência da *International Organization for Judicial Training*.



CADEIRA 19

PATRONO: CLAUDIONOR TELÓGIO DE ANDRADE

Patrono Claudionor Telógio de Andrade, destacado advogado, que nasceu no dia 21 de agosto de 1909, na cidade de São José de Mipibu, sendo filho de Manoel Cassimiro de Andrade e de Abigail Rodrigues de Andrade. Casou-se com a Senhora Maria Wancy Aquino de Andrade, natural de Pau dos Ferros, gerando onze filhos de fértil descendência de 30 netos e 44 bisnetos.

O grande homem público iniciou o seu curso de Direito na tradicional Faculdade de Direito da Universidade de Pernambuco para, depois, transferir-se para a Faculdade de Direito da Universidade do Ceará, onde foi graduado em 03 de dezembro de 1933,

dando início a brilhante e dinâmica carreira de homem público passando a exercer o cargo de Promotor de Justiça na Comarca de Pau dos Ferros e, sucessivamente, de Caraúbas, Assu e Acari, para, depois, exercer os cargos de juiz municipal nas Comarcas de Pedro Velho, Augusto Severo, São Miguel, Apodi e Jucurutu, todas deste Estado.

Consta dos seus dados biográficos que no ano de 1940 exonerou-se da magistratura, tendo naquele momento escolhido definitivamente a Cidade de Natal para ser o centro de suas atividades profissionais, dando início a uma destacada banca de advocacia (o que praticou pela vida inteira), dedicando-se, também ao magistério, tendo exercido o lecionar da cadeira de Geografia Geral do tradicional Atheneu Norte-rio-grandense e com uma participação muito eficiente no jornalismo da capital. Os seus contemporâneos e familiares atestam que após a redemocratização em 1945, o Dr. Claudionor, exerceu os honrosos cargos de Secretário Geral do Estado, membro do Conselho Administrativo do Rio Grande do Norte, por nomeação do Presidente da República, Procurador Fiscal e Advogado da Fazenda Estadual. Com inegável vocação pública, era evidente que o ilustre mipibuense não passasse ao largo da política partidária, portanto, deputado estadual na legislatura constituinte iniciada no ano de 1948, com ativa participação nos trabalhos de elaboração e promulgação da Primeira Constituição Estadual.

Já em 1950, após destacada atuação parlamentar, foi investido como Prefeito Municipal de Natal, cuja posse ocorreu aos 25 dias do mês de fevereiro de 1950. Está assente na história do município que, durante o seu mandato administrativo, entre outras importantes marcas, destaca-se a que foi enviada à Câmara de Vereadores, de forma pioneira, uma proposta de previdência social para beneficiar os servidores públicos municipais da época. De forma inequívoca, essa mensagem remetida ao legislativo,

consagraria qualquer gestão executiva. A ascensão do Advogado Claudionor de Andrade no trato da coisa pública e com a preocupação sempre demonstrada quanto aos anseios sociais, o Governador Dinarte Mariz, de saudosa memória, o convocou para exercer o elevado cargo de Secretário da Justiça e Segurança Pública, diante da transformação da função anteriormente denominada de Chefe de Polícia. Mais uma vez reluziu o pioneirismo e a trajetória do ilustre homenageado. Dr. Claudionor de Andrade, por duas décadas, presidiu a Ordem dos Advogados – OAB/RN, com arrojo e pioneirismo.

Participou do Conselho Nacional da OAB e chefiou várias delegações de advogados para encontros, colégios e conferências por este Brasil afora. Indiscutível e marcante a sua presença na OAB/RN. No velho casarão da Rua Conceição 577, aqui no centro de Natal, muitas vezes o velho líder procurava nos bolsos o dinheiro para suprir as necessidades da Seccional, com um quadro de filiados ainda pequeno e carente de recursos. É de se reconhecer, hodiernamente, que os 20 anos de trabalho do Presidente Claudionor de Andrade cristalizaram momentos sempre crescentes para o desenvolvimento da classe, eis que, bienalmente, os advogados inscritos na Seccional, sufragavam o seu nome de forma sucessiva, embora os pleitos fossem por demais concorridos e disputados por valorosos colegas. Ele exerceu a cátedra universitária, sendo professor emérito da UFRN, para honra de tão valiosa instituição do ensino brasileiro.

Foi membro da Academia Potiguar de Letras e depois seu Presidente, por eleição consagradora dos intelectuais da época, estimulado que foi pelo amigo *in pectoris* Antídio Azevedo, pai do Prof. Max e de tantos outros conhecidos Norte-rio-grandenses. O Dr. João da Costa Machado, também seu dileto amigo e incentivador, um dos grandes baluartes da Medicina deste torrão, autor de festejada plaqueta, “Distúrbios Mentais da Criança”, distingue

o nosso homenageado com o seguinte autógrafo-oferecimento: “Para Claudionor, bom filho, bom pai, bom esposo, bom vizinho, bom profissional, bom amigo, cidadão exemplar, por todos os títulos, homenagem de João da Costa Machado.” Presidente da OAB/RN, Presidente da Academia Potiguar de Letras, Consultor Geral do Estado, Dirigente do periódico O Democrata, do Partido Social Democrático, após 1945, pertencente à Associação Norte-rio-grandense de Imprensa e Presidente, também, do Partido Social Trabalhista.

Quando a Assembleia Legislativa prestou significativa homenagem ao seu ex-integrante, o Deputado Dari Dantas, então líder do governo, também de saudosa memória, para justificar a homenagem póstuma proposta pelo Dep. Luís Antônio Vidal, proposição que posteriormente foi subscrita por todos os Deputados da Assembleia, iniciou o necrológio, com as seguintes palavras: “Claudionor de Andrade dedicou meio século de existência ao estudo, à família, ao seu Estado e ao seu povo, trabalhando como Advogado, como Membro do Ministério Público, Parlamentar ou Secretário de Estado, sempre com correção, zelo e muita dignidade” [...]. É importante registrar que o Dr. Claudionor foi professor de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito e Membro do Conselho Técnico – Administrativo da UFRN, além de lhe ter sido concedido o título de Professor Emérito, por sua condição de fundador da Faculdade de Direito e da própria Universidade.

Foi agraciado com as medalhas comemorativas do Centenário de Nascimento de Clóvis Beviláqua, conferida pelo Ministro da Educação e Cultura, Prof. Clóvis Salgado; Honra ao Mérito pelos Advogados do Estado, em 18 de agosto de 1965, por reconhecimento à sua profícua atividade profissional e conferida, ainda, a Medalha Osvaldo Vergara, por iniciativa da OAB/RS, pelos relevantes serviços prestados à classe dos advogados bra-

sileiros. Jurandyr Navarro, com a responsabilidade que tem de pertencer ao Instituto Histórico e Geográfico do RN, Academia Norte-rio-grandense de Letras e ter sido idealizador da Academia de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte, ao dizer no seu livro *Rio Grande do Norte: Oradores (1889-2000)*, editado no ano de 2004: “Advogando o fazia com naturalidade. Nascera para esse mister. Habilidoso, não havia causa complexa, mormente no Tribunal do Júri onde a sua inteligência pontificava, usando a dialética convencidora... E Claudionor de Andrade era exímio orador, daí a sua desenvoltura espontânea na profissão e atividades complementares de homem público” [...]. O Advogado João Medeiros Filho, uma das vigas-mestras desta OAB, que exerceu dois mandatos de Presidente desta Seccional e Membro do Instituto dos Advogados do RN, do Instituto Histórico e Geográfico e da Academia Norte-rio-grandense de Letras, no seu Livro *Contribuição à História Intelectual do Rio Grande do Norte*, assevera com a precisão de sempre: “Claudionor de Andrade, nascido em São José de Mipibu, advogado de renome, merece registro especial de nossa parte. Fomos amigos, verdadeiros amigos, amizade construída durante anos de convivência fraterna, acentuada no exercício da advocacia.

Enquanto Presidente Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, jamais faltou com a solidariedade constante aos colegas de classe, sempre atento aos seus direitos e garantias legais. Foi o mais atuante dentre quantos estiveram na Presidência da Ordem, sem desmerecimento para os demais que o sucederam, todos dignos da missão que lhes foi confiada. Pode dizer-se que Claudionor de Andrade vivia para a nossa instituição, dedicando-lhe todos os momentos que sobravam aos seus afazeres de escritório.

Formado em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Ceará, tendo antes cursado a Faculdade de Direito de Recife, exerceu inúmeros cargos na magistratura, no ministério

público e no magistério secundário e superior, tendo sido Professor titular da 2ª Cadeira de Direito Judiciário Civil da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Eleito Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil para o biênio 1947-1949 e reeleito para os biênios 1950-1951, 1952-1953, 1954-1955, 1956-1957, 1958-1959, 1962-1963, 1964-1965, 1966-1967 e 1968-1969, ocupando a Presidência em todos esses biênios. Suas atividades intelectuais foram múltiplas, especialmente em discursos e conferências”.



CADEIRA 19

ACADÊMICO FUNDADOR: MIGUEL JOSINO NETO

Acadêmico Miguel Josino Neto nasceu em Areia Branca/RN, em 1965, onde viveu até os dez anos de idade, quando passou a morar em Natal. Como gostava de contar, descobriu que só iria a algum lugar se lesse e, com a índole de apaixonado que lhe era peculiar, apaixonou-se perdidamente pelos livros, amando-os para sempre. A sensibilidade sutil, a inteligência brilhante, a memória diferenciada e a curiosidade inquietam que o caracterizavam permitiram que usufruísse de uma vida pessoal e profissional abundante. Interessava-se por quase todos os assuntos, mas o que mais lhe encantava eram as pessoas. Ousado e corajoso,

colocava-se inteiro no que fazia e seu estilo literário é facilmente reconhecido. Foi poeta, autor de contos e crônicas de diversas naturezas. Formou-se em direito, cursou mestrado e doutorado, tornou-se advogado, procurador do Estado, Procurador Geral. Partiu desta vida em 19 de maio de 2014, deixando inacabado o projeto de publicar um livro com suas crônicas. Este projeto se concretiza no dia seguinte à data em que completaria 50 anos de vida. Os nomes dos livros ficaram: *Aprendiz pela vida: crônicas gerais*; *Nunca fomos tão felizes: crônicas de querer bem*; e *Os valores no tempo: crônicas sobre Direito e outras reflexões*.



CADEIRA 19

ACADÊMICO E PRIMEIRO SUCESSOR: JOÃO BATISTA RODRIGUES REBOUÇAS

Acadêmico João Batista Rodrigues Rebouças nasceu em Areia Branca/RN, aos 21 de junho de 1957. Formado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Especialista em Direito Público pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Mestre em Ciências Jurídico-Política pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa/Portugal.

Atualmente é Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, e antes de ser aprovado em concurso público para o cargo de Juiz de Direito e ingressar na magistratura

do Estado do Rio Grande do Norte, exerceu algumas atividades, tais como:

- Escrevente do Primeiro Cartório Cível da Comarca de Natal;
- Escrivão Substituto do Primeiro Cartório Cível da Comarca de Natal;
- Escrivão Titular do 3º Cartório Criminal da Comarca de Natal;
- Assistente do Gerente Geral da Caixa Econômica Federal no Rio Grande do Norte;
- Advogado do Banco Mercantil de Minas Gerais;
- Professor do Curso de Direito da Universidade Potiguar – UnP;

Em 1º de janeiro de 1985 foi nomeado Juiz de Direito para a Comarca de Pendências de primeira entrância. Em seguida, assumiu as Comarcas de Martins de segunda entrância; de Juiz da 4ª Vara Cível da Comarca de Mossoró de terceira entrância; de Juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de Mossoró de terceira entrância; de Juiz eleitoral da 34ª Zona da cidade de Mossoró; de Professor mediante concurso público do Curso de Direito da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte; de Juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte; de Diretor Financeiro da Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte; de Coordenador do Departamento de Direito Privado da Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte; de Diretor da Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte – ESMARN, por dois períodos; de Juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública de Natal de terceira entrância; de Juiz eleitoral da 1ª Zona da cidade de Natal; Diretor do Fórum Eleitoral “Professor J. M. de Carvalho Santos” da circunscrição de Natal.

Em 4 de novembro de 2004 foi escolhido Desembargador, pelo critério de merecimento, tendo sido Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte; Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral do TRE/RN; Presidente da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte; Corregedor Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte; Presidente do Colégio Nacional de Corregedores-Gerais de Justiça do Brasil; Vice-Presidente do Colégio de Presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil; Presidente da Comissão de Informatização do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte; Presidente do Comitê Gestor do PJe do TJ/RN; Ouvidor Geral de Justiça; Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.

Atualmente integra a Terceira Câmara Cível, na condição de Presidente e é professor da Escola da Magistratura.

Escritor com o livro:

Comentários ao regimento interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, em coautoria com Guilherme Vanin. Ano 2012.

E autor dos seguintes artigos jurídicos:

Embargos à execução. *Revista da Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte – ESMARN*. nº 1, ano 1, dez.1996.

Breves considerações sobre o novo agravo de instrumento. In: *Novos temas de processo civil*. Leis Nº 11.277/06, Nº 11.280/06, Nº 11.232/05. Bruno Cavalcanti, André Elali e José Ricardo Varejão (Orgs.) – Academia Brasileira de Direito: MP Editora, 2007.

Abuso de poder econômico no processo eleitoral e o seu instrumento sancionador. *Revista Eleitoral do TRE/RN*, v. 26, 2012.

Aspectos processuais controvertidos do Art. 1.018 do CPC. *Revista da Academia de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte*, 2020.

Inteligência Artificial no Poder Judiciário: até onde devemos utilizá-la? Coordenado pelo Confrade e Ministro Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, em homenagem ao Professor Múcio Villar Ribeiro Dantas, 2022.

Acesso à justiça, processo eletrônico e a experiência do juízo 100% digital. *Revista da Associação Nacional de Desembargadores – ANDES*, 2022.

A concretização constitucional em Paulo Bonavides. Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil em homenagem ao Professor Paulo Bonavides, 2022.



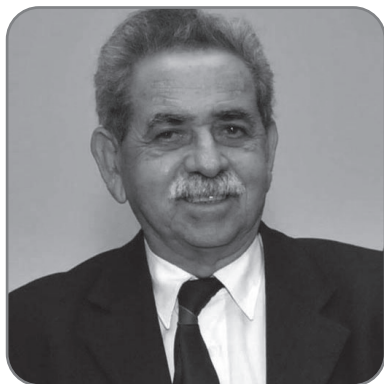
CADEIRA 20

PATRONO: MANOEL VARELA DE ALBUQUERQUE

Patrono Manoel Varela de Albuquerque nasceu em Natal/RN, em 9 de fevereiro de 1900, filho de Calixto Alves de Albuquerque e Felippa Augusta Varela de Albuquerque. De origem humilde, interrompeu seus estudos para ajudar o pai. Formou-se na Faculdade de Direito de Recife – turma 1929. Foi um dos fundadores da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção Rio Grande do Norte, com a inscrição nº 01, em 08 de abril de 1932. Foi membro do primeiro Conselho, tesoureiro da primeira Diretoria e presidente nos períodos: 07/01/1937 a 14/03/1939 e 27/05/1947 a 29/03/1949.

Na Interventoria de Ubaldo Bezerra exerceu o cargo de Chefe de Polícia (1946). Projetando-se na vida pública. Elegeu-se deputado estadual em duas legislaturas. Com apoio do governador José Varela, seu primo, candidatou-se ao governo do Estado, porém não obteve sucesso, foi derrotado pelo mossoroense Jerônimo Dix-sept Rosado Maia. Faleceu em sua terra natal, no dia 11 de julho de 1990.

Doutor Manoel Varella de Albuquerque (1900-1990) foi advogado e político. Primeiro Procurador da República no Rio Grande do Norte e também Procurador da República Eleitoral. Foi professor de Economia Política da Faculdade de Direito de Natal, desde sua fundação, presidente da OAB e procurador da República (escritório montado no primeiro andar do prédio da Associação Comercial, no tempo que a Ribeira vivia ainda o seu auge).



CADEIRA 20

ACADÊMICO FUNDADOR: VALÉRIO DJALMA CAVALCANTI MARINHO

Acadêmico Valério Djalma Cavalcanti Marinho, nasceu em Natal/RN, no dia 16 de outubro de 1940. Filho do ex-presidente da OAB/RN, Djalma Aranha Marinho e Celina Cavalcanti Marinho.

Se formou em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Norte em 1964. Foi Adjunto de Promotor em 1959. Foi Delegado de Polícia Federal em 1964. Foi Procurador do Estado do Rio Grande do Norte em 1974. Procurador-Geral do Município de Natal em 1992.

Foi Vice-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Rio Grande do Norte em 1998. Tomou posse da presidência da Seccional Potiguar no dia 01 de fevereiro de 2001, permanecendo no cargo até 22 de dezembro de 2001. É membro vitalício da OAB/RN.

Foi Defensor Público Geral do Estado do Rio Grande do Norte em 2004. Quando Presidente da OAB/RN teve participação ativa na criação do S.O.S Advogado, participou também na tentativa de intervir nas rebeliões da Penitenciária João Chaves.



CADEIRA 21

PATRONO: JOSÉ FERREIRA DE SOUZA

Patrono José Ferreira de Souza, nasceu aos 10 de setembro de 1889, em Santa Cruz, sendo filho do Coronel Ezequiel Mergelino de Souza e Amália Adélia Ferreira de Souza. Teve seu histórico acadêmico, a partir do Curso Primário que foi no Instituto Doutor Pedrosa, em Guarabira/PB, em seguida o seu Curso Secundário no Colégio do Atheneu Norte-rio-grandense, Colégio Diocesano Santo Antônio e Colégio Salesiano, em Recife, e finalmente em 1920, diplomou-se Bacharel em Direito na tradicional Faculdade de Direito do Recife. Exerceu os cargos públicos de Consultor Jurídico da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, em Natal, órgão do Ministério da Fazenda, e Professor de Direito Comercial na Escola do Comércio, em Natal.

Em 1928 transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde foi Professor Catedrático de Direito Comercial da Faculdade Nacional de Direito e na Pontifícia Universidade Católica, nos anos de 1938/1939. Foi ainda Procurador Adjunto da Fazenda Nacional, Primeiro Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Aeronáutico. Foi nomeado pelo então Presidente da República Castelo Branco, Presidente do Instituto do Sal, de 1964 a 1966; Membro do I Conselho Penitenciário do Rio Grande do Norte, integrou o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e do Instituto dos Advogados, secção do Rio Grande do Norte, além de Livre Docente de Economia Política da Faculdade de Direito.

Integrou Bancas Examinadoras do Concurso de Direito Civil da Faculdade de Direito de Belo Horizonte, e da Faculdade de Direito de Porto Alegre. Além de Advogado, Professor, Servidor Público e Jornalista foi detentor dos seguintes mandatos de Deputado Estadual, em 1933; de Deputado Federal de 1934 a 1937 e de Senador de 1946 a 1955, pela UDN (União Democrática Nacional). Nesta quadra o Senado voltou a ser cenário de debates mais que memoráveis, fundamentais para o decurso dos acontecimentos, principalmente em torno das questões econômicas e políticas, sendo a de maior repercussão a criação da nossa maior empresa estatal, a Petrobrás, orgulho de todos nós brasileiros e que teve no Senador, um dos seus maiores defensores e apoiadores.

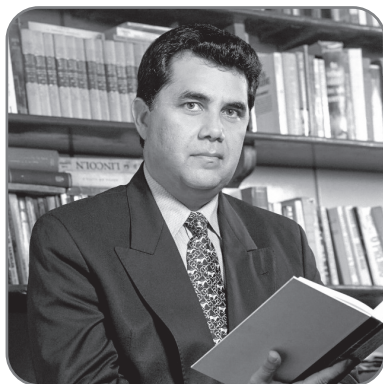
Na noite de 15/03/1955 iniciaram-se as aulas da Faculdade de Direito de Natal, tendo o Jurista e Senador José Ferreira de Souza proferido a “Aula de Sapiência”. Publicou os seguintes trabalhos: Tese: União de Empresas Concorrentes e Comentários à Lei das Sociedades de Cotas de Responsabilidade Limitada. No que se refere à família do Patrono, vamos encontrar, o atual Governador Iberê Ferreira de Souza, sobrinho do doutor Gentil Ferreira de Souza, pai de criação do Governador, e que era irmão

do Senador, que por sua vez é tio-avô do atual Deputado Estadual Ezequiel Galvão Ferreira de Souza.

O Senador também era irmão de Antônio Ferreira de Souza, pai do Professor de Direito Penal do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Advogado do Banco do Brasil, José Ferreira de Souza Sobrinho, que tinha dois irmãos, José Antomar e Paula Francinete, e casou-se com a Senhora Maíza Moura Ferreira de Souza no dia 08/03/1952, com quem teve cinco filhos (Marília, Ricardo, Gustavo, Cláudia e Leonardo), tendo falecido aos 05/07/2003, nesta capital, onde está sepultado.

O Doutor José Ferreira de Souza Sobrinho foi Professor de Direito Penal e de alguns nomes de destaque da Advocacia Nacional, inclusive dos Confrades Paulo Lopo Saraiva e Adilson Gurgel, dentre outros. Finalmente devo destacar que o Jurista e Senador José Ferreira de Souza foi na sua história de vida um homem dotado de alta inteligência, orador brilhante e como Jornalista e político atuante, escreveu inicialmente, na imprensa católica, sendo um dos dirigentes do então Diário de Natal, órgão fundado pelo Bispo Dom José Pereira Alves, vindo depois a ser articulista de A Razão, além do que no Rio de Janeiro colaborou noutros jornais.

Teve uma vida cheia de religiosidade e intelectualidade, atuando permanente com seriedade, humanismo e sabedoria no fino trato com as pessoas que o procuravam, sempre voltado para o desejo de assistir e prestar Justiça. Ia além dos Códigos, numa visão larga de que a Justiça é feita de grandezas como a beleza, o perdão, o equilíbrio, a sensatez e o amor profundo à vida, razão de ser de todos nós. O Jurista e Senador José Ferreira de Souza casou-se com Dona Dulce Lobato Ferreira de Souza e faleceu aos 15 de maio de 1975, deixando como seu maior legado o lema de servir ao próximo.



CADEIRA 21

ACADÊMICO FUNDADOR: ANÍSIO MARINHO NETO

Acadêmico Anísio Marinho Neto nasceu aos 08 de agosto de 1961, na cidade de Caicó/RN, filho do Desembargador João Marinho da Silva (*in memoriam*) e Iraci Germano dos Santos. Casado com Adriana Antunes Torres Marinho, com quem tem 02 (dois) filhos Heitor Antunes Torres Marinho e Themis Antunes Torres Marinho, e 02(dois) netos Gabriel de Andrade Marinho e Eduardo de Andrade Marinho.

Fez o Curso Primário no Externato Santo Antônio, em Caicó/RN de 1966 a 1971, e o Curso Ginásial no Colégio 7 de Setembro, em Natal/RN, de 1972 a 1976. Em seguida fez o

Curso Científico no Colégio do Atheneu Norte-rio-grandense, em Natal/RN, de 1977 a 1979, e em 1980 iniciou o curso de Bacharelado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em Natal/RN, culminando com a colação de grau aos 23/12/1983, na turma Ministro Miguel Seabra Fagundes.

1º Procurador de Justiça, com atuação perante a Douta Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, desde 17/02/1998.

Coordenador das Procuradorias de Justiça Criminal do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, com atuação perante a Egrégia Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.

Conselheiro do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte.

Membro fundador e atual Vice-Presidente da Academia de Letras Jurídicas do Estado do Rio Grande do Norte (ALEJURN) – (cadeira nº 21 – Patrono José Ferreira de Souza), já tendo sido em gestões passadas, Tesoureiro e Membro do Conselho Fiscal.

Professor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (CEAF/MPRN), desde 07/1997.

Professor Emérito dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito da Universidade Potiguar (UnP), em Natal/RN, desde 02/07/2007.

Professor do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Direito da Faculdade Câmara Cascudo, integrante da Universidade Estácio de Sá do Estado do Rio de Janeiro, desde 08/2008.

Sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal/RN, desde 27/03/2012.

Membro da Comissão Arquidiocesana para Tutela de Menores e Pessoas Vulneráveis da Arquidiocese de Natal/RN, instituída pelo Arcebispo de Natal/RN, desde 29/05/2020.

Suficiência Investigadora pela Universidade Del País Vasco, de San Sebastián/España, desde 05/02/2010.

Laureado com o VII Prêmio Estadual de Direitos Humanos “Emmanuel Bezerra dos Santos”, do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular no Estado do Rio Grande do Norte, em Natal/RN, aos 07/12/2000.

Mestre em Ordem Jurídica Constitucional pela Universidade Federal do Ceará (UFC), sendo o primeiro Mestre em Direito da Universidade Potiguar (UnP), em convênio com a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), na Cidade do Natal/RN, cujo início se deu no ano de 1994 e o seu término no ano de 1996, com defesa da tese: A remissão no Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovada, com louvor, aos 20/11/1997.

Comendador da Ordem Vila do Príncipe da Cidade de Caicó/RN, aos 26/07/1999.

Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (de 18/06/1997 a 18/06/1999 e de 18/06/1999 a 18/06/2001 – por dois mandatos consecutivos e eleito o mais votado pela classe, sendo o Primeiro Promotor de Justiça a ser Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte).

Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça do Brasil, com sede em Brasília/DF, de 18/12/1998 a 07/08/1999.

Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, de 18/06/1997 a 18/06/2001.

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, 18/06/1997 a 18/06/2001.

Corregedor-Geral Adjunto do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte de 18/04/2015 a 19/12/2016.

Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte de 20/12/2016 a 20/04/2017 e de 20/04/2017 a 20/04/2019 – por dois mandatos consecutivos).

Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Corregedores Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União, de 01/01/2018 a 31/12/2018.

Presidente em Exercício da Associação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (AMPERN), de 16/03/1991 a 07/05/1992.

Secretário de Segurança Pública e de Defesa Social do Estado do Rio Grande do Norte, de 09/08/2001 a 31/12/2002.

Membro do Conselho Penitenciário do Estado do Rio Grande do Norte, representando o Ministério Público Estadual, de 03/08/1993 a 18/06/1997.

Presidente em Exercício do Conselho Penitenciário do Estado do Rio Grande do Norte, de 17/06/1996 a 26/09/1996.

Chefe de Gabinete da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, de 20/03/1991 a 30/12/1996.

Secretário do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, de 20/03/1991 a 30/12/1996.

Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, de 20/03/1991 a 30/12/1996.

Secretário Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, de 19/06/2001 a 08/08/2001.

Comissário de Menores da Comarca de Caicó/RN, de 1º/01/1980 a 31/12/1983.

Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN de 1º/04/1984 a 1º/04/1985.

Assessor Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, de 12/03/1985a a 05/05/1985, lotado na Comissão de Constituição e Justiça daquela casa.

Advogado, com a inscrição sob o nº 1.454, no Quadro Definitivo da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Rio Grande do Norte, de 29/03/1985 a 05/05/1985,

Ingressou no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, mediante aprovação em concurso público para o cargo de Promotor de Justiça Substituto tendo tomado posse aos 06/05/1985, lotado no:

- Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Natal/RN, de 06 a 26/05/1985.
- Comarca de Jucurutu/RN – 2ª Entrância, de 27/05/1985 a 18/06/1987.
- Comarca de São Rafael/RN – 1ª Entrância, de 27/05/1985 a 01/12/1985.
- Comarca de Caicó/RN – 3ª Entrância, de 02/12/1985 a 20/02/1987.
- Comarca de Caicó/RN (1ª Promotoria) – 3ª Entrância, de 21/02/1987 a 18/06/1987.
- Comarca de Caicó/RN (2ª Promotoria) – 3ª Entrância, de 21/02/1987 a 18/06/1987.

Promotor de Justiça de 1ª Entrância – Titular da Comarca de Serra Negra do Norte/RN, promovido pelo critério constitucional do Merecimento, de 19/06/1987 a 04/10/1987.

Promotor de Justiça de 2ª Entrância – Titular da Comarca de Jucurutu/RN, promovido pelo critério constitucional do Merecimento, de 05/10/1987 a 31/08/1988.

Promotor de Justiça de 2ª Entrância – Titular da Comarca de Angicos/RN, removido a pedido, de 01/09/1988 a 04/04/1990.

Promotor de Justiça de 3ª Entrância – Titular da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caicó/RN, promovido pelo critério constitucional do Merecimento, de 05/04/1990 a 28/09/1995.

Promotor de Justiça de 3ª Entrância – Titular da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ceará-Mirim/RN, removido por Permuta, de 29/09/1995 a 17/02/1998.

Promotor de Justiça de 3ª Entrância substituindo a Promotoria de Justiça de 1ª Entrância da Comarca de Poço Branco/RN, de 02/08/1993 a 16/10/1994.

Promotor de Justiça de 3ª Entrância substituindo a Promotoria de Justiça da de 1ª Entrância da Comarca de Arez/RN, de 17/10/1994 a 30/12/1996.

Promotor de Justiça de 3ª Entrância substituindo a Promotoria de Justiça de 3ª Entrância com atuação perante o Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Ceará-Mirim/RN – 3ª Entrância, de 02/01/1997 a 17/06/1997.

3º Procurador de Justiça, promovido pelo critério de Antiguidade, de 19/02/1998 a 19/04/2001.

1º Procurador de Justiça, removido por Permuta, em 20/04/2001.

Professor Colaborador da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Campus Avançado de Caicó/RN, de 25/03/1987 a 27/01/1988.

Professor Universitário Fundador do Curso de Direito da Universidade Potiguar (UnP), de 02/03/1992 a 02/03/2017.

Professor do Curso de Graduação em Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (FARN), de 14/02/2000 a 07/07/2008.

Professor e Pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), de 08/2001 a 31/12/2002.

Professor da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – FESMP, a partir de 17/12/1998.

Coordenador Substituto e depois Coordenador Adjunto do Curso de Direito da Faculdade Unificada para o Ensino das Ciências (UNIPEC), depois Universidade Potiguar (UnP), em Natal/RN, de 29/07/1996 a 02/03/1997.

Membro da Comissão Especial do Ministério Público para apurar atos de violência cometidos por policiais civis e militares no Estado do Rio Grande do Norte, de 05/1995 a 03/1996.

Membro da Comissão Examinadora do Concurso Público para Provimento do Cargo de Procurador do Estado do RN, de 01/05/1983 a 30/10/1983.

Membro da Comissão Examinadora do Concurso Público para Provimento dos Cargos de Delegado, Escrivão e Agente de Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Estado do RN, de 23/12/1995 a 30/04/1996.

Membro da Comissão Examinadora do Concurso Público para Provimento do Cargo de Procurador do Estado do RN, de 13/09/1996 a 30/06/1997.

Membro da Comissão Especial de Segurança Pública e Sistema Penitenciário do Estado do Rio Grande do Norte, presidida

pelo Vice-Governador do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal/RN, no ano de 2001.

Membro do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Estado do Rio Grande do Norte, no ano de 2010.

Presidente da Comissão Examinadora do Concurso Público para provimento do Cargo de Promotor de Justiça Substituto da PGJ/RN, no ano de 2000.

Presidente do Conselho Estadual de Segurança Pública do Rio Grande do Norte, em Natal/RN, de 09/08/2001 a 29/11/2001.

Presidente do Conselho Estadual de Defesa Social do Rio Grande do Norte, em Natal/RN, de 21/11/2001 a 31/12/2002.

Presidente do Conselho Deliberativo da Fundação Escola Superior do Ministério do Estado do Rio Grande do Norte – FESMP, de 17/12/1998 a 17/12/1999.

Membro do Conselho Editorial da Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, de 06/1997 a 06/2001.

Membro do Conselho Editorial do Boletim O Atalaia da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, de 06/1997 a 06/2001.

Membro do Conselho Editorial da Revista Jurídica da Universidade Potiguar (UnP), ano de 1996.

Aprovou a Primeira Tese Científica do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, no IIX Congresso Nacional do Ministério Público, de 01 a 04.09.1992, em Salvador/BA. E com esta Tese recebeu o Prêmio Melhor Tese Jurídica “O MINISTÉRIO PÚBLICO: DEFENSOR DA ORDEM JURÍDICA DEMOCRÁTICA”, no Concurso “Professor Francisco

Nogueira Fernandes”, concedido pela Associação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (AMPERN), em Natal/RN, 1992.

Aprovou Teses Científicas no II Congresso do Ministério Público da Região Nordeste e Seminário Nacional de Avaliação da Atuação do Ministério Público, de 08 a 12/12/1996, em Fortaleza/CE com os títulos:

- O Ministério Público e o controle externo da atividade policial;
- O promotor de justiça na defesa da cidadania, Da educação e da saúde;
- O Ministério Público e a alteratividade no combate à sonegação fiscal;
- O Ministério Público na concessão da remissão do ECA.

Aprovou Ponências Científicas nos I, II e III Congresso Internacional de Doutorado “Derecho, Filosofía, Economía, Sociología y Educación em um Mundo Global”, da Universidad Del País Vasco de San Sebastián/Espana:

- Em Santo Domingo, na República Dominicana, aos 30/10/2008, com o seguinte título: “A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DIRETA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO”.
- Em Cuzco, no Peru, aos 06/11/2009, com o seguinte título: “O MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO NO CONTROLE DA ATIVIDADE POLICIAL, PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988”.
- Em Morelia, Michoacán, no México, aos 24/11/2011, com o seguinte título: “O MINISTÉRIO PÚBLICO

BRASILEIRO NO COMBATE À SONEGACÃO FISCAL”.

Diploma de Honra ao Mérito do Egrégio Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Justiça, Direitos Humanos e Administração Penitenciária, CONSEJ, pelos relevantes serviços prestados a Justiça e a cidadania do Estado, em Brasília/DF, aos 28/03/2002.

Prêmio Águia Potiguar de 2002 de Melhor Secretário de Estado do Rio Grande do Norte pelo trabalho à frente da Secretaria de Defesa Social e Segurança Pública, em Natal/RN, aos 20/12/2002.

Medalha de Honra do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça do Brasil – CNPGJB, na condição de Ex-Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça do Brasil (18/12/1998 a 23/08/1999), em Curitiba/PR, aos 23/08/1998.

Comenda do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União – CNGMPEU, na condição de Ex-Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (2016-2017 e 2017-2019) e Ex-Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União – CNCGMPEU (01/01/2018 a 31/12/1998), em Brasília/DF, aos 30/05/2019.

Medalha do Mérito Acadêmico Cel. Milton Freire de Andrade outorgada pela Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal/RN, aos 20/12/2000.

Medalha do Mérito Major José Osias da Silva, outorgada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal/RN, aos 05/07/2002.

Medalha do Mérito da Saúde Cel. Médico Pedro Germano Costa, outorgada pela Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal/RN, aos 09/08/2002.

Medalha do Mérito Policial Luiz Gonzaga, outorgada pela Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal/RN, aos 04/11/2002.

Títulos de Cidadania nas seguintes cidades:

- Jucurutu/RN – 11/10/1995.
- Arez/RN – 01/08/1997.
- Poço Branco/RN – 08/12/1998.
- Natal/RN – 24/03/1999.
- Jardim de Piranhas/RN – 23/12/1999.
- Ceará-Mirim/RN – 14/12/2000.
- Timbaúba dos Batistas/RN.
- Brejinho/RN.
- Nísia Floresta/RN.

Articulista e Cronista dos Jornais Tribuna do Norte, Diário de Natal, O Jornal de Hoje e Agora RN, com mais de 500 artigos publicados.

Autor de vários artigos científicos:

- O MINISTÉRIO PÚBLICO E A RESPONSABILIDADE DOS AGENTES POLÍTICOS NA GESTÃO FISCAL – (*Revista do Ministério Público do RN*. Edição Nacional, ano IV, n. 5, jan. dez. 2002). (*Revista Consu-lex*. Edição Nacional, ano VI, n. 130, 15 de junho de 2002).

- MISSÃO CUMPRIDA NA SEGURANÇA PÚBLICA E NA DEFESA SOCIAL DO Estado do Rio Grande do Norte – (*Revista Ação Policial*, ano XVI, n. 96, Edição Nacional, set. 2006).
- EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO NO BRASIL – (Trabalho apresentado ao Professor Loperena do Curso de Doutorado em Direito da Universidade de San Sebastián, España, em 2008).
- O FINANCIAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E AS REFORMAS CONSTITUCIONAIS DE 1998 E 2003 – (Trabalho apresentado ao Professor Javier Bilbao, do Curso de Doutorado em Direito da Universidade de San Sebastián, España, em 2008).
- O TRATADO DE LIVRE COMÉRCIO DO MERCOSUL E O LIVRE TRÂNSITO DE TRABALHADORES – (Trabalho apresentado ao Professor Vicente Camino, do Curso de Doutorado em Direito da Universidade de San Sebastián, España, em 2008).
- UM EXEMPLO DE INVERSÃO DIRETA ESTRANGEIRA NO Rio Grande do Norte – (Trabalho apresentado ao Professor Ricardo Aláez, do Curso de Doutorado em Direito da Universidade de San Sebastián, España, em 2008).
- RECOMENDAÇÕES EM CORREIÇÃO ORDINÁRIA: ORIENTAÇÕES PARA OTIMIZAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL – (*Revista Jurídica da Corregedoria Nacional do Ministério Público*, v. II, ano 2017, p 307-21). Artigo escrito em coautoria.
- CORREGEDORIA GERAL DO MPRN E A PRÁTICA DAS INSPEÇÕES INTERNAS: UMA EX-

PERIÊNCIA PROMISSORA – (*Revista Jurídica da Corregedoria Nacional do Ministério Público*, v. VII, ano 2019, p. 379-394) Artigo escrito em coautoria.

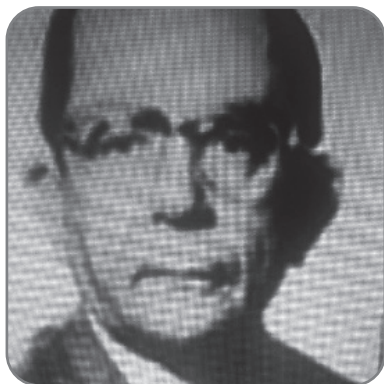
- PACTO SOCIAL EM DEFESA DA ÉTICA, DO DIREITO, DA DEMOCRACIA E DA POLÍCIA PARA O COMBATE DA CRIMINALIDADE NO BRASIL – (*Revista da ALEJURN – Academia de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte*, ano IV, n. 4, set. 2020, p. 177-203).
- MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA – (*Revista da ALEJURN – Academia de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte*, ano V, n. 5, jun. 2021, p. 25-66).
- O PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL: GUARDIÃO DA CONSTITUIÇÃO E DA DEMOCRACIA – (*Revista da ALEJURN – Academia de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte*, ano V, n. 6, nov. 2021, p. 11-39).
- A ADVOCACIA E O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO – (*Revista da ALEJURN – Academia de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte*, ano VI, n. 7, jul. 2022, p. 157-191).
- QUINTO CONSTITUCIONAL – (*Revista Ação Policial*, ano XXIX, n. 158, jul. /2022, p. 25-28).
- A IMPORTÂNCIA DA POLÍCIA NA SOCIEDADE – (*Revista Ação Policial*, ano XXIX, n. 161, nov. 2022, p. 37-41).
- INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL ENTRE A POLÍCIA E O MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E NA OBTENÇÃO DA PROVA LÍCITA – (*Revista da ALEJURN – Aca-*

mia de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte, ano VI, n. 8, dez. 2022, p. 111-129).

- ALGUMAS INEFICÁCIAS SOCIAIS NAS REFORMAS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 – (*Academia de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte*, ano VI, n. 9, 2023).

Membro da União Brasileira de Escritores no Estado do Rio Grande do Norte, sendo autor de 06 (seis) livros:

- “A REMISSÃO NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE”, pela Editora UnP, de Natal/RN, em 1997;
- “COLETÂNEA DE LEIS, NORMAS, REGULAMENTARES E REGIMENTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO Estado do Rio Grande do Norte”, pela Offset Gráfica e Editora Ltda, de Natal/RN, em 1998;
- “AUTO-PERFIL”, pela Editora A União, de João Pessoa/PB, em 2001;
- “PÉROLAS DO PORTO PIRANGI”, pela Editora Opção Gráfica, de Parnamirim/RN, em 2007;
- “A CONSTITUCIONALIDADE DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DIRETA NO BRASIL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO, PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988”, pela Editora “UnP”, de Natal/RN, em 2010.
- “TRIBUNA & HOLOFOTES”, pela Editora Terceirize, de Natal/RN, em 2021.



CADEIRA 22

PATRONO: JOÃO MEDEIROS FILHO

Patrono João Medeiros Filho foi advogado, jurista, escritor, jornalista, professor, também orador brilhante, imortal da Academia Norte-rio-grandense de Letras, nasceu na Paraíba (Campina Grande) e chegou a Natal ainda menino. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito, em 1927. No mesmo ano, foi nomeado promotor de Justiça na cidade de Jardim do Seridó. Tinha 23 anos. Exerceu funções importantes no Rio Grande do Norte e na Paraíba. Lá foi diretor do jornal oficial A União e chefe de Polícia, mesmo cargo que ocuparia aqui exatamente no ano da Intentona Comunista (1935). Foi preso pelos comunistas. Dois anos depois, publicaria um livro contando essa história: *Meu depoimento* (Sobre a Revolução Comunista de 35 em Natal).

Doutor João Medeiros Filho foi um dos maiores advogados do Rio Grande do Norte. Criminalista, sua oratória e seu saber jurídico empolgavam as plateias nas sessões do Tribunal do Júri. Foi ainda consultor-geral do Estado e procurador-geral da Justiça, presidente da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Norte. Exerceu outras funções fora do Estado. No Rio de Janeiro (assessor da Confederação Nacional do Comércio) e em Brasília (professor da Academia Nacional de Polícia). Aposentado, escolheu a Praia da Redinha para morar. Foi a sua Pasárgada.

Alguns tiveram o privilégio de sua amizade e de sua atenção. As conversas da Ribeira e do Grande Ponto, as esticadas pelas noites na saudosa e gostosa boemia daqueles tempos da província cordial, os amigos ao redor da boa dose de uísque, a fina ironia (às vezes cáustica) do mestre, uma das marcas de sua prosa e também de sua oratória no Tribunal do Júri, defendendo ou acusando. Brilhante orador, vasta cultura jurídica. Esgrimista da palavra.



CADEIRA 22

ACADÊMICO FUNDADOR: ODÚLIO BOTELHO MEDEIROS

Acadêmico Odílio Botelho Medeiros nasceu aos 20 de outubro de 1938, na Rua Voluntários da Pátria, nº 825, em cidade Natal/RN, sendo filho de Ciro Medeiros e Urci Nobre Botelho. Teve sua Instrução Primária: Grupos Escolares, Alberto Torres, Augusto Severo, João Tibúrcio, todos de Natal/RN. Curso Preparatório para o Exame de Admissão Prof. Clementino Câmara (1952). Cursos Ginásial e Clássico Atheneu Norte-rio-grandense, Natal/RN – 1953/1959. Curso Superior em Ciências Jurídicas e Sociais – Iniciado na Faculdade de Direito da UFRN (1965) e concluído na Faculdade Direito da UFPB (1969).

Primeiro Emprego – Mensageiro do antigo DCT – Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos (década de 1950). Cargos Públicos Exercidos – (a partir de 1974): Assessor Jurídico da Secretaria de Administração do Estado do RN; Coordenador de Recursos Humanos da Secretaria da Administração do RN; Chefe de Gabinete da Secretaria da Administração – RN; Coordenador Técnico da Secretaria da Administração – RN; Membro da Comissão de Estudos de Pessoal do Estado do RN; Procurador do Estado do RN de 1ª Classe – Aposentado; Secretário de Administração da Prefeitura Municipal do Natal/RN; Chefe do Gabinete Civil da Prefeitura Municipal do Natal/RN; Procurador Geral do Município de Natal/RN; Procurador Geral Substituto do Estado do RN; Ex- Presidente da OAB/RN (01.02.91 a 01.02.93), onde também exerceu, anteriormente, os seguintes cargos no Conselho Seccional: 2º Secretário na gestão Armando Holanda; 1º Secretário na gestão Adilson Gurgel de Castro; Vice-presidente, na gestão José de Ribamar de Aguiar e Vice-presidente na gestão Carlos Roberto de Miranda Gomes; Assessor Jurídico da Presidência do TRT da 21ª Região, nas gestões dos Juízes Francisco das Chagas Pereira e Maria do Perpétuo Socorro Wanderley de Castro; Secretário Geral da Presidência do TRT da 21ª Região, na gestão do Juiz Raimundo de Oliveira e Assessor do Gabinete do Desembargador Federal do Trabalho, Raimundo de Oliveira, até junho/2006.

Atividades Artísticas Infanto-Juvenis: Menino-cantor das Rádios Poti (ZyB-5) e Nordeste de Natal, na década de 1950; Apresentador e Cantor do Programa de Auditório Clube Papai Noel, da Rádio Poti de Natal, em 1951/52; Rádio-ator Infanto-Juvenil das Rádios Poti e Nordeste de Natal, na década de 1950; Membro da Sociedade Artística-Estudantil – SAE, Natal/RN, na década de 1950 – Cantor e Rádio-ator Infanto-juvenil.

Atividades Advocatícias – Exercício da Advocacia – entre 1973 e junho de 1996 – Civil, de Família e Criminal nos Fóruns

do Rio Grande do Norte. Advogado do júri popular, no mesmo período.

Concursos Públicos/Vestibular – Classificado em 1º lugar no vestibular para o Curso de Direito da UFRN-1965; Classificado em 1º lugar no Concurso Público de Provas e Títulos para o exercício do cargo de Procurador do Estado do Rio Grande do Norte, sendo nomeado no ano de 1980.

Artigos e Discursos Publicados em Revistas e Jornais: Os Mitos e a Propaganda a Serviço da Política, Revista Rumos – do Diretório Amaro Cavalcante – Faculdade de Direito da UFRN, 1965; Velhos e Novos Advogados, Jornal Tribuna do Norte, 1973; A Natal Que Eu Vi – Diário de Natal, de 23/06/1999 (Em comemoração aos Quatrocentos Anos de Natal); Luis Cordeiro dos Sonhos – Jornal Metropolitano, de 27/05/2005; O Machadiano Professor Rodrigues Alves – Jornal Metropolitano, de 10/06/2005 – Suplemento Cultura & Etc...; Revivendo Mossoró – Jornal Metropolitano, de 15.07.2005; A Genialidade de Newton Navarro – Jornal Metropolitano, de 29/07/2005; Se Eu Tivesse convivido com o Meu Pai – Jornal Metropolitano, de 12/08/2005; Essas Professoras... Josefa Botelho, Um Exemplo de Mestra – Jornal Metropolitano, de 09/12/2005; Vingt-Un e Camarguinho, Jornal Metropolitano, de 06/01/2006; Antônio Francisco – Somente Deus explica, publicado no Jornal Metropolitano de 03/03/06; João Aduino Costa – Um Exemplo de Vida e de Amizade – Jornal O Semi-Árido, nº 08 de abril/2006, fl. 08; Discurso proferido na instalação solene do TRT – 21ª, na condição de Presidente da OAB/RN, publicado na Revista nº 01, do referido Tribunal Regional do Trabalho; Discurso proferido na instalação solene do TRT- 21ª Região na condição de Presidente da OAB/RN – publicado no livro Rio Grande do Norte – Os Oradores (1889/2000) – Biografia e Antologia – Professor Jurandyr Navarro – Editora Departamento Estadual de Imprensa

– Referenciado às fls. 615/616; Discurso proferido na instalação solene do TRT- 21ª Região na condição de Presidente da OAB/RN – publicado no Livro História do Poder Judiciário do RN – Sociedade e Justiça, do Autor Eduardo Antônio Gosson – Editora Departamento Estadual de Imprensa – 1998 – fls. 295/296; José Rocha – O Empreendedor, publicado no livro Construí os Alicerces, Ergui a Estrutura – Não Pude Fazer a Cumeeira – lançado no mês de março/ 2006, no América Futebol Clube.

Prefácios em livros: Prefaciador do livro Os Notáveis do Rio Grande do Norte, de autoria do Professor Jurandyr Navarro, 2005 – Editora Gráfica do RN; Asas e Voo – Autor: Francisco de Assis Câmara; Poemas, 2004 – Referenciado e Comentador do livro em sua contracapa; no livro de Poesias Ao Entardecer – de Walter Canuto de Souza, Gráfica Manibú – RN, tendo sido lançado no dia 28 de novembro de 2007, no Instituto Histórico e Geográfico do RN; Carta-prefácio ao escritor e pesquisador Wilame César de Araújo, autor do livro O Nordeste Tem Solução e os Imperadores e Imperatrizes dos Sertões, que será publicada na 3ª edição do livro, a ser apazada pelo autor. Vários outros prefácios em livros publicados por autores do RN.

Referências em livros: Contribuição à História Intelectual do Rio Grande do Norte – João Medeiros Filho – Natal – 1983 – Referenciado às fls. 115/116; Rio Grande do Norte – Oradores (1889 · 2000) – Biografia e Antologia – Professor Jurandyr Navarro – Editora Departamento Estadual de Imprensa – Referenciado às fls. 615/616; Tributo aos Conjuntos Vocais do Rio Grande do Norte – Autor: Manoel Procópio de Moura Jr. – Natal – 1998 – GRAFPAR – fl. 275; História do Poder Judiciário do RN – Sociedade e Justiça, do Autor Eduardo Antônio Gosson – Editora Departamento Estadual de Imprensa – 1998 – fls. 295/296; Referenciado no livro A Virada do Milênio, do escritor e Juiz Federal do Trabalho Aluísio Rodrigues – Gráfica Santa Ma-

ria – Natal/RN – 2001 – p. 2; Referenciado às fls. 87, no livro O Nordeste Tem Solução e os Imperadores e Imperatrizes dos Sertões – Parelhas/RN – Dezembro/2004, de autoria do escritor Willame César de Araújo; Audiência de Um Tempo Vivido, de autoria de Eider Furtado – Natal/RN, 2004; Referenciado à fls. 62. Clambom – Um Clube em Defesa da Boa Música – em comemoração aos 15 anos do Clambom; Orelha do livro de poesias A Construção do Brasil, de autoria do Dr. Sílvio Caldas, lançado no América Futebol Clube, em 2007.

Referências em Revistas e Jornais: Os Notáveis de Jurandyr Navarro, artigo de Adalberto Targino, publicado no Jornal de Natal, de 06.02.06; Os Notáveis de Jurandyr Navarro, artigo de Adalberto Targino, publicado no dia 08.02.06, em Ponto de Vista no Diário de Natal.

Plaquetas publicadas: Centenário do Advogado João Medeiros Filho – Natal – 2004, em parceria com o escritor Jurandyr Navarro – Discurso proferido no Auditório da OAB/RN – em homenagem ao referido advogado, em Sessão Extraordinária da OAB/RN; Professor Rodrigues Alves – Educador e Humanista – Natal, Junho/2005 – Em parceria com o Escritor Dr. David de Medeiros Leite. Coautor do livro Quarenta Anos Depois, em parceria com os escritores: Claudio Jose Lopes Rodrigues e Pedro Adelson Guedes dos Santos. Editora Ideia: João Pessoa/PB, 2010.

Comendas, Insígnias e Títulos: Grau de Comendador da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho “Djalma Aranha Maranhão” – 2005 – TRT – 21ª Região – 16.09.2005 e Amigo da Casa de Caridade Adolfo Bezerra de Menezes, título concedido em 09.07.2005, quando da inauguração do novo prédio da referida entidade.

Jornais e Revistas: Colaborador do Jornal METROPOLITANO. Memorialista com vários artigos publicados nas revis-

tas da Associação de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte – ALEJURN e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – IHGRN.

Academias, Associações, Entidades, Conselhos e Clubes: Membro Honorário Vitalício do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do RN; Membro do Conselho de Desenvolvimento Municipal (Natal), de 1980/86; Membro do Colégio de Presidentes do Conselho Federal da OAB, no período de 1991/93; Inscrito na OAB Seccional da Paraíba sob o nº 994; Sócio-colaborador da Associação Cultural Nossa Senhora de Fátima – São Paulo/SP – julho/2005; Sócio da Associação dos Procuradores do Estado do RN – ASPERN, Natal/RN; Membro do Conselho Fiscal da Associação dos Procuradores do Estado do RN; Membro fundador da Academia de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte, ocupante da Cadeira cujo Patrono é o advogado João Medeiros Filho. Ex-Secretário geral da ALEJURN. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do RN.



CADEIRA 23

PATRONO: OCTACÍLIO ALECRIM

Patrono Octacílio Alecrim foi um proustiano em um tempo que poucos falavam na *recherche* (célebre obra proustiana, “Em busca do tempo perdido”). Um grande leitor e advogado. Nascido de pais prósperos e de um lar bem constituído. Pode, então, lembrar com saudades dos velhos costumes da infância em Macaíba onde ele nasceu no dia 11 de novembro de 1906. Filho do coronel da guarda nacional Prudente Gabriel da Costa Alecrim e da senhora Anna Pulchéria Pessoa de Mello Alecrim, pianista reconhecida em todo o Nordeste. Esse casal organizava em seu belo casarão colonial, saraus e bailes onde se discutiam a boa música e literatura. Essas tertúlias marcaram intensamente a

vida sociocultural da cidade provinciana e com certeza despertou em Octacílio o amor pela cultura.

Aprendeu o bê-á-bá com sua genitora Donana Alecrim, numa velha cartilha vermelha onde as letras estavam escritas em tipos negritos e graúdos. Depois, portando uma maletinha de madeira e couro com a merenda, caderno, lápis e pena de bico de pato, um livrinho de tabuada e o primeiro Livro do Felisberto de Carvalho, foi estudar na Rua da Cruz com Dona Joaninha. Em seguida estudou no grupo escolar “Auta de Souza”, onde foi aluno de Bartolomeu Fagundes e Arcelina Fernandes. Neste período, recebeu várias medalhas por vencer concursos de poesia. Depois estudou no Colégio Santo Antônio, neste estabelecimento, fundou um jornal e um grêmio. Em seguida estudou no Atheneu Norte-rio-grandense.

Junto com os escritores Edgard Barbosa, Nilo Pereira entre outros, trabalhou no jornal A República, indo estudar Direito no Recife, onde colaborou em jornais, destacando-se o Jornal do Comércio. Na faculdade foi líder nato, fundou a revista “Agitação” (1931-33), junto aos colegas Álvaro Lins e Aderbal Jurema. Em 1930, de férias em Macaíba, hospedado em casa da mana Maria Zebina Alecrim, escreve seu primeiro opúsculo TAMATIÃO, panfleto satirizando a Revolução de 1930. Depois mudou-se ao Rio de Janeiro, onde se aproximou do grupo brasileiro de estudos proustianos, formado por intelectuais como Oto Maria Carpeaux, Sérgio Buarque de Holanda e Lúcia Miguel Pereira. Viajou pela França aprofundando seus estudos sobre Proust.

Octacílio narra com muito detalhe sobre as brincadeiras da infância nas ruas e rios. Brincadeira de João – galamastro com trava de pau de carnaúba e espigão de oiticica, maneiro-pau e matança de sanhaçu com baladeira. Marrada, cavalinhos de madeira e outras brincadeiras coletivas da meninice eram o pau de sebo, circo de cavalinhos e torcida pela regata da terra.

Octacílio Alecrim publicou vários artigos em jornais e revistas, como Diário de Pernambuco, Correio da Manhã, Jornal de Letras (RJ), Revista de Antropofagia (SP), Revista Nordeste (PE) e Revista Branca (RJ), sendo a maior parte deles sobre o tema da escrita proustiana. Em Visita a Natal, em 1949, promove a palestra Proust e a Província que depois fará parte do livro *Ensaio de Literatura e Filosofia*.

Em 1957 Otacílio Alecrim publicou sua obra prima *Província Submersa*, um livro memorialista onde ele narra sua rica infância em Macaíba. Nesse belo livro ele volta às suas origens, resgatando um tempo que também é nosso. Com velhos folguedos, brincadeiras e tipos de sua terra querida. “Eis porque os verdadeiros personagens de Província Submersa são as memórias, a terra, os episódios, as ideias, os escritores e os livros” (Octacílio Alecrim).

Ao final do *Livro Província Submersa*, uma série de depoimentos sobre o autor, assinados pelo jornalista e cronista literário Jayme Wanderley, o grande poeta pernambucano Mauro Mota, os escritores Nilo Pereira, Veríssimo de Melo, Álvaro Lins entre outros. Na introdução do livro, um belo ensaio sobre a Temática do Suvenir, no Brasil e no Mundo.

A casa de cultura de Macaíba lançou esse livro esgotado, além dos livros *Fundamentos do Standard Jurídico*, de 1941; *O sistema de veto nos EUA*, de 1954 e *Ensaio de Literatura e Filosofia*, de 1955. Editados pelo Instituto Pré-memória de Macaíba e o Senado Federal.

Otacílio de Mello Alecrim faleceu de problemas cardíacos em seu apartamento na Praia do Flamengo no Rio de Janeiro aos 02 de setembro de 1968, sendo sepultado no cemitério São João Batista. Nunca teve filho, foi um nostálgico de sua Combray Macaíba. Um ensaísta primoroso e refinado, que imortalizou a nossa rica cultura e tradições.



CADEIRA 23

ACADÊMICO FUNDADOR: IVAN MACIEL DE ANDRADE

Acadêmico Ivan Maciel de Andrade nasceu aos 13 de janeiro de 1937, na cidade de Santo Antônio/RN. É procurador de Justiça, escritor e professor aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). É membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras. Sendo filho de Dário Jordão de Andrade e Jenny Maciel de Andrade.

Ingressou no Ministério Público em 1960 no cargo de Promotor de Justiça. Atuou nas seguintes comarcas: 1960: Cruzeta e Jardim do Seridó; 1961: Canguaretama; 1965: Curador de Acidente do Trabalho da Comarca de Natal; 1967: Procurador Geral

de Justiça; 1968: 2º Procurador de Justiça; 1973: 1º Procurador de Justiça e em 1983 aposenta-se em 19 de fevereiro no cargo de 1º Procurador de Justiça.

Professor Ivan Maciel de Andrade, dava aulas de Introdução ao Estudo do Direito I e II (Curso de Direito da UFRN), e acerca do sentido e do conceito de “direitos subjetivos” afirma que: “As subjetividades da vida e do Direito necessitam análise e estudo detido, rapaz, para que ambos, o Direito e a vida, tornem-se objetivos e claros.”

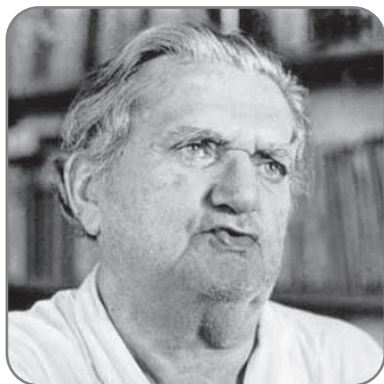
Tem postura intelectual, elegante e meticulosa. A sua elegância, afirmo, não sobressaía apenas no gestual, olhar e voz contidos, econômicos e sérios. Antes, apresentava-se nas palavras escolhidas e ditas com qualidade exemplar, de quem conhece profundamente a língua portuguesa e os seus muitos segredos. Tudo em Ivan é estilo. A fala cheia de conhecimentos e saberes, bem como a palavra escrita contendo acertos em tudo e as direções mais seguras.

Em se tratando de escrita, o último livro do Professor Ivan Maciel segue na linha certa que sempre elegeu, com beleza e sabedoria se casando a cada página. *Machado que eu li* (2018), editado e publicado pela Caravela Editorial, contém mais de uma centena de textos que dissecam elementos importantes da obra machadiana, mantendo também algum tom didático (Ivan, sempre professor) e análise cheia de estilo e, evidentemente, o charme e o sabor da sua escrita, já conhecida dos seus leitores da Tribuna do Norte e das redes sociais, nessas últimas detendo uma das páginas feicebuiquianas mais respeitadas e lidas da rede, porque não se perde em superficialidades fáceis ou em maniqueísmos arriscados.

No seu anterior *O Exílio das Palavras*, 2006, editado pelo Sebo Vermelho em 2006, o nosso mestre já demonstrava a possibilidade de ser profundo, mesmo que em textos curtos, também

em reunião daqueles que publicara anteriormente na imprensa do RN. Como no exemplo da frase que destinara àquele seu imberbe aluno de 1987, Ivan sempre exibiu uma notável “precisão no uso do verbo”. O jornalista Carlos Peixoto, editor deste periódico jornalístico, acertou nisso e, claro, na convocação do talentoso escriba que é Ivan.

O acadêmico Ivan Maciel de Andrade desfruta da unanimidade do reconhecimento de suas qualidades intelectuais e humanas. É admirável seu cuidado especial com a palavra, oral ou escrita, atributos reconhecidos por todos. Considero-me muito honrado por estar mais próximo, por ser seu amigo e discípulo. A sua presença forte e generosa me faz recordar sempre suas lições. Merece destaque sua mais recente obra *Fios da Meada* (2020).



CADEIRA 24

PATRONO: LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

Patrão Luís da Câmara Cascudo nasceu em Natal, capital do Rio Grande do Norte no ano de 1898. Era filho de Francisco Justino de Oliveira Cascudo e de Ana Maria da Câmara, e devido a uma saúde frágil iniciou o hábito da leitura muito cedo. Sua família era influente na região de Campo Grande, no interior do estado, e tinha uma tradicional ligação com a política. Seu avô materno, Manoel Fernandes Pimenta, foi um rico fazendeiro e senhor de escravos. O avô paterno, Antônio Justino de Oliveira, havia sido um devotado membro do Partido Conservador, que na época representava a aristocracia rural, e por tal associação recebeu o apelido de “o Velho Cascudo”, que na geração seguinte foi incorporado ao sobrenome familiar. O pai, Francisco Justino, foi

tenente da Guarda Nacional e delegado de polícia em Caicó, e na década de 1890 fixou-se em Natal, onde elegeu-se deputado e por algum tempo foi o mais abastado comerciante da cidade, além de presidente da Associação dos Comerciantes.

Sua casa era um ponto de encontro de personalidades da cultura, das artes e da política. A riqueza familiar possibilitou a Cascudo receber uma educação esmerada através de professores particulares, complementada por cursos no Externato Sagrado Coração de Jesus e no Colégio Diocesano Santo Antônio. O pai também era dono do jornal *A Imprensa*, onde Cascudo aos dezenove anos começou a trabalhar. Ali publicou em 1918 sua primeira crônica, “O Tempo e Eu”, e manteve a coluna “Bric-à-Brac”. Fez os estudos secundários no Colégio Atheneu. Em 1920 escreveu as notas e a introdução da antologia poética de Lourival Açucena intitulada *Versos reunidos*. No ano seguinte publicou sua primeira obra autoral, o volume de críticas literárias *Alma patricia*.

Na mesma época iniciou o curso de Medicina na Faculdade de Medicina da Bahia, porém não o concluiu. Posteriormente estudou Direito a partir de 1924 na Faculdade de Direito do Recife, formando-se na instituição em 1928. O Direito não estava no centro de seus horizontes, e havia entrado neste caminho mais por pressão familiar do que por uma vocação irresistível, pois o título de bacharel era muito prestigiado social e politicamente. No mesmo ano formou-se em Etnografia na Faculdade de Filosofia do Rio Grande do Norte. Em 21 de abril de 1929 casou-se com Dália Freire, que lhe daria dois filhos, Fernando Luís e Anna Maria.

Nesta altura seu pai havia entrado em uma espiral de decadência financeira que o levaria à falência em 1932, situação que forçou Cascudo a procurar outros trabalhos, uma vez que o jornalismo e a literatura, então seus principais interesses, não

permitiriam seu sustento. Iniciou assim, auxiliado pelos contatos influentes da família, uma carreira de advogado e professor. Sua posição como intelectual foi se firmando em íntima associação com os poderosos, seguindo um modelo de vida típico dos descendentes empobrecidos da antiga aristocracia nortista. Segundo Gomes & Gomes, “Foi como professor que Câmara Cascudo quis ser identificado, e foi a partir dessa ocupação que ele partiu depois para o estudo da cultura, tornando-se conhecido como jornalista, historiador, etnólogo, folclorista, antropólogo e escritor interessado na região. [...] Sua atividade diária foi cercada pelo poder, pois ele viajava, jantava e veraneava com generais, coronéis e políticos de Natal. Sua vida torna-se um exemplo da dependência que muitos escritores tinham de grupos da elite, situação em que o reconhecimento intelectual é dado pela posição social dos amigos. O lugar institucional de onde fala Câmara Cascudo implica uma aliança entre poder e saber.

Lecionou História do Brasil no Atheneu, do qual foi diretor até 1930. No ano de 1934 é aceito como sócio-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), tornando-se um ativo escritor no instituto. Paralelamente, trabalhou para os jornais *A República* e *Diário de Natal*. Foi diretor da Escola Normal de Natal em 1934, em 1935 era secretário do Tribunal de Apelação, em 1936 participou da fundação da Academia Norte-rio-grandense de Letras, e na década de 1940 integrou a comissão organizadora da Biblioteca e Arquivo em Natal. A música estivera presente em sua vida desde o início, chegando a ser um habilidoso intérprete de violão e piano. Deu muitos recitais improvisados na casa de seu pai para a família, amigos e visitantes, em solo ou em companhia de outros músicos. O maestro Waldemar de Almeida o considerava um grande acompanhador de modinhas e canções, o compositor Oswaldo de Souza se impressionou com sua capacidade de improvisar e com os sensíveis arranjos que fazia para melodias populares, e o celebrado

Canhoto o chamou de o melhor violonista de Natal. Manteve a prática musical por toda a vida e se tornaria um grande pesquisador e uma autoridade em música popular, além de ser um constante apoiador de instituições musicais. Em 1933 esteve entre os fundadores do Instituto de Música de Natal, sendo um dos redatores dos seus estatutos. Lá lecionou história da música por muitos anos e foi homenageado com o batismo de uma das salas do instituto com seu nome. Em 1934 foi eleito vice-presidente da Sociedade de Cultura Musical, em 1936, presidente, em 1948 era conselheiro de honra e em 1949, homenageado como sócio honorário. Escreveu vários artigos para o periódico da Sociedade, a *Revista Som*, que ajudara a lançar em 1936 e que passou a dirigir em 1947. Foi diretor artístico do grupo Alma do Norte em 1931 e, desde sua fundação, foi membro do quadro de honra do Clube do Violão do Rio Grande do Norte, criado em 1948. Foi um dos pioneiros do radialismo no estado, participando da criação da Rádio Clube de Natal em 1935 e da Rádio Educadora de Natal em 1940.

No ano de 1941, fundou a Sociedade Brasileira de Folclore. Em 1943, a convite do jornalista Augusto Meyer começa a escrever o livro que seria considerado seu *magnum opus*, o *Dicionário do Folclore Brasileiro*, que seria publicado pela primeira vez em 1954. Cascudo tornou-se um dos principais folcloristas e pesquisadores das raízes étnicas do país, sendo autor de uma vasta literatura sobre o assunto. Compilou um copioso acervo de músicas e lendas folclóricas e populares. Em entrevista ao jornal A Província, disse o seguinte acerca do seu interesse por história: “Queria saber a história de todas as cousas do campo e da cidade. Convivência dos humildes, sábios, analfabetos, sabedores dos segredos do Mar das Estrelas, dos morros silenciosos. Assombrações. Mistérios. Jamais abandonei o caminho que leva ao encantamento do passado. Pesquisas. Indagações. Confidências que hoje não têm preço.” Na década de 1950, ingressou nos quadros

da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), onde foi professor de Direito internacional e diretor do Instituto de Antropologia, hoje o Museu Câmara Cascudo, aposentando-se em 1966. No ano de 1963, viajou para o continente africano, onde visitou uma série de países como Angola, Guiné, Congo, São Tomé, Cabo Verde e Guiné-Bissau para fazer pesquisas para seus livros *A Cozinha Africana no Brasil* e *História da Alimentação no Brasil*.

Manteve-se em íntimo contato com os prefeitos de Natal, como seu conselheiro informal, ao longo de mais de vinte anos entre as décadas de 1940 e 1960, participando intensamente da vida política e cultural da cidade. Sylvio Pedroza, prefeito e depois governador do estado, indicou-o historiador oficial de Natal, encomendando-lhe a produção de uma história de Natal e de uma história do Rio Grande do Norte. Desenvolveu várias outras atividades. Foi membro da maioria dos institutos históricos estaduais do Brasil e de muitos municipais, e sócio da Academia Alagoana de Letras, do Centro de Ciências e Letras de Campinas, da Sociedade Capistrano de Abreu, da Academia Nacional de Geografia e História do México, do Instituto Italiano de Estudos Americanos de Roma, da Sociedade de Folclore de Filadélfia, do Instituto Uruguaio de Folclore, da Sociedade de Estudos Geográficos Argentinos, da Sociedade dos Americanistas de Paris, do Instituto Português de Geografia, História e Etnografia. Foi diretor da Imprensa Estadual, da *Revista Jurídica*, e do Arquivo e Museu em Natal.

Patrocinou inúmeros eventos e congressos de âmbito regional e nacional, coordenou o Departamento de Educação do estado, foi deputado estadual, 3º Consultor Geral do Estado. Criou a Universidade Popular; foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Arte, Cultura e História; fez estudos sobre música, sociologia e geografia, deixou escritos memorialistas, biografias e

crônicas, crítica literária, romances e poesias, fez traduções, e deixou uma grande correspondência, sendo especialmente notável aquela que trocou com Mário de Andrade, Joaquim Inojosa, Carlos Drummond de Andrade, Gilberto Freyre e Manuel Bandeira.

Câmara Cascudo morreu na cidade de Natal, aos 87 anos em 30 de julho de 1986, vítima de uma parada cardíaca.

Foi adepto de ideais monarquistas nas primeiras décadas do século XX e durante a década de 1930 combateu a crescente influência marxista no Brasil. Era membro da Ação Imperial Patrianovista Brasileira, sendo líder regional do Rio Grande do Norte. Em 1932, Cascudo aderiu ao Integralismo e foi membro destacado e Chefe Regional da Ação Integralista Brasileira, o movimento nacionalista de orientação fascista encabeçado por Plínio Salgado. Permaneceu no movimento até novembro de 1937, quando dissolvido pelo Estado Novo. Seu filho relata tê-lo visto queimar os uniformes, insígnias e livros integralistas após o Levante Integralista de 1938. No entanto, Luiz Gonzaga Cortez, historiador e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em publicação organizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, lançou dúvidas sobre a alegação do filho de Cascudo, afirmando que não possui qualquer precedente. Segundo Cortez, em 1940, um conhecedor de Cascudo destacou que ele ainda mantinha suas posições integralistas. O pesquisador ainda apurou que todos os mais próximos de Cascudo negavam veementemente que ele renegasse sua trajetória integralista, ou a doutrina integralista. Clóvis Sarinho, em seu livro *Fatos, Episódios e Datas que a memória gravou*, afirma que, mesmo após o fechamento da Ação Integralista Brasileira, Cascudo “jamais renegou os seus princípios”. Cortez também ressaltou que Câmara Cascudo, embora afastado da política partidária, assinava os principais jornais integralistas dos anos 40 e 50: *Idade Nova* e *A Marcha*.

Conforme apurou Cortez, em 1957, Câmara Cascudo participou do Jubileu de Prata da Ação Integralista Brasileira, comemorando os 25 anos da fundação daquele movimento, na sede do Alecrim Futebol Clube, em Natal. Segundo consta, Cascudo proferiu um “ardoroso discurso integralista”. Durante a Segunda Guerra Mundial, Cascudo favoreceu os Aliados, demonstrando sua antipatia aos fascistas italianos e aos nazistas alemães. Antes do conflito, o escritor demonstrava simpatia pela doutrina dos fascismos europeus em geral: em artigo publicado em *A Offensiva* sobre Oswald Mosley, líder da União Britânica de Fascistas, Cascudo fala em “gente que, fora da Itália e Alemanha, Portugal e Áustria, saúda levantando as mãos, numa diagonal corajosa que tem trinta séculos de energia polarizada”. Fiel ao seu pensamento anticomunista, não se opôs ao Golpe Militar de 1964, mas protegeu e ajudou diversos potiguares perseguidos pelos militares.

Manteve uma ampla rede de contatos com figuras da elite intelectual e da cultura popular, possibilitando-lhe articular um pensamento rico e multifacetado, com um foco em dois polos principais: o modernismo brasileiro e a tradição conservadora do regionalismo. Seu discurso em linhas gerais é construído numa ótica nacionalista, sem cair nos estereótipos. Era sensível a algumas das demandas do modernismo e ao mesmo tempo desejava preservar a herança cultural tradicional, especialmente a do Nordeste, mantendo-se aberto à diversidade. De certa forma, em sua busca por uma identidade brasílica, ele foi um mediador entre visões de mundo muito diferenciadas, embora sua relação com a modernidade seja frequentemente tingida pela tensão e pela nostalgia do passado, acusando o progresso de acabar com elementos importantes da cultura e da sociabilidade. Ao mesmo tempo, ele entendia que o progresso era inevitável, e atuou de várias formas no processo de modernização urbana de Natal, considerando que a preservação dos espaços tradicionais da cidade não era tão im-

portante quanto preservar o registro da memória e da história, que ele próprio ajudaria a construir e a sedimentar.

Sua figura foi erigida em um dos grandes ícones da cultura brasileira, mas recentemente alguns autores vêm levantando algumas críticas e questionamentos à aprovação monolítica que outrora gozou, apontando sua obra como um produto de uma cultura e de uma época específicas, e por isso, em alguns aspectos, irremediavelmente datada e condicionada por determinantes conceituais e ideológicos que se tornaram ultrapassados ou polêmicos.

Boa parte da sua produção traz a marca da visão particular dos grupos de elite (aos quais ele pertencia) sobre a cultura dita popular, e muitos textos foram produzidos por encomenda de instituições estatais ou do governo diretamente, especialmente narrativas históricas e biografias de personalidades locais, que padecem de um certo caráter apologético e evitam o debate das tensões e conflitos sociais e das formas de dominação política e econômica de uma classe sobre outra. Sua própria posição como autoridade da cultura dependeu em grande parte das redes de contatos que mantinha na elite e da ratificação da oficialidade, e a partir desta posição é que ele interpreta a sociedade e intervém nela através dos seus escritos. Para Aluizio de Oliveira, “pode-se identificar na produção intelectual de Cascudo uma cultura partilhada por determinados setores sociais numa prática de discurso de poder — em como organiza e aborda as temáticas folclóricas e na própria assunção dessa linha de estudo, nas biografias laudatórias, em sua grande maioria de figuras das elites dirigentes e donos do poder, na história da sociedade local. Também numa filosofia moralista que se procura sustentar em avaliações tidas como científicas”. Daniel Sousa de Lima aponta que sua escrita histórica é suscetível de críticas porque em certos aspectos é romantizada e apaziguada, em particular sobre a escravidão e a situação do negro

e do índio, minimizando seu papel na construção da sociedade, defendendo o mito de que havia uma democracia racial na região, e descrevendo o branco “como um elemento de força, necessário para o sucesso da empreitada heroica de colonização assumida pelo europeu, tornando sua narrativa quase uma ode, sobrepondo-se às outras etnias que compõem a formação do estado. [...] A miscigenação é vista de forma positiva, obviamente quando ela embranquece e o negro desaparece, pressupondo que o branco conseguiria se sobrepor por ter caracteres biológicos superiores e mais fortes, num claro posicionamento de que o branqueamento da população era possível”. Muitas de suas afirmações desta natureza criaram tradição e continuam sendo repetidas como fatos pelos historiadores locais sem qualquer questionamento crítico.

De acordo com a *Enciclopédia Itaú Cultural*, “suas opções ideológicas conservadoras levam alguns de seus intérpretes a ponderar sobre as implicações que essas ideias podem ter sobre conceitos-chave de seu pensamento folclórico e etnográfico, a começar pela sua concepção central de *povo*. No entanto, como adverte o historiador Marcos Silva, é necessário cuidado para não transformar a ideologia de Câmara Cascudo em chave explicativa de toda sua obra muito nuançada, que também se beneficia, e muito, do diálogo com outros estudiosos da cultura popular de filiações ideológicas muito diversas, como Sílvio Romero, Capistrano de Abreu e Mário de Andrade”. Para Matheus Silveira Lima, por outro lado, ele manteve uma razoável independência das ideologias de seu tempo, especialmente por ter privilegiado uma escrita mais descritiva dos fatos folclóricos, e não tanto interpretativa, o que em parte explica sua larga aceitação como uma autoridade, mas acrescenta que por ter obra tão ampla e variada, complica-se o “aprofundamento e uma discussão mais precisa de sua unidade teórica e metodológica”, ainda mais porque ainda são poucos os estudos que problematizam sua obra, “insuficientes para responder às inúmeras questões que aparecem da vasta obra

do autor, o que só será possível com o adensamento de investigações que se centrem nos aspectos mais especializados da infinidade de textos que o autor deixou como legado e que enfrentem, mesmo errando, as (imensas) possibilidades de interpretação da realidade abertas por ele”. Marcos Silva diz que se sua formação intelectual foi balizada pela estrutura social onde ele nasceu e se inseriu, essa estrutura não condicionou seus escritos completamente, pois se assim fosse ele teria se tornado apenas um ideólogo banal e não teria deixado uma produção que ainda fascina, seduz e desafia, “mesmo quando irrita com a ênfase exclusiva na harmonia social e o fascínio pelas elites”. Além disso, ele não poderia escrever de acordo com critérios que só mais tarde seriam estabelecidos: “Não tem cabimento cobrar de Câmara Cascudo tarefas que são nossas”.

De qualquer maneira, sua obra é ainda muito debatida em diversos âmbitos acadêmicos e seu legado permanece válido de várias maneiras, pela sua profícua atuação em instituições, pela coleta, sistematização e divulgação de uma vasta quantidade de fontes populares e eruditas que são até hoje um rico material de apreciação e estudo, pela documentação de inúmeras formas e expressões culturais em vias de desaparecimento, evitando seu esquecimento, pela valorização e estudo sistemático do folclore num período em que ele era desacreditado pela cultura erudita, e de acordo com Margarida de Souza Neves, suas obras sobre folclore e cultura popular continuam sendo “fontes preciosas para o autor de livros de cunho etnográfico e para os historiadores da cultura”.

É inegável seu importante papel no processo de construção e transmissão da história e memória de Natal, e é uma referência incontornável na historiografia do Rio Grande do Norte. Sua influência ainda é tão grande que de acordo com Daniel Sousa de Lima “a figura de Câmara Cascudo parece ainda ser um obstáculo para a produção historiográfica no estado [...] por trazer em sua obra uma narrativa que se pretende conclusiva”. Para

Gustavo Wanderley, um dos curadores de uma exposição sobre o intelectual no Museu da Língua Portuguesa, “o principal legado de Câmara Cascudo foi trazer um Brasil imerso que precisava ser descoberto”. Para Constância Duarte, “como poucos, Cascudo introduziu no cenário nacional o testemunho de uma experiência sertaneja e a cosmovisão de um mundo nordestino, até então muito pouco conhecido e geralmente ignorado pela elite intelectual do país. [...] O escritor Norte-rio-grandense desenvolveu ao longo de sua produtiva vida intelectual um estilo muito próprio, cujo ponto alto é justamente uma especial habilidade no trato com a linguagem, que resulta sempre em um texto sedutor, leve e singular, pontuado de imagens e de expressões poéticas que encantam o leitor e aliviam com muita sensibilidade a aridez da informação documental”.

O autor escreveu mais de 170 livros, além de uma vasta quantidade de artigos, crônicas e outros textos dispersos em revistas, jornais e outros veículos. Nos anos 1960 já havia publicado quase 2 mil textos. Em 1974 o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte iniciou um projeto de reunião de textos dispersos, que até 2009 publicou 10 volumes na série intitulada *Livro das velhas figuras*, compreendendo 699 textos sobre música erudita e popular, instituições, história regional, religiosidade, festividades, danças e literatura populares, além de debates acadêmicos e esboços biográficos. Em 2003 Marcos Silva, professor de História da USP, organizou a publicação do importante *Dicionário Crítico Câmara Cascudo* com a colaboração de 91 autores e 25 instituições, sendo um guia crítico e introdutório sobre sua produção, fazendo análises breves sobre todos os seus títulos ao modo de verbetes ou pequenos ensaios.

Entre seus muitos títulos destacam-se:

- *Alma patricia, crítica literária*. Atelier Typ. M. Vitorino, 1921

- *Joio – crítica e literatura*. Of. Graph. d'A Imprensa, 1924
- *Conde d'Eu*. Ed. Nacional, 1933
- *Vaqueiros e cantadores: folclore poético do sertão de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará*. Globo, 1939, 2ª ed. Itatiaia, 1984
- *Antologia do folclore brasileiro*. Martins Editora, 1944
- *Lendas brasileiras*, 1945
- *Contos tradicionais do Brasil*. Ediouro, 1946, Coleção Joaquim Nabuco
- *Geografia dos mitos brasileiros*. José Olímpio, 1947. 2ª edição 1976
- *História da cidade do Natal*. Prefeitura do Natal, 1947
- *Os holandeses no Rio Grande do Norte*. Departamento de Educação, Natal, 1949
- *Meleagro*. Agir, 1951, 2ª edição 1978
- *Cinco livros do povo*, 1953
- *Dicionário do folclore brasileiro*. INL, 1954, 3ª edição 1972
- *História do Rio Grande do Norte*. MEC, 1955
- *Geografia do Brasil Holandês*. José Olímpio, 1956
- *Jangadas: uma pesquisa etnográfica*. MEC, 1957
- *Superstições e costumes*. Antunes & Cia, 1958
- *Rede de dormir*. MEC, 1957, 1959, 2ª edição Funarte/UFRN, 1983
- *Canto de muro*. José Olímpio, (dez. 1957), 1959

- *A cozinha africana no Brasil*, 1964
- *História da República do Rio Grande do Norte*. Edições do Val, 1965
- *Made in África*. Civilização Brasileira, 1965
- *Folclore no Brasil*. Fundo de Cultura, 1967, 2ª edição, FJA, 1980
- *História da alimentação no Brasil*. Ed. Nacional, 2 vol. 1963-1967, (Coleção Brasileira 322 e 323), 2ª ed. Itatiaia, 1983
- *Prelúdio da cachaça*. IAA, (maio, 1967), 1968
- *Locuções tradicionais no Brasil*. UFPE, 1970, 2ª edição MEC, 1977
- *Ensaio de etnografia brasileira*. INL, 1971
- *Sociologia do açúcar: pesquisa e dedução*. MIC – IAA, 1971. Coleção Canavieira nº 5
- *Civilização e cultura*, 2 vol. MEC/José Olímpio, 1973
- *A vaquejada nordestina e suas origens*, 1974
- *História dos nossos gestos*. Melhoramentos, 1976
- *Antologia da alimentação no Brasil*. Livros Técnicos e Científicos, 1977
- *Superstição no Brasil*. Itatiaia, 1985.

Cascudo conheceu a fama ainda em vida. Suas muitas publicações o colocaram na posição de um destacado e respeitado pesquisador da história e do folclore, reconhecido internacionalmente. E ainda em vida foi monumentalizado. Em 1963 emprestou seu nome a uma rua e a uma medalha do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; em 1964 deu nome a uma semana de conferências culturais pro-

movidas pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte; na década de 1970 o IHGRN instalou uma placa na fachada de sua casa, onde se lia “Aqui, Luiz da Câmara Cascudo serve ao Rio Grande do Norte pelo trabalho intelectual mais nobre e mais constante que o Estado já conheceu”. Uma outra placa foi instalada pelo governo do estado, dizendo “Aqui nesta casa, Luiz da Câmara Cascudo, com sabedoria e humanidade, completou 50 anos de vida intelectual”.

Recebeu uma grande quantidade de comendas, medalhas e outras honrarias, por exemplo, as comendas das ordens de Rio Branco, do Mérito Naval da Marinha do Brasil, do Mérito Militar do Exército do Brasil, de Cisneros da Espanha, de São Gregório Magno do Vaticano, cavaleiro da Ordem do Mérito Aeronáutico, grande oficial da Ordem Nacional do Mérito Educativo, oficial da Ordem da Coroa da Itália; as medalhas de Ana Néri, do Mérito Cultural do Estado de Pernambuco, de Alexandre Gusmão do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, do Pacificador do Exército do Brasil, do Mérito Tamandaré da Marinha do Brasil, do Mérito Alberto Maranhão do Estado do Rio Grande do Norte, de Sylvio Romero do Distrito Federal, da Ordem das Artes e Letras da França, do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, da Real Academia Espanhola, da Academia Paulista de Letras, do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia; colares da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Academia Brasileira de História, o título de Cidadão Paulistano, o Prêmio Machado de Assis, o Prêmio Nacional de Cultura pelo conjunto da obra, entre muitas outras distinções.

Em 1991, cinco anos após sua morte, a Casa da Moeda do Brasil emitiu a cédula de 50 mil cruzeiros em sua homenagem. A cédula mostrava sua efígie ao lado de uma cena de jangadeiros, e no reverso, uma cena do Bumba meu boi, bailado popular do folclore brasileiro. A cédula ficou em circulação entre 09 de de-

zembro de 1991 e 15 de setembro de 1994, período relativamente curto, devido à inflação que levou o Brasil a fazer outras reformas monetárias. Durante o governo de Itamar Franco, o cruzeiro foi substituído pelo cruzeiro real, e a cédula foi carimbada para retificar seu valor para 50 cruzeiros reais. Os Correios do Brasil emitiram uma série de nove selos com sua efígie. Seu retrato foi reproduzido em cartões telefônicos e bilhetes de loteria. Seu nome batizou colégios, ruas, avenidas, praças, creches, lojas. Foi nome de Concurso Internacional em setenta e oito países, seus livros inspiraram a criação de peças teatrais, documentários, programas radiofônicos e séries televisivas. A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte instituiu a Medalha de Mérito Câmara Cascudo.

A TV Brasil fez um programa chamado O Teco Teco, em que o personagem se chama Cascudo, em homenagem a Câmara Cascudo, que é amigo de Betinho, personagem em homenagem a Alberto Santos Dumont. Na Mostra de Cinema de Gostoso, em São Miguel do Gostoso, o Troféu Luís da Câmara Cascudo é concedido aos melhores filmes curta e longa-metragem da Mostra Competitiva. O prêmio homenageia a contribuição intelectual de Cascudo à cultura potiguar. O Instituto Câmara Cascudo preserva seu acervo bibliográfico e documental e é um tributo ao seu legado.



CADEIRA 24

ACADÊMICA FUNDADORA: ANNA MARIA CASCUDO BARRETO

Acadêmica Anna Maria Cascudo Barreto, nasceu no famoso Acasarão da Junqueira Aires, hoje Avenida Câmara Cascudo, em Natal/RN, onde o pai Luís da Câmara Cascudo construiu grande parte de sua obra. Fundadora da Academia Feminina de Letras e dona de cadeira na Academia Norte-rio-grandense de Letras, Anna Maria Cascudo escrevia desde os 13 anos para uma coluna no extinto jornal A República. Doutora em Leis pela Sociedade Brasileira de Criminologia, ela foi a primeira mulher a atuar no júri em Natal. Filha de Luís da Câmara Cascudo e

Dália Freire Cascudo, Anna Maria Cascudo nasceu em 13 de outubro de 1936.

Anna Maria Cascudo Barreto foi Procuradora de Justiça, Acadêmica (Feminina de Letras, Norte-rio-grandense de Letras, Paulista de Letras, Brasileira de Arte, Cultura e História, Letras Jurídicas), pertenceu ao Instituto Biográfico Brasileiro, à União Brasileira de Escritores (membro da Diretoria), ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Presidente de Honra do LUDOVICUS – Instituto Câmara Cascudo, o qual fundou. Sócia Benemérita das Academias Macaibense, Cearamiense e Mossoroense de Letras. Escritora e Conferencista. Membro ativo do Conselho de Cultura do Estado do Rio Grande do Norte. Autora das obras: *Mulheres Especiais*, *O Colecionador de Crepúsculos*, *Neblina na Vidraça*, *Sinfonia de Cristal*, *Coronel Cascudo: O herói oculto*, *Teotônio Freire: Fragmentos de um legado*, e *Mulheres Especiais 2* (livro póstumo), além de inúmeros ensaios de abertura e prefácios.

Sócia fundadora da Comissão Norte-rio-grandense de Folclore, cuja diretoria ocupava desde 1994, em 2012 passou a ser Presidente de Honra desta Comissão. Grande incentivadora e lutadora pela cultura popular do RN, participou, em julho de 2008, como Presidente de Honra do 44º FESTIVAL DE FOLCLORE, na Cidade de Olímpia, SP, e no mês de julho de 2011, regressou a Olímpia, participando do 47º Festival de Folclore, que homenageava o Rio Grande do Norte e Luís da Câmara Cascudo. Estudiosa da área do folclore, foi autora constante de artigos e conferências sobre o tema, dentre eles: “Medicina e Folclore” (2011), “Orixás e Encantamentos” (2014), “Feiras Populares” (2014), “Homenagem a Deífilo Gurgel” (2012), além de ser uma especialista na obra do pai, o folclorista Luís da Câmara Cascudo, abordando temas como “As raízes culturais no universo cascudiano” (2011), “Cascudo & Portugal: união perfeita” (2004),

“Alimentação & História, nas minhas lembranças” (2004), “O Colecionador de Crepúsculos” (2009), “Presença cascudiana nos países de língua portuguesa” (2010), entre outros.

Morreu, aos 15 de janeiro de 2015 a historiadora e procuradora aposentada Anna Maria Cascudo Barreto, filha do folclorista potiguar Luís da Câmara Cascudo. Ela estava internada no hospital São Lucas devido a um tumor no esôfago e faleceu por volta das 16h. Ela teve quadro de insuficiência respiratória. Anna era viúva, deixou três filhos e três netos.



CADEIRA 24

ACADÊMICO E PRIMEIRO SUCESSOR: FRANCISCO BARROS DIAS

Acadêmico Francisco Barros Dias nasceu na cidade de Olho D'Água do Borges/RN, aos 17 de março de 1952. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1980), onde também fez cursos de especialização em Direito do Trabalho (1981) e em Direito Processual Civil (1982), atualmente é professor de Direito Processual Civil nessa instituição, onde ingressou por concurso público em 1993.

Tendo sido Juiz Federal desde 1987, e ocupado a direção do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte (1989 a 1991), foi promovido pelo critério de antiguidade e passou a in-

tegrar o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, na vaga decorrente da aposentadoria do Des. Federal Ubaldo Cavalcanti (outubro/2008).

Francisco Barros também foi servidor da Justiça Estadual do Rio Grande do Norte e da Justiça Federal, Promotor de Justiça Substituto, professor de Legislação Aplicada na Escola Técnica de Comércio Alberto Maranhão (Natal, 1977-1978), de Direito e Legislação Social na UNIPEC (Natal, 1985-1987), de Direito Comercial e de Direito Penal nos Institutos Paraibanos de Educação (João Pessoa, 1987-1988). Integrou, ainda, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (1989-1992), além de haver sido convocado, por diversas oportunidades, para integrar, em substituição, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Mestrado em Direito – Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife/PE, Brasil – Título: Coisa julgada inconstitucional, Ano de obtenção: 1999. Orientador: Francisco Queiroz Bezerra Cavalcanti.

Especialização em Direito Processual Civil – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Natal/RN, Brasil, 1981.

Especialização em Direito do Trabalho – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Natal, Brasil, 1981.

Especialização em Direito Processual Civil – Universidade de Brasília, UNB, Brasília, Brasil, 1997.

Graduação em Bacharelado em Direito – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Natal/RN, Brasil, 1980.

Aperfeiçoamento em Curso introdutório de Direito – University Of Auckland, U.AUCKLAND, Auckland 1, Nova Zelândia, 1998.

Aperfeiçoamento em O Direito no limiar do III milênio – Universidade do Porto, FPCE-UP, Portugal, 2001.

Aperfeiçoamento em Curso de Direito Ambiental – Université de Limoges, U.L., Limoges, França, 2004.

Professor na pós-graduação na UNI/RN em Processo Coletivo nos anos de 2007 a 2010.

Professor na Pós-Graduação da UNP em Processo Administrativo, Processo de Conhecimento. Processo Administrativo Disciplinar, Processo Administrativo Tributário, Processo Administrativo e Processo Eleitoral, nos anos de 2000 a 2010.

Professor na Pós-Graduação da UFRN, em Processo de Execução, Processo Administrativo Tributário, desde o ano de 2000.

Faculdade de Administração Ciências Econômicas e Contábeis de Natal – APEC – Professor, 1985-1987. Graduação, Ciências econômicas e contábeis. Disciplinas Ministradas: Direito e Legislação Social.

Institutos Paraibanos de Educação – IPE – Professor, 1987-1988.

Bancas – Participação em banca de comissões julgadoras – Concurso público:

1. Presidente da Comissão do XII Concurso de Juiz Federal Substituto da 5ª Região, 2013;

2. Membro da Comissão Julgadora da primeira prova do III Concurso de Juiz do Trabalho Substituto da 21ª Região – Estado do Rio Grande do Norte, 1994;

3. Membro da Comissão Julgadora da segunda prova do II Concurso de Juiz do Trabalho Substituto da 21ª Região – Estado do Rio Grande do Norte, 1993;

4. Membro da Comissão Julgadora da segunda prova do I Concurso de Juiz do Trabalho Substituto da 21ª Região – Estado do Rio Grande do Norte, 1992.

Atualmente, além da advocacia, atua como professor de Processo Coletivo no curso de graduação em Direito da UFRN em Natal.

Produção bibliográfica:

- *Princípios processuais civis*. Revista AJUFE, n. 19, 1987
- *Substituição processual*. Revista de Processo, v. 55
- *Nulidades processuais civis*. Revista Acadêmica de Direito, CAAC da UFRN, 1989
- *Inconstitucionalidade das normas impeditivas de liminares*. Revista de Processo, v. 59
- *Inconstitucionalidade do art. 18, da Lei 1.535/51* – Revista Trimestral de Direito Público, v. 4, Malheiros, 1993, p. 195
- *Aspectos da execução nos processos coletivos*. Revista da AJUFE, n. 38, 1993, p. 13
- *Coisa julgada e execução no processo coletivo*. Revista AJURIS, v. 64, 1995, p. 266
- *Tutela antecipatória*. Livro de Estudos Jurídicos, n. 11, RJ, Folha Carioca Editora Ltda., 1995, p. 418.
- *Processo de conhecimento e acesso à Justiça Federal (tutela antecipatória)*. Revista da Procuradoria Geral da República, n. 7, RT, p. 15.
- *A Justa Causa na Ação de Improbabilidade Administrativa*. Revista da ALEJURN. Ano VI, n. de 2022.

- *A questão dos efeitos da sentença na ação de improbidade administrativa.* Revista da ALEJURN. Ano IV. n. 4, setembro de 2020, p. 47-58.
- *Os Caminhos do Processo Civil.* Revista da ALEJURN. Ano V, n. 6, novembro de 2021, p. 41-51.
- *Os efeitos da sentença no novo Código de Processo Civil.* Trabalho em obra coletiva. Coleção NOVO CPC. Doutrina Seleccionada. Processo de Conhecimento e Disposições Finais e Transitórias. Coordenador geral: DIDIER JR., Fredie. Organizadores: MACEDO, Lucas Buril de; PEIXOTO, Ravi e FREIRE, Alexandre. Salvador: Ed. Jus PODIVM. 2015, p. 409-427, vol. 2.
- *Técnica de Julgamento: Criação do Novo CPC (Substitutivo dos Embargos Infringentes).* Trabalho em obra coletiva. Coleção NOVO CPC. Doutrina Seleccionada. Processo nos Tribunais e Meios de Impugnação às Decisões Judiciais. Coordenador geral: DIDIER JR., Fredie. Organizadores: MACEDO, Lucas Buril de; PEIXOTO, Ravi e FREIRE, Alexandre. Salvador: Jus PODIVUM. 2015, p. 49-60, vol. 6.
- *Eficácia e efeitos da sentença (A busca de uma visão prática do tema).* Revista do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, v. 100, p. 100-2013.
- *Improbidade Administrativa – Aspectos Processuais da Lei nº 8.429/92, A tutela cautelar na ação de improbidade,* Editora Atlas, p. 187, 2013.
- *Pontes de Miranda e o Direito Processual – Eficácia e efeitos da sentença: Visão Prática do Sistema Quinário de Pontes de Miranda,* Editora JusPODIVM, 4ª série, Coletâneas ANNER, p. 385. 2013.

- *O significado das expressões eficácia e efeito entre alguns doutrinadores na Teoria Geral do Direito e no campo processual*, Revista Eletrônica FIDES, Volume 1, p. 18-21. 2010.

2019 – Certificado do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFRN, em agradecimento ao Servidor, pelos anos de dedicação ao desenvolvimento do CCSA. Outubro 2019.

2015 – Título de Cidadão Pernambucano pela Assembleia Legislativa de Pernambuco.

2012 – Medalha do Mérito Legislativo – Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

2011 – Medalha do Mérito Eleitoral Tavares de Lyra – Tribunal Regional Eleitoral/RN.

2002 – Diploma de Honra ao Mérito, CONSEJ.

1999 – Título de Cidadão Natalense, Câmara Municipal de Natal/RN.

1998 – Título de Cidadão Areiabranquense, Câmara Municipal de Areia Branca/RN.

1997 – Título de Cidadão Mossoroense, Câmara Municipal de Mossoró/RN.

1995 – Medalha “Djalma Aranha Marinho”, Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região.

1992 – Comenda “Alberto Maranhão”, Conselho Estadual de Cultura do Estado do RN.

1990 – Benemérito da OAB, Conselho da OAB-RN.

Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP.

Membro e Vice-presidente do Instituto Potiguar de Processo Civil – IPPC.

Vice-presidente da Câmara de Arbitragem da FIERN. 2016/2017.

Participou de dezenas de cursos na área processual, gestão pública e pós-graduação proferindo inúmeras palestras em conferências, congressos e seminários.



CADEIRA 25

PATRONO: ALUÍZIO ALVES

Patrono Aluizio Alves nasceu em Angicos/RN, aos 11 de agosto de 1921. Foi um jornalista, advogado e político brasileiro natural do Rio Grande do Norte, estado do qual foi o 40.º Governador entre 1961 e 1966 sendo depois cassado pelo Ato Institucional Número Cinco em 1969. É o decano do clã dos Alves, contraparte política da família Maia num embate que há anos domina a cena política potiguar, em especial a partir dos anos oitenta do século XX.

Filho de Manuel Alves Filho e Maria Fernandes Alves, casou-se em 1944 com Ivone Lyra e teve quatro filhos: Aluizio Alves Filho, os gêmeos Ana Catarina Alves e o ex-deputado, ex-presi-

dente da câmara dos deputados e ex-ministro Henrique Eduardo Alves, e Henrique José Alves. Advogado com Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Maceió com especialização em Serviço Social, voltou-se às atividades jornalísticas após a graduação: primeiro como funcionário dos jornais A Razão e A República, ambos em Natal tendo se dirigido em 1949 ao Rio de Janeiro onde foi redator-chefe da Tribuna da Imprensa, que pertencia a Carlos Lacerda. De volta ao seu estado natal no ano seguinte, fundou e dirigiu a Tribuna do Norte. Ainda no ramo de comunicação foi diretor da Rádio Cabugi, da TV Cabugi e da Rádio Difusora de Mossoró. Antes foi Oficial de Gabinete da Interventoria potiguar, chefe do Serviço Estadual de Reeducação e Assistência Social (SERAS) e diretor estadual da Legião Brasileira de Assistência.

Sua vocação política surgiu em consequência das suas atividades profissionais e a estreia se deu sob as bênçãos de José Augusto Medeiros e Dinarte Mariz, líder-mor da UDN potiguar e assim Aluísio Alves foi eleito deputado federal em 1945 e participou da Assembleia Nacional Constituinte que promulgaria a nova Constituição em 18 de setembro de 1946. Reeleito em 1950, 1954 e 1958, chegou aos postos de secretário-geral da UDN e vice-líder da bancada.

Figura de proa na eleição de Mariz para o governo do estado em 1955, rompeu com seu aliado em face de um episódio onde o governador recém-eleito ignorou uma série de ações de governo que foram reunidas por Aluísio Alves num extenso documento. Irritado, afastou-se politicamente de seu mentor e ingressou no PSD e foi eleito governador em 1960, derrotando o deputado Djalma Marinho para o desgosto de Dinarte Mariz.

A animosidade entre os dois líderes tornou-se cada dia mais férrea e, com o advento do Regime Militar de 1964, foi Mariz quem retomou o comando da cena política, o que não impediu,

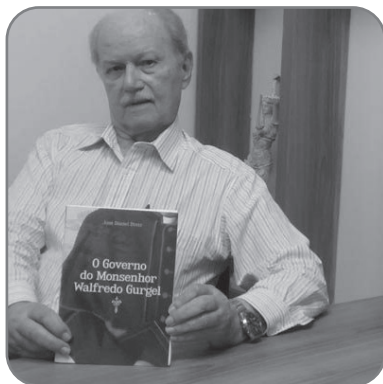
contudo, o ingresso de Aluísio Alves na ARENA e a conquista de seu quinto mandato de deputado federal em 1966 após Mariz vetar sua candidatura a senador. No ano anterior, Aluísio Alves derrotou o senador Dinarte Mariz na eleição estadual de 1965, ao eleger o monsenhor Walfredo Gurgel para governador.

Veio então o revés: em 7 de fevereiro de 1969 teve seu mandato cassado pelo AI-5 sob a acusação de corrupção sendo indiciado em um processo que foi arquivado em fevereiro de 1973. Mesmo sem poder atuar diretamente na política, usou sua experiência e se manteve influente ao levar seus correligionários para o MDB em 1970, e ademais sua condição de empresário permitiu que mantivesse boas relações com os arenistas, à exceção de Dinarte Mariz.

Executivo da União das Empresas Brasileiras, expandiu suas atividades para além da área de comunicação e, tão logo foi restaurado o pluripartidarismo, ingressou no PP e, a seguir, no PMDB sendo derrotado na disputa pelo governo do Rio Grande do Norte em 1982 por José Agripino Maia do PDS.

Entusiasta da candidatura vitoriosa de Tancredo Neves à Presidência da República foi indicado Ministro da Administração pelo presidente eleito sendo confirmado no cargo por José Sarney e permaneceu à frente desse ministério entre 15 de março de 1985 e 15 de fevereiro de 1989 e durante a sua gestão foi criada a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

Em 1990 foi eleito para o sexto mandato de deputado federal, cargo do qual esteve licenciado durante o governo Itamar Franco quando foi Ministro da Integração Regional entre 8 de abril de 1994 e 1 de janeiro de 1995. Como Ministro da Integração, Aluísio retomou o projeto de transposição do Rio São Francisco. Aluísio Alves faleceu em Natal, aos 06 de maio de 2006 vítima de isquemia cerebral.



CADEIRA 25

ACADÊMICO FUNDADOR: JOSÉ DANIEL DINIZ

Acadêmico José Daniel Diniz, advogado e escritor. Autor do livro *O Governo do Monsenhor Walfredo Gurgel*. Sobrinho do Ex-Governador Walfredo Gurgel e secretário estadual da Fazenda no seu governo, José Diniz diz que o objetivo da publicação é servir como um registro histórico. “Sabe-se muito pouco sobre os detalhes da história política do Rio Grande do Norte. Acredito que o livro é a oportunidade para as gerações mais novas conhecerem como as coisas antigamente eram diferentes”, comenta.

O autor pretendia lançar o livro no centenário de nascimento do tio, celebrado em 2008. “Esbocei o livro mas faltou

tempo para concluí-lo”, diz. Mais afastado das demandas de advogado, foi de 2015 para meados de 2016 que Diniz se debruçou com mais dedicação às pesquisas e aos escritos. Para as pesquisas, o autor mergulhou nos arquivos do Diário Oficial do Estado, onde encontrou material da época que ele pôde juntar com as informações de quem conviveu de perto com Walfredo Gurgel e atuou em seu governo. “Monsenhor foi um grande realizador. Identifiquei as datas de inauguração de 123 obras de seu governo”, aponta. Dentre as principais obras de sua gestão, ele cita a construção da primeira ponte de concreto sobre o Rio Potengi. “Naquela época existia uma ponte de madeira improvisada sobre a ferrovia. Só se passava um carro por vez, era um transtorno. A construção da nova ponte possibilitou maior desenvolvimento para a Zona Norte. Depois, no governo de Geraldo Melo, a ponte foi ampliada”, comenta.

Com destacada atuação no campo da educação, foi Walfredo Gurgel quem inaugurou a Biblioteca Câmara Cascudo, há quatro anos fechada para reformas que somente agora parece que vai ser definitivamente realizada. O seridoense também foi o responsável por levar energia da Usina de Paulo Afonso para 59 cidades do RN. Outra de suas obras foi a construção do primeiro pronto-socorro de Natal, inaugurado no governo seguinte – que com o falecimento do Monsenhor, ganharia o nome de Hospital Walfredo Gurgel.

Para Diniz, uma das maiores marcas de gestão do tio foi saber superar o radicalismo numa época de acirramento das disputas entre as lideranças políticas do estado, polarizada entre os seguidores de Aluísio Alves e os de Dinarte Mariz. Indicado por Aluísio, do grupo político Cruzada da Esperança, Monsenhor foi eleito com 9,5% de diferença para então senador Dinarte Mariz, naquela que foi a última eleição direta para governador até 1982. “Sua gestão teve uma oposição moderada. Ele rompeu com uma

prática antiga na política brasileira de perseguir os adversários”, avalia.

De acordo com Diniz, por causa do cerco dos militares, o gestor teve pouca margem de governo. “Monsenhor não tinha prestígio com os militares. Mas isso não quer dizer que ele foi hostilizado. Apenas sua atuação que ficou limitada, já que só tinha os recursos do próprio estado para aplicar na realização das obras”, conta.

Na opinião do autor, uma das razões do sucesso de Walfredo Gurgel como governador foi a sua simplicidade. “Monsenhor não era autoritário, embora soubesse assumir as posições importantes de forma firme”, afirma. “Até por ser padre, não gostava de muito oba-oba. Tanto que não fez um governo festivo. Seu governo foi mais de paz e ações”.

Walfredo Gurgel faleceu meses depois de concluir sua gestão, em 1971. “Assim que terminou o governo, ele fez uma viagem para a Europa com os amigos. Ao voltar, começou a sentir dores. Ele achou que era reumatismo, fez os exames e foi constatado um câncer em estado avançado”, explica. “Monsenhor sempre foi muito vinculado à Igreja. No dia de sua posse, na revista da tropa da Polícia Militar, ele passou acompanhado de Dom Nivaldo Monte, arcebispo de Natal”, lembra Diniz sobre o tio, que, mesmo governador, não deixou de celebrar missas aos domingos na Catedral.

“O monsenhor dedicou uma grande parte da sua vida à política, mas nunca usou a igreja para suas ações”, afirma o autor. “Hoje a gente vê essa mistura entre política e religião de forma explícita no cenário nacional. Sabemos que há um objetivo por trás. Mas não condeno, porque num estado democrático, todos têm o direito de participar”.



CADEIRA 26

PATRONO: VERÍSSIMO DE MELO

Patrono Veríssimo de Melo nasceu em Natal/RN, aos 9 de julho de 1921 e faleceu também em Natal/RN, aos 18 de agosto de 1996. Além de jornalista, foi um advogado, juiz, professor de Etnografia do Brasil da Faculdade de Filosofia de Natal e de Antropologia Cultural da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Concluiu o curso de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife. Em 1989, depois de aposentado, Veríssimo de Melo dedicou-se, com mais afinco, aos estudos folclóricos e ao jornalismo. Foi, também, membro do Conselho Estadual de Cultura e da Academia Norte-rio-grandense de Letras.

A União Brasileira de Escritores concede o *Prêmio Veríssimo de Melo*.

Em 11 de novembro de 2007 foi realizado o Encontro Natalense de Escritores (ENE), naquele ano homenageando o folclorista Veríssimo de Melo, e contando com a presença de artistas como Zeca Baleiro e Tom Zé e dos escritores Luís Fernando Veríssimo, Moacyr Scliar, Zuenir Ventura e outros.

Publicou, além de outros trabalhos, ensaios, artigos e participação em congressos e seminários folclóricos. Trabalhos publicados:

- *Adivinhas* (1948)
- *Acalantos* (1949)
- *Parlendas* (1949)
- *Rondas Infantis Brasileiras*, São Paulo: Ed. Departamento de Cultura, 1953, 354 p.
- *Jogos populares do Brasil* (1956)
- *Gestos populares* (1960)
- *Cantador de viola* (1961)
- *Ensaios de Antropologia Brasileira*, Natal: Ed. Imprensa Universitária, 1973, 172 p.
- *O conto folclórico no Brasil* (1976)
- *Folclore brasileiro*: Rio Grande do Norte (1978)
- *Folclore infantil*, ed. Itatiaia (1965)
- *Tancredo Neves na literatura de cordel* (1986)
- *Medicina popular no mundo em transformação* (1996).
- *Natal há 100 anos passados* (estudo histórico, 1972) – Natal: Ed. Sebo Vermelho, 2007.



CADEIRA 26

ACADÊMICO FUNDADOR: MANOEL BENÍCIO DE MELO SOBRINHO

Acadêmico Manoel Benício de Melo Sobrinho, faleceu no dia 13 de novembro de 2011. Era um homem culto e discreto.

Como Professor do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, conseguiu o reconhecimento pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC de vários cursos que se encontravam em situação irregular.

Foi advogado, dirigente do SESC/SENAC e Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

Escolheu o Rotary Club de Natal para praticar ações de largo alcance social.



CADEIRA 26

ACADÊMICO E PRIMEIRO SUCESSOR:
ARTUR CORTEZ BONIFÁCIO

Acadêmico Artur Cortez Bonifácio possui Graduação (1990) e Especialização (2001) em Direito e Cidadania pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Especialização em Direito Penal, *Compliance* e *Law Enforcement* (2018), pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL, 2018); Mestrado (2003) e Doutorado (2006) em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Pós-Doutorado (2018) em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Atualmente é Professor Associado 4 da UFRN, lotado no Departamento de Direito Público dos Cursos

de Graduação e do Programa de Pós-graduação em Direito (Lato e Stricto Sensu); Foi Bolsista MEC/CAPEs do Programa de Estágio Sênior no exterior (Pós-Doutoramento em Ciências Jurídico-Políticas: Direito Constitucional – BEX 88881.121055/2016-01), de 01/07/2017 a 30/06/2018, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Orientador: Professor Doutor Jorge Miranda; Membro do Colegiado do Curso de Direito da UFRN (2021-2023); Membro permanente da Academia de Letras Jurídicas do RN; Coordenador na Escola da Magistratura do RN; Membro de Conselhos Editoriais; Avaliador Institucional do CONPEDI; Juiz de Direito.

Produções bibliográficas:

- CAVALCANTI, RODRIGO; CORTEZ BONIFÁCIO, ARTUR. Feminicídio à Luz da Teoria Racional-finalista de Roxin. *Revista da Faculdade de Direito (UFU)*, v. 49, p. 596-618, 2021.
- MIRANDA, LORENA MOURA BARBOSA DE; BONIFÁCIO, ARTUR CORTEZ. A Discriminação Inversa pelo Contributo de Dworkin. *Revista Internacional Consinter de Direito*, v. 13, p. 71-88, 2021.
- BONIFACIO, ARTUR, C.; SANTOS, J. C. Y. S.; artur cortez bonifácio; BONIFACIO, ARTUR, C. Mobilização Coletiva e Tutela Jurisdicional do Meio Ambiente: Principais desafios à luz da Constituição FEderal de 1988. *Revista Veredas do Direito*, v. 17, p. 191-212, 2020.
- CAVALCANTE, R.; BONIFACIO, ARTUR, C. O Cárcere enquanto Estado de Exceção e de Exteriorização do Homo Sacer: Surgimento e Combate às Facções

Criminosas. *Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos*, v. 20, p. 71-80, 2020.

- BONIFACIO, ARTUR, C. CAVALCANTE, R. Prisão: a decisão judicial entre Hércules e a banalidade do mal. *Direito*. UNB, v. 4, p. 225-247, 2020.
- BONIFACIO, ARTUR, C. SOARES NETO, M. P. A máxima proteção social e os direitos fundamentais: o caso da grande invalidez no regime próprio de previdência do estado do Rio Grande do Norte. *Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos* (UFRN), v. 10, p. 243-266, 2018.
- BONIFACIO, ARTUR, C. ; ARAUJO, S. M. C. B.; MARQUES, C. S. P. Acesso à Justiça nos Estados Unidos e no Brasil: uma análise econômica comparativa entre a American rule e os honorários sucumbenciais. *Revista do Mestrado em Direito* UCB, v. 12, p. 117-141, 2018.
- FIALHO, A. M. L. ; BONIFACIO, ARTUR, C. O efetivo acesso ao judiciário e o tempo processual sob a perspectiva da tutela de evidência. *Revista Cidadania e Acesso à Justiça*, v. 2, p. 726-747, 2016.
- BONIFACIO, ARTUR, C. ; SILVA, A. C. Q. Iniciativa Popular: Perspectivas de aprimoramento em busca da emancipação da sociedade brasileira. *Prática Jurídica*, v. 122, p. 10-13, 2012.
- BONIFACIO, ARTUR, C. ; SILVA, A. C. Q. Repercussão da Dignidade da Pessoa Humana e os Desafios da Concretização dos Princípios Estruturantes do Direito de Família Contemporâneo. *Direitos Fundamentais & Justiça*, v. 1, p. 160-187, 2012.

- BONIFACIO, ARTUR, C.; BONIFACIO, ARTUR, C. Iniciativa Popular: Perspectivas de aprimoramento em busca da emancipação da sociedade brasileira. *Prática Jurídica*, v. 122, p. 10-13, 2012.
- BONIFACIO, ARTUR, C.; BONIFACIO, ARTUR, C. Repercussão da Dignidade da Pessoa Humana e os Desafios da Concretização dos Princípios Estruturantes do Direito de Família Contemporâneo. *Direitos Fundamentais & Justiça*, v. 1, p. 160-187, 2012.
- BONIFACIO, ARTUR, C. A Abordagem Axiológica de John Rawls como Meio de Instrumentalização dos Valores Constitucionais. *Revista de Direito e Liberdade*, v. 7, p. 45-61, 2008.
- BONIFACIO, ARTUR, C. Limitações Materiais ao Poder Constituinte Originário. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, v. 11, p. 114-143, 2003.
- BONIFACIO, ARTUR, C.; ELISAIDE TREVISAN (Org.); PALHANO, M. F. C. T. M. (Org.). *Interconstitucionalidade: democracia e cidadania de direitos na sociedade mundial, atualização e perspectivas*. 1. ed. Florianópolis: Conpedi, 2017.
- BONIFACIO, ARTUR, C.; ALMEIDA, P. R. *Eleições gerais em perguntas e respostas: Análise de Questões Práticas à Luz da Jurisprudência do TSE*. 1. ed. Recife – PE: Nossa Livraria, 2014. v. 150. 262p .
- FRANÇA, V. R.; ELALI, A. BONIFACIO, A. C. (Orgs.). *Novas tendências do Direito Constitucional*. 1 ed. Curitiba, 2011. v. 1. 640p .

- BONIFACIO, ARTUR, C. *O Direito Constitucional Internacional e a Proteção dos Direitos Fundamentais*. São Paulo: Editora Método, 2008.
- BONIFACIO, ARTUR, C. *Dicionário Brasileiro de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2007.
- BONIFACIO, ARTUR, C. *Direito de Petição*. Garantia Constitucional. 1 ed. São Paulo: Método, 2004. v. 01. 191p .
- PIMENTA, R. C. ; BONIFACIO, ARTUR, C. A garantia do acesso à justiça para a tutela dos dados pessoais: uma análise do alcance hermenêutico dos direitos fundamentais à intimidade e privacidade. In: José Orlando Ribeiro Rosário; Leonardo Oliveira Freire. (Org.). *Acesso à justiça e os avanços do Direito no contexto da crise do Covid-19*. 1 ed. Salvador: Motres, 2021.
- CAVALCANTE, R. ; BONIFACIO, ARTUR, C. Hermenêutica da decisão criminal em época de pandemia e concretização de direitos fundamentais em colisão. In: Élcio Nacur Rezende; Josiane Oliveira de Freitas; Larissa Cristina Lourenço; Isabela Bernardes Moreira Lopes. (Org.). *Implicações jurídicas da Covid-19*. 1 ed. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2020, v. 1, p. 751-768.
- CAVALCANTE, R.; BONIFACIO, ARTUR, C. Economia do crime e combate à criminalidade empresarial: O conflito entre o binômio econômico incentivo x dissuasão. In: Ivan Lira de Carvalho (Org.). *O Direito penal nas empresas*. 1 ed. Natal: 8 Editora, 2020, v. 1, p. 101-130.
- BONIFACIO, ARTUR, C.; SANTOS, J. C. Y. S. Acesso à Justiça Ambiental no Brasil: direito à informa-

ção e participação social em seus processos decisórios. In: José Orlando Ribeiro Rosário; Leonardo Oliveira Freire (Org.). *Instrumentos de aprimoramento do acesso à justiça*. 1 ed. Natal: Motres, 2019, p. 01-230.

- BONIFACIO, ARTUR, C. Normatividade e Concretização: a Legalidade Constitucional. In: Lenice Silveira Moreira de Moura (Org.). *O Novo Constitucionalismo na Era Pós-Positivista*. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2009, v. 1, p. 209-226.
- BONIFACIO, ARTUR, C. O JUIZ, A CONSTITUIÇÃO E OS DIREITOS HUMANOS. In: Flavia Piovesan (Org.). *Direitos Humanos*. Juruá, 2007, v. II.
- MARTINS, I. G.; BONIFACIO, ARTUR, C.; ELALI, A. . O Juiz e a Legitimação do Sistema Constitucional Tributário. In: André Elali; Ives Gandra da Silva Martins (Org.). *Elementos Atuais de Direito Tributário – Estudos e Conferências*. 1 ed. Curitiba, 2005, v. 01, p. 49-68.
- BONIFACIO, ARTUR, C.; MEDEIROS, A. N. C. A mutabilidade constitucional, a imposição de limites para o seu exercício e o poder de reforma no contexto brasileiro. In: *VII Encontro Internacional do CONPEDI Universidade do Minho*, 2017, Braga/PT. Teoria Constitucional Recurso Eletrônico online organização CONPEDI/UMinho. Braga/PT: CONPEDI/UMINHO, 2017. v. T314. p. 24-39.
- BONIFACIO, ARTUR, C.; MEDEIROS, L. D. A sobrevivência do positivismo jurídico no neoconstitucionalismo: o juspositivismo garantista como possibilidade. In: *XXV Congresso do CONPEDI*, 2016, Curitiba

ba. Teorias do Direito, da decisão e realismo jurídico I, 2016. p. 10-29.

- BONIFACIO, ARTUR, C. Democracia, eleições e tolerância. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- BONIFACIO, ARTUR, C. ; MIRANDA, LORENA MOURA BARBOSA DE. A discriminação Inversa pelo contributo de Dworkin. 2021. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).
- BONIFACIO, ARTUR, C. Patriotismo e Civismo. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- BONIFACIO, ARTUR, C. A mutabilidade constitucional, a imposição de limites para o seu exercício e o poder de reforma no contexto brasileiro. 2017. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- BONIFACIO, ARTUR, C.; ELISAIDE TREVISAN; PALHANO, M. F. C. T. M. GT Teoria e Filosofia do Estado: Interconstitucionalidade: democracia e cidadania de direitos na sociedade mundial, atualização e perspectivas. 2017. (Apresentação de Trabalho/Outra).
- BONIFACIO, ARTUR, C. Direito Internacional. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- FÉLIX, M.; CORTEZ BONIFÁCIO, ARTUR; BONIFACIO, A. C. A educação técnica ambiental e o esporte como instrumento de ressocialização de menores em situação de cumprimento de medida socioeducativa. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

- SILVA, A. C. Q.; BONIFACIO, ARTUR, C. Iniciativa Popular na Concretização do Direito Fundamental à Democracia. 2013. (Apresentação de Trabalho/Outra).
- BONIFÁCIO, ARTUR CORTEZ. Elegibilidade e Inelegibilidade no plano do direito constitucional. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- BONIFACIO, ARTUR, C. Controle de Constitucionalidade por Omissão. 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- BONIFACIO, ARTUR, C. O Direito Constitucional Internacional e a proteção dos Direitos Fundamentais. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- BONIFACIO, ARTUR, C. Legalidade e efetividade dos direitos fundamentais. 2008. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
- BONIFACIO, ARTUR, C. O Direito Constitucional e a Proteção Internacional dos Direitos Humanos. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- BONIFACIO, ARTUR, C. Preclusão Administrativa Jurisdicional: a definitividade da decisão administrativa tributária favorável ao contribuinte. São Paulo, 2021. (Prefácio, Posfácio/Prefácio).
- BONIFACIO, ARTUR, C. Ação de Impugnação de Mandato Eletivo. Curitiba, 2020. (Prefácio, Posfácio/ Apresentação).
- BONIFACIO, ARTUR, C.; MACEDO, A. G. M. *Supremo Tribunal Federal: entre o Direito e o político*,

caminhos para afirmação da soberania estatal.. 2013 (Artigo Científico).

- BONIFACIO, ARTUR, C.; MACEDO, A. G. M. *A atuação da jurisdição constitucional e a voz das ruas: revisitando o papel do Estado*. 2013 (Artigo Científico).
- BONIFACIO, ARTUR, C. *A Constitucionalização da Solução Pacífica de Conflitos na Ordem Jurídica de 1988*. São Paulo, 2013. (Prefácio, Posfácio/Prefácio).
- BONIFACIO, ARTUR, C. *Jurisdição Constitucional e Construção de Direitos Fundamentais no Brasil e nos Estados Unidos*. São Paulo, 2009. (Prefácio, Posfácio/Prefácio).
- BONIFACIO, ARTUR, C. *Sociologia Jurídica*. Natal, 2008. (Prefácio, Posfácio/Prefácio).
- BONIFACIO, ARTUR, C. *Efetividade do Processo e Cognição Adequada*. São Paulo, 2008. (Prefácio, Posfácio/Prefácio).



CADEIRA 27

PATRONO: JOSÉ GONÇALVES PIRES DE MEDEIROS

Patrono José Gonçalves Pires de Medeiros nasceu em 18 de dezembro de 1919, na Rua da Matriz, em Acari, no Seridó Norte-rio-grandense. Seus pais são o telegrafista Mário Gonçalves de Medeiros e Porfíria Eusébia Pires de Medeiros. Os estudos iniciais, fez em sua cidade natal, no Grupo Escolar Tomaz de Araújo, indo depois para o Seminário de São Pedro, em Natal, com apenas 11 anos de idade. Daí, passou a estudar no Colégio Atheneu, onde foi aluno do folclorista Luís da Câmara Cascudo. Não obstante o ambiente conservador com o qual conviveu em Acari, onde o avô materno era um respeitado e temido chefe

político, José Gonçalves muito cedo desenvolveu aguçado senso crítico. Nesse sentido, o episódio mencionado a seguir é digno de nota: de espírito irrequieto, por não concordar com os termos da punição que o diretor do Atheneu, Celestino Pimentel, impusera a um aluno, que se suicidou em consequência disso, José Gonçalves o responsabilizou, em sessão pública, pela morte do colega. Por conseguinte, foi expulso do colégio, tendo, entretanto, a pena comutada em transferência para o Liceu Paraibano, em João Pessoa/PB, de onde segue, anos depois, para o Colégio Carneiro Leão, em Recife/PE, no qual faria o preparatório para o Curso de Direito. Ao ingressar na tradicional Faculdade de Direito do Recife, José Gonçalves não demonstra interesse pelo curso e só o conclui oito anos depois do ingresso, em decorrência de seu envolvimento em agremiações políticas, assim como da descoberta de sua verdadeira vocação – a de homem de letras, pois logo que se instala na capital pernambucana passa a colaborar para a imprensa, de acordo com carta a sua irmã Amélia Gonçalves. Num tom bem-humorado, entre irônico e jocoso, ele afirma: “Já debes estar informada, que estou trabalhando no Jornal do Commercio. *É muita farinha*, já posso fazer jus ao título de jornalista”.

Após a queda do Estado Novo, ainda estudando em Recife, José Gonçalves ingressa na política partidária, filiando-se à União Democrática Nacional (UDN), em 1946, mesmo ano em que se casa com sua prima Hilda Pinho Gonçalves de Medeiros, com quem teria dois filhos: Maria Amélia Gonçalves de Medeiros (1947-1994) e Alexandre José Gonçalves de Medeiros (1951), que nasceu seis dias após a morte do pai. Nas primeiras eleições livres pós-Estado Novo, José Gonçalves elege-se deputado estadual constituinte pelo Rio Grande do Norte, em 19 de janeiro de 1947. Mas em pouco tempo, ele estava decepcionado com a UDN, e pode-se mesmo dizer que com a política, de acordo com o comentário que fez em carta ao seu irmão Genival Medeiros, em 16 de maio de 1949: “[...] em política não entra como valor

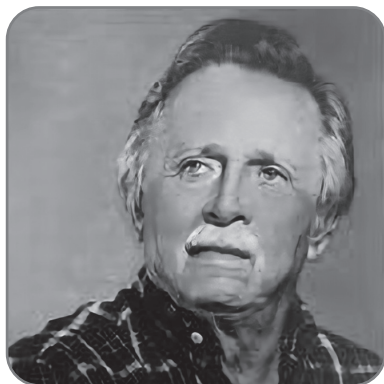
ponderável a ‘memória’. Infelizmente os homens esquecem em política com maior facilidade que as crianças aos 2 anos”.

Depois do rompimento com a UDN, José Gonçalves filia-se ao Partido Republicano (PR), fundado em 02 de junho de 1950, por Arthur Bernardes, e disputa a reeleição pela Aliança Democrática, que uniu o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Social Progressista (PSP) e o Partido Republicano (PR), liderados respectivamente por Georgino Avelino, Café Filho e Dix-sept Rosado. Este foi eleito Governador do Estado, tendo como seu vice Sylvio Pisa Pedroza, do PSD. Não sendo reeleito, José Gonçalves é convidado por Dix-sept Rosado para integrar o seu governo. Então, ele assume a diretoria da Imprensa Oficial do Estado, que publicava o jornal A República, do qual acumulou o cargo de diretor. Mas a trajetória de José Gonçalves seria interrompida cedo, pois a tragédia rondava seus passos. Em 30 de março de 1951, escapa do acidente automobilístico que vitimou seus amigos Mário Negócio de Almeida e Silva e Omar Medeiros, no município de Tacima, na Paraíba. E, pouco mais de três meses, em 12 de julho de 1951, na viagem que fazia ao Rio de Janeiro, então capital federal, junto com o governador Dix-sept Rosado, o avião em que viajavam caiu no Rio do Sal, em Aracaju, Sergipe, vitimando 32 pessoas, entre elas o Governador e três de seus secretários de governo: Felipe Pegado Cortez, José Borges de Oliveira e José Gonçalves Pires de Medeiros.

José Gonçalves Pires de Medeiros, o poeta acariense que, com apenas 32 anos, vividos teve sua trajetória marcada pela inteligência e capacidade literária, como intuição escreveu o famoso poema “Despedida do pássaro morto” antes de sua morte num fatídico acidente de avião.

José Gonçalves Pires de Medeiros destacou-se pela redemocratização do país, demonstrando forte preferência pelas poesias de Castro Alves. Foi colaborador do curso de Direito, em Recife/

PE. Em Natal, dirigiu o jornal A República. Eleito deputado estadual, assumiu a Secretaria Geral do Estado. Escreveu ensaios sobre o filósofo Joaquim Nabuco e o poeta Castro Alves. Na faculdade de Direito do Recife identificou-se com as conquistas da luta pela abolição dos escravos.



CADEIRA 27

ACADÊMICO FUNDADOR: JOANILO DE PAULA REGO

Acadêmico Joaniilo de Paula Rego nasceu aos 25 de maio de 1927, na cidade de Pau dos Ferros/RN. Nascia um dos maiores expoentes da cultura Norte-rio-grandense. Poeta, escritor, estilista, jornalista, advogado, professor universitário, e reconhecido pelos amigos como uma grande figura humana. Joaniilo era casado com Lolita do Nascimento Rego, ícone da fotografia no Rio Grande do Norte com quem teve os filhos: Giovanni, Alenuska, Romeika, Karenine e Marco Túlio.

Viveu entre as letras e o Direito, era amante da leitura, suas obras ficaram marcadas pela sua elegância estilística, sendo,

además, um admirador da política, da música em todos os seus estilos e dos sonhos em todos os seus estágios. Considerado um grande redator de seu tempo, Joanilo foi jornalista do jornal *Correio do Povo*, militou na política do RN no governo de Dinarte Mariz, de quem era amigo pessoal. Impressionante era que Joanilo, mesmo dinartista, era respeitado pelos opositores de Dinarte. Para o grande Rui Barbosa, os valores do homem estão no amor à pátria, à liberdade e à verdade.

Enquadrando-se na assertiva do grande patrono dos advogados brasileiros, Joanilo foi um ser completo porque o mesmo sempre buscou a verdade e a liberdade, pois as cultuava como pilares da sua vida. Amava como poucos a capital do RN, chegando a escrever uma página antológica para a cidade de Natal: “Cantar de Amor e de Amigo”.

Frequentador assíduo do Centro de Natal, passeava nas mediações das ruas Princesa Isabel, João Pessoa e da avenida Rio Branco, nas proximidades da Catedral, do Cinema Rex e Nordeste, conversava com os amigos no famoso Café São Luiz.

Era no Grande Ponto que Joanilo participava das trocas de ideias que, muitas vezes, deram ensejo a importantes acontecimentos da política potiguar, visto que os frequentadores eram os intelectuais e líderes do povo, como Dinarte Mariz, Aluizio Alves, e muitos outros que se reuniam para falar sobre política, arte e filosofia, dentre outros assuntos. Uma das obras mais marcantes do poeta Joanilo versa sobre o Grande Ponto, dando ao livro o título de *Grande Ponto, à meia-noite*.

E, mesmo consciente que “discurso bom é aquele curto”, vale a pena lermos um trecho escrito pelo poeta: “O Grande Ponto é o palanque de todos os partidos, o parlatório de todos os assuntos, o pelourinho de todas as ideias, o purgatório de todos os pecados da humana criatura. É a grande tribuna da cidade.

Sua voz, seu grito, seu protesto, seu incêndio e sua sagração. As passeatas políticas mais exaltadas, os oradores mais incendiários, os choques de paixões mais inflamadas, os fanatismos mais desenfreados, tudo ali assume dimensões de lenda e de canções de gesta, e as personagens parecem verdadeiros titãs surgidos de alguma mitologia bárbara. Grandes líderes de todos os tempos ali travaram batalhas memoráveis, duelos oratórios formidáveis, confrontos de força e prestígio, coragem e bravura”. Uma fábula de escrita!

O intelectual Joanilo de Paula Rego era irmão do nosso conceituado causídico, professor, vereador, confrade e amigo Joa-
nilson de Paula Rego e filho de João Sérgio do Rego e Petronila de Paula Souza. A sua mãe, a quem chamávamos carinhosamente de Nila, e a minha mãe Lourdinha foram amigas-irmãs, um forte laço de amizade foi formado entre duas professoras, mulheres com iguais traços. Ambas tinham no sangue, na mente e no coração a maior virtude do ser humano: a bondade. Tantos anos após essas duas amigas terem construído juntas uma história tão bela, o destino reserva às nossas famílias a grata surpresa de entrarem para os anais da Academia através do discurso de elogio feito por uma filha de Lourdinha para um filho de Nila.

O saudoso acadêmico Joanilo de Paula Rego veio a falecer aos 88 anos, no dia 05.04.2016, mas Joanilo vive. Vive, porque suas ideias e palavras sempre estarão presentes nas conversas travadas pelos apreciadores da cultura, pelos admiradores da elegância estilística, pela nossa Academia e por aqueles que valorizam a verdade e o amor ao próximo.



CADEIRA 27

ACADÊMICA E PRIMEIRA SUCESSORA: MARIA LÚCIA CAVALCANTI JALES SOARES

Acadêmica Maria Lúcia Cavalcanti Jales Soares é graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Especialista em Direito de Processo Civil pela UFRN.

Especialista com aperfeiçoamento pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do (FESMP/RN).

Ex-Presidente da Associação das Mulheres de Carreira Jurídica do Rio Grande do Norte.

Ex-Vice-Presidente Nacional da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica, atual Coordenadora da Região Nordeste, e, Diretora Tesoureira da FIFCJ – Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica.

Ex-professora da Universidade Potiguar – UNP nas disciplinas Direito e Cidadania, Antropologia e História do Direito.

Doutoranda em Direito Constitucional da Universidade de Buenos Aires – UBA, com artigo publicado no livro *Reflexiones sobre derecho latinoamericano*, Editorial Quorum, v. 2, p.505-529.

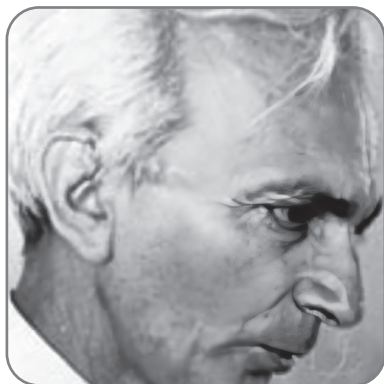
Advogada militante, desde 1996 até os dias atuais, com escritório na rua: Lafayette Lamartine, 1920, Candelária, CEP 59.064-510, Natal/RN. www.luciajales.com.br

Escritora com livros publicados:

- *Neoprocessualismo-reflexos neoconstitucionais*. Editora Ideia, 2012.
- *ABMCJ RN 33 anos: fundação e história*. Editora Offset, 2021.

Membro da Academia de Letras Jurídicas do Estado do Rio Grande do Norte – ALEJURN, tendo sido diretora presidente do Conselho Fiscal durante o período 2020/2022, eleita Diretora-Secretária para o período 2023/2025.

Foi a primeira advogada a concorrer à presidência da OAB/RN.



CADEIRA 28

PATRONO: HÉLIO MAMEDE DE FREITAS GALVÃO

Patrono Hélio Galvão (Hélio Mamede de Freitas Galvão). Nasceu em Tibau do Sul/RN, no dia 18 de março de 1916, e faleceu em Natal/RN, no dia 20 de outubro de 1981, aos 65 anos, sendo sepultado no Cemitério de Nova Descoberta. Casado com Ilíria Tavares Galvão e filho de José Mamede Galvão Freitas e Izabel Genuína Galvão de Freitas, formou-se pela Faculdade de Direito de Alagoas/AL em 1952. Foi escritor, historiador, etnógrafo, cronista, sociólogo, advogado e professor universitário.

Fez o ensino médio já em Natal. Bacharelou-se em Direito, pela antiga Faculdade de Direito de Alagoas, em 1950. Casou-se

com Ilíria Tavares Galvão em 22 de setembro de 1936. Tiveram quatorze filhos. Religioso, de personalidade forte e poucas palavras, foi um ótimo marido e um maravilhoso pai. Faleceu, de problemas no coração, no seu escritório, em Natal, em 20 de outubro de 1981.

Nos seus 65 anos de vida, Hélio foi, entre outras coisas, um homem público (tabelião em Pedro Velho, Presidente da Fundação José Augusto e fundador do MDB), professor (em mais de uma faculdade do que hoje é a UFRN), jurista (e especificamente advogado militante), historiador, antropólogo, sociólogo, jornalista e cronista (em *A razão*, *A Ordem*, no *Diário de Natal*, na *Tribuna do Norte* e em *A República*), membro do Instituto Histórico e Geográfico do RN e imortal da Academia Norte-rio-grandense de Letras.

Para se ter uma ideia da sua grandeza, em *Hélio Galvão (1916-1981)*: o saber como herança (de 2007), sua biógrafa, Gilmara Benevides Costa, informa ser Hélio autor de quatorze livros (nove publicados em vida e cinco póstumos). Deles, destaco dois. O primeiro é a belíssima *História da Fortaleza da Barra do Rio Grande* (de 1999). Livro de qualidade extraordinária, em termos de conteúdo, estilo e formato, que merece ser referência em qualquer universidade ou biblioteca do mundo. Entre outras coisas, foi a partir dele, diz-se, que se consagrou, para o principal monumento da “Cidade de Natal”, a denominação de “Fortaleza” e não de “Forte”. O segundo é a edição em capa dura de *Cartas da Praia*, lançada em 2006, que agrupa, em belíssimo formato, com cerca de 400 páginas, três de seus livros de crônicas anteriores (*Cartas da Praia*, *Novas Cartas da Praia* e *Derradeiras Cartas da Praia*), crônicas essas publicadas originalmente no jornal *Tribuna do Norte*. As *Cartas da Praia*, além de extremamente fundamentadas, são, certamente, a obra mais lúdica de Hélio, de uma beleza poucas vezes alcançada nesta terra de Câmara Cascudo (1898-1986).

Coincidentemente, ambos os livros – *História da Fortaleza da Barra do Rio Grande* e *Cartas da Praia* – estão, cada qual ao seu modo, relacionados ao mar, algo que Hélio Galvão tanto amava. Não ao “Mar Português”, ao “mar sem fundo”, de Fernando Pessoa (1888-1935), mas ao mar de Natal (com sua Fortaleza na boca da barra) e, sobretudo, ao mar de Tibau do Sul, a Pasárgada de Hélio, com suas histórias e estórias, seus costumes, seus peixes, seus pescadores e seus barcos.

Hélio, ao tomar o barco que um dia todos nós iremos tomar, e navegar rumo ao desconhecido, deixou-nos, é verdade, como disse sua biógrafa, “o saber como herança”. Mas não foi só isso. Deixou-nos, também, um exemplo de homem e jurista de bem a ser seguido.

Hélio, a exemplo dos grandes polímatas de outrora, foi um homem genial, um escritor múltiplo e grande amante dos livros, um dos maiores homens que esta terra de Poti já produziu.

No ano de 1949, Hélio Galvão, juntamente com Manoel Rodrigues, Raimundo Nonato da Silva, Veríssimo de Melo, Luís Patriota e João Alves de Melo, criou a revista Bando, que circulou de janeiro de 1949 a dezembro de 1959. Hélio Galvão recebeu do Papa João XXIII a medalha e o título de comendador da Ordem de São Gregório Magno, em 1960. Foi organizador e primeiro presidente da Fundação José Augusto (FJA) em 1963, patrono da cadeira 28 da ALEJURN e membro do IHGRN. Dá nome à rua no bairro de Ponta Negra e à Fundação criada por seus filhos, inaugurada em 12 de janeiro de 1989, em Natal. No centenário de nascimento do acadêmico, 12 de julho de 2016, a ANRL promoveu um painel sobre sua vida e obra, dentre as comemorações dos oitenta anos da academia. Hélio Galvão foi o primeiro sucessor e segundo ocupante da cadeira 2. Período na ANRL: 1948 a 1981 (33 anos).

Obras publicadas:

- 1949 *O caso da jazida estrondadeira*
- 1958 *O caso da jazida estrondadeira*
- 1960 *O caso da jazida estrondadeira*
- 1957 *Recurso em mandado de segurança*
- 1957 *Tipos de povoamento (separata)* – Boletim Bibliográfico
- 1958 *Tipos de povoamento*
- *Memória Acadêmica*
- 1960 *Tipos de povoamento*
- 1989 *Tipos de povoamento*
- 1991 *Tipos de povoamento*
- 1999 *Tipos de povoamento*
- 1958 *Revogação de isenção tributária*
- 1959 *O mutirão no Nordeste (documentário da vida rural)*
- 1960 *Canais de circulação vertical na sociedade nordestina*
- 1961 *Radiografia de uma administração*
- 1962 *Dos efeitos patrimoniais de mandado de segurança*
- 1967 *Calamidade pública e responsabilidade civil*
- 1967 *Cartas da praia*
- 2006 *Cartas da praia*
- 2007 *Cartas da praia, Novas cartas da praia e Derradeiras cartas da praia*
- 1968 *Novas cartas da praia*
- 1969 *Novas cartas da praia*

- 1973 *Estrutura agrária do RN*
- 1973 *Pequena história da Fortaleza dos Reis Magos*
- 1994 *Pequena história da Fortaleza dos Reis Magos*
- 2016 *Pequena história da Fortaleza dos Reis Magos (ed. fac-similar)*
- 1976 *Sociedade anônima criada pelo Estado*
- 1976 *Responsabilidade penal de diretores de sociedade anônima criada pelo estado (Caso BDRN, em parceria com o filho José Arno Galvão)*
- 1979 *A história da Fortaleza da Barra do Rio Grande*
- 1999 *A História da Fortaleza da Barra do Rio Grande (bilingue- português e inglês)*

Obras póstumas:

- 1982 *Dix-Sept Rosado: uma biografia política*
- 1989 *Derradeiras Cartas da praia e outras notas sobre Tibau do Sul (coletânea)*
- 1993 *Romanceiro: pesquisa e estudo*
- 1994 *Poemas da tarde*
- 1994 *Romanceiro: pesquisa e estudo*
- 2012 *Velhas Heranças*
- *Coração de Cristão*

Obras inéditas:

- *Goianinha Evolução urbana e demográfica de 1599 a 1970*

- *História da Igreja no Rio Grande do Norte*
- *Estudo de Direito*
- *Zabulon fica à beira do mar (romance)*
- *O fato religioso no Direito brasileiro*
- *Terrenos da Marinha*



CADEIRA 28

ACADÊMICO FUNDADOR: JOSÉ ARNO GALVÃO

Acadêmico José Arno Galvão nasceu em Pedro Velho/RN, à época chamada de Vila Nova, em 25 de julho de 1943. Foi seminarista e formou-se em Direito pela UFRN. Pai de três filhos (e já avô), faleceu, de um câncer no pulmão, aos 70 anos, em 2013. Deixou uma enormidade de amigos.

José Arno foi Procurador do município de Natal, chegando a ocupar o cargo de procurador-geral na administração do então prefeito José Agripino Maia (fins dos anos 70, começo dos 80), segundo nos informa o seu necrológico na Tribuna do Norte, jornal do qual ele era, assim como eu sou, colaborador semanal.

Foi, também, biógrafo do pai, com o livro *Hélio Galvão: um advogado* (2010). E foi, por muitos anos, assim como o pai, um respeitadíssimo advogado em nosso estado.

Para mim, entretanto, José Arno foi, sobretudo, o talentoso cronista dominical, na coluna “Quadrantes”, da Tribuna do Norte. Herdando o ofício do pai, ele escrevia sobre quase tudo. Um pouco de direito, como em “No escritório” e “O Supremo Tribunal”. Muito sobre livros, como em “O livro do futuro”, “Livros” e “Bibliotecas”. Nestas crônicas, narra suas leituras do nosso Otacílio Alecrim e sua “Província submersa”. Leituras de Raul Pompéia (em “O Ateneu”) e de Bernardo Guimarães (em “O seminarista”). De Camilo Castelo Branco, de Eça de Queiroz, de Machado de Assis, de José de Alencar e por aí vai.

Mas José Arno foi, a meu ver, como cronista, sobretudo, um memorialista, como, por exemplo, nas crônicas “Lembrando a infância”, “Depoimento”, “Cultivar as lembranças”, “Rememorando”, “Homenagens e memória” e “Sobrememória”. Às vezes rememorando cheiros, doces, comidas litorâneas, à moda de um Marcel Proust – em busca de um tempo, para muitos de nós, já perdido –, falava de sua infância em Vila Nova (hoje Pedro Velho), da estada da família em Penha (hoje Canguaretama), de Goianinha, da amada Tibau do Sul e de uma Natal que não enxergamos mais.

E sua contribuição, em forma de depoimento (na maioria das vezes de “ciência própria”, como dizemos no foro), para a história do nosso estado é notável. Em “A biblioteca”, por exemplo, ele narra o encontro amistoso entre o pai, Djalma Marinho e Aluizio Alves, em plena campanha para governador em 1960. Nessa eleição, Djalma, grande amigo de Hélio Galvão e candidato da situação, enfrentava Aluizio, de quem Hélio era, além de amigo, advogado. Narra José Arno (e abro aspas), “Aluizio, sabendo do relacionamento de seu advogado com o antigo adver-

sário e brincando com o fato, dizia duvidar de seu voto”. Já em “Uma relação de amizade”, sobre o laço que unia Hélio Galvão e Aluizio Alves, José Arno narra como se deu, em 1947, o covarde assassinato de Aristides Hortênsio, em Pedro Velho, uma das mais vergonhosas páginas (os mais velhos, digo experientes, aqui devem saber) da história política do nosso Rio Grande do Norte. No episódio estavam envolvidos Hélio, Aluizio, Moacir Duarte, Ubaldo Bezerra, Dioclécio Duarte e muitos outros que já nos deixaram. E esses são apenas alguns exemplos dos “depoimentos” de José Arno.

Soube – e oxalá isso se concretize – que as crônicas de José Arno Galvão serão reunidas em livro brevemente. Um presente às letras e à história do nosso estado, estou seguro disso.



CADEIRA 28

ACADÊMICO E PRIMEIRO SUCESSOR: MARCELO ALVES DIAS DE SOUZA

Acadêmico Marcelo Alves Dias de Souza nasceu na cidade de Natal/RN, em 18 de setembro de 1972. É casado com Christyane Emanuelle Meneses Paiva. O casal tem um filhinho, o pequeno João, com 3 anos de idade. Eles têm também um cão, o querido Capote. Marcelo é torcedor do ABC de Natal e do Vasco da Gama.

É Procurador Regional da República desde 2010, tendo ingressado no MPF como Procurador da República em 1997. Ex-Promotor de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte – de 1994 a 1997. Doutor em Direito (PhD in Law) pelo King's

College London – KCL (2013). Mestre em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP (2004). Pós-graduado lato sensu pela Universidade Lusíada do Porto, Portugal (2000). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (1993). Professor da Escola da Magistratura do Estado do Rio Grande do Norte – ESMARN. Professor do Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI/RN. Ex-Professor da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – FESMP/RN, da Universidade Potiguar – UNP e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Professor visitante (Guest Lecturer on Constitutional Law and Human Rights) na University of Northumbria at Newcastle, Reino Unido, no ano de 2002. Bolsista do Conselho Britânico para estudo e pesquisa nas seguintes instituições do Reino Unido: University of Oxford – Corpus Christi College, University of Northumbria at Newcastle, Northumbria Police, University of Essex (março e abril de 2002) e University of Durham (julho de 1999). Membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras – ANRL. Membro da Academia de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte – ALEJURN.

Autor dos livros: *Essais français: droit et philosophie en édition bilingue français/portugais* (Livros de Papel, no prelo, 2023); *Littératures françaises: récits sur les livres et les écrivains en édition bilingue français/portugais* (Livros de Papel, no prelo, 2023); *Pequena filosofia* (Livros de Papel/Impressão Gráfica e Editora, 2022); *Novos ensaios* (Livros de Papel/Impressão Gráfica e Editora, 2022); *Entre livros* (Livros de Papel/Impressão Gráfica e Editora, 2022); *Literaturas* (Livros de Papel/Impressão Gráfica e Editora, 2022); *Sobre livrarias & bibliotecas* (Editoras Livros de Papel/Sebo Vermelho, 2020); *Códigos ingleses* (Editora Feedback, 2013); *Retratos ingleses* (Editora Feedback, 2012); *Ensaio ingleses* (Editora Queima-Bucha, 2011); *Do precedente judicial à súmula vinculante* (Editora Juruá, 2006).

Articulista dos jornais Tribuna do Norte – Natal/RN (desde 2009) e Diário de Pernambuco – Recife/PE (desde 2019).



CADEIRA 29

PATRONO: JOSÉ AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS

Patrono José Augusto Bezerra de Medeiros nasceu em Caicó/RN, em 22 de setembro de 1884, e faleceu no Rio de Janeiro, em 28 de maio de 1971. Foi um advogado, magistrado, professor e político brasileiro. Filho do professor Manuel Augusto Bezerra de Araújo e Cândida Olindina de Medeiros. Fez os estudos primários em Caicó, Natal e Acari, o curso secundário em Natal, no Ateneu Norte-rio-grandense, de 1897 a 1900. Formou-se em 1905 pela Faculdade de Direito do Recife, tendo sido o orador da turma. Foi procurador da República (Seção do RN), juiz de Direito da Câmara de Caicó (1911), chefe de Polícia no

RN (1912), deputado à Assembleia Legislativa do Estado (1915), deste mesmo ano até 1923 foi deputado federal em três legislaturas seguidas, tendo pertencido a comissões e ocupado a primeira Secretaria e a segunda Vice-Presidência da Câmara. De 01/01/24 a 31/12/27, foi governador do Estado e, de 1928 a 1930, senador. Novamente deputado federal (1935/37), sendo sub-líder da oposição. Em 1946, foi deputado à Assembleia Nacional Constituinte e deputado federal (1946/50). De 1951 a 1954, foi novamente deputado federal e primeiro vice-presidente da Câmara dos Deputados. Sempre preocupado com os problemas ligados à educação, foi professor de História Geral e do Brasil, inspetor Federal junto ao Colégio Abílio, RJ, (1907), professor de Geografia (1908) e, dois anos depois, diretor do Ateneu Norte-rio-grandense, presidente do VIII Congresso Brasileiro de Educação e presidente da ABE. Foi delegado do Brasil à Assembleia Geral da ONU (Paris, 1951/52) e à Conferência Econômica da OEA (B. Aires, 1957). Integrou e foi presidente do Conselho Nacional de Economia, presidente da Cia. América Fabril, presidente da Associação Comercial do RJ, da Federação das Associações Comerciais do Brasil e da Federação das Câmaras de Comércio Exterior no Brasil. Fez parte da Comissão Executiva do Instituto do Sal. Pertenceu ao IHG/RN (sócio benemérito), à Société de Science Sociale, ao Instituto do Ceará, ao Instituto Genealógico do Brasil, ao Centro Norte-rio-grandense no RJ, à ABI, ao Museu Social Argentino, à Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, à Sociedade Brasileira de Escritores, à Académie Internationale de Science Politique et d'Histoire Constitutionnelle (França), à Société de Législation Comparée (França), à Sociedade dos Amigos de Afonso Celso, à Academia Carioca de Letras. Recebeu os títulos de Cidadão Carioca e Doutor honoris causa da UFRN, além de numerosas medalhas e condecorações. Foi eleito sócio efetivo do IHGB em 15 de dezembro de 1956; passou a benemérito em 23

de junho de 1959. Foi também um grande escritor. Escrevia de uma forma concisa e muito atraente de se ler.

Publicou os livros: *Pela Educação Nacional*, 1918 – *Eduquemo-nos*, 1922 – *Aos Homens de Bem*, 1928 – *A Representação Profissional nas Democracias: O Anteprojeto da Constituição em Face da Democracia*, 1934 – *Por que sou parlamentarista*, 1936 – *Famílias Seridoenses*, 1940 – *O Sal e o Algodão na Economia Potiguar*, 1946 – *Seridó*; *Seridó* – volume 1 – Borsoi Editor – Rio de Janeiro – 1954; 1954 – *A Federação Mundial*, 1954 – *Amaro Cavalcanti*, 1956 – *O Conselho Nacional de Economia*, 1956 – *A Região do Seridó*, 1961 – *Presidencialismo versus Parlamentarismo*, 1962 – *O Rio Grande do Norte no Senado da República* (ed. do IHG/RN).

Após sua morte, ele foi homenageado com seu nome na atual sede da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, chamado Palácio José Augusto. Assim como batiza o principal órgão de fomento sociocultural do Rio Grande do Norte, vinculada à Secretaria de Cultura do estado: a Fundação José Augusto. Além de ser patrono da principal escola pública da sua cidade-natal Caicó, o Centro Educacional José Augusto.



CADEIRA 29

ACADÊMICO FUNDADOR: JOAQUIM SÍLVIO CALDAS

Acadêmico Joaquim Sílvia Caldas foi, na verdade, um de nós. Nordestino, sofrido, telúrico, talentoso e inteligente. Filho amantíssimo do professor Joaquim Caldas, sergipano de boa cepa, que o inspirou a escrever o livro *Conselho de Pai*. Sílvia Caldas nasceu em Aracajú/SE e fez do Recife/PE o seu segundo berço. Ali, estudou, cresceu, amou tantos amores que nunca mais deixou de amar a vida, o mundo, a música, os amigos, a magistratura e a justiça.

Para vencer na vida, Sílvia Caldas teve que produzir muito. Nada lhe chegou *de graça ou por obra do Espírito Santo*, a não ser

a indispensável e divina proteção. Segundo os seus familiares, foi um estudante aplicado, até por obrigação, uma vez que o seu querido pai foi destacado professor na cidade do Recife. De outra sorte, o autor de *A construção do Brasil* dedicou boa parte de sua juventude aos trabalhos gráficos, quando aprendeu a lidar com textos dos escritores e intelectuais pernambucanos. Essas atividades, aí se incluindo o magistério, alicerçaram na índole do jovem promissor o gosto pela leitura, o respeito pelas inteligências de sua geração e, porque não dizer, pelos prazeres sonoros da poesia. Quem da poesia gosta, da música certamente gostará. E foi o que aconteceu com Sílvio Caldas, não somente por herança de sangue, mas por irresistível vocação artística. Sílvio fez do piano o seu instrumento de estimação, alternando suas tocatas, com os estudos do Direito na tradicional Universidade Católica de Pernambuco.

Após graduar-se e ensaiar os primeiros acordes na árdua e prazerosa missão da advocacia, o autor escolheu a magistratura como forma ideal de praticar e operar o Direito, levando-se em consideração o seu temperamento forte, o elevado sentimento de justiça, sempre cultivado ao longo de sua trajetória. Com todos esses ingredientes, estava moldado o perfil do juiz, que foi decano do TRT – 21ª Região. Paralelamente à magistratura Sílvio Caldas jamais se afastou da atividade intelectual. Publicou três livros: *Como era grande aquele meu gigante*, *Enquanto houver uma flor* e *Conselho de pai*. Para surpresa de seus amigos e leitores, vem agora com *A construção do Brasil* que, no entender do escritor Nei Leandro de Castro, não é livro próprio de estreante, pois o autor revelou-se um experimentado poeta popular. Este novo trabalho de Sílvio Caldas tem tudo para cair no gosto do povo. O autor exercita com muita individualidade o seu amor à pátria e ao homem como agente principal das atenções sociais. O leitor vai colher neste livro muitas manifestações de brasilidade e de percepção crítica, como esta: *Na sua carta afamada, / Descrevendo a*

arrojada/Aventura de Cabral,/Com muito puxa-saquismo/Fez nascer o nepotismo,/Corrupção e coisa e tal...

Joaquim Sílvio Caldas foi sócio-fundador da Academia de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte, titular da cadeira número 29, que tem como patrono José Augusto Bezerra de Medeiros. Escreveu semanalmente em um jornal de grande circulação na capital do Estado, foi livre-pensador e amigo fraternal dos seus amigos. Por merecimento, recebeu o título de Cidadão do Rio Grande do Norte, aprovado unanimemente pela Assembleia Legislativa do Estado.

Joaquim Sílvio Caldas é o nome do poeta, músico, filósofo, periodista, sergipano de nascimento, pernambucano de reminiscências e potiguar de coração. Apresentá-lo como poeta já diz tudo, já que é a poesia o elemento imaterial que eleva o homem para a sua incompletude e o torna um ser da totalidade. Além de poeta, Sílvio é juiz do trabalho. No dizer de Diógenes da Cunha Lima, Sílvio exerce a sua função de magistrado com talento, simplicidade e com muita crença na Justiça. Sílvio destila a sua sensibilidade de poeta com o seu jeito inteligentemente simples de falar e poderosamente rico de refletir sobre a condição humana. Arrebatam-lhe os impulsos de escrever e de expressar os sentimentos mais nobres, a exemplo da homenagem que prestou a todos os pais quando publicou o seu livro *Conselho de pai*.

Sílvio, apesar de ter uma trajetória de luta e de sacrifício, foi brindado com a dádiva de nascer numa família virtuosa, tendo o privilégio de receber as mais sábias lições do seu querido pai e renomado professor recifense Joaquim Caldas. Referindo-se ao nosso poeta, dizia outrora o magistral Odílio Botelho: “Sílvio amou tantos amores que nunca mais deixou de amar a vida, o mundo, a música, os amigos, a magistratura e a justiça.” O nosso autor escreveu os seguintes livros: *Enquanto houver uma flor; Conselhos de pai; A construção do Brasil; e Rio Grande do Norte*,

eu, cidadão. De tantas lições que o nosso poeta deixa, uma delas ficará marcada para sempre: “Escrever deixa a vida menos dura”.

O Desembargador aposentado Joaquim Sílvia Caldas, faleceu aos 06 de março de 2015, na cidade do Recife/PE. Inegavelmente, o saudoso e múltiplo Dr. Joaquim Sílvia Caldas muito contribuiu em várias áreas de atuação para o desenvolvimento social e cultural da Cidade do Natal, que ele amou com muita profundidade.



CADEIRA 29

ACADÊMICO E PRIMEIRO SUCESSOR: WALTER NUNES DA SILVA JÚNIOR

Acadêmico Walter Nunes da Silva Júnior, nasceu em Natal/RN, aos 16 de outubro de 1963. Graduado em Direito em 1986 pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Atuação como Juiz Federal:

- Juiz Federal Titular da 2ª. Vara Federal na Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, especializada em crime organizado, lavagem de dinheiro e crimes financeiros.
- Corregedor do Presídio Federal em Mossoró/RN.

- Conselheiro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP.
- Coordenador-Geral do Fórum do Sistema Penitenciário Federal; Juiz Federal e Corregedor do Presídio Federal em Mossoró/RN.

Cargos e funções exercidas:

- Ex-Promotor de Justiça.
- Ex-Juiz de Direito.
- Ex-Procurador da República.
- Membro do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (1993/1995).
- Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – Ajufe, (2006/2008).
- Juiz Auxiliar da Presidência e da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça – STJ (fev./jun. de 2009).
- Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no biênio julho/2009 a julho/2011.
- Supervisor do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Conselho Nacional de Justiça – DMF (2010/2011).
- Conselheiro da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM (2013/2015).

Atuação acadêmica:

- Mestre e Doutor em Direito.

- Professor Titular da Graduação e da Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.
- Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte – ES-MARN.
- Escola de Magistratura do Tribunal Regional Federal da 5ª Região – ESMAFE.
- Escola Nacional de Magistratura – ENFAM.
- Membro de Conselhos Editoriais
- Conselho Científico da Revista Constituição e Garantia de Direito do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Conselho Editorial da Revista Jurídica In Verbis dos Acadêmicos do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Conselho Editorial da Revista do Centro de Estudos Jurídicos da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
- Conselho Editorial da Revista Brasileira de Execução Penal – RBEP.

Autor dos livros:

- SILVA JÚNIOR, Walter Nunes da. *Curso de direito processual penal: teoria (constitucional) do processo penal*. 3 ed. Natal, Rio Grande do Norte: OWL, 2021.
- SILVA JÚNIOR, Walter Nunes da. *Execução penal no sistema penitenciário federal*. Natal: OWL, 2020.

- SILVA JÚNIOR, Walter Nunes da (org.). *Jurisdição criminal: sugestões e análises dos dados do GMF/5R*. Natal: OWL, 2021.
- SILVA JÚNIOR, Walter Nunes da. *Reforma tópica do processo penal: inovações aos procedimentos ordinário e sumário, com o novo regime das provas, principais modificações do júri e as medidas cautelares pessoais (prisão e medidas diversas da prisão)*. 4. ed. Natal: OWL, 2022.
- SILVA JÚNIOR, Walter Nunes da; HAMILTON, Olavo (orgs.). *Crime, violência e segurança pública: apontamentos para uma política de estado*. Natal: OWL, 2020.
- SILVA JÚNIOR, Walter Nunes da; HAMILTON, Olavo (orgs.). *Direito e linguagem nas decisões criminais*. Natal: OWL, 2019.
- SILVA JÚNIOR, Walter Nunes da; HAMILTON, Olavo (orgs.). *Pacote anticrime: temas relevantes*. Natal: OWL, 2021.
- SILVA JÚNIOR, Walter Nunes da; HAMILTON, Olavo (orgs.). *Política criminal: razoável dos processos e tratamento dos presos*. Natal: OWL, 2019.
- SILVA JÚNIOR, Walter Nunes da; HAMILTON, Olavo (orgs.). *Projeto do novo código de processo penal: temas fundamentais*. Natal: OWL, 2022.

Capítulos de livros:

- SILVA JÚNIOR, Walter Nunes da. Prisão processual: distinções relevantes entre a prorrogação e a revisão nongesimal. v. 2, In: *Código de processo penal: estudos*

comemorativos aos 80 anos de vigência. Guilherme MADEIRA, Gustavo BADARÓ e Rogério Schietti CRUZ, 18. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

- SILVA JÚNIOR, Walter Nunes da. Informatização do Processo II. In: Luciano Athayde Chaves. (Org.). *Direito Processual do Trabalho*. 1 ed. São Paulo: Livraria Virtual-LTr, 2007, v. 1, p. 415-439.
- SILVA JUNIOR, Walter Nunes da. SILVA, D. L. A Contribuição do CNJ para a concretização da dignidade da pessoa humana no contexto da atuação do Poder Judiciário. In: Vladimir Oliveira da Silveira. (Org.). *Revista de Direito Brasileira – Ano 3 – v. 6*. 1 ed. Florianópolis: CONPEDI, 2013, v. 6, p. 315-356.
- SILVA JUNIOR, Walter Nunes da. Conselho nacional de justiça 10 (dez) anos de existência: órgão central e estratégico do sistema judicial brasileiro. In: STOCO, Rui; PENALVA, Janaína. (Org.). *Dez anos de reforma do judiciário e o nascimento do conselho nacional de justiça*. 1 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, v.1, p. 515.
- SILVA JUNIOR, Walter Nunes da. Enunciado 35: Medida cautelar de afastamento de servidor público. Enunciados do Fonacrim – *Fórum Nacional dos Juízes Federais Criminais*. 1 ed. Salvador/BA: Jus Podium, 2016, v., p. 210.
- SILVA JUNIOR, Walter Nunes da. Enunciado 19: Princípio da identidade física do juiz. Enunciados do Fonacrim – *Fórum Nacional dos Juízes Federais Criminais*. 1 ed. Salvador/BA: Jus Podium, 2016, v., p. 117.
- SILVA JUNIOR, Walter Nunes da. Enunciado 18: É constitucional a citação com hora certa. Enunciados do

Fonacrim – *Fórum Nacional dos Juízes Federais Criminais*. 1 ed. Salvador/BA: Jus Podium, 2016, v., p. 110.

- SILVA JUNIOR, Walter Nunes da. Circunstâncias de um Habeas Corpus. *Justiça Federal – 50 Anos*. 1 ed. Curitiba/PR: Editora Prismas Ltda., 2017, v., p. 29-36.
- SILVA JUNIOR, Walter Nunes da. Abolição acadêmica da linguagem criminológica punitivis. In: SILVA JÚNIOR, Walter Nunes da; HAMILTON, Olavo. (Org.). *Direito e linguagem nas decisões criminais*. 1 ed. Natal/RN: OWL Editora Jurídica, 2019, v., p. 13-51.
- SILVA JUNIOR, Walter Nunes da. Política de contratação de presos pelo Estado. In: Walter Nunes da Silva Júnior; Olavo Hamilton. (Org.). *Crime, Violência e Segurança Pública: Apontamento para uma Política de Estado*. 1 ed. Natal/RN: OWL Editora Jurídica, 2020, v. 1, p. 161-190.
- SILVA JUNIOR, Walter Nunes da. O Papel do Juiz das Garantias na Pacificação de Conflitos Penais. *Inovações no Sistema de Justiça*. 1 ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, v. 1, p. 595-618.
- SILVA JUNIOR, Walter Nunes da. Hermenêutica Constitucional dos Direitos Fundamentais no Processo Penal. In: José Orlando Ribeiro Rosário; Patrícia Borba Vilar Guimarães; Yanko Marcius de Alencar Xavier. (Org.). *Pesquisa em Direito e Contemporaneidade*. 1 ed. Salvador/BA: Editora Motres Acadêmicos, 2021, v. 1, p. 09-36.
- SILVA JUNIOR, Walter Nunes da. ‘O contato com o mundo exterior’. *Regras de Mandela*. 1 ed. Natal/RN: D’Plácido, 2021, v. 1, p. 182-220.

- SILVA JUNIOR, Walter Nunes da. Justiça restaurativa na jurisdição criminal federal no Estado do Rio Grande do Norte. In: Walter Nunes da Silva Júnior (Org.). *Jurisdição Criminal: Sugestões e Análises dos Dados do GMF/5*. 1 ed. Natal/RN: OWL Editora Jurídica, 2021, v. 1, p. 21-34.
- SILVA JUNIOR, Walter Nunes da. Acordo de Não Persecução Penal (ANPP). In: Walter Nunes da Silva Júnior; Olavo Hamilton (Org.). *Pacote Anticrime: Temas Relevantes*. 1 ed. Natal/RN: OWL Editora Jurídica, 2021, v. 1, p. 22-81.
- SILVA JUNIOR, Walter Nunes da. Juiz das garantias. In: Walter Nunes da Silva Júnior, Olavo Hamilton. (Org.). *Projeto do novo Código de Processo Penal: temas fundamentais*. 1 ed. Natal/RN: OWL Editora Jurídica, 2022, v. 1, p. 30-82.
- SILVA JUNIOR, Walter Nunes da. Dignidade da pessoa humana como instrumento de humanização na execução penal: uma análise da efetividade dos diplomas internacionais no trabalho prisional brasileiro. In: Capítulo de livro publicado em conjunto. (Org.). *Direito Internacional dos Direitos Humanos e as Pessoas em Situação de Vulnerabilidade*. 1 ed. Natal/RN: Polimatia E-BOOK, 2022, v. 03, p. 455-480.
- SILVA JUNIOR, Walter Nunes da.; NUNES, C. B. M. P. Perspectivas para uma política Norte-rio-grandense de execução penal baseada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). In: Walter Nunes da Silva Júnior; Olavo Hamilton (Org.). *Política Criminal: Monitoramento de espaços públicos, (in)eficiência dos inquéritos policiais, duração razoável dos processos e*

tratamento dos presos. 1 ed. Natal/RN: OWL Editora Jurídica, 2022, v. 1, p. 177-218.

- SILVA JUNIOR, Walter Nunes da. O Controle Judicial do Processo Administrativo Investigador (Incrimindor). *O futuro do direito administrativo*: estudo em homenagem ao prof. Edilson Nobre/coordenação Bianor Arruda Bezerra Neto. 1 ed. São Paulo: Noeses, 2023, v. 1, p. 403-423.
- SILVA JUNIOR, Walter Nunes da. A Força Normativa das Regras de Bangkok. *Regras de BANGKOK* – O padrão internacional no encarceramento feminino. 1 ed. São Paulo: D'Plácido, 2023, v. 01, p. 09-37.



CADEIRA 30

PATRONO: FRANCISCO BRUNO PEREIRA

Patrono Francisco Bruno Pereira nasceu em Mossoró/RN, aos 06 de outubro de 1896 e faleceu em Natal, no dia 01 de abril de 1979. Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife (1910). Exerceu as seguintes funções públicas:

Subprefeito do Alto do Juá; Promotor de Justiça em Petrolina/PE; Juiz do Trabalho do Rio Grande do Norte; 1936-1940 – Procurador Geral do Estado de 1936 a 1940, que na época também incorporava o Ministério Público, portanto foi Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.

No jornalismo, em Mossoró/RN fundou e dirigiu o Semanário Santelmo. No Rio Grande do Norte trabalhou no jornal

A Imprensa e A Razão e era proprietário do Correio da Tarde. Publicou vários artigos nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Foi companheiro de Eloy de Souza e Luiz Antônio Souto Lima no Partido Republicano. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Faleceu em Natal, no dia 01 de abril de 1979.

Nos registros do Fundo Histórico Arquivístico do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (FHA-TRT21), há uma catalogação de ações a partir de 1950 quando é possível verificar as principais reclamações ajuizadas nos primeiros anos de atividade da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Norte.

Em 1950, um lustrador foi demitido, segundo ele, sem justa causa, sem receber os valores referentes ao aviso prévio e a remuneração por trabalho nos dias equivalentes ao repouso semanal e feriados. Ele ingressou com uma ação na 1ª JCI de Natal e, após ouvir testemunhas e as partes, o juiz Francisco Bruno Pereira sentenciou o patrão ao pagamento da importância de Cr \$875,00, equivalente ao repouso semanal. As divergências quanto ao valor do aviso prévio não foram solucionadas.

Francisco Bruno Pereira, advogado brilhante, legislador estadual exemplar, primeiro Juiz do Trabalho no Rio Grande do Norte.



CADEIRA 30

ACADÊMICO FUNDADOR: FRANCISCO SALES DE MATOS

Acadêmico Francisco Sales de Matos é Professor Assistente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – 1997 (aprovado mediante concurso público de provas e títulos). Procurador do Estado do Rio Grande do Norte – nomeado desde 1994, mediante aprovação em concurso de provas e títulos. Ex-Procurador-Geral do Estado do RN. O Procurador do Estado Francisco de Sales Matos pelos seus relevantes serviços prestados à sociedade recebeu o título de Cidadão Natalense. “Trata-se da maior autoridade do Rio Grande do Norte em questões fundiárias. Tem um trabalho social dos mais relevantes da área jurídica.

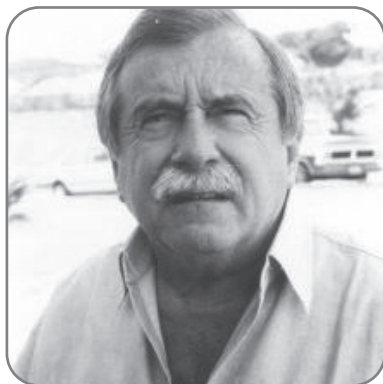
A nossa cidade tem uma dívida de gratidão com ele que nunca poderá pagar. Portanto, estou feliz por este título ter sido conferido através da minha proposição. E, agora, o povo de Natal ganha mais um ilustre conterrâneo”, comemorou o vereador Aroldo Alves.

O presidente da Casa, vereador Raniere Barbosa (Avante), citou a contribuição de Francisco Matos durante a construção do complexo viário da Zona Norte. “Este é apenas um exemplo das inúmeras realizações deste grande homem. Os parlamentares também têm o dever de reconhecer a história de personalidades que contribuem para o desenvolvimento da sociedade. Dito isso, o Legislativo natalense cumpre mais uma vez o seu papel com brilhantismo”.

A Procuradora de Justiça Darci Pinheiro, amiga de Francisco Matos, lembrou um pouco da trajetória dele. “Um jurista de sucesso, imbuído de valores éticos, excepcional colega de profissão, que lutou bastante para conquistar seu espaço. Merecedor de todas as homenagens”. Larissa Matos, filha do homenageado, agradeceu em nome da família. “Meu pai já tinha recebido o Título de Cidadão Norte-rio-grandense da Assembleia Legislativa do RN. Todavia, faltava receber a cidadania da cidade que ele escolheu para viver, fazer sua carreira profissional e construir uma família. Com certeza é um momento de emoção ímpar que guardaremos na memória para sempre”, declarou. Francisco Sales de Matos, natural de Novas Russas/CE, disse estar feliz com o carinho e consideração que recebeu do Parlamento Municipal. “Uma honraria que representa o povo de Natal. Portanto, me sinto realizado e grato com o reconhecimento do meu trabalho. Quero deixar meu abraço caloroso a todos os familiares e amigos que compartilharam comigo esta noite memorável”, concluiu emocionado. Um dos mais conceituados procuradores do Estado do Rio Grande do Norte, Francisco Sales de Matos, esteve re-

centemente no Ceará, especificamente, em sua terra natal Nova Russas, onde recebeu homenagem do poder legislativo daquele município. A solenidade que marcou a entrega da Medalha “Monsenhor Leão”, uma das maiores honrarias do legislativo de Nova Russas, ao procurador Sales aconteceu exatamente por ocasião da passagem dos 99 anos de emancipação política daquele município cearense, ocasião em que a Câmara Municipal oficializou a homenagem ao filho ilustre.

Sales, que ocupa o quadro de Procuradores do Estado do RN, já ocupou a Procuradoria-Geral, foi responsável por todo o processo de desapropriação amigável das áreas da Barragem Oiticica, elaborou o plano para desapropriação das casas da Alcanorte e foi o responsável pela legalização das terras desapropriadas junto a Salinor, em Macau, para os pescadores do Barro Preto.



CADEIRA 31

PATRONO: ODILON RIBEIRO
COUTINHO

Patrono Odilon Ribeiro Coutinho nasceu em 12 de julho de 1923, no Engenho Central, município de Santa Rita, atual Usina São João, de propriedade dos seus pais, Dr. João Úrsulo Ribeiro Coutinho e Helena Pessoa Ribeiro Coutinho, tendo sido, esta, a primeira usina de cana-de-açúcar implantada no Estado da Paraíba (1888); mais tarde, ao patrimônio da família Ribeiro Coutinho, juntou-se a Usina Santa Helena, antigo Engenho Pau d'Arco. Nascido e criado nessa região, Dr. Odilon vivenciou o ambiente onde, também nasceu e criou-se o poeta Augusto dos

Anjos e, enquanto dono daquelas terras, teve sempre o cuidado de preservar o tamarindo tão decantado pelo poeta.

Odilon Ribeiro estudou no Colégio Diocesano Pio X, de João Pessoa; no Ginásio de São Bento, em São Paulo, bacharelando-se em Direito pela Faculdade do Recife; casou-se com Solange Veloso Borges Ribeiro Coutinho com quem teve três filhos: Odilon Filho, Eduardo e Gilberto. Faleceu em 12 de julho de 2000, no Rio de Janeiro; seu corpo foi sepultado no Cemitério Senhor da Boa Sentença, em João Pessoa.

Afastou-se da Paraíba por algum tempo, atuando na política do Rio Grande do Norte, onde foi eleito Deputado Federal; retornou à Paraíba, candidatou-se à Câmara Federal pelo PSDB. Não obteve êxito nas urnas, mas continuou lutando em defesa da dignidade do seu partido, do qual foi presidente, na Paraíba.

Defensor do parlamentarismo, ele acreditava nesse sistema de Governo “a partir do fim do feudalismo moderno imposto pela inércia do presidencialismo semiditatorial”. (Revista Em Dia, 17/05/91). Era escritor, crítico literário, empresário político e sociólogo, sobressaindo-se pela eloquência dos seus pronunciamentos e pela sua afetividade. Estudioso e pesquisador, escrevendo sem a pretensão de publicar os seus trabalhos, motivo pelo qual se desconhece a sua bibliografia.

A professora Ângela Bezerra de Castro, em um minucioso trabalho de pesquisa, conseguiu relacionar os escritos de Odilon Ribeiro, e os divulga na Revista da Academia Paraibana de Letras, nº 16. Odilon Ribeiro assumiu a sua Cadeira na APL, em 22 de julho de 1994, recepcionado pelo acadêmico Edilberto Coutinho. Irmão de João Úrsulo e Renato Ribeiro Coutinho, deputados federais pela Paraíba, e genro de Virgínio Veloso Borges, senador pelo mesmo estado, Odilon Coutinho foi eleito para representar o Rio Grande do Norte em 1962 na legenda do PDC, e quando

o Regime Militar de 1964 impôs o bipartidarismo por força do Ato Institucional Número Dois, ingressou no MDB e por esta legenda foi derrotado como candidato a senador em 1966 e 1970, bem como perdeu a eleição como suplente de senador na chapa de Radir Pereira de Araújo em 1978.

Disputou sua última eleição em 1982 como candidato a senador numa sublegenda do PMDB, mas não obteve êxito. De volta a João Pessoa/PB foi membro fundador do PSDB em 1988, esteve no primeiro diretório nacional da legenda, presidiu por duas vezes o diretório estadual paraibano e fez parte da diretoria do Instituto Teotônio Vilela.

Sobressaiu-se também nos meios intelectuais como presidente da Fundação Joaquim Nabuco, após a morte de Gilberto Freyre em 1987, e sete anos depois ingressou na Academia Paraibana de Letras. Também foi vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba e membro do conselho de representantes da Confederação Nacional da Indústria. Seus laços de parentesco incluem também Flávio Ribeiro Coutinho e Flaviano Ribeiro Coutinho Filho, o primeiro foi eleito governador da Paraíba em 1955, e o outro foi eleito deputado federal pelo referido estado em 1962 e 1966.



CADEIRA 31

ACADÊMICO FUNDADOR: JOSONIEL FONSÊCA DA SILVA

Acadêmico Josoniel Fonsêca da Silva, nasceu aos 16 de maio de 1946, na cidade de Tacima/PB. Sendo filho de Odilon Fonsêca da Silva e de Alice Fonsêca da Silva.

Fez o Curso Primário no período de 1956/1959. O Curso Secundário no Colégio Estadual Noturno do Alecrim e Colégio Estadual do Atheneu Norte-rio-grandense, no período de 1960 a 1966. Curso Superior – Graduação – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com colação de grau em julho de 1981.

Mestrado – Pós-Graduação – Universidade Federal do Ceará (UFC) (Convênio com a Universidade Potiguar). Mestrado em Direito Público (área de concentração jurídico-constitucional). Dissertação pendente de apresentação.

Curso de Preparação de Oficiais da Reserva – 16º Regimento de Infantaria de fev./ dez, 1996.

Curso de Teologia – Seminário Teológico Batista do Norte de jan./67 a dez./68.

Curso de Organização de Arquivos de Empresas – Arquivo Nacional – 1977 – Rio de Janeiro/RJ.

Curso de Relações Públicas e Humanas e Psicologia – PRONOR – 1979 – São Paulo/SP.

CURSO DE PROCESSO CIVIL – IOB – SP – 1981 (Jan) – São Paulo/SP.

I CURSO DE ALTO NÍVEL SOBRE DIREITO PROCESSUAL CIVIL – Tribunal de Justiça – RN e Associação dos Magistrados – RN – 03.10 a 11.80 – Natal/RN.

II CURSO DE ALTO NÍVEL SOBRE DIREITO PROCESSUAL CIVIL – Tribunal de Justiça – RN – Associação dos Magistrados – RN – 11/14 mai/81 – Natal/RN.

CURSO DE TELECOMUNICAÇÕES PARA NÃO ENGENHEIROS – Centro de Treinamento da TELEBRÁS – 18 a 28 de outubro de 1982 – Recife/PE.

CURSO DE TREINAMENTO DE EXECUTIVOS DO SISTEMA TELEBRÁS – Centro Nacional de Treinamento da TELEBRÁS – Brasília/DF – 18.05.87 a 07.08.87.

CURSO DE TREINAMENTO PARA DIRIGENTES DO SENAR NA EUROPA – Centro Internacional de Formação

da OIT – Organização Internacional do Trabalho – Turim – Itália – Madrid – Espanha – maio/1996.

FORMACYON, NORMALIZACION Y CERTIFICACION DE COMPETÊNCIAS – Centro Internacional de Formação da OIT – Organização Internacional do Trabalho – Turim – Itália – Londres – Inglaterra – set./out., 1996.

Estágios:

CRUTAC/RN – Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – Setor: JURÍDICO – Carga Horária: 90 horas – Local: Santo Antonio/RN – Atividade: Prática Jurídica.

16º. REGIMENTO DE INFANTARIA – Setor: BÉLICO – TIRO E ARMAS PORTÁTEIS – Carga Horária: 40 horas – Local: Natal/RN – Atividades: Especialização em tiro e armas portáteis.

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES OFICIAIS DO GOVERNO DO PARANÁ – Setor: TRANSPORTES OFICIAIS – Carga Horária: 40 horas – Local: Curitiba/PR – Atividades: Sistema de transportes oficiais: Administração de frotas.

ESTÁGIO UNIVERSITÁRIO CÂMARA DOS DEPUTADOS – Atividades: Parlamentares – Carga Horária: 80 horas – Local: Brasília/DF.

ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA – UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Carga Horária: 315 horas.

VIDA FUNCIONAL:

ATIVIDADES EXERCIDAS:

J. OLIMPIO & CIA – Av. Rio Branco, 603 – Natal/RN
– Duração: 17.05.63 a 31.10.64 – Cargo: Chefe de Carteira de Faturamento.

CLOVIS COSTA IND. COM. S/A – Rua Almino Afonso, 86/88 – Natal/RN – Duração: 01.05.67 a 30.07.67 – Cargo: Chefe do Departamento de Vendas.

EXÉRCITO BRASILEIRO (2º. Tenente, convocado para Estágio de Serviço na Ativa por 04 anos, realizado na 5a. Companhia de Infantaria, em Campina Grande/PB) – Duração: 08.03.69 a 08.05.72

Cargos: Sub-comandante, Chefe de Pessoal – (S/1), Chefe de Instrução (S/3), Fiscal Administrativo (S/4), Oficial de Relações Públicas, Oficial de Manutenção e Transporte, Oficial de Comunicações, Inspetor de Tiro de Guerra, Tesoureiro do Centro Social e Instrutor das matérias: Guerra Revolucionária e Educação Moral e Cívica.

COMPANHIA TELEFÔNICA DO Rio Grande do Norte – TELERN – Duração: 01.06.72 a 29.08.72 – Cargo: Chefe de Seção de Compras.

SPRINGER ADMIRAL NATAL LTDA. – Av. Duque de Caxias, 59/61 – Duração: 13.03.73 a 03.10.73 – Cargo: Chefe de Escritório.

TELECOMUNICAÇÕES DO Rio Grande do Norte S/A – TELERN – Duração: 13.03.73 a 03.06.75 – Cargo: Chefe da Seção de Serviços Gerais.

TELUS-ADMIRAL – REFRIGERAÇÃO E ELETRÔNICA LTDA – Belém/PA – Duração: 04.06.75 a 31.01.76 – Cargo: Gerente da Filial.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO –
Natal/RN – Duração: 03.05.76 a 02.02.78 – Cargo: Subcoor-
denador da COMPASA – Coordenadoria de Material, Patrimônio
e Serviços Auxiliares.

OUTRAS ATIVIDADES FUNCIONAIS:

Presidente da Comissão que procedeu estudos, levanta-
mentos e implantação de novas rotinas e procedimentos na Sub-
coordenadoria de Pagamento de Pessoal do Estado – SUPAPE,
conforme Portaria nº 35, de 08.06.76, do Exmo. Sr. Secretário de
Estado da Administração.

Membro da Comissão para avaliação e alienação dos bens
móveis dos órgãos da Administração Direta do Estado, conforme
Portaria nº 49, de 20.07.76, do Exmo. Sr. Secretário de Estado
da Administração.

Elaboração do Plano de Trabalho para a implantação do
Projeto de Criação do ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL no
biênio 78/79.

Presidente da Comissão de Licitação para alienação de bens
da TELERN, Portaria nº 312/80.

Presidente da Comissão para criação de unidade funcional
na TELERN. Portaria nº 216/80.

Presidente da Comissão de Sindicância, Portaria nº 072/80.

Membro da Comissão de Licitação para alienação de bens
móveis da Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico-
-IDEC. Portaria nº 005/81.

Membro da Comissão Permanente de Licitação da TE-
LERN. Portaria nº 236/79.

Membro do Grupo de Trabalho para Elaboração do Plano de Classificação de Cargos e Salários e Plano de Carreira de Pessoal da TELERN – Portaria n.º 001/87 de 05.01.87.

Presidente da Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Natal – jan/1989 a abr/1990.

Chefe de Gabinete do Gabinete Civil da Prefeitura Municipal de Natal entre 01.01.89 a 01.04.90.

ATIVIDADES DOCENTES:

UNIVERSIDADE POTIGUAR – UNP.

Professor da cadeira “Estudo de Problemas Brasileiros” dos Cursos de Direito, Administração, Ciências Contábeis e Turismo.

Professor da cadeira “Introdução ao Estudo do Direito” – Curso de Direito.

Professor da cadeira “Direito Constitucional” – Curso de Direito.

FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DO Rio Grande do Norte – FARN, ATUAL CENTRO UNIVERSITÁRIO DO Rio Grande do Norte-UNI/RN.

Professor da disciplina “Introdução à Ciência do Direito I e II”.

Professor da disciplina DIREITO ELEITORAL.

Professor da disciplina TEORIA GERAL DO ESTADO.

II CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA SOBRE “O VOLUNTARIADO NO HOSPITAL DAS CLÍNICAS” – Promoção: UFRN – Pró-Reitoria de Extensão Universitária – Data: 20.06.80.

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE FROTAS – Promoção: Secretaria de Administração do Estado do Rio Grande do Norte – Coordenadoria de Recursos Humanos – Matérias: Gerência de Frotas Relações Humanas – Data: 13.08.79 a 24.08.79 e 19.05.80 a 30.05.80.

III CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA SOBRE VOLUNTARIADO NO HOSPITAL DAS CLÍNICAS – Promoção: UFRN – Pró-Reitoria de Extensão Universitária – Data: 16 a 25 de março de 1982 – Natal/RN.

CURSO DE TELECOMUNICAÇÕES PARA NÃO ENGENHEIROS – Promoção: TELEBRÁS – Data: maio de 1987 – Natal/RN.

PARTICIPAÇÃO EM CONFERÊNCIAS, CONGRESSOS E SEMINÁRIOS:

IV Conferência Teológica – Recife/PE – 1968.

Seminário de Desenvolvimento de Executivos do Setor Público – 1976 – PROFIED – Programa de Formação Integrada de Executivos para o Desenvolvimento – Fundação José Augusto – Natal/RN.

I Seminário Sobre Patrimônio e Transportes do Sistema TELEBRÁS – Centro Nacional de Treinamento da TELEBRÁS – 02/04 de junho de 1980 – Brasília/DF.

I Seminário Sobre Hermenêutica, Interpretação e Aplicação do Direito – Tribunal de Justiça e Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte – 21/24 de julho de 1980 – Natal/RN.

IV Encontro de Segurança e Medicina do Trabalho do Sistema TELEBRÁS – Centro Regional de Treinamento da TELEBRÁS – 23/25 de novembro de 1982 – Recife/PE.

I Fórum Nacional de Debates Sobre Política Brasileira Contemporânea – Promoção: UFRN – 04/06 de junho de 1981.

I ENCONTRO DE TRANSPORTES DO SISTEMA TELEBRÁS – Promoção: TELEBRÁS – Local: Belo Horizonte/MG – Data: 07 a 11.09.84.

III AGRINORDESTE – Promoção: CNA – FAEP – Local: Recife/PE – Data: 08 e 09.08.95.

TREINAMENTO DE DIRIGENTES DO SENAR NA EUROPA – Promoção: Organização Internacional do Trabalho – OIT – Local: Turim – Itália e Madrid – Espanha – Data: Maio de 1996.

TRABALHOS DE SUA AUTORIA:

“RUMOS PARA A JUVENTUDE NUM MUNDO EM CRISE” – (Conferência Pronunciada no Auditório da Faculdade de Direito de Campina Grande/PB, na I SEMANA DE CULTURA GERAL – nov./1969).

“LIBERDADE” – (Conferência Pronunciada na TV Borborema, Canal 9, de Campina Grande, no encerramento das solenidades da Semana da Pátria – 7 de setembro de 1971.

Orador da turma concluinte do Curso de Direito da UFRN, aula da Saudade – 09 de julho de 1981, no Auditório da Reitoria.

“POR UMA UNIVERSIDADE HUMANISTICA” – Discurso no ato de colação de grau única da UFRN, como representante de todas as turmas concluintes – 11 de julho de 1981.

“AVALIAÇÃO SOBRE O CONCEITO MODERNO DE ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO” – Trabalho apresentado ao Curso de Mestrado em Direito Público da Universidade Federal do Ceará – Julho de 1995.

Coletânea de artigos diversos publicados em jornais de Natal/RN, versando sobre temas jurídicos, religiosos, filosóficos e sociais.

ATIVIDADE PROFISSIONAL NOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS:

Empresa – TELECOMUNICAÇÕES DO Rio Grande do Norte S. A. – TELERN – Cargo/Função: Chefe do Departamento de Apoio Administrativo – Duração: 09.02.78 a 12.01.88.

Empresa – TELECOMUNICAÇÕES DO Rio Grande do Norte S. A. – TELERN – Cargo/Função: Assessor da Diretoria Administrativa – Assessor Jurídico – Duração: 13.01.88 a 03.10.88.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL – Cargo/Função: Chefe de Gabinete da Casa Civil – Presidente da Comissão Permanente de Licitações – Duração: 01.01.89 a 01.04.90.

GOVERNO DO Estado do Rio Grande do Norte – Cargo/Função: Secretário Chefe Adjunto do Gabinete Civil – Duração: 19.03.91 a 31.12.94.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL – SENAR – Cargo/Função: Superintendente Regional/RN – Duração: 01.02.95 a 20.03.97.

Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica da Universidade Potiguar – UnP e da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte – FARN.

Membro da Banca Examinadora do Concurso para provimento do cargo de Juiz de Direito do Estado do Rio Grande do Norte, como representante da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB.

Advogado militante no Foro de Natal, com Escritório na Avenida Rui Barbosa, 1091, Lagoa Nova, Natal RN.

Professor Universitário desde 1989.

Professor do Departamento de Direito da Universidade Potiguar UnP e da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte FARN, atual UNI/RN – CENTRO UNIVERSITÁRIO DO Rio Grande do Norte.

Professor das disciplinas “Introdução do Estudo do Direito”, “Instituições de Direito Público e Privado” e “Direito Constitucional I e II”.

Membro do Conselho Técnico da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte – FAPERN, como representante da Sociedade Civil, por ato da Governadora do Estado.

Juiz Titular (classe Jurista) do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Norte, nomeado pelo Presidente da República em 23.12.2005 (DOU, seção 2, p. 3) e empossado em 12 de janeiro de 2006.

Interventor Judicial do CENTRO DE EDUCAÇÃO INTEGRADA – CEI, por nomeação do Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Natal, de abril de 2008 a novembro de 2011.

Assessor Jurídico do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.

Chefe de Gabinete da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte.

Ouvidor Geral da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ATIVIDADE ATUAL), desde 01.09.2018



CADEIRA 32

PATRONO: KERGINALDO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

Patrono Kerginaldo Cavalcanti de Albuquerque nasceu em Natal/RN, aos 11 de janeiro de 1895 e faleceu no Rio de Janeiro/RJ, aos 24 de setembro de 1984. Foi um advogado, jornalista, escritor, empresário e político brasileiro com base eleitoral no Rio Grande do Norte. Filho de Pedro Cavalcanti de Albuquerque e Eulália Cavalcanti de Albuquerque. Estudou em Natal e formou-se em Direito na Universidade Federal do Ceará em 1919. Publicou em 1913 *Contos do Agreste* e o romance *Os Desaparecidos*, no ano seguinte foi oficial de gabinete do governador Joaquim Ferreira Chaves. Consultor-geral do estado, membro da seccional

cearense da Ordem dos Advogados do Brasil e do Instituto dos Advogados do Brasil, foi editor-chefe dos jornais A Notícia e A Imprensa em Natal, além de ter ocupado a inspetoria federal de ensino no Ateneu Norte-rio-grandense e atuou também como empresário.

Fez o Curso Secundário no Atheneu Norte-rio-grandense e o Curso Superior de Direito, em 1919, no RN, na Faculdade de Direito. Casou-se com Zilma Perdigão Cavalcanti de Albuquerque em Fortaleza/CE. Participou da campanha de Nilo Peçanha e J. J. Seabra (1923) que ficou conhecida como Reação Republicana. Foi Vice-Presidente Nacional do PSP; no Senado foi Líder do PSP, Quarto-secretário da Mesa e Membro das Comissões de Constituição e Justiça, Legislação Social e de Serviço Público, além de Membro da Comissão Especial de Consolidação das Leis do Trabalho. Foi Diretor e Redator da Gazeta de Notícias de Fortaleza/CE (1930 A 1933) e em Natal foi Redator-chefe de A Notícia e de A Imprensa. Foi Presidente da Associação de Imprensa do Ceará, membro da ABIE e da OAB/RN. Foi proprietário e Sócio Comanditário da Firma Ferreira Cavalcanti e Cia.

Após exercer o mandato de deputado estadual (1918-1920) e atuar como promotor público em Natal apoiou a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República em 1922, mas o eleito foi Artur Bernardes e exerceu o mandato de deputado federal (1933-1935) pelo Partido Social Nacionalista do Rio Grande do Norte, agremiação que fundara após a Revolução de 1930. Opositor de Getúlio Vargas votou contra o mesmo na eleição para o governo provisório após promulgada a Constituição de 1934 e permaneceu fora da política ao longo do Estado Novo. Com o fim do regime varguista, foi derrotado ao disputar uma cadeira de senador pelo PRP do Rio Grande do Norte em 1945, numa eleição vencida por Georgino Avelino (PSD) e Ferreira de Sousa (UDN).

Segundo a tese de Luis Beltrão, “Aposentadoria do jornalista, com salário integral, aos trinta anos de serviço”, para o VII Congresso de Jornalistas, em 1957, Kerginaldo iniciou o Projeto de Lei 3.158-57 do senado Federal, que dispõe sobre a aposentadoria dos jornalistas profissionais. Esse projeto é, atualmente, a Lei Ordinária 3529/1959.

Em 12 de dezembro de 1948 faleceu o senador João Câmara, fato que desencadeou a mais curiosa efetivação de suplente na história da República: segundo o jornalista Sebastião Nery, o Tribunal Superior Eleitoral barrou a posse do General Fernandes Dantas, suplente do falecido, alegando irregularidades na sua inscrição e em seu lugar foi efetivado Kerginaldo Cavalcanti, suplente de Juvenal Lamartine de Faria, candidato derrotado ao Senado em 1947 por decisão do primeiro secretário e presidente em exercício da Câmara Alta, Georgino Avelino. Apesar de ilegal o ato não foi contestado e Cavalcanti foi reeleito em 1950 pelo PSP. Foi empresário, funcionário público, advogado e jornalista. Como Parlamentar ficou conhecido como Kerginaldo Cavalcanti. Na vida política cumpriu os mandatos nos períodos a seguir mencionados:

Mandatos Deputado Estadual (1918 a 1920)

Deputado Federal (1934 a 1935)

Senador (1948 a 1951)

Senador (1951 a 1959)

Foi eleito pelo Partido Nacionalista do Rio Grande do Norte e Social Progressista (PSP) e oficial de Gabinete do Governador Ferreira Chaves.



CADEIRA 32

ACADÊMICO FUNDADOR: JOANILSON DE PAULA REGO

Acadêmico Joaquin de Paula Rego nasceu no dia primeiro de fevereiro de 1937, na cidade de Florânia, Seridó do Rio Grande do Norte. Filho de João Sérgio do Rêgo e Petronila de Paula Souza. Foi presidente da Ordem dos Advogados do Brasil de primeiro de janeiro de 2004 a 30 de maio de 2006. Durante esse período, realizou um trabalho focado no resgate da cidadania, consciente da importância da Ordem na participação da vida constitucional do país. Em 2005, realizou a Marcha Contra a Corrupção nas ruas da cidade de Natal/RN.

Fez o Curso Primário – 1944/1947 – no Grupo Escolar “Cel. Silvino Bezerra”, na cidade de Florânia/RN. O Curso Ginásial – 1948/1951 – no Colégio “Santo Antônio”- (Irmãos Maristas) –Natal/RN. O Curso Científico – 1952/1954 – 1ª Série: Colégio Santo Antônio (Irmãos Maristas) Natal/RN. 2ª e 3ª Séries: Colégio Estadual do ATHENEU Norte-rio-grandense – Natal/RN.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito de Alagoas, no período compreendido entre os anos de 1955/1959.

Possui Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu:

- Mestrado em Administração Pública, no Centro de Pós-Graduação da Escola Brasileira de Administração Pública, (EBAP), na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, no período compreendido entre 03 de março de 1969 a 30 de junho de 1970.

- Curso Superior de Guerra, na Escola Superior Guerra, “Turma Marechal Juarez Távora”, realizado na Urca, Rio de Janeiro, durante o ano de 1975.

Atividades ligadas ao Direito:

No Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte:

- Adjunto de Promotor das Comarcas de Canguaretama/RN e de São Paulo do Potengi/RN, nos períodos sucessivos de 05 de junho de 1957 a 03 de março de 1960.

- Promotor de Justiça da Parte Especial do Quadro Único do Estado, concursado e nomeado, inicialmente para a Comarca de Florânia/RN, em 17/11/1990, havendo sido promovido por merecimento para a Comarca de Currais Novos/RN, de 2ª Entrada, aonde exerceu por 08 anos as funções do cargo já citado, tendo, após este lapso de tempo, sido promovido, também por

merecimento, para a Comarca de Natal/RN, aonde ocupou o cargo de 8º Promotor de Justiça, havendo funcionado, por várias vezes, perante o Tribunal do Júri da Capital.

- Na condição de Promotor de Justiça, foi designado, por Portaria do então Procurador da República, Dr. Manoel Varela de Albuquerque, para substituí-lo, quando de férias ou impedimentos do mesmo, havendo, por isto mesmo, se investido nas funções de Procurador da República e Presidente do Conselho Penitenciário Estadual, durante os períodos correspondentes.

- Procurador de Justiça, no Ministério Público do Rio Grande do Norte.

- Integrou, por 02 vezes, sendo uma delas em 1º lugar, a lista tríplice para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.

- Advogado e ex-Presidente da OAB/RN, para o mandato de 2004/2006.

- Professor da Graduação e da Pós-Graduação, na UFRN.

- Medalha de Mérito Judiciário (TRT)

- Medalha do Mérito Dr. Miguel Seabra Fagundes.

Atividades ligadas ao Magistério Superior:

- Professor da Graduação e da Pós-Graduação, na UFRN.

- Professor na FARN.

Atividades ligadas à área governamental:

- Secretário de Estado sem Pasta para Assuntos Internos e de Justiça, do Estado do Rio Grande do Norte, a partir de 15.03.71, até 31.05.71.

- Secretário de Estado da Administração do Estado do Rio Grande do Norte, a partir de 1.06.71, até 08.08.74.

- Chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, a partir de 09 de agosto de 1974 a 31 de janeiro de 1975.

- Consultor Geral Adjunto, do Estado do Rio Grande do Norte.

Vida associativa:

- Sócio ativo e Ex-1º Secretário do Lyons Clube de Natal Reis Magos.

- Membro da SOAMAR/RN, havendo assumido o cargo de Presidente desta Associação, durante 04 mandatos, no Rio Grande do Norte e por 01 Mandato, em nível nacional, ou seja, SOAMAR-BRASIL.

- Membro da ADESG nacional.

Ex-Presidente do Conselho Deliberativo da Associação de Defesa do Consumidor, no Rio Grande do Norte.

- Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Rio Grande do Norte.

- Sócio do ABC Futebol Clube, do AMÉRICA Futebol Clube, do Jiqui Country Clube, do Pâmpano Esporte Clube, do Jockey Clube do Rio Grande do Norte e do Aeroclube.

- Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

- Ex-Vereador à Câmara Municipal de Natal pelo Partido Social Democrata Cristão PSDC. 2018 a 2019.

- Paraninfo das Turmas concluintes do Colégio Técnico de Administração, 1971; do Ginásio Estadual de Florânia, 1972; da Turma

de Tecnolandos, da Escola Teônia Amaral, de 1º e 2º Gráus, do município de Florânia, 1980; da Turma de Bacharéis em Administração da UFRN, nos anos de 1975 e 1994; Patrono dos Concluintes de Administração, Turma “Delmiro Gouveia”, 1980, da UFRN.

- Diploma de “Amigo da Marinha” 05.10.79; Medalha de Mérito Tamandaré 24.10.88; Ordem do Mérito Naval, 199 e Diploma do Mérito “Machado de Assis”, pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil.

- Agraciado com a Comenda Oficial do Tribunal Regional do Trabalho 21ª Região, em 28 de julho de 2003.

- Agraciado com a Comenda Grande Oficial do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, em junho de 2012.

- Medalha do Mérito Dr. Miguel Seabra Fagundes.

- Ex-Vereador à Câmara Municipal de Natal.

- Presidente do Partido Social Democrata Cristão (PSDC) de 2007 a 2020.

- Candidato a Senador da República e a Prefeito de Natal.

- Palestras, conferências.

- Participação em Mesas Examinadoras em Concursos para ocupantes de vários cargos públicos de nível superior e de professores da UFRN.

Trabalhos publicados:

- “Reforma Administrativa: Mito ou Realidade?” – publicado nos Anais da IV Reunião da ANPAD. “SOAMAR, PÁTRIA E MAR” – Discursos – Ed. Mossoroense.

Cortez Pereira: O homem, o tribuno, o político.



CADEIRA 33

PATRONO: CARLOS ANTÔNIO VARELA
BARCA

Patrono Carlos Antônio Varela Barca, nasceu em 26 de março de 1935, em Natal/RN. Filho de Nelson Varela Barca e Maria Leonor de Viveiros Varela, formou-se na Universidade Federal do Rio Grande do Norte em 1960. Presidiu a OAB/RN de primeiro de fevereiro de 1979 a primeiro de fevereiro de 1981. Seu mandato foi marcado pelos avanços alcançados pelos movimentos populares em favor da anistia.

A gestão do advogado Carlos Antônio Varela Barca é a que merece maior destaque, haja vista que se desdobrou entre os anos de 1979 e 1981. Na presidência de Varela Barca, a OAB/RN se

consolida como espaço da memória e da história da redemocratização, por ser sede do Comitê Norte-rio-grandense de Anistia, congregando não apenas advogados, mas, sobretudo, parentes dos presos e perseguidos políticos.

Varela Barca, de certa forma, foi incorporado à própria memória da instituição, como é perceptível na narrativa de Traços e perfis da OAB/RN, tornando-se um grande personagem na luta pela reabertura política e sendo homenageado com seu nome colocado em auditórios, salas, tribunal, escolas, dentre outros.

As ações de redemocratização não paralisam apenas nesse período, mas também na gestão posterior do advogado Roberto Brandão Furtado, que ganhou ênfase na luta pelos Direitos Humanos, com a criação de uma comissão. Roberto Furtado ainda teve atuação nas administrações anteriores a dele, assumindo cargos de direção junto à seccional potiguar. O referido advogado também foi um dos responsáveis na criação do Comitê Norte-rio-grandense de Anistia. Nos anos até 1988, observa-se na obra uma preocupação do autor em enfatizar o trabalho junto à comissão de direitos humanos, assim como a ênfase na defesa do profissional advogado. A sistematização por meio da escrita da memória de seus membros possibilita a criação de lugares de memória que permitem não somente o fazer lembrar-se de maneira artificial, mas também a construção de uma pretensa história.



CADEIRA 33

ACADÊMICO FUNDADOR: ROBERTO BRANDÃO FURTADO

Acadêmico Roberto Brandão Furtado, nasceu em 2 de junho de 1933 em Natal/RN, sendo filho do advogado, juiz e Desembargador João Maria Furtado e de Jacyra Brandão Furtado. Coursou o ginásio no Colégio Estadual do Atheneu Norte-rio-grandense, tendo sido Presidente do Centro Estudantil Potiguar, em 1948.

Ingressou na Faculdade de Direito de Alagoas em 1951, sendo Presidente do Centro Acadêmico de Direito e, ainda no primeiro ano de faculdade, fez concurso para provisionado. Sendo aprovado, inscreveu-se na OAB. Formou-se no ano de 1955 e

em 1960 exerceu o cargo de procurador fiscal do Estado do Rio Grande do Norte.

Foi Promotor de Justiça da Comarca de Macaíba/RN. Em 1961 foi aprovado em primeiro lugar no concurso para Juiz de Direito, tendo sido nomeado para a Comarca de Umarizal. Por opção pela advocacia, não tomou posse. Exerceu o cargo de procurador da Prefeitura de Natal (1963) e a partir de 1964 – período da ditadura militar –, advogou para mais de cem presos políticos de seu Estado.

Roberto Brandão Furtado fundou o MDB no Estado em 1965, e elegeu-se deputado estadual em 1966, 1974 e 1978 (já PMDB). Em 1980 foi eleito Presidente da Seccional da OAB potiguar, tendo exercido posteriormente o cargo de conselheiro federal da entidade por mais de 15 anos. O advogado potiguar criou na OAB/RN a Comissão de Direitos Humanos e presidiu, ainda, o Comitê de Anistia e o Comitê Pró-constituente no Rio Grande do Norte.

Foi vice-prefeito de Natal (1985); chefe da Casa Civil da Prefeitura de Natal; secretário de Negócios Jurídicos e das Finanças de Natal, secretário de Estado de Segurança Pública (1995); e secretário de Administração Pública (1996), cargo que exerceu até o fim de 1998.

Membro da Academia Ceará-mirinense de Letras e Arte.

Autor do livro *Djalma Maranhão – Memórias de um Secretário*, em 2019, pela Offset Gráfica.



CADEIRA 34

PATRONO: RAIMUNDO SOARES

Patrono Raimundo Soares de Souza, advogado que diante da sua importância para Mossoró/RN, a subseção da OAB no município prestou homenagem pela passagem do centenário dele, que foi um dos seus fundadores. Nascido em Caraúbas/RN, foi em Mossoró/RN que fez carreira profissional e foi prestigiado prefeito, entre os anos de 1963 e 1968. Dos feitos, seu nome consta na fundação da Universidade Regional do Rio Grande do Norte, atualmente UERN, e na ESAM, hoje UFRSA, criada pelo Decreto nº 3/67, atendendo pedido do então presidente do INDA, Dix-huit Rosado, que conveniou com a Prefeitura de Mossoró a totalidade dos recursos necessários para a implantação da ESAM.

Em 1965, o então governador Aluizio Alves convidou Raimundo Soares para sucedê-lo no comando do estado, apesar de filiados a partidos adversários. Convite aceito, convenção partidária marcada, a capital-potengi repleta de faixas e cartazes em homenagem ao “Sucessor de Aluizio”, eis que Raimundo Soares, em meio às pressões dos que o indicaram para prefeito de Mossoró, decidiu pela sua paz. Foi para o Rio de Janeiro e de lá enviou um telegrama a Aluizio Alves informando da renúncia à sua designação para governar o RN. No impacto de última hora, Aluizio convida o Monsenhor Walfredo Gurgel.

Foi em 1946 que Raimundo Soares instalou seu escritório de advocacia em Mossoró, segundo o centro de documentação da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A partir de 1954 ingressou na carreira política, eleito suplente de deputado estadual no RN pela então Aliança Democrata Cristã, constituída pela UDN e o Partido Democrata Cristão (PDC). Raimundo Soares era conhecido por seu imenso conhecimento intelectual, suas tiradas finas, cantorias, inclusive em italiano, e fantástico bom-humor. O bom-humor característico de toda sua família, que o digam os amigos dos filhos Wernher e Silvério Soares – este não perde oportunidade de soltar seu vozeirão em canções italianas preferidas do pai.

Conta a lenda que em plena acirrada campanha para prefeito de Mossoró, ele candidato, eis que ele chega com correligionários à sua casa e lá estava a cena que marcou história: sua esposa Iolanda balançava a rede para um dos filhos dormir cantando a música de campanha do adversário.



CADEIRA 34

ACADÊMICO FUNDADOR: LUIZ ANTÔNIO MARINHO DA SILVA

Acadêmico Luiz Antônio Marinho nasceu em Sertãozinho, município encravado entre Pirpirituba, Guarabira e Duas Estradas, no interior da Paraíba. Aos três anos de idade veio morar em Natal e antes de se tornar Procurador de Estado percorreu um grande caminho de vida. “Vivi minha infância e adolescência no bairro das Quintas. Cresci sob as bênçãos e olhares severos do Pe. Thiago, então pároco da Igreja da Nossa Senhora do Perpétuo Socorro”.

Antes de se formar em Direito, cursou jornalismo. Foi também estagiário do curso técnico de assistente de administração no

Instituto de Previdência do Estado; Técnico Especializado “D”; Chefe do setor de seguros imobiliários do IPE; Técnico Especializado “A”; Assessor Jurídico do Estado; Procurador do Estado; Chefe da Procuradoria Fiscal; Chefe da Procuradoria do Contencioso; Assessor Técnico de Gabinete do Procurador-Geral; Procurador-Geral Adjunto nos últimos sete anos e, agora, Procurador-Geral.

Procurador Geral do Estado empossado, o Procurador Luiz Antônio Marinho da Silva definiu, logo em seu discurso de posse, as metas que pretende viabilizar durante sua gestão à frente do principal cargo da PGE.

A primeira meta enumerada foi a definição de uma área para a construção da nova sede e a elaboração do projeto arquitetônico da Procuradoria Geral, anseio de todos os Procuradores do Estado diante da situação de aperto e desconforto pela qual passam no dia a dia de trabalho no atual prédio da PGE, na Avenida Afonso Pena, no Tirol. Além da construção da nova sede, o Procurador Geral listou como itens primordiais de sua gestão os seguintes temas:

- Atualização da lei orgânica a fim de torná-la consistente com as novas demandas que se lhe apresentem;
- Revisão do projeto lei que cria o plano de cargos, carreiras e salários;
- Continuação e a conclusão do procedimento licitatório destinado à realização do concurso público para o provimento de cargos de Procurador do Estado;
- Oferecimento de cursos de pós-graduação com o custeio do Fundo de Reparelhamento e Aperfeiçoamento Funcional.

Segundo Luiz Antônio Marinho, outras metas e projetos poderão ser agregados em conversações com a categoria. “Para tanto, reputo fundamental a interlocução da combativa Associação dos Procuradores do Estado (ASPERN) presidida com maestria pela colega Íris de Carvalho. Confio que os colegas continuarão engajados no processo contínuo de melhoria das condições de trabalho. Sei que farão sugestões e críticas para a correção de rumos. Estimularei o debate na busca de soluções compartilhadas”.



CADEIRA 35

PATRONO: OTTO DE BRITO GUERRA

Patrono Otto de Brito Guerra nasceu em Mossoró/RN, aos 2 de julho de 1912 e faleceu em Natal/RN, aos 16 de março de 1996. Foi um político e advogado brasileiro, formado pela Faculdade de Direito de Recife. Era filho do Magistrado Felipe Neri de Brito Guerra e de Maria Gurgel de Brito Guerra, de tradicional família de juristas no Estado. Entre 1926 e 1929, estudou no Atheneu Norte-rio-grandense, em Natal/RN, onde conclui o curso secundário. Nesta instituição, foi aluno da primeira turma de Luís da Câmara Cascudo, que o influenciou a aderir ao integralismo potiguar, contudo, essa adesão foi breve e o próprio Otto a definiu como sendo um namorico.

Em 1930, ingressou na Faculdade de Direito do Recife. Concluiu o curso em dezembro de 1933. Com aproximadamente vinte anos de idade, entre 1933 e 1935, foi Chefe de Gabinete e Secretário do Interventor Mário Câmara. Ainda em 1935, tornou-se o 2º Promotor Público de Natal, cargo que exerceu até 1939. Nos anos posteriores foi nomeado Delegado Seccional do Serviço Nacional de Recenseamento, Consultor Jurídico e Diretor do Departamento das Municipalidades, Diretor do Departamento Estadual de Reeducação e Assistência Social, Chefe da Seção de Assistência Judiciária da LBA. Por fim, tornou-se Superintendente da LBA do Rio Grande do Norte (1945).

Em 1948, ascendeu ao cargo de Procurador e Advogado da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Norte. Anos depois, em 1951, tornou-se Procurador Geral do Estado durante os primeiros meses do ano, no Governo de Dix-sept Rosado.

Atuante na campanha pela criação de cursos universitários em Natal, foi um dos fundadores da Escola de Serviço Social do Natal, da Faculdade de Direito de Natal (Curso de Direito da UFRN) e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sendo o 1º vice-reitor da Instituição. Lecionou na Escola de Serviço Social, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal, na Escola de Sociologia e Política da FJA e na Faculdade de Direito da UFRN, juntamente com Floriano Cavalcanti de Albuquerque e Manoel Varela de Albuquerque.

Fez parte da Academia Norte-rio-grandense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte; foi um dos fundadores da Academia Norte-rio-grandense de Ciências; da Associação de Apoio as Comunidades do Campo do Rio Grande do Norte – AACCC; membro do Conselho Diretor da Fundação Paz na Terra; fez parte da Comissão sobre Direito das Crianças; Adolescentes e Deficientes da OAB/RN e do Conselho Estadual de Cultura.

Como jornalista foi um dos primeiros diretores do Jornal A Ordem. AAtuou também no jornal A República, Tribuna do Norte e no Diário de Natal. Na política, concorreu ao Senado Federal, mas foi derrotado por Dinarte Mariz.

Já como ativista político, por um breve período foi adepto do Integralismo, chegando a participar da Ação Integralista Brasileira (AIB), em seu núcleo provincial do RN, no período de 1933 a 1938. Tendo como companheiros no Integralismo pessoas como Câmara Cascudo e outros intelectuais que aderiram ao que, na época, foi uma espécie de modismo.

Em dezembro de 1954, tornou-se Professor de Direito Civil (Direito de Família e Sucessões) da UFRN, participando da primeira composição do Corpo Docente da Faculdade de Direito de Natal (também conhecida como Faculdade da Ribeira). Entre os anos 1956 e 1958, foi Vice-Diretor da Faculdade de Direito de Natal. E em 1962 foi Diretor da mesma Faculdade.

Durante o Regime Militar, atuou como advogado de presos políticos. Por essa razão, foi reconhecido pela Ordem dos Advogados do Brasil como importante defensor dos direitos humanos em várias homenagens póstumas.

Na administração universitária é reconhecido como um dos maiores entusiastas e colaboradores para a consolidação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Além de Diretor da Faculdade de Direito, foi Vice-Reitor e assumiu como Reitor da Universidade em diferentes ocasiões, por aliança com Onofre Lopes.

Um homem sereno e ponderado, mas de personalidade ativa e empreendedora. O mossoroense Otto de Brito Guerra escreveu, administrou e advogou em favor do progresso potiguar. Os feitos do professor, advogado, escritor e jornalista serão lembrados com discursos e o lançamento da segunda edição do livro

Memória Viva de Otto Guerra, organizada por Tarcísio Gurgel. O encontro lançamento foi às 17h, no auditório da reitoria da UFRN – instituição que Otto ajudou a fundar.

A nova edição vem mais rica que a anterior lançada no começo dos anos 80. Além da transcrição da entrevista de Otto no programa *Memória Viva*, de 1982, o livro conta com apresentação da reitora Ângela Paiva Cruz, uma minibiografia, pesquisa sobre a produção jornalística do homenageado (feita por Tereza Aranha), cronologia (por Gildete Moura), iconografia, e testemunho do advogado e professor Marcos Guerra, um dos 13 filhos de Otto. “A primeira edição era um texto em meio a vários outros. Este é focado em Otto”, ressalta Tarcísio. Há muita história para contar. “Otto foi um homem de personalidade múltipla. Bacharelou-se em direito em Recife, advogou em Natal, mas não abriu mão de fazer jornalismo. Escrevia sobre os problemas da seca e também sobre assuntos da igreja católica. Foi vice-reitor da Universidade do Rio Grande do Norte ao lado de Onofre Lopes, e atuou decisivamente na consolidação da UFRN. Impressionante como ele fez tudo isso e ainda conseguiu criar 13 filhos”, brinca.

Tarcísio ressalta que a postura equilibrada e serena de Otto Guerra foi fundamental para que a consolidação da UFRN fosse conduzida com sucesso. “O Onofre Lopes era conhecido por ser o mais impetuoso. A personalidade ponderada de Otto, que estava sempre na retaguarda, foi essencial na boa formação da nossa universidade federal”, explica.

Enquanto jornalista, Otto Guerra escrevia preferencialmente sobre os problemas do homem sertanejo às voltas com a seca. Seu pai, Felipe Guerra, foi um dos maiores estudiosos do assunto. “Ele via o jornalismo como uma forma de combater essa situação, daí ter tanto carinho com a profissão”, diz. Na política, Tarcísio Gurgel conta que Otto teve um “namorico” com o integralismo – moda entre intelectuais da época, como Cascudo e

Walfredo Gurgel. Mais adiante, se candidatou a senador, concorrendo com Dinarte Mariz e Georgino Avelino; foi derrotado, mas teve uma votação expressiva.

Para Marcos Guerra, filho de Otto, o legado de seu pai é amplo. “Costumo perguntar o quanto seriam diferentes algumas instituições nossas sem a participação dele”, afirma. Otto criou as faculdades de serviço social e filosofia – que se desdobrou nas faculdades de letras e jornalismo.

Otto Guerra dedicou grande parte da sua vida à leitura e à escrita. Amava os livros, mas, com certeza, nunca os embalou em berços antigos, até porque, com uma prole de 13 filhos, tinha sempre uma criança por perto para cuidar. Seu amor aos livros era invulgar, próprio das pessoas que optam pelos valores do espírito, não obstante as pressões de um mundo dominado por forças opostas, que tentam limitar e aprisionar a alma humana. Na minha lembrança, guardo a figura do Dr. Otto quase sempre com um livro nas mãos, explica, Tarcísio. Seu acervo particular, com 18.000 volumes, no qual avultam obras de sociologia, da doutrina cristã e dos direitos humanos, escolhidas por quem muito prezava o saber, a cultura e as demandas por novas ideias, bem representa o perfil intelectual e humano do Professor Otto de Brito Guerra.



CADEIRA 35

ACADÊMICO FUNDADOR: LUCIANO ALVES DA NÓBREGA

Acadêmico Luciano Alves da Nóbrega era natural de Caicó/ARN, nasceu em 07 de maio de 1931, sendo filho de Pedro Gorgonio da Nobrega e Maria Edith da Nobrega. Advogado inscrito na Seccional Potiguar em 05/04/1961.

Procurador do Estado do Rio Grande do Norte aposentado, culto, inteligente, educado, ponderado, discreto, solidário, firme de posição. Foi sempre um entusiasta e um colaborador incondicional das lutas travadas em defesa dos interesses da categoria. Jurista, historiador, professor universitário. Conviveu sempre com as letras e com a lealdade aos amigos e à sua instituição.

Secretário de Estado da Educação, emprestou ao Rio Grande do Norte a integralidade da sua inteligência e capacidade de aglutinar talentos, disseminando o saber como instrumento de planificação da dignidade humana e da cidadania.

Aposentado dos quadros da Procuradoria Geral do Estado, mesmo assim esteve presente em todos os momentos vitais da carreira e da instituição, convocado ou voluntariamente. Sem chilikues, frescuras ou crises de genialidade duvidosa. Foi sempre conciliador e convergente, sem renunciar as suas ponderadas e racionais ideias. Amante da filosofia, avaliando velhas questões do “ser” e do “existir”; ou mesmo a visão pascalina da “finitude” e da “infinitude” das coisas e dos seres.

Por concordar com Guimarães Rosas, para quem “o ser humano não morre; fica encantado. Luciano era Rotaryano e sempre ajudou o velho sonho de uma Procuradoria Geral do Estado forte, coesa e plena.

Luciano Alves da Nóbrega era um homem reconhecidamente íntegro e iluminado, tendo sido sócio de inúmeras instituições culturais do Rio Grande do Norte, como o Instituto Histórico e Geográfico – IHGRN, o Instituto Norte-rio-grandense de Genealogia – INRG, a União Brasileira de Escritores – UBE/RN e o Rotary Club Natal Sul.

Faleceu em Natal/RN, aos 31 de janeiro de 2013, na Casa de Saúde São Lucas e foi sepultado em Natal/RN. Nietzsche sentenciou que poucos vivem, a maioria apenas existe. Luciano Alves da Nóbrega viveu como poucos. Não podemos decidir como ou quando vamos morrer, mas podemos escolher como vamos viver. Luciano Alves da Nóbrega fez sempre as escolhas certas, seguiu sempre o caminho da retidão, da lealdade, da humildade.



CADEIRA 35

ACADÊMICO E PRIMEIRO SUCESSOR: ANTENOR PEREIRA MADRUGA FILHO

Acadêmico Antenor Pereira Madruga Filho, nascido em Natal/RN, em 18 de outubro de 1969, filho de Antenor Pereira Madruga e Maria Zélia Viana Madruga, casado com Thaís Guilhaermina da Costa Rose Madruga, pais de Henrique e Natália.

Graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) na turma de 1990, onde depois, em 1993, foi aprovado em concurso público de provas e títulos para o cargo de Professor de Direito Comercial no Curso de Direito.

Posteriormente, tornou-se especialista em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-

-SP), em 1994, e Doutor em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo (USP) no ano 2000.

Aprovado no primeiro concurso público para Advogado da União, atuou na Advocacia Geral da União (AGU) entre 1996 e 2007. Ocupou diversas posições, incluindo Consultor da União para Assuntos Internacionais, Procurador-Geral Adjunto da União e Procurador Regional da União da 1ª Região, tendo sido o primeiro Diretor da Escola da AGU. No Governo Federal, também serviu como Diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional (DRCI) do Ministério da Justiça, Conselheiro do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e Secretário Nacional de Justiça. Foi o primeiro coordenador da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA). Sua experiência internacional inclui a liderança em negociações de tratados de assistência mútua judiciária em matéria penal com Alemanha, Espanha e China e participação nas delegações que negociaram acordos semelhantes com o Reino Unido, Suíça e Bahamas.

Também atuou como Presidente do Grupo de Peritos em Cooperação Internacional, Vice-Presidente da Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional e Consultor do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC).

Entre outras atuações no Exterior, foi convidado como especialista pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC) e pelo International Institute of Higher Studies in Criminal Sciences (ISISC) para participar do grupo de peritos responsável por revisar as leis-modelo das Nações Unidas sobre extradição e assistência jurídica mútua.

Representou o Ministério da Justiça em reuniões do Grupo de Ação Financeira Internacional contra a Lavagem de Dinheiro (GAFI) e do Grupo de Ação Financeira para a América do Sul (GAFISUD) entre 2004 e 2006.

Ao longo de sua carreira, ele participou de várias outras reuniões bilaterais e multilaterais como representante do governo brasileiro, de 1998 a 2007.

Em 2008, voltou à iniciativa privada, tornando-se sócio do escritório Barbosa, Mussnich & Aragão (BMA), em Brasília. Atuou nas áreas de Penal Empresarial, Internacional, Recuperação de Ativos e Ética Corporativa.

Posteriormente, em 2013, fundou o escritório Feldens Madruga Advogados, atualmente Madruga BTW, com sedes em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. Entre 2009 e 2012, foi membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). É também membro da The International Academy of Financial Crime Litigators. Além de advogado, é Presidente do Conselho da Zela Consulting; Conselheiro Independente do Conselho de Autorregulação Bancária da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN); Conselheiro Consultivo do Instituto de Combustível Legal (ICL) formado pelas principais empresas representativas do setor de distribuição de combustíveis e petroquímica; Vice-Presidente do Instituto de Cooperação Jurídica Internacional – ICJI, com sede em Lisboa; e fundador do Instituto de Cooperação Jurídica Brasil-Itália.

No âmbito acadêmico, foi professor da UFRN, do Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores, do Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília e do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Desde 2008 é palestrante do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra (ESG). Participa ativamente

de bancas de dissertação de mestrado e doutorado na área do Direito. Foi pesquisador visitante no International Institute for Unification of Private Law – UNIDROIT, em Roma, e fez Pós-doutorado no Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht, em Hamburgo. Autor de diversas obras, entre as quais *A Renúncia à Imunidade de Jurisdição pelo Estado Brasileiro* e *o Novo Direito das Imunidades de Jurisdição*, e co-autor de várias outras, tais como *The Anti-Bribery and Anti-Corruption Review: Brazil, Country-Specific Possibilities for Asset Tracing & Recovery: Brazil*, *O Supremo Tribunal Federal e a Compreensão da Imunidade dos Estados Estrangeiros à Jurisdição Executória: Necessidade de Nova Reflexão*, *Expectations of Developing Economies: A View from the Americas*, *Um olhar internacionalista sobre a jurisdição*, e *A Convenção Interamericana sobre Procuração Internacional*.

Recebeu as seguintes condecorações: Grã-Cruz da Ordem do Mérito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Comendador da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, Tribunal Superior do Trabalho; Medalha do Pacificador, Comando do Exército; Oficial da Ordem do Mérito Militar, Comando do Exército; Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico, Comando da Aeronáutica; Oficial da Ordem do Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores; Distinção da Ordem do Ministério Público Militar; e Oficial da Ordem São José Operário do Mérito Judiciário do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região.

Em atividades de filantropia, contribui para projetos culturais e educacionais como o Projeto Aldo Parisot, da Escola de Música da UFRN e o fundo Sempre Sanfran, da Faculdade de Direito da USP.



CADEIRA 36

PATRONO: PAULO PINHEIRO DE VIVEIROS

Patrono Paulo Pinheiro de Viveiros nasceu em Natal/RN, no dia 18 de julho de 1908, e faleceu na mesma cidade, no dia 11 de dezembro de 1979, aos 71 anos. Filho de Pedro de Alcântara Viveiros e Cecília Pinheiro de Viveiros, foi advogado, jornalista e professor de direito romano na Faculdade de Direito de Natal, formado pela Faculdade de Direito do Recife/PE, na turma de 1926, curso concluído em 16 de dezembro de 1930.

Paulo, após conclusão do curso, foi o primeiro diretor da faculdade de Direito de Natal, haja visto ter sido o verdadeiro

impulsionador das atividades de nossa Faculdade de Direito de Natal.

Foi presidente do Conselho de Cultura do Estado de 18/12/1962 a 12/02/1966 e dá nome a uma escola estadual na Rua do Pastoril, s/n, no bairro Lagoa Azul, na zona norte de Natal. Foi o 4º Presidente da ANRL – de 24 de março a 26 de dezembro de 1949 e posteriormente o 7º Presidente da ANRL – de 22 de fevereiro de 1951 a 13 de janeiro de 1955. Paulo Viveiros foi o fundador e primeiro ocupante da cadeira 28 Período na ANRL: de 1943 a 1979 (36 anos).

Em 1º de maio de 1948 no salão do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, graças a hospitalidade de Nestor Lima. Sob a Presidência de Paulo Pinheiro de Viveiros, ocorreu a aula inicial sobre a função e técnica das Universidades Populares, programa da qual se inaugurava. Falou Paulo e dois estudantes de Direito, membros na Missão Universitária do Recife que vieram assistir à instalação. Aulas eram ministradas nas quartas-feiras sob a presidência de um dos conselheiros, Paulo, Waldermar de Almeida, Luís Veiga ou Sérgio Severo de Albuquerque Maranhão.

Antes de se dedicar à advocacia, Paulo Pinheiro de Viveiros foi jornalista, repórter por algum tempo do Diário de Pernambuco e do Jornal do Commercio, de Recife, e das agências de notícias United Press (americana) e Reuters (inglesa). Foi aí que cobriu os primeiros instantes da aviação no Rio Grande do Norte. Depois, na década de 30, entrou na política, foi chefe do Gabinete do Governador Rafael Fernandes (1935), suplente de deputado estadual, atuando no fórum como advogado.

A OAB/RN tem como data oficial de fundação a 10ª reunião do Conselho Seccional, realizada às 19 horas do dia 22 de outubro de 1932, ratificada pelo Conselho Federal, tendo sido

composta a sua primeira diretoria da seguinte forma: Presidente – Dr. Francisco Ivo Cavalcanti; 1º Secretário – Dr. Paulo Pinheiro de Viveiros; Tesoureiro – Dr. Manoel Varella de Albuquerque; Vogais – Dr. Pedro d’Alcântara Mattos, que substituiu Dr. Hemetério Fernandes Raposo de Mello, que foi eleito conselheiro com a maior votação, mas não tomou posse em razão do seu falecimento no dia 30 de agosto, fato ocorrido em uma Segunda Assembleia dos Advogados em 14 de novembro de 1932 e, por sua vez, substituído em seguida pelo Dr. Alberto Roselli, depois por Phelippe Nery de Brito Guerra e Vicente Farache Netto, tendo como conselheiro representante junto ao Conselho Federal o advogado João de Brito Dantas.

Mais tarde seria Juiz Eleitoral, um dos fundadores da Faculdade de Direito, seu diretor, e imortal da Academia Norte-rio-grandense de Letras.

Titular da cadeira nº 28, foi o 4º Presidente da Academia de Letras Norte-rio-grandense no período de 24 de março de 1949 a 26 de dezembro de 1949.

Considerado um dos melhores papos do Rio Grande do Norte. Das esquinas da Ribeira aos salões mais fechados da aldeia. Sabia de tudo ou quase. Veríssimo de Melo em seu livro *Patronos e Acadêmicos* (Academia Norte-rio-grandense de Letras, Antologia e Biografia), traça o perfil de Paulo de Viveiros, de onde destaco esta passagem: "É homem dinâmico, inquieto, perguntador, gostando de um papo na Av. Tavares de Lira, tomando cafezinho e filando cigarro dos amigos, procurando saber a última notícia ou o último boato... À noite, entretanto, é homem da sua casa e dos seus livros".

Paulo de Viveiros publicou em 1974 o livro *História da Aviação no Rio Grande do Norte*, com o selo da Editora Universitária, da UFRN, prefácio de Américo de Oliveira Costa e capa

de Newton Navarro. Em 2008 saiu uma segunda edição também pela Editora da UFRN. O livro conta a história da aviação no Rio Grande do Norte desde Augusto Severo até fim da Segunda Guerra Mundial.

As fotografias incorporadas no seu livro *História da Aviação do Rio Grande do Norte*, constam, em parte, dos seus próprios arquivos da época, quando servia, como repórter para o Diário de Pernambuco, U.P. e Reuters.

Outra parte lhe foi ofertada pelo seu amigo Fernando Gomes Pedrosa.

Outras fotos lhe foram dadas pelo seu amigo Professor Tarcísio Medeiros que as obteve dos preciosos arquivos do Doutor Alberto Rozeli, na época em poder do professor Ulisses de Goes.

O livro tem 33 fotos. Nenhuma delas identifica o autor, exceção de uma, a que ilustra o capítulo “Os ratos cinzentos”, na página 110 da edição original de 1974. No rés da foto aparece um pedaço de um carimbo onde se lê “Alves de Mello”. É de 1938, registrando a passagem por Natal do avião italiano Moscatelli. Entre os passageiros desse voo estava um filho de Benedito Mussolini.

Há fotos também do lendário piloto Jean Mermoz, dele e de seus aviões. Sua primeira travessia Senegal/Natal, 22 horas de voo, aconteceu entre os dias 12 e 13 de maio de 1930. Seu Laté-28 amerissou nas águas do Potengi. Mermoz desceu várias vezes em Natal nas tantas travessias entre a América do Sul e a África. Numa outra foto ele aparece de calção, corpo de Tarzan, fazendo pose sobre uma pedra, numa das praias daqui. O rapaz tinha quase 2 metros de altura. A leitura do livro de Paulo Viveiros é fundamental para se saber de Natal naquelas décadas de 20, 30 e 40. Como, por exemplo, o Aeroclube, fundado em 1928, pelo governador Juvenal Lamartine de Faria, também seu primeiro presidente.

Além deste livro também publicou:

- Em 1940 – Oração pela paz (plaquete) – recebeu do Papa Pio XII benção apostólica especial.
- Em 1969 – Presença de Roma em Natal (plaquete).
- Em 1977 – Onde as idades se encontram (plaquete).
- Em 2008 – Memórias do tempo (discursos).
- E São Gonçalo do Potengi e o sertanista Costa Pinheiro Exaltação à República (plaquete).



CADEIRA 36

ACADÊMICA FUNDADORA: ESTEFÂNIA FERREIRA DE SOUZA VIVEIROS

Acadêmica Estefânia Ferreira de Souza Viveiros é Advogada formada pela Universidade de Brasília – UnB.

Doutora em Direito Processual Civil pela PUC/SP, Mestra em Direito Processual Civil pela Universidade Mackenzie/SP.

Professora de Direito Processual Civil no UniCEUB e em pós-graduação.

Foi assessora jurídica da Procuradoria da União no Distrito Federal e assessora de Ministro no Superior Tribunal de Justiça – STJ.

Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBEP, Membro do Instituto dos Advogados do Distrito Federal – IADF, Membro da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica – ABMCJ.

Primeira mulher e a mais jovem Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Distrito Federal, em 2004/2006 e 2007/2009.

Ex-Presidente da Comissão Especial de Estudo do Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil do Conselho Federal da OAB (2013/2016).

Autora do livro *Os limites do juiz para correção do erro material* e de diversos artigos jurídicos.

Presidente da Comissão Especial de Análise da Regulamentação do Novo Código de Processo Civil do Conselho Federal da OAB, Portaria N.º 19/2016, de 7 de abril de 2016.



CADEIRA 37

PATRONO: FERNANDO DE MIRANDA
GOMES

Patrono Fernando de Miranda Gomes, o segundo, de uma prole de nove irmãos, embora somente sete tenham sobrevivido, nasceu em Natal no dia 17 de dezembro de 1928, mas foi registrado equivocadamente como nascido em 17 de fevereiro de 1928 (possivelmente por ter sido registrado nesse mês, do ano seguinte) e seguiu a mesma trilha do irmão Moacyr, inclusive foram parceiros, companheiros e confidentes.

Sempre muito aplicado, “Nando” chegou à Universidade ainda meninão, na Faculdade de Direito de Alagoas, onde escrevia sobre as matérias curriculares, mimeografando-as em resumos

e vendendo aos seus colegas de curso, que com isso conseguiam aprovação.

Formando-se, de imediato ingressou nos meandros do Direito, como Adjunto de Promotor da Comarca de Nova Cruz, onde fez amizade com inúmeros magistrados, em particular com Dr. Joaquim das Virgens, de todos recebendo carinho e compreensão e angariando respeito no meio jurídico, o que lhe valeu sucesso em todas as atividades jurídicas, como grande advogado e consagrado Procurador do Estado, ocupando várias vezes a Procuradoria-Geral, independentemente de facções políticas.

Foi cogitado para ser desembargador, na vaga dos advogados, mas declinou do convite, tendo em seu lugar sido nomeado o Dr. Wilson Dantas.

No correr de suas missões sempre demonstrou uma inclinação na mesma trilha do “velho”, tornando-se um civilista exímio, com muitos estudos publicados, além de peças advocatícias notáveis, como é exemplo o texto que será reproduzido neste livro, elaborado recentemente, em que pesem os percalços de sua saúde. Tem uma obra inédita sobre *Introdução à Ciência do Direito*, que me serviu quando estudante de Direito, o qual nunca quis publicar, guardando a exagerada modéstia herdada do pai.

Nando tem uma passagem exemplar em todas as atividades que desenvolveu, sejam elas na esfera privada (SENAC e Advocacia) ou pública (Procuradoria do Estado, Casa Civil do Executivo Estadual e Conselheiro da OAB/RN, com representação junto ao Tribunal Regional Eleitoral).

Sua capacidade técnica e sua conduta isenta lhe valeu a confiança de todos os governantes da época de atividade, mesmo que ideologicamente divergentes entre si.

A única coisa que não lhe foi facilmente acenado foi o dinheiro, porque nunca vendeu sua consciência ética, mas o que juntou foi sólido porque sofrido e suado.

Sempre curtiu a família e os incontáveis amigos, todos sempre preocupados com sua saúde, sendo sempre apontado como paradigma de homem de bem, recebendo a brisa amena da praia de Cotovelo, onde é vizinho de seu irmão Carlos Gomes.

No trabalho sempre demonstrou ser o verdadeiro herdeiro do professor civilista Jose Gomes da Costa. A Procuradoria Geral do Estado do RN criou uma Comenda FERNANDO DE MIRANDA GOMES.

Fernando de Miranda Gomes morreu em Natal/RN, aos 30 de abril de 2003.



CADEIRA 37

ACADÊMICO FUNDADOR: JOSÉ DE RIBAMAR DE AGUIAR

Acadêmico José de Ribamar de Aguiar, advogado e professor, foi também ex-consultor-geral do Governo do RN, promotor de Justiça e presidente da OAB/RN. Filho de João Ferreira de Aguiar e Francisca Brito de Aguiar, José de Ribamar de Aguiar nasceu em Natal no dia 25/05/1940. Formou-se em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – turma 1966.

Faleceu 08 de julho de 2021, aos 81 anos, em decorrência de uma parada cardiorrespiratória.

Ele assumiu a presidência da Ordem no dia 22 de dezembro de 1987 e lutou pela valorização dos delegados de polícia e pela segurança pública do RN.

José de Ribamar de Aguiar era casado com Socorro e pai de Tatiana, José Ricardo e Ribamar Júnior.



CADEIRA 37

ACADÊMICO E PRIMEIRO SUCESSOR: RICARDO TINOCO DE GÓES

Acadêmico Ricardo Tinoco de Góes é Doutor em Filosofia do Direito pela PUC-SP; Mestre em Direito Constitucional pela UFRN; Professor Associado da UFRN, lecionando na Graduação em Direito, a disciplina Teoria Geral do Processo e no Programa de Pós-Graduação em Direito – Curso de Mestrado, a disciplina Lineamentos Filosóficos ao Exercício do Direito, da Democracia e da Jurisdição; Coordenador Adjunto do Programa de Residência Judicial – ESMARN/UFRN; Autor de dois livros, cujos títulos são *Efetividade do Processo e Cognição Adequada*, 2008, editora MP – São Paulo e *Democracia Deliberativa*

e Jurisdição – a legitimidade da decisão judicial, a partir e para além da Teoria de J. Habermas, 2013, editora Juruá, Curitiba/PR. Coautor e organizador de obras coletivas, além de vários capítulos (artigos) de periódicos nacionais. Foi professor de diversas instituições de ensino superior, destacando-se a UERN (2005-2008), a UNI/RN (antiga FARN – (2003-2005) e a UNP (1995-2003). Foi Presidente da Comissão de Ética da UFRN. Foi representante do TJ/RN na ENFAM, compondo o Grupo de Trabalho sobre Demandas Repetitivas. É sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Foi Procurador do Estado do Rio Grande do Norte (1993). É Juiz de Direito do Estado do Rio Grande do Norte, titular da Sexta Vara Cível da Comarca de Natal/RN.

Com uma impecável carreira jurídica, o juiz Ricardo Tinôco coleciona muitos marcos ao longo de seus anos de magistratura. Em 1994, assumiu as funções de Juiz Eleitoral da Comarca de Taipu. Dois anos depois, em 1996, foi promovido, pelo critério de merecimento, do cargo de Juiz de Direito da Comarca de Taipu para o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Areia Branca/RN. Em 1997 foi transferido da Comarca de Areia Branca para a Comarca de Parelhas. Em 1999, passou a atuar na 1ª Vara Cível da Comarca de São Gonçalo do Amarante, no mesmo cargo. Já no ano seguinte, em 2000, foi designado para assumir o Juízo Eleitoral da 51ª Zona no biênio compreendido entre 01/03/2000 a 28/02/2002. Em novembro de 2013, foi designado para o exercício da jurisdição da 1ª Zona Eleitoral (Natal/RN). Em 2017, foi indicado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte para compor a Corte do TRE-RN no cargo de Juiz Substituto do juiz André Pereira, durante o biênio 2017/2019. Em janeiro de 2018, ele, juntamente com os Juízes Almiro José da Rocha Lemos e Adriana Cavalcanti Magalhães Faustino Ferreira, foi designado para exercer a função de Juiz Auxiliar.



CADEIRA 38

PATRONO: MANOEL RODRIGUES DE MELO

Patrono Manoel Rodrigues de Melo nasceu na Fazenda do Queimado, localizada na Ilha de São Francisco, Município de Macau/RN, aos 07 de julho de 1907, filho de Manoel de Melo Andrade Filho e Maria Rodrigues de Melo. A terra em que cresceu, à margem direita do Rio Açu, o seu paraíso perdido: A Várzea do Açu, para ele, é única, deslumbrante, incomparável. Essa referência recorrente em outros autores: Sua infância transcorreu correndo em cavalo de pau e carro de bois, pelos sítios vizinhos. Aos doze anos mudou-se para a cidade de Macau, passando a estudar em escola particular e a trabalhar no comércio.

Transferiu-se para Currais Novos (1925), empregando-se numa loja de tecidos e iniciando as atividades literárias com a criação, ao lado de Ewerton Cortez, do jornal *O Porvir* (1926). Veio para Natal (1928), diplomando-se contador na Escola Técnica de Comércio, posteriormente vindo a lecionar neste estabelecimento. Foi Inspetor de Alunos do Colégio Pedro II, servidor do Centro de Imprensa e da Sociedade de Assistência Hospitalar e secretário do Hospital Miguel Couto (depois Hospital das Clínicas e hoje Hospital Universitário Onofre Lopes, da UFRN). Elegeu-se Vereador à Câmara Municipal do Natal (1948), mas não foi além, nessa área: Desencantando-se com a política, dedicou-se de corpo e alma às letras. Com referência as suas iniciativas nesta área, fundou os jornais *A Palavra* (1930-32) e *Renovação* (1932) e as revistas *Bando* (s.d.) e *Nordeste* (1939-40), além de colaborar com os jornais *A República*, *A Ordem*, *Diário de Natal*, *Tribuna do Norte* e *O Jornal*, e com as revistas da Academia Norte-rio-grandense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do RN, do qual era sócio efetivo e foi vice-presidente.

Na Academia Norte-rio-grandense de Letras – ANRL, foi o primeiro ocupante da cadeira 30 e o 8º Presidente da Academia Norte-rio-grandense de Letras, de 13/01/1955 a 30/01/1976.

As obras da sede própria foram iniciadas em 1958, concluindo-se 12 anos depois, cuja inauguração da sede, devidamente mobiliada, ocorreu a 23 de janeiro de 1976, na presidência de Manoel Rodrigues de Melo. O acadêmico Manoel Rodrigues de Melo construiu a sede própria da ANL e foi o seu presidente durante 21 anos.

Manoel Rodrigues de Melo, foi advogado, jornalista e escritor. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da UFRN, turma de 1956. Exerceu a presidência da ANL por 20 anos, de 13 de janeiro de 1955 a 30 de janeiro de 1976,

tendo ali deixado a marca indelével da sua operosidade e capacidade administrativa na construção daquele sodalício.

Também pertencia aos quadros do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, da Sociedade Brasileira de Folclore. Sua produção literária inclui os seguintes títulos: *Várzea do Açú*, *Patriarcas e Carreiros*, *Cavalo de pau*, *Chico Caboclo* e outros poemas, *Pesquisas sociológicas*, *Mons. Augusto Franklin*, *Terras de Camundá* (romance), *Dicionário da Imprensa no Rio Grande do Norte (1909-1987)* e *Memória do Livro Potiguar*.

Homem honrado e trabalhador teve uma vida de luta dedicada à família e ao saber. Jornalista, poeta, professor e pesquisador, teve como características marcantes, a simplicidade e integridade. Sua família: Laurita Rodrigues de Melo, esposa (in memoriam), três filhos – Vital, Manoel (in memoriam) e Ligia; cinco netos e três bisnetos.

Em terreno doado pelo Governo do Estado, localizado na Rua Mipibu no centro de Natal, ergueu o edifício da Academia de Letras com singular demonstração de espírito de serviço: Embora ninguém na Academia acreditasse na sede própria, ele quase sozinho construiu o edifício, imponente para a época e os fins a que se destinava. Durante a construção foi arquiteto, mestre de obras, pedreiro, pintor, carpinteiro e, sobretudo, cavador de verbas. Em homenagem ao seu devotamento, aquele prédio recebeu o nome de “Casa Manoel Rodrigues de Melo”. Manoel Rodrigues de Melo faleceu em Natal, a 29 de fevereiro de 1996.



CADEIRA 38

ACADÊMICO FUNDADOR: FRANCISCO DE SOUZA NUNES

Acadêmico Francisco de Souza Nunes, nasceu na cidade João Câmara/RN, sendo filho de José Nunes da Silva e Maria Donzídia de Souza Nunes. Fez o Curso Secundário no Colégio Estadual do Atheneu Norte-rio-grandense e é Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Fez Estágio de Atualização em Direito Civil – Contratos, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no ano de 1982 e possui Curso de Especialização em Direito Público pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no ano de 2001.

No Estado do Rio Grande do Norte, de 1959 a 1980 foi Oficial da Polícia Militar, a partir de 1980, Procurador do Estado, tendo sido de 1995 a 2002, Procurador-geral do Estado e Presidente do Conselho de Procuradores do Estado. Foi Corregedor da Procuradoria Geral do Estado. Foi Chefe da Procuradoria Administrativa e da Procuradoria Geral do RN. Foi Chefe da Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Norte.

Foi Presidente da Comissão do Concurso para Procurador do Estado do Rio Grande do Norte. Foi Presidente da Associação dos Procuradores do Estado do Rio Grande do Norte. De 2003 a 2006 foi Procurador Geral do Município de Parnamirim/RN. Foi Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores de Estado. Em 2017 aposentou-se no cargo de Procurador do Estado do Rio Grande do Norte, passando a exercer a advocacia.



CADEIRA 39

PATRONO: ALBERTO FREDERICO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO

Patrono Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão nasceu em Macaíba/RN, aos 2 de outubro de 1872 e faleceu em Angra dos Reis/RJ, em 1º de fevereiro de 1944. Foi um político brasileiro, tendo sido por duas vezes governador do Rio Grande do Norte de 1900 a 1904 e 1908 a 1914, além de dois mandatos como deputado federal, sendo o segundo período de 1927 a 1929. Foi ainda juiz municipal em Paraty, estado do Rio de Janeiro.

Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão foi um dos quatorze filhos do pernambucano Amaro Barreto de Albuquerque-

que Maranhão (1827-1896) e da paraibana Feliciano Maria da Silva de Albuquerque Maranhão (1832-1893). Iniciou seus estudos em Macaíba e depois em Natal. Se formou em Direito no dia 8 de dezembro de 1892, em Recife/PE, pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Pernambuco. Casou-se com Dona Ignês Paes Barreto, com quem teve cinco filhos: Laura, Judite, Juvino, Cleanto e Caio. Durante a juventude, participou do Congresso Literário, que mantinha o jornal *A Tribuna*. Em conjunto com companheiros, fundou o Grêmio Polymathico. Dirigiu o jornal *A República*. Segundo a escritora Meira Pires, foi onde Alberto Maranhão teve o ensejo de reafirmar o seu invencível valor de jornalista e homem de letras escrevendo, sem assinar, crônicas, tópicos e editoriais.

Foi Promotor Público em Macaíba/RN. Em 1892 foi Secretário na administração de Pedro de Albuquerque Maranhão (conhecido como Pedro Velho). Em 1898 foi nomeado Procurador Geral do Estado do Rio Grande do Norte, permanecendo até 1899, sendo então nomeado Governador do Estado para o seu primeiro mandato aos 27 anos. Permaneceu no cargo de 1900 a 1904. Em seu mandato, aprovou a lei nº 145, de 06 de agosto de 1900, que promoveu o desenvolvimento cultural do Rio Grande do Norte, feito inédito no país. No dia 24 de março de 1904 inaugurou o Teatro Carlos Gomes (hoje Teatro Alberto Maranhão, para sua homenagem). A renda do teatro foi destinada na época para ajudar aos retirantes, vítimas da seca, que se encontravam em Natal.

Com o término de sua administração, foi eleito deputado federal. Fez parte da Comissão de Diplomacia.

Entre os anos de 1908 a 1914 exerceu o segundo mandato como governador. Neste tempo, fundou o Conservatório de Música do Rio Grande do Norte, o Hospital Juvino Barreto (hoje Onofre Lopes), o Derby Clube (para incentivo do hipismo) e

construiu a Casa de Detenção e o Asilo de Mendicidade. Também foi quem implantou a luz elétrica em Natal e, posteriormente, os bondes elétricos. Em 3 de maio de 1908 inaugurou a Escola Normal, fomentando a educação estadual e implantou o primeiro grande movimento de educação de massa popular no RN, através da rede de Grupos Escolares. Em 19 de julho de 1912, restaurou o então Teatro Carlos Gomes, que havia inaugurado em 1904.

Alberto Maranhão estendeu suas ações para o interior também. Criou sistemas de abastecimento em São José de Mipibu. Em Macaíba, sua terra natal, construiu o cais de atracação, melhorando assim o transporte fluvial entre aquela cidade e a capital do Estado. Em Macau, solicitou a criação de um aterro, ligando esta cidade à estrada do sertão em uma extensão de quatro quilômetros, às margens do rio Assu. Construiu também três mil quilômetros de estradas carroçáveis em direção às cidades de Can-garetama e Natal com o objetivo de facilitar o deslocamento de pessoas e produtos entre o sertão e as cidades portuárias.

Em 31 de dezembro de 1913, Alberto Maranhão foi eleito novamente Deputado Federal, representando o seu estado nessa função, de 1927 a 1929.

Após encerrar o mandato, deixou o Rio Grande do Norte e foi morar com a família em Paraty, no estado do Rio de Janeiro, onde foi juiz municipal.

No início do século XX toda a região de Paraty encontrava-se em total isolamento e decadência, com fechamento de engenhos e abandono de fazendas. Como moradores, restaram apenas os remanescentes dos trabalhadores da região. Em meados da década de 30, a fazenda Taquari (localizada no sertão do Taquari, em Paraty) foi adquirida por Alberto Maranhão. Com a finalidade de utilizar economicamente a fazenda e o engenho, Alberto Maranhão decide iniciar o corte de madeira e a plantação

de banana. A madeira foi utilizada em dormentes de estradas de ferro e a produção de banana abasteceu o consumo carioca. Para escoar a grande produção, contratou mão de obra portuguesa para a construção de um imenso cais. Contornando a praia de Taquari, o cais avançava mar adentro, atingindo a ilha Tanhangá por meio de um trolley. Para movimentar a serraria da fazenda, Alberto Maranhão construiu uma usina elétrica junto à cachoeira do Rio do Funil, cujas ruínas ainda lá se encontram.

Alberto Maranhão faleceu aos 71 anos, no dia 01 de fevereiro de 1944, em Angra dos Reis, sendo sepultado no outro dia, em Paraty, no estado do Rio de Janeiro.

Em setembro de 2005 os restos mortais de Alberto Maranhão, foram trasladados do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Norte, e depositados no memorial localizado no Teatro Alberto Maranhão, em Natal.

- Alberto Maranhão é nome da maior honraria cultural do RN, distribuída pelo governo do estado.
- O Teatro Carlos Gomes, inaugurado no ano de 1904 pelo próprio Alberto Maranhão, passou a se chamar Teatro Alberto Maranhão em 1957, onde se encontram seus restos mortais em memorial com busto.
- Avenida Alberto Maranhão, em Mossoró, Rio Grande do Norte.
- Rua Alberto Maranhão, localizada no bairro Tirol na cidade de Natal, zona Leste da cidade.
- Rua Alberto Maranhão, no bairro de Jardim Guanabara, na cidade do Rio de Janeiro.
- Rua Alberto Maranhão, no bairro de Góia, em Goiânia, estado de Goiás.

- Rua Alberto Maranhão, em São Gonçalo do Amarante/RN
- Rua Alberto Maranhão, em Arês/RN.
- Em Macaíba, no final da década de 80, foi dado o nome de Alberto Maranhão a um conjunto habitacional, localizado nas proximidades do bairro Campo das Mangueiras.
- Escola Estadual Alberto Maranhão, em Nova Cruz/RN.



CADEIRA 39

ACADÊMICO FUNDADOR: LÚCIO TEIXEIRA DOS SANTOS

Acadêmico Lúcio Teixeira dos Santos nasceu aos 26 de junho de 1946, na cidade de Lajes/RN, sendo filho de Paulo Luís dos Santos e de Maria Inês dos Santos. Em Lajes/RN cursou o primário no Grupo Escolar Pedro II e o ginásial (atual ensino fundamental) na Escola Normal de Lajes, vindo para Natal somente em janeiro de 1963 para ingressar no curso secundário (atual ensino médio – Pedagógico) na Escola Normal de Natal. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no ano de 1971. Especialista em Ciência Política pela USP/UFRN. Especialista em Gestão Universitária pela UnP. Di-

ploma de Estudios Avanzados en Sociedad Democrática, Estado y Derecho – Universidad Del País Vasco- Espanha.

Foi Professor do Estado do Rio Grande do Norte; do Município de Natal/RN; da Faculdade de Sociologia e Política (FJA); da UFRN; do Curso de Oficiais da Polícia Militar – CFO; do Ginásio São Luís; da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC; de diversos Cursos Preparatórios para o Vestibular da UFRN; da Universidade Potiguar – UNP;

Foi Juiz do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/RN; Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/RN; Conselheiro Federal da OAB por dois mandatos consecutivos; Coordenador Nacional do Exame de Ordem do Conselho Federal da OAB e Presidente da Comissão Nacional de Educação Jurídica CNEJ do CFOAB.

No município de Natal/RN foi Secretário Municipal de Administração; Chefe do Gabinete Civil; Secretário Municipal de Educação; Chefe da Procuradoria Administrativa; Procurador Geral do Município; Chefe da Assessoria Jurídica da SEMOV; Chefe da Assessoria Jurídica da SEMURB.

No âmbito do Estado do Rio Grande do Norte foi Diretor do Departamento de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos (SEEC); Coordenador Geral (hoje secretário adjunto) da Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas; Membro e Presidente do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Norte; Membro do Conselho de Administração do DETRAN/RN; Membro do Conselho Fiscal da COSERN – Companhia Energética do RN.

No âmbito da União foi Diretor do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes da UFRN (Integrou a lista sêxtupla para o cargo de Reitor na Sucessão do Reitor Diógenes da Cunha Lima); Membro do Conselho Universitário – UFRN; Membro

do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CON-SEPE-UFRN.

Foi Coordenador do Curso de Direito da Universidade Potiguar – UNP; Diretor da Escola de Direito da Universidade Potiguar – UNP; Membro do Conselho Universitário da Universidade Potiguar – UNP; Assessor Especial da Reitoria e Mantenedora da Universidade potiguar – UNP e Presidente da Região Escoteira do RN.

Foi Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil por dois mandatos; Membro de Comissão Examinadora do Exame de Ordem-OAB/RN; da Comissão Examinadora do Concurso de Procurador do Estado do RN; da Comissão Examinadora do Concurso de Procurador do Município de Natal/RN; Presidente do Conselho de Procuradores do Município de Natal/RN; Membro da Comissão de Adoção Internacional do TJ/RN representante da OAB/RN; da Comissão Examinadora do Concurso de Juiz do Trabalho TRT 21ª Região.

É Professor Honoris Causa da Universidade Potiguar-UNP; Medalha do Mérito Djalma Marinho, no Grau de Comendador – TRT 21ª Região; Medalha do Mérito Ensino Jurídico OAB/RN; Comenda Mérito em Educação “Waldson Pinheiro” – Prefeitura Municipal de Natal/RN; Medalha Miguel Seabra Fagundes – Câmara Municipal de Natal/RN; Medalha dos 85 anos da Ordem dos Advogados do Brasil; Medalha Miguel Seabra Fagundes – TRT 21ª Região; Comenda Milton Marques de Medeiros – Academia de Letras Jurídicas e Sociais de Mossoró – RN; Medalha do Mérito Cultural Vingt-un Rosado, da Câmara Municipal de Mossoró/ RN; Título de cidadão Natalense; Título de cidadão Mossoroense; Medalha comemorativa dos 80 anos da Justiça do Trabalho concedida pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST 2022. Título de “Comendador” João Medeiros Filho pelos relevantes serviços prestados à comunidade Jurídica do Rio

Grande do Norte, concedido da Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Rio Grande do Norte.

Atualmente é Membro da Comissão Nacional de Educação Jurídica do Conselho Federal da OAB; Membro e Presidente da Academia de Letras Jurídicas do RN (ALEJURN); Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – IHGRN; Sócio do Escritório de Advocacia Lucio Teixeira dos Santos Advogados; Sócio Honorário da Academia de Letras jurídicas e Sociais de Mossoró/RN.

É Procurador do município de Natal e professor da UFRN aposentado.

Prefaciou cinco livros e publicou artigos em revistas universitárias, sendo autor de dois livros: 1) *As funções do administrador*, Universitária UFRN, editora, 1983; e 2) *Revelações e Memórias*, Autobiografia, editora, 2019.



CADEIRA 40

PATRONO: VÉSCIO BARRETO DE PAIVA

Patrono Vécio Barreto de Paiva, natural de Pau dos Ferros/RN, nasceu aos 19 de março de 1904. Bacharel, professor de História Universal do Atheneu Norte-rio-grandense, em 1930. Procurador do Tribunal Eleitoral, no período de 1934/35. Em Recife dirigiu o departamento Jurídico da Pernambuco cargo no qual se aposentou. Professor de Direito da Faculdade de Direito de Natal/RN.

Professor Vécio Barreto de Paiva foi um dos melhores professores do Atheneu. Formado pela Universidade Federal de Pernambuco, no Centro de Ciências Jurídicas, na Faculdade de Direito do Recife/PE. Foi orador na Assembleia geral da Rádio

Educadora de Natal, quando foram eleitos presidente Renato dos Santos Jacinto, José de Barros Cavalcanti (vice), José Rafael Siqueira (primeiro secretário), Adalberto Marques (segundo), José Serra (tesoureiro), dentista José Carlos Leite (vice) – pai do general J. C. L. Filho e do coronel Renato Leite –, João Bezerra de Melo (bibliotecário), Oscar Whitehurst (diretor da seção de rádio) e Carlos Lamas (diretor de esportes).

Vécio Barreto de Paiva foi uma figura admirável de Natal – o mais extraordinário contador de histórias. Professor, advogado, era brilhante e inesquecível em tudo. Passo a palavra a ele, que já se foi, e nos deixou esta magnífica história: “Acontece que, em 1904, anunciou-se em Natal a visita a esta cidade do Presidente Afonso Pena. Tavares de Lira era o Governador, que logo nomeou uma comissão com os grandes da terra para preparar a recepção. Junqueira Aires era o chefe da Estrada de Ferro: mandou preparar um carro-vagão, de luxo, alcatifado, pintado, esmaltado. O presidente vem vindo de navio e os jornais noticiando, a cidade alvoroçada; Afonso Pena viajava de navio até Recife, de onde tomaria um trem para a Paraíba e, depois, Natal.

E a comissão se reunindo três vezes ao dia, todo mundo nervoso. Havia, contudo, um sujeito chamado Benevides, que era simplesmente porteiro da Assembleia e, dominado por um civismo extraordinário, assistia às reuniões da comissão e dizia, de vez em quando: “Precisamos receber o Presidente condignamente”. O Governador não aguentou e objetou: “Benevides, vá cuidar de sua portaria”. Mas, Benevides não se resignou, continuava na retranca, e era só encontrar um dos membros da famosa comissão, que ele ancorava. “Precisamos receber condignamente o nosso Presidente”.

Enfim, o Presidente vinha a caminho do RN, de trem. Riquíssimo *buffet* foi preparado. O Governador contou e recontou o número de pessoas que deveriam participar da embaixada. No

dia apazado, de manhã, a comitiva compareceu para o embarque na estação, quando alguém notou que, pelos aceiros, encontrava-se Benevides, já munido de guarda-pó e bonezinho catita. Ape-trechos indispensáveis para quem viajasse de trem. Um membro ilustre apontou o porteiro para o Governador e este: “Será que quer ir também? Não tem vergonha?” Benevides desculpou-se e sumiu.

Viagem já na metade, perto de Nova Cruz, onde a comissão encontraria o Presidente, outro membro conspícuo vai ao lavatório e dá de cara com Benevides, escondido. “Governador, sabe quem viaja no trem? Benevides”. O Governador ameaça jogá-lo pela janela. “Vou para Nova Cruz visitar minha mãe doente. Garanto a V. Exa. Que não me integro à comissão”. O Governador franziu o sobrolho consideravelmente e arrematou: “Você continua no trem, está certo. Mas, não me apareça perto do Presidente num raio de 10 quilômetros”. Bem, a viagem prossegue. Por fim, Nova Cruz. O Presidente já havia chegado, cercado de banda de música, pétalas de rosa, café frio e cerveja quente.

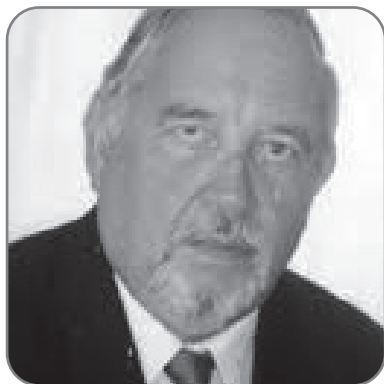
Quando o Governador chegou ao portaló do trem, viu Benevides segurando o braço de Afonso Pena e proclamando: “Presidente, eu sou o Benevides. O que V. Exa. quiser é comigo”. E repetia: “Be-ne-vi-des”. Meteu o nome à broca na cabeça do Presidente. Ereto e furioso, o porteiro começa a apresentação da comissão: “Este é o Governador Tavares de Lira, homem bom, homem honesto. Aqui, o deputado fulano de tal, aquele outro é o senador sicrano”, e foi por aí. A comissão estava siderada. Benevides lidera. “Presidente, vamos tomar o trem. Olhe o degrau, mais outro”. Afonso Pena era muito velho, magrinho e mirrado. Benevides sentou-se ao lado. O Presidente estava com enxaqueca. O porteiro reclamou a presença de um médico. “Olhe, o Presidente está com enxaqueca. Precisamos chegar logo a Natal. A via-

gem tem que ser rápida”. Afonso Pena andava fraco e sem forças depois de tanta viagem.

Dentro de pouco tempo, a comissão viajando em outro carro-vagão, ouvia-se o Presidente balbuciar: “Benevides!” e o porteiro oferecia a S. Exa. água, biscoitos, frutas silvestres. Perguntou se queria afrouxar os sapatos, conseguiu um banquinho para os pés. Enfim, Natal. O Presidente recolhe-se aos aposentos e Benevides com medo de sofrer algum atentado da comissão, logo que Afonso Pena se tranca para dar início a um demorado banho presidencial, foi para casa.

Depois de uns minutos, a comissão vigiando diante dos aposentos, vê-se a cabeça presidencial aparecer e gritar: “Benevides”. Lá se foi a carruagem do Governador buscar Benevides numa das ruas mais sórdidas da cidade. E lá vem Benevides. Entra nos aposentos presidenciais e, de repente, sai novamente; vai à cozinha, na procura de uma garrafa de conhaque. Afonso Pena costumava tomar um “trago”, antes do banho. E, lógico, que não ia falar ao Governador. Tinha de ser ele, Benevides. Para encurtar conversa: Afonso Pena retornou e, dois meses depois, chega a nomeação de Benevides para alto cargo federal, como também o convite para Tavares de Lira ser o Ministro da Justiça.

As más línguas espalharam que tinha sido prestígio do velho porteiro da Assembleia”.



CADEIRA 40

ACADÊMICO FUNDADOR: ARTHUNIO DA SILVA MAUX

Acadêmico Arthunio da Silva Maux nasceu em Recife/PE, aos 27 de agosto de 1940. Natal é seu berço desde 1944. Estudou na Escola Técnica de Comércio e no Colégio Estadual do Atheneu Norte-rio-grandense. Lecionou no mesmo Atheneu no período de 1961 a 1962.

Foi Oficial de Gabinete do Prefeito de Natal, Djalma Maranhão, de 1962 até sua deposição em 1964.

Bacharel em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza, tendo se formado na segunda turma, conluente em 1967.

Concluiu também o Bacharelado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 1972.

Na mesma instituição, foi Professor Adjunto IV. Ao se aposentar, havia ministrado as disciplinas: Direito Constitucional I, II e III; Teoria Geral do Estado; Introdução às Ciências do Direito I e II; História do Direito; Direito Administrativo I, Elementos do Direito Tributário; Ciência das Finanças, Finanças Públicas; Sociologia I e II; Estudos dos Problemas Brasileiros; Planejamento Governamental; Sociologia Jurídica; Direito do Trabalho; Elementos do Direito do Trabalho e Elementos do Direitos Administrativo.

No exercício da docência na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, exerceu a função de Coordenador do Curso de Direito do Campus de Caicó. Foi também representante deste campus no colegiado do CONCURA – Conselho de Curadores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Procurador do Estado do Rio Grande do Norte aposentado. No exercício do cargo, foi Chefe da Defensoria Pública por quatro anos, e Corregedor por dois mandatos.

Na ALEJURN – Academia de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte, integrou a diretoria no cargo de Secretário Geral por doze anos.

É sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Escritor com três livros a publicar:

- *Sonetos perto de mim.*
- *50 Sonetos Escolhidos.*

- *Subjeto – Poesias, e Memórias da Cadeira 14* – onde conta histórias de seus 23 anos de viagens entre Natal/RN e Caicó/RN.

Tem grande orgulho de ter sido agraciado com o título de Cidadão Caicoense.



Este livro foi composto em
Adobe Garamond Pro
e impresso em cartão
Duo Design 250g./m². (capa)
e Chambril Avena 80g./m². (miolo)
pela Offset Gráfica, Natal/RN,
em novembro de 2023.

www.offsetgrafica.com.br